

Homens de ciência a serviço da coroa.

Os intelectuais do Brasil na Academia Real de Ciências de Lisboa.

1779/1822

Introdução:

As relações entre a colónia brasileira e Portugal ao longo de 322 anos (1500 – 1822) se manteve sustentada por pilares de valores indestrutíveis: sangue, língua, cultura e passados comuns. As relações entre a metrópole europeia e a colónia americana foram de tamanha intensidade que episódios da vida de ambas se entrelaçaram de tal forma que, para alguns autores, “não tiveram paralelo na história das metrópoles europeias com os seus respectivos territórios coloniais”¹. Com efeito no Brasil a Corte portuguesa instalou-se durante treze anos; um Rei de Portugal subiu ao trono; uma Rainha de Portugal lá morreu e outra nasceu; o Brasil foi elevado à condição de Reino Unido de Portugal e dos Algarves; teve seu processo de independência conduzido por D. Pedro, Príncipe da Coroa portuguesa, o qual tornou-se seu primeiro imperador e mais tarde Rei de Portugal com o título de D. Pedro IV. D. João VI, Rei de Portugal, passou a ter título intransferível de Imperador do Brasil e também na sua colónia americana uma constituição de Portugal foi elaborada e outorgada.

O nosso trabalho limita-se à segunda metade do século XVIII, (1779), e aos primeiros anos do século XIX, (1822), considerado um tempo histórico de extrema importância tanto para a metrópole quanto para a colónia. No cenário internacional

¹ Dário Moreira de Castro Alves. “Brasil – Portugal, 1500 - 2000”. *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*, nº 06, Abril-Out 2000. Lisboa.

encontramos movimentos revolucionários que promoveram a destruição progressiva do Antigo Regime² e a construção de novas instituições do Estado. Associado a estes movimentos revolucionários, o movimento iluminista que ocorria na Europa trouxe consigo um conhecimento crítico empenhado no melhoramento do Estado e da sociedade. Em Portugal a Ilustração já vinha a influenciar as acções da coroa portuguesa desde a ascensão ao poder de D. José I e seu ministro Sebastião de Carvalho e Melo, levando a realização de várias reformas.

Dentre os movimentos revolucionários do século XVIII, considera-se de profundo impacto para o ocidente, do ponto de vista político, a Independência das Treze Colónias Inglesas na América do Norte em 1776, e a Revolução Francesa em 1789. Essas revoluções marcaram a virada do século XVIII para o XIX pois “punham em xeque toda a autoridade exterior, não justificada pela razão, na política, na estética, no direito e na moral”³. As ideias iluministas também foram impulsionadoras, entre outros factores, dessas revoluções.

A ilustração representava assim uma ameaça “às verdades tidas como inquestionáveis e aos poderes constituídos. As luzes promoviam ainda uma rediscussão do passado e de elementos do antigo regime; o absolutismo, colonialismo, monopólio comercial e escravidão”⁴.

² Para Fernando A. Novais, já no século XVII a Revolução Inglesa iniciou o ciclo das revoluções liberais seguida pela independência das colónias britânicas e constituição dos Estados Unidos em 1776, nos Cantões Suíços em 1782, nas Províncias Unidas em 1783, nos Países Baixos Austríacos em 1787, e por fim a Revolução Francesa em 1789. Todos um processo estrutural de ruptura do absolutismo. In: NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777 – 1808)*. 4ª edição, Editora Hucitec. São Paulo, 1986.

³ Francisco Calazans Falcon, *A época pombalina (política económica e monarquia ilustrada)*, São Paulo, Ática, 1982, p. 100.

⁴ Luiz Carlos Villalta. *1789-1808: O império luso-brasileiro e os Brasis*. Coord. Laura de Mello e Souza, Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo. Companhia das Letras, 2000. p.13.

Das muitas obras que surgiram neste contexto iluminista, uma foi de particular interesse para Portugal. A *História filosófica da colonização europeia nas duas Índias*, o seu autor, o Abade Raynal, narra a independência dos Estados Unidos, confronta as imensas riquezas do Brasil à degradação em que se encontrava o Reino lusitano e propõe uma série de reformas nos domínios desse. Tais reformas iam da “supressão da Inquisição às modificações nas relações com suas possessões na América, rompendo-se com o exclusivismo metropolitano, diminuindo a opressão fiscal e dinamizando o comércio intercolonial com as Índias Orientais”⁵.

O século representava um tempo de revoluções e mudanças. As ideias fervilhavam e muitas eram censuradas. A Coroa portuguesa e seus ministros procuravam adaptar-se ao contexto revolucionário e assim desenvolviam reformas inspiradas no movimento das Luzes, mantendo, contudo, o Antigo Regime e procurando tornar de forma mais pragmática a exploração das colónias e a exploração do Novo Mundo. Homens de ciência, feitos na metrópole em sua maioria, lançaram-se à observação, à experiência e ao estudo da natureza, dirigindo-se às colónias para desvendá-las.

As Luzes envolveram importantes descobertas científicas e a transformação das ciências, assim como das técnicas. A efervescência da ciência e destas novas técnicas motivava a publicação de tratados, “sintoma de um grande interesse colectivo e da vontade de aprender”⁶.

⁵ Guillaume-Thomas François Raynal. *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des européens dans les Deux Indes*, nouvelle édition, corrigée et augmentée d’après les manuscrits autographés de l’auteur...par M. Peuchet, Paris, Amable Costes et Cie., 1820, 9 vols. In: Ibidem. pp. 13 e 14.

⁶ Luiz Carlos Villalta. *Reformismo Ilustrado, censura e praticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa*. Tese de doutoramento. Departamento de História, FFLCH-USP, 1999. p.101.

Na França e na Itália, “secções da velha e nova elite uniram-se nas academias de ciências: aristocratas, membros dos altos escalões da administração eclesiástica e régia, grandes comerciantes e, ainda, médicos e militares abastados, congregaram-se em torno das luzes.”⁷

A fundação da Academia Real de Ciências de Lisboa surge dentro deste ideal: buscar promover os estudos para um melhor aproveitamento do vasto património da coroa e assim procurar solidificar o Império Luso Brasileiro neste agitado século das luzes.

Portanto, desde o século XVIII a Ilustração vem a motivar a preocupação das ciências humanas, sendo objecto de polémica na historiografia⁸. Várias são as pesquisas e os livros publicados sobre a Ilustração setecentista em Portugal. O nosso trabalho buscará em uma investigação na Academia Real de Ciências de Lisboa os académicos de origem brasileira que fizeram parte desta instituição entre 1779 e 1822, ano da independência do Brasil. Na interpretação de suas memórias apresentadas a esta instituição e impressas pela mesma, procurar-se-á responder qual foi a contribuição destes académicos nascidos na América Portuguesa para o fortalecimento do Império. O que escreveram? Contribuíram para a defesa e ampliação da soberania portuguesa ou para a autonomia da América Portuguesa? Tinham um pensamento condizente com as luzes do século XVIII? Pergunta-se então:

⁷ Ibidem, p. 103.

⁸ Dorinda Outram, *The Enlightenment*. Cambridge. Cambridge University Press, 1995, p. 1. Citada por Luiz Carlos Villalta, op. cit., p.96.

Quais foram os académicos de origem brasileira presentes na Academia Real de Ciências de Lisboa entre 1779 e 1822, e quais foram as contribuições destes para o desenvolvimento da metrópole e da colónia?

Sendo assim, será por meio da identificação destes académicos, leitura e interpretação de suas memórias sobre os mais variados temas oferecidas à Academia e por esta instituição publicadas, que buscar-se-á traçar um panorama da contribuição destes académicos ao desenvolvimento da colónia e, por conseguinte, da metrópole.

É de importância ressaltar que nosso trabalho está restrito aos académicos de origem brasileira que participaram efectivamente da Academia e que tiveram obras publicadas nesta instituição. Fixou-se inicialmente em 100 o número de sócios correspondentes, “que podiam ser nomeados antes mesmo da apresentação de qualquer trabalho, ou então depois de serem lidas nas sessões académicas as suas memórias”⁹.

A planilha de académicos desenvolvida pela Academia de Ciências de Lisboa é a fonte principal de referência de registro destes académicos. Nesta encontra-se um universo de 1891 registros de eleição entre 1779 e 2006. Dentro deste universo encontrou-se 455 académicos admitidos entre os anos de 1779 e 1822. Por fim, dentro deste último grupo de académicos, identificou-se 38 de origem brasileira.

Para a pesquisa de identificação dos académicos, sua nacionalidade e obras, foram utilizados como principais referências os recursos da Internet, o *Dicionário Bibliográfico Português, Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil, continuados e ampliados por P. V. Brito Aranha e revistos por*

⁹ *Colecção sistemática das leis e estatutos por que se tem governado a Academia Real das Ciências de Lisboa...*, Lisboa, 1822.

Gomes de Brito e Álvaro Neves, 1858-1923; o *Dicionário de Autores no Brasil Colonial* elaborado pela professora doutora Palmira Morais Rocha de Almeida, 2003; o *Dicionário Bibliográfico Brasileiro* de Augusto Victorino Alves Sacramento Blake, 1898; e ainda os Catálogos de Manuscritos da Biblioteca (série vermelha) e o catálogo da série azul, ambos impressos pela Academia de Ciências de Lisboa. Por vezes, ainda para a complementação das informações, recorreremos a diversos autores que separadamente trataram de alguns académicos e suas obras.

Nosso estudo será desenvolvido em três etapas distintas:

1ª) Em um primeiro momento os académicos de origem brasileira identificados são apresentados em uma ordem cronológica de eleição para a Academia Real de Ciências de Lisboa, acompanhados de uma biografia fruto de pesquisas nas diversas fontes acima citadas. Juntamente com estas biografias procura-se evidenciar o conjunto de suas produções científicas, seja dentro da Academia Real de Ciências de Lisboa e/ou em outras instituições. Este conjunto de produções científicas será apresentado em anexo.

2ª) Posteriormente, em um segundo momento, seleccionaremos somente as obras apresentadas e impressas pela Academia de Ciências de Lisboa; nosso objecto de leitura e interpretação.

3ª) Em seguida, por meio da interpretação destas obras buscar-se-á visualizar a contribuição, tanto para a metrópole como para a colónia, no aspecto político, social, económico e cultural. Ainda neste terceiro momento visualizar-se-á os dados estatísticos

dentro deste grupo de académicos: número de académicos de origem brasileira por ano de eleição para a Academia, origem na América Portuguesa e sua formação. Os referidos dados serão apresentados em apêndice.

CAPÍTULO 1

Século XVIII: as luzes ascendem na Europa.

Ao buscarmos os académicos de origem brasileira presentes na Academia Real de Ciências de Lisboa, torna-se importante a abordagem da cultura europeia do século XVIII e, mais ainda fundamental, analisar a cultura portuguesa neste mesmo século. Procurar-se-á traçar um panorama da Europa de Setecentos, o movimento iluminista, assim como a penetração deste movimento em Portugal. Ressaltamos que torna-se necessário esta introdutória sobre a Ilustração para podermos nos situar no contexto em que a Academia Real de Ciências de Lisboa foi fundada e no espírito académico que as luzes despertaram.

A Ilustração teve uma influência bem ampla no continente europeu, não se restringindo ao “centro” da Europa (França, Inglaterra, Alemanha e Itália), mas atingindo a “periferia” do Velho Continente, de Portugal à Rússia, e também as Américas. Para tanto vê-se que não foi coetânea nos vários países em que se difundiu¹⁰.

Portugal era parte integrante de uma Europa mais periférica o que levou a Ilustração¹¹ a penetrar na sociedade portuguesa de forma atípica, diferente da que se verificou no restante da Europa.

Para Joaquim Ferreira Gomes não é fácil definir esse grande movimento de ideias que foi o Iluminismo, pois cronologicamente ele não foi coetâneo em todos os países da Europa e revestiu-se de formas muito diversificadas nos vários países. O autor

¹⁰ OUTRAM, Dorinda, *op. cit.* In: VILLALTA, 1999.

¹¹ Não nos cabe aqui dissertar sobre o jogo das palavras Iluminismo e Ilustração. Ambas palavras são usadas para conceituar o movimento filosófico e cultural do século XVIII. O emprego destas palavras foi estudado por Francisco José Calazans Falcon em: *Iluminismo* Editora Ática, São Paulo, 1986, pp.09 a 19.

ainda afirma que: “o movimento nasceu na Holanda e na Inglaterra nas últimas décadas do século XVII e foi-se espalhando ao longo do século XVIII por toda a Europa e até pelos países do Novo Mundo¹²”.

Para Dorinda Outram a Ilustração variou conforme as diferenças de nacionalidade, de credo e de região, havendo, diferentes ilustrações “vivas por homens e mulheres, por brancos e também sob a influência das tradições indígenas¹³”.

A Europa do século XVIII pode ser entendida como sendo um continente que ao mesmo tempo se encontrava integrado dentro de uma lógica da supra nacionalidade, encontrava-se também dividido em três “Europas”. De um lado encontrava-se a França, Inglaterra, Itália e Alemanha, considerados centros de irradiação do pensamento e da prática iluminista; de outro lado tinha-se uma Europa mais periférica composta pela Espanha, Portugal e Rússia, que se encontravam como receptores de cultura e apresentavam uma estrutura económica semifeudal. Entre a Europa mais central e a Europa mais periférica encontrava-se ainda uma Europa intermediária composta pelos Países Baixos e a Suíça, que absorviam a cultura ilustrada e procuravam transformar sua economia¹⁴.

De forma genérica o movimento defendia o domínio da razão sobre a visão teocêntrica que dominava toda a Europa desde a Idade Média. Para os filósofos iluministas esta forma de pensamento tinha o propósito de iluminar as trevas em que se encontrava a sociedade. Os pensadores que defendiam estes ideais acreditavam que o pensamento racional deveria ser levado adiante substituindo as crenças religiosas e o

¹² Joaquim Ferreira Gomes. “Luís António Verney e as reformas pombalinas do ensino”. In: *Verney e o Iluminismo em Portugal*. Centro de Estudos Humanísticos Universidade do Minho. Braga, Dezembro de 1995, p.8.

¹³ OUTRAM, Dorinda, *op. cit.* In: VILLALTA, 1999. p.97.

¹⁴ Francisco José Calazans Falcon. *A Época Pombalina; política económica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982, p.105.

misticismo, que, segundo eles, bloqueavam a evolução do homem; enfim, as trevas pelas luzes.

Ressaltamos o caso de Voltaire, que acreditava na existência de um criador e combatia a superstição e também o cristianismo, opondo-se à adesão de qualquer seita; religião. Para ele a Bíblia só trouxera infelicidade; a Igreja, loucura e corrupção; e os que professavam a fé cristã, particularmente os clérigos, o fanatismo. Já outros pensadores foram declaradamente ateus, os quais negavam a vida eterna e entendiam a religião como algo que tornava os homens temerosos e covardes. Ressaltamos Diderot, para quem o mundo era matéria e somente matéria e o abandono da fé levaria o homem à libertação, abrindo assim o caminho para a felicidade¹⁵.

Sendo assim vê-se que o entendimento cientificizante começa a predominar e era pré-requisito da nova história fundar e dirigir o saber, até então, entregue a crenças e superstições. Além da defesa da liberdade de pensamento e de expressão, da liberdade religiosa e da liberdade de circulação, os pensadores iluministas posicionavam-se contrariamente ao despotismo.

Os ilustrados não possuíam uma mesma ideia sobre a forma de governo a ser adotada, oscilando entre a monarquia e a república; propunham um governo em que não houvesse um elemento a dominar os outros e sim uma separação de poderes, sem abuso de poder, e aos súditos e cidadãos, o dever de evitar a anarquia¹⁶.

¹⁵ Para o crítico e historiador francês Paul Hazard, os deístas substituíam a revelação pela razão, pregando um regresso à religião natural a qual prescindia da mediação divina, isto é, a religião emanava unicamente da natureza, permitindo-nos distinguir entre o bem e o mal, o verdadeiro e o falso; religião que obedecia à lei da natureza. Não implicava assim qualquer ato de fé, resumindo-se a uma operação intelectual que consistia em afirmar a existência de Deus e admirar seus efeitos sobre a criação. Paul Hazard. *O pensamento europeu no século XVIII*. Lisboa. Editorial Presença, 1989, p.65-67, 111 e, 367-369.

¹⁶ Ibidem, p.116.

Vemos assim que a Ilustração caracterizou o século XVIII e foi heterogenia no espaço e no tempo marcada pela presença de contradições nas posições de seus pensadores; “não compreendendo um programa intelectual coerente e preciso”¹⁷.

Para Gomes¹⁸, quem melhor definiu a essência do Iluminismo foi Kant em 1784, para quem a *Aufklärung*¹⁹ é a «maioridade da razão», o *sapere aude!*, a coragem de usar a própria razão. Razão que alguns iluministas distorcendo sem dúvida o pensamento kantiano erigiram em novo dogma e nova fé.

Para Falcon²⁰, o Iluminismo pode ser compreendido “como a culminação de um processo, ou como um começo”. Como um “ponto de chegada”, o Iluminismo aparece como o clímax de uma trajetória cujos começos se identificam com o Renascimento, como “ponto de partida” é o primeiro momento de uma aventura intelectual. Segundo este mesmo autor não existe “uma unicidade de princípios e uma auto consciência” e sim uma “pluralidade inerente às variadas tomadas de consciência do movimento ilustrado”²¹.

¹⁷ VILLALTA, 1999, p.117.

¹⁸ GOMES, *op. cit.* p. 8.

¹⁹ Na literatura sobre o iluminismo é muito comum considerarem-se como coetâneos os substantivos lumières, Aufklärung, enlightenment, lumi, ilustración, iluminismo, assim como também os verbos éclairer, aufklären, to enlighten, ilustrar, illuminare, iluminar. In: José Calazans Falcon. *Iluminismo* Editora Ática, São Paulo, 1986, p.13. O emprego das expressões Iluminismo, Ilustrado, Iluminado, todos com a raiz latina *lumem*, adquirem um sentido equivalente. Para Ana Cristina Araújo, o recurso a uma linguagem mais ou menos estereotipada não significa identidade de pontos de vista nem tão pouco unanimidade de princípios. In: Ana Cristina Araújo. *A Cultura das Luzes em Portugal. Temas e Problemas*. Livros Horizonte. Lisboa, 2003, pp. 16 e 17.

²⁰ FALCON. *op. cit.* p.06.

²¹ Ibidem, p.16 e 17.

Para Dorinda Outram²² a ilustração é definida como uma série de problemas característicos do século XVIII, em que “projectos de expansão intelectual influenciavam e mudavam, em âmbito mundial, a natureza dos fatos na sociedade e no governo”. Como um dos problemas destaca-se “a contradição entre a investigação irrestrita e a necessidade de garantir a estabilidade do Estado e da sociedade”.

O historiador e crítico Paul Hazard escreveu no prefácio de seu livro *La crise de la conscience européenne*.

*A Hierarquia, a disciplina, a ordem que a autoridade se encarrega de assegurar, os dogmas que regulam a vida com firmeza, eis o que amavam os homens do século XVII. As normas, a autoridade, os dogmas, eis o que detestavam os homens do século XVIII, seus sucessores imediatos. Os primeiros são cristãos e os outros são anti-cristãos; os primeiros crêem no direito divino e os outros crêem no direito natural. Os primeiros aceitam sem problemas viver numa sociedade dividida em classes desiguais; os outros estão sempre a sonhar com a igualdade*²³.

Portanto, conclui-se que a Ilustração não foi um “projecto intelectual fechado e homogêneo, mas um amplo leque de ideias e debates” que teve consequências na vida cultural, política e social influenciando os pensamentos e a estabilidade dos Estados e da ordem social. Além disso contribuiu também para a afirmação do homem na sua capacidade de controlar a natureza, assim como diminuiu a força da religião²⁴.

²² OUTRAM, Dorinda, *op. cit.* In: VILLALTA, 1999. p.117.

²³ HAZARD, Paul. *La Crise de la Conscience Européenne. 1680-1715*. Disponível em: http://classiques.uqac.ca/classiques/hazard_paul/crise_conscience_europe/hazard_crise.pdf

²⁴ VILLALTA, 1999, pp. 117 e 118.

Para o historiador germânico Fritz Valjavec existiu uma fase preparatória da Ilustração que ocorreu entre 1720 e 1740 e, posteriormente, uma Ilustração propriamente dita entre 1740 e 1780²⁵.

Para Franco Venturi, citado por Falcon, o apogeu do Iluminismo situa-se entre 1740 e meados dos anos 70 e é caracterizada pela publicação da *Enciclopédia* e seu impacto por toda a Europa²⁶. Nos anos 60, afirma Venturi, “o movimento das luzes pareceu abarcar a Europa inteira, da Rússia à Península Ibérica”²⁷.

Entretanto, desenvolveu-se também um Iluminismo católico, uma ilustração católica, que apresentava como defensores Benito Feijoo (1676-1764), um ilustrado espanhol, teólogo e historiador, e entre outros António Genovesi (1712-1769), o Genuense, o qual teve grande influência em Portugal²⁸. No nosso estudo específico sobre Portugal e a Academia de Ciências incluiríamos também o oratoriano Teodoro de Almeida (1722-1804).

Para Moncada, citado por Gomes, o Iluminismo nos países católicos; Itália, Espanha e em Portugal, apresentou-se de forma atípica. Procurou-se nestes países limitar o poder jurisdicional da Igreja e assumir a defesa da filosofia moderna difundindo-se a secularização. Ao mesmo tempo renovou-se a actividade científica fundando Academias e promovendo a publicação de obras inspiradas nessa filosofia, assim como propagou-se a instrução pública mediante uma série de reformas pedagógicas de carácter essencialmente secular. Foi, portanto, um Iluminismo

²⁵ GOMES, op. cit. p. 21. FALCON, op. cit., 1982, p. 103.

²⁶ A seguir será feitas maiores referências sobre esta obra inaugural do Iluminismo.

²⁷ FALCON, op. cit., 1982, pp. 95 e 96.

²⁸ HAZARD, Paul. *O pensamento europeu no século XVIII*. Lisboa. Editorial Presença, 1989, p.65-67, 111 e, 367-369.

essencialmente caracterizado pelo Reformismo e Pedagogismo. “O seu espírito não era revolucionário nem anti-histórico, nem irreligioso como o francês, mas essencialmente progressista, reformista, nacionalista e humanista. Era o Iluminismo italiano: um Iluminismo essencialmente católico e cristão”²⁹.

No campo religioso, o Iluminismo mudava a ideia de religião, “mostrando-se mais favorável à tolerância, à diversidade dos ritos e ao alargamento do conceito de Deus. Pregava uma religião racional e natural, em prol de um mundo mais pacífico e próspero, menos cruel e supersticioso”. No campo da política onde tinha-se uma Europa sob o domínio do Absolutismo monárquico fundado na origem divina dos reis, os iluministas pregavam a construção de uma nova sociedade “substituindo os valores do Antigo Regime pelos do liberalismo: liberdade, igualdade, prosperidade e segurança”. É de importância ressaltar que se propunha uma reforma na qual a ideologia ilustrada buscava um governo representado por um príncipe filósofo, um soberano ilustrado que “criasse leis racionais, que guiassem o seu reino às luzes e o homem à felicidade”. Uma nova definição da acção do Estado a qual continuava a manter a soberania e intervenção em todos os sectores da vida social, a centralização administrativa, a burocracia e legitimando o direito civil em oposição ao direito canónico³⁰.

Para Sérgio Paulo Rouanet a Ilustração europeia teve duas vertentes: uma voltada para a “reforma dos métodos e procedimentos da ciência e da transmissão do conhecimento, com vista a substituir um saber escolástico por uma ciência autêntica,

²⁹ L. Cabral de Moncada, *Estudos de História do Direito*, vol. III, Século XVIII- Iluminismo Católico: Verney: Muratori, Coimbra, Por ordem da Universidade, 1950, pp. 7-8. In : GOMES, op. cit. p.10.

³⁰ FALCON, op. cit. 1982, p. 113. Virgínia Maria Trindade Valadares. *A Sombra do Poder: Martinho de Melo e Castro e a administração da Capitania de Minas Gerais, (1770-1795)*. São Paulo: Hucitec, 2006 op. cit. p.26.

baseada na experiência e na observação, e visando à utilidade individual e colectiva”; e outra voltada para a “transformação das instituições religiosas e governamentais”. Em ambos os casos, “tratava-se de dissolver a tradição” e passar a utilizar a razão para fundar a ciência e criar uma nova sociedade baseada na mesma³¹.

Em França era publicada de 1751 a 1766 a *Encyclopédie des sciences, des art set des ofices*. Seus editores Diderot³² e d’Alembert^{33 34}, e como autores Voltaire, Rousseau, Holbach, Turgot, entre outros, achavam que tendo razão tinham tudo³⁵.

A *Encyclopédie*, para Rouanet, é um *dictionnaire raisonné* das artes e da ciência, apresentando a descrição dos ofícios e do saber, rejeitando as noções que

³¹ Sérgio Paulo Rouanet. “Portugal e Brasil entre a Ilustração e o Iluminismo”. *O Iluminismo Luso-Brasileiro*. Academia de Ciências de Lisboa – Academia Brasileira de Letras. Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Lisboa, 2007. p.51.

³² Denis Diderot (1713/1784) filósofo e escritor francês. A primeira obra importante da sua carreira literária é *Lettres sur les aveugles à l’usage de ceux qui voient*, em que resume a evolução do seu pensamento desde o deísmo até ao cepticismo e o materialismo ateu. Escreveu também *Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers* (Dicionário razoado das ciências, artes e ofícios). Mas a obra da sua vida é a edição da *Encyclopédie* (1750-1772) onde escreveu sobre o conhecimento que a humanidade havia produzido até então.

Disponível em: <http://www.netsaber.com.br/biografias/ver_biografia_c_1862.html>. Acesso em: 28/06/2008

³³ Jean le Rond d’Alembert (1717/1783) filósofo, matemático e físico francês que também participou na edição da *Encyclopédie*. A apresentação, em Julho de 1739, do artigo "*Mémoire sur le calcul intégral*", na *Académie des Sciences*, marca o início da sua carreira em Matemática. Em 1741 foi nomeado membro da *Académie des Sciences* e treze anos depois foi nomeado membro da *Académie Française*, de que foi eleito secretário perpétuo em 1752. Durante toda a sua vida, d’Alembert participou nas duas Academias, contribuindo com diversas publicações.

Disponível em: < <http://www.e-escola.pt/site/personalidade.asp?per=24>>. Acesso em: 28/06/2008.

³⁴ Segundo Luís A. de Oliveira Ramos, d’Alembert foi eleito sócio da Academia Real de Ciências de Lisboa, dentro de um espírito aberto da Academia e foi alvo de elogios em uma oração académica. In: Luís A. de Oliveira Ramos. *Sob o signo das Luzes*. Temas Portugueses. Casa da Moeda-Imprensa Nacional, Lisboa, 1988, p.142.

³⁵ Eduardo Portella. “Projecções do Iluminismo”. *O Iluminismo Luso-Brasileiro*. Academia de Ciências de Lisboa – Academia Brasileira de Letras. Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Lisboa, 2007. p28.

poderiam impedir o progresso do conhecimento, além de que um “libelo corrosivo contra todas as irracionalidades sociais do antigo regime³⁶”.

(...) D’Alembert chegou a proclamar, em alto e bom tom. «La raison finira par avoir raison.» Voltaire chega a recusar a religião dos ingleses. Vem a ser a representação maior da laicidade e da insubmissão política. Rousseau, atípico e impulsivo, constitui a naturalização ingênua da bondade humana e a antecipação de um contratualismo promissor. (...)»³⁷

Para Valadares, a *Encyclopédie* era a suma do movimento ilustrado pois valorizava o homem e suas faculdades básicas: memória, imaginação, razão e artes mecânicas. Proibida pela igreja, que a entendia contrária a sua doutrina e dogmas, era interpretada como obra que conduziria à incredulidade e ao desprezo pela religião³⁸.

Para Falcon, a *Encyclopédie* foi pensada e produzida para ser uma síntese dos conhecimentos até então existentes e, ao mesmo tempo, um veículo de divulgação. Para este autor, em meados do século XVIII “parecia o momento de se proceder ao grande balanço do saber, pois todas as ciências haviam realizado grandes progressos e novos avanços estavam à vista”. Teve a publicação de seu primeiro volume em 1751, a seguir proibida em 1752, e por fim, novamente, a publicação do último em 1766. Foi em um certo sentido uma batalha das Luzes, pois ao escolher os colaboradores, enfrentar as autoridades civis e eclesiásticas acerca dos temas políticos e religiosos e prover os

³⁶ ROUANET, *op. cit.* p.54.

³⁷ PORTELLA, *op. cit.*, p. 28.

³⁸ J. Marie Goulemont-Launay. *El siglo de las luces*. Madri: Guadarrama, 1969, pp. 11-9. In : VALADARES, *op. cit.*, p.26.

recursos materiais, tornou-se uma batalha de seus organizadores. Redefinida em 1782 passando a intitular-se *Encyclopédia Méthodica*, teve seus volumes a circularem por toda a Europa e chegaram ao continente americano apesar de todas as proibições, condenações e perseguições³⁹.

Exemplares da *Encyclopédie* foram adquiridos em Portugal pelo Mosteiro dos Tibães, casa-mãe dos beneditinos situado na vizinhança de Braga, pelo arcebispo de Braga, pelo Convento de Jesus em Lisboa, assim como por outras instituições e súbditos de D. Maria I ⁴⁰.

A ideias dos filósofos propagaram-se à Revolução Francesa, mas não através dos próprios filósofos, visto que quase todas as figuras famosas do Iluminismo já tinham desaparecido em 1789, quando esta revolução se desencadeou. Montesquieu morrera em 1755, Turgot em 1781, d'Alembert em 1783, Diderot em 1784, Voltaire e Rousseau em 1778. Dentre os mentores do Iluminismo apenas restava Condorcet para transmitir os seus ideais à revolução⁴¹.

³⁹ FALCON ,op. cit., 1982, p. 108.

⁴⁰ RAMOS, op. cit. p. 137.

⁴¹ Thomas L. Hankins. Ciência e Iluminismo. Porto Editora, Porto, Portugal, 2002. p.188. O movimento das luzes continua a ser objecto de pesquisa em um horizonte marcado por uma proliferação de estudos, “no qual ocorre uma sistematização de valores, ideias, linguagens, imagens, símbolos, tipos e modos de actuação dos diferentes protagonistas culturais e sociais das luzes”. Em Inglaterra, J. Black e R. Porter; *A Dictionary of Eighteenth-Century* (1994). Na Alemanha, W. Schneiders; *Lexicon der Aufklärung, Deutschland und Europa* (1995). Em Itália, Vincenzo Ferrone e Daniel Roche; *Dizionario storico dell'Illuminismo* (1997), reeditado em França, em 1999, com o título *Le Monde des Lumières*. Ainda em França encontra-se *Historie et Dictionnaire du temps des Lumières* (1995), dirigida por J. De Viguerie e o *Dictionnaire Européen des Lumières* (1997), sob a direcção de Michel Delon. In: Ana Cristina Araújo. *A Cultura das Luzes em Portugal. Temas e Problemas*. Livros Horizonte. Lisboa, 2003, op. cit. p. 10.

CAPÍTULO 2

As luzes com limites: Portugal

Em meados do século XVIII Portugal apresentava costumes e ideias singulares, diferentes dos outros países europeus, notadamente a França e a Inglaterra. Para Virgínia Valadares, estabeleceu-se uma “exclusão recíproca de Portugal com relação à Europa e desta com relação àquele país”⁴². Para Luís Carlos Villalta, Portugal e Espanha na Época Moderna apresentavam uma “configuração intelectual peculiar em relação ao Além-Pireneus, especialmente à França, tendo esta situação perdurado do Quinhentos até o século das Luzes”⁴³. Para Nuno Gonçalo Monteiro e Fernando Dores Costa, Portugal e Espanha eram vistos na primeira metade do século XVIII pelos autores e viajantes dos países centrais do continente, como “redutos de superstição e atraso”. Para os mesmo autores estas ideias tinham muito de “distorcido e excessivo”, mas ambos concordam com o isolamento do país⁴⁴. Para Luís Oliveira Ramos, o país apresentava intensas relações mercantis “onde a burguesia medrava”, e, sendo assim, Portugal possuía “condições que proporcionavam a recepção das novas doutrinas e propostas de mudanças veiculadas já através do movimento ilustrado”⁴⁵. O mesmo autor ressalta ainda que os portugueses estavam em contacto intenso com o exterior e eram importantes as colónias inglesas e francesas estantes no país e ainda, o volume de

⁴² VALADARES, *op. cit.* p. 34.

⁴³ VILLALTA, 1999, p. 26.

⁴⁴ Nuno Gonçalo Monteiro e Fernando Dores Costa. *D. João Carlos de Bragança. 2º Duque de Lafões. Uma vida singular no Século das Luzes*. Edições INAPA, Lisboa, 2006. p. 43.

⁴⁵ Luís A. de Oliveira Ramos. *Sob o signo das Luzes*. Temas Portugueses. Casa da Moeda - Imprensa Nacional, Lisboa, 1988. p. 135.

negócios fazia com que mercadores passassem largos períodos no estrangeiro, “assim chegando no entendimento do que se acontecia na Europa em mutação”. Paralelamente a este movimento mercantil, fluía ao país um grande numero de publicações oriundos do exterior, assim como portugueses estudavam em outras nações e mantinham ligações com a pátria-mãe. Diante destes motivos, Oliveira Ramos afirma:

*o país não ficou cego às Luzes do século e ao clarão dos surtos revolucionários que, de 1770 em diante, marcaram a história da América do Norte, da Inglaterra e da Irlanda, das Províncias Unidas e dos Países Baixos austríacos, da Suíça e, principalmente da França*⁴⁶.

Para Ana Cristina Araújo as dificuldades criadas à livre circulação de ideias ao sul da Europa conferiram uma “menor fluidez às linhas de fronteira no interior do espaço cultural europeu”. Sendo assim, os eruditos portugueses e castelhanos estiveram sob uma “censura apertada” e obrigados, no plano doutrinal a assumir o papel de “receptores defensivos de outras correntes de pensamento”, mas todavia, não escaparam dos efeitos impostos pela difusão do movimento das luzes⁴⁷.

Até o consulado pombalino manteve-se em Portugal uma resistência relativa à revolução científica em vigor no restante da Europa e o Reformismo Ilustrado português “apropriou-se selectivamente das ideias trazidas pelas luzes, refutando aquelas que possuíam carácter mais radical⁴⁸”. Já no período mariano destacam-se dois

⁴⁶ RAMOS, op. cit. p. 136.

⁴⁷ ARAÚJO, op. cit. pp. 14 e 15.

⁴⁸ VILLALTA, 1999, p. 135 e 136.

aspectos relevantes para a análise das ideias política. Por um lado a criação em Portugal de “instituições de sociabilidades aos moldes dos padrões de intelectualidade europeia que conformou um clima de opinião marcado pelo pragmatismo e pelo ecletismo filosófico”; por outro os “posicionamentos político-diplomáticos portugueses demonstraram o grau de aceitação da Coroa frente às novidades e às instabilidades do cenário internacional”⁴⁹.

1.0) A Ciência no Império Português.

*“A ciência e a técnica permitiriam transformar o Novo Mundo à imagem do Velho e, sobretudo, potencializá-lo e explorá-lo em benefício próprio”.*⁵⁰

A segunda metade do século XVIII pode ser considerada como um tempo de renovação em busca do conhecimento. Este esforço foi levado à frente tanto por indivíduos como por instituições e a Coroa portuguesa foi em grande medida o agente de suporte e de financiamento. Estiveram empenhados cientistas, astrónomos, cartógrafos, médicos, muitos vindos do exterior, outros recém-graduados pela

⁴⁹ Nívia Pombo Cirne dos Santos. “Portugal e as ideias políticas”. Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira: Disponível em: <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br:80/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=244&sid=38&tpl=printerview>. Acesso em 20 de Julho de 2008.

⁵⁰ Marie-Noelle Bouruet, Christophe Bonneuil, «Présentation» in Revue Française d’ Histoire d’Outre-Mer, tomo 86, nº 322-323, 1999, p.30. Citado por: Ângela Domingues. “Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de *redes* de informação no Império Português em finais de setecentos”. *Ler História*, 39 (2000) *Brasil Colonial: Leituras e Representações*. ISCTE. Lisboa. p.31.

Universidade de Coimbra e ainda, altos funcionários dotados de uma formação que lhes permitia também serem considerados “homens de ciência”⁵¹.

Para a circunstância tinha-se ainda o facto de no último quartel do século frequentar a Universidade de Coimbra um número apreciável de estudantes de todo o país que nesse meio ganhou familiaridade com as teorias do iluminismo, discutidas e “inculcadas por catedráticos mais abertos e, em especial, conhecidas pela leitura de Montesquieu, Voltaire, Rousseau, Bielefeldt, d’holbach, d’argens, Helvetio, Mably, Raynal, e tantos outros”⁵².

Todo esse esforço tinha como objectivo um maior conhecimento dos limites físicos e das potencialidades económicas dos domínios portugueses na Europa, Ásia, África e na América, assim como dos movimentos e novas ideias propagadas no continente europeu.

*Dos recônditos da Amazónia e Goiás, das Capitanias do Rio de Janeiro e da Baía, das ilhas do Cabo Verde e dos sertões de Angola remetiam-se para o reino produções naturais e etnológicas, herbários, amostras de cascas de árvores, raízes e resinas, frascos com terras e sementes; enviam-se caixotes com plantas e gaiolas com pássaros, répteis, macacos, zebras, tabuleiros com borboletas, peixes e animais embalsamados, peles, enxofre, ferro, salitre, antimónio e bismuto ou, simplesmente, pedras*⁵³.

⁵¹ A Coroa participou efectivamente neste processo de renovação cultural e científica impulsionando a criação do Colégio dos Nobres, da Academia Militar e a reforma da Universidade de Coimbra. Também foi efectiva quando requisitou serviços de professores de Física, Astronomia, Química, Matemática e História Natural em Bolonha, Génova e Pádua. In: Ângela Domingues. “Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império Português em finais de Setecentos”. *Ler História*, Nº 39(2000), 19-34. Lisboa.

⁵² RAMOS, *op. cit.* p.136.

⁵³ DOMINGUES, Ângela. *op. cit.* p.27

Para a mesma autora esse saber científico de Portugal de Setecentos tinha um “carácter eminentemente prático” e deviam contribuir para o desenvolvimento económico do reino. Sendo assim, para além da componente científica, buscava-se desenvolver a “racionalização da agricultura, a introdução de novas técnicas que rentabilizariam e tornariam mais produtivas as actividades agrícolas, mineralógica e industrial, tal como eram habitualmente praticadas”⁵⁴.

Para Maria Odila Leite Silva Dias, vigorava também o objectivo de industrializar o Reino, e para tanto, o “Estado patrocinou pesquisas, abriu escolas e financiou publicações na área das ciências naturais para fomentar a produção de matérias-primas na América”⁵⁵.

Para Oliveira Ramos o iluminismo no contexto português significou “a aceitação da pesquisa científica e dos respectivos resultados mesmo quando contrário às opiniões tradicionais”, implicou “a flagelação das superstições e dos preconceitos propiciadores de injustiça e de opressão, contemplou o exame crítico das crenças correntes e o seu repensar, outrossim originando claro interesse por reformas de natureza económica e social”⁵⁶. Neste ponto ao avaliarmos as obras produzidas pelos académicos de origem brasileira e impressas pela Academia de Ciências até 1822, não alinhamos nesta afirmação visto que essas obras avaliadas não evidenciam qualquer flagelação das superstições e dos preconceitos propiciadores de injustiça e de opressão,

⁵⁴ Ibidem.

⁵⁵ DIAS, Maria Odila Leite Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, (278):105-170, jan./mar. 1968.

⁵⁶ RAMOS, *op. cit.* p. 136.

assim como não contemplaram o exame crítico das crenças correntes e o seu repensar, e nem originaram claro interesse por reformas de natureza económica e social.

A projecção das luzes fez-se sentir em sectores variados e assim inspirou o funcionamento e realizações de algumas instituições onde transparecesse a “alma inquieta da Enciclopédia”, ainda segundo Ramos. A fundação da Academia Real de Ciências de Lisboa e da Sociedade Económica dos Amigos do Bem Público de Ponte de Lima⁵⁷, no Alto Minho, são exemplos deste fenómeno, “evocando uma instituição marcante com sede na capital do reino e projecção nacional e uma instituição da província, com irradiação regional⁵⁸”.

No caso específico da Academia Real de Ciências de Lisboa, a instituição apoiada e incentivada pela coroa teve um papel central na promoção e divulgação do saber prático com vistas ao proveito público e utilidade social. Por meio da divulgação e publicação de algumas memórias pela imprensa da Academia, os conhecimentos foram “difundidos junto de um público mais vasto, ou eram lidas entre o círculo restritos de sócios e por um grupo social culto e interessado”. Nos salões da Academia dissertaram políticos e cientistas, os quais versavam sobre assuntos relacionados com práticas agrícolas, exploração de minas ou utilização de matérias vegetais. Acreditavam esses académicos que era “sobretudo na agricultura que residia o fundamento da prosperidade dos povos e da riqueza dos estados”. Buscavam assim privilegiar as produções agrícolas das colónias como forma de dinamizar a economia do reino, e ao mesmo tempo procuravam criar nestas colónias uma dependência dos produtos

⁵⁷ Posteriormente será feito uma abordagem sobre o significado destas instituições.

⁵⁸ RAMOS, *op. cit.* p. 141.

manufactureiros e agrícolas produzidos no reino⁵⁹. Os objectivos que se propunham eram especulativos e práticos a um tempo e podiam, inclusive, “envolver a discussão e proposta de aperfeiçoamento técnicos e de planos económicos”. Incentivavam as pesquisas nos vários ramos do saber e a cada ano podiam apresentar e concorrer sócios e não sócios em concursos. Tais concursos estão na origem de trabalhos publicados⁶⁰.

No sentido de progredir e ser uma fonte de conhecimento, a ciência era também para o reino uma forma de domínio. “A ciência e a técnica permitiriam transformar o Novo Mundo à imagem do Velho e, sobretudo, potencializá-lo e explorá-lo em benefício próprio⁶¹”.

Para Contente Domingues um factor de diferença neste processo surgido em Setecentos é o aparecimento do Estado, “enquanto parte interessada e promotora do processo em causa”, ou seja, “um agente interventivo no domínio da produção científica⁶²”.

Para António Almodôvar o Estado foi o patrocinador de um vasto movimento de renovação, responsável inclusive pelo surgimento de uma reflexão económica razoavelmente autónoma em relação à reflexão política e jurídica, e com pretensões científicas⁶³.

⁵⁹ DOMINGUES, Ângela, *op. cit.* p.29.

⁶⁰ RAMOS, *op. cit.* p. 142.

⁶¹ Marie-Noelle Bourguet, Christophe Bonneuil, «Présentation» in *Revue Française d'Histoire d' Outre-Mer*, tomo 86, nº 322-323, 1999, p. 30. In: DOMINGUES, Ângela. p.31.

⁶² Francisco Contente Domingues. *Ilustração e Catolicismo. Teodoro de Almeida*. Colecção Colibri História, Edições Colibri, Faculdade de Letras de Lisboa. Lisboa, 1994. p. 110.

⁶³ ALMODOVAR; António. “Processos de difusão e institucionalização da Economia Política no Brasil”. In: CARDOSO, José Luís, coord. *A Economia Política e os dilemas do Império Luso-Brasileiro (1790-1822)* Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa, 2001. p.118 e 119.

Sendo assim, podemos pensar nas pretensões políticas do Estado como agente que intervém no financiamento e na direcção do processo da criação científica; uma união entre cientistas e políticos. Com a finalidade de suprir demandas económicas, políticas, e mesmo culturais, a ciência assim orientava as suas novas investigações “no desejo de engrandecer os Estados, promover a riqueza das nações e servir ao bem público”⁶⁴.

A partir da segunda metade do século XVIII, e mais acentuadamente a partir da reforma da Universidade de Coimbra⁶⁵, era a Coroa que determinava as pesquisas a serem feitas nos vários ramos das Ciências. Para Maria Beatriz Nizza da Silva⁶⁶, o planeamento científico foi uma das principais características do despotismo iluminado. A reforma da Universidade de Coimbra e a criação da Academia Real de Ciências de Lisboa podem, portanto, serem considerados marcos históricos para Portugal em fins de Setecentos.

A Academia Real de Ciências de Lisboa perseguia objectivos como: desenvolver a agricultura, a indústria popular e o comércio, e foi precedida nesses objectivos pela Sociedade Económica de Ponte de Lima⁶⁷.

A Universidade de Coimbra, também frequentada por estudantes naturais do Brasil, contribuiu por intermédio de sua reforma em 1772 para “a formação de uma mentalidade ilustrada também na colónia e não apenas para a formação profissional

⁶⁴ DOMINGUES, Contente. *op. cit.* p.113.

⁶⁵ Em 28 de Junho de 1772 o rei D. José I ratifica os novos estatutos (Estatutos Pombalinos), que marcam o início da Reforma desta Universidade. A seguir abordaremos a reforma da Universidade de Coimbra com maiores informações.

⁶⁶ Maria Beatriz Nizza da Silva. *História da Colonização portuguesa no Brasil*. Edições Colibri / Grupo de trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa, 1999. p. 88.

⁶⁷ A Sociedade Económica de Ponte de Lima foi fundada em 8 de Maio de 1779 e viu seus estatutos aprovados por alvará régio de 5 de Janeiro do ano seguinte. Privilegiava a actuação prática em detrimento da investigação científica ou da reflexão filosófica. Veio a desactivar em 1786. In: DOMINGUES, Contente p.118.

necessária aos cargos da magistratura e da alta hierarquia eclesiástica⁶⁸”. Nesta afirmação, sob nosso ponto de vista, a formação da “mentalidade ilustrada” que a autora se refere deve ser entendida, mediante a avaliação dos acadêmicos de origem brasileira, como uma mentalidade pragmática que fez uso dos conhecimentos adquiridos na metrópole para uma melhor exploração das potencialidades da colônia, e não em busca de renovações das instituições ou de qualquer outra alteração no contexto político e social.

É notável uma ligação entre a Universidade de Coimbra e alunos oriundos de seus cursos e a Academia Real de Ciências de Lisboa. A criação desta instituição foi palco para os naturalistas e os médicos aí apresentando suas memórias sobre os mais variados temas, “algumas publicadas pela própria Academia, enquanto outras permanecessem inéditas”⁶⁹.

Sendo assim, como dito inicialmente, a fundação da Academia Real das Ciências de Lisboa representou para Portugal a “abertura de uma nova era nos rumos da institucionalização da ciência⁷⁰”, e dentro deste clima de institucionalização da ciência ocorreu paralelamente um processo de difusão e institucionalização da economia política no Brasil Colônia, fruto dos novos conhecimentos que surgiam e se difundiam nesta época iluminista na Europa. É importante ressaltar que o processo de institucionalização da economia política patrocinado pelo Estado foi um esforço de actualização de algumas práticas tradicionais, resultado da exigência de um contexto

⁶⁸ SILVA, *op. cit.* p.85. Para maiores detalhes sobre os estudante brasileiros na Universidade de Coimbra ver também: Ruth Maria Chittó Gauer. *A Influência da Universidade de Coimbra na Formação da Nacionalidade Brasileira*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1995, Tese de Doutorado em História.

⁶⁹ Ibidem, pp. 86 e 87.

⁷⁰ DOMINGUES, Contente. *op. cit.* p.113.

mundial em transformação. Procurava-se também desta forma a sobrevivência das estruturas e dos valores fundamentais do antigo regime, a monarquia e o império⁷¹.

Portanto, todo processo de institucionalização económica e difusão de novos conhecimentos tiveram como agentes uma elite ilustrada, seja de juristas, filósofos, funcionários públicos, publicistas e alguns homens de negócio⁷². Essa actualização, para Almodôvar, significava que não se poderia continuar a ignorar as modernas e bem sucedidas práticas (legais, fiscais, institucionais e técnicas) prosseguidas pelas nações (Inglaterra, França e Holanda), que ocupavam os lugares cimeiros do contexto político-económico mundial.

*(...) o processo de institucionalização da economia política obedece a um conjunto de passos análogos: iniciando-se pela circulação restrita de manuscritos (pareceres, alvitres, memórias), passando a uma circulação impressa (em livros e folhetos) e consequentemente mais alargada, e partindo depois para a conquista de espaços de afirmação e legitimação cultural mais visíveis. É assim que se implantam as novas Sociedades Literárias onde a discussão dos assuntos económicos ocupa um lugar de algum destaque, que a economia política ganha espaço próprio nas Academias Científicas existentes(...)*⁷³

No campo da economia a política ilustrada vem acompanhada das doutrinas fisiocráticas francesas. A fisiocracia pode ser caracterizada como uma transição entre o mercantilismo e o liberalismo e, “ nesse sentido, mantém alguns princípios mercantis e alguns avanços liberais”⁷⁴.

⁷¹ ALMODOVAR, *op. cit* p. 119.

⁷² Idem p.114.

⁷³ Ibidem.

⁷⁴ VALADARES, *op. cit* p.30.

Para José Luís Cardoso, na historiografia do pensamento económico português associa-se como exemplo da influência e assimilação destas doutrinas a economia em finais do século XVIII ⁷⁵. É certo que na em alguns países da Europa Ocidental a Ilustração manifestava-se na economia pela fisiocracia⁷⁶, pois era um pensamento defendido pelo despotismo esclarecido⁷⁷. Ainda para Cardoso, no caso de Portugal, trata-se de um erro analítico a associação do reformismo iluminista com a fisiocracia pois “consiste em apelidar de fisiocrático qualquer indício de defesa e exaltação da terra e das actividades agrícolas”. Sendo assim, confunde-se a fisiocracia enquanto “sistema e escola coerente de pensamento económico” com as concepções agraristas apresentadas pelos autores que escreveram memórias económicas em Portugal de finais de Setecentos. Houve, para o mesmo autor, uma certa penetração da fisiocracia, mas que “essa penetração não pode ser simplesmente aferida pela ressonância dos apelos agraristas⁷⁸. Assim, uma das consequências deixadas pela fisiocracia foi o individualismo económico, a relação de concorrência na sociedade e a defesa do interesse particular⁷⁹.

As ideias da ilustração, “ainda que circulassem entre um grupo restrito e com uma mentalidade particular”⁸⁰, tiveram um contexto marcado pela política reformista

⁷⁵ José Luís Cardoso. *O Pensamento Económico em Portugal nos finais do século XVIII. 1780-1808*. Editorial Estampa, Lisboa, 1989. p.67.

⁷⁶ Escola de pensamento económico que possui como traço característico o princípio da defesa do carácter exclusivamente criador de riqueza do sector agrícola. Escola de importância, mas fugaz credibilidade pública em França nos trinta anos que antecedem a Revolução de 1789 e que teve como patrono e principal teorizador François Quesney. Ibidem, p.74.

⁷⁷ FALCON, op. cit., 1982, p. 143 e 144. VALADARES, op. cit., p. 31.

⁷⁸ CARDOSO, op. cit., p. 67.

⁷⁹ FALCON, op. cit., 1982, p. 144. VALADARES, op. cit., p.30.

⁸⁰ Lilia Moritz Schwarcz. *A longa Viagem da Biblioteca dos Reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.88.

pombalina, a qual buscava associar o uso da razão e da aplicação do conhecimento na formulação das políticas metropolitanas. Vê-se a tentativa de conciliação de elementos teoricamente pouco harmoniosos, como fé e ciência, teocentrismo e antropocentrismo.

Com o movimento iluminista a se espalhar pela Europa, o debate político passa a se estabelecer com a concepção do homem, as circunstâncias da vida social e a busca de restringir o acto religioso à área do puramente litúrgico, abrandando assim sua intervenção no fenómeno político.

Para Borges de Macedo, pelas mãos dos jesuítas, um outro debate havia sido colocado anteriormente em discussão; “ao negarem o poder absoluto dos reis eram pertinentes não pactuando nem quanto a origem do poder, nem quanto às responsabilidades do governante que daí derivam”⁸¹. A Companhia de Jesus tendia a limitar o poder real. A penetração desta ordem era tal que basta dizer que os jesuítas eram os confessores da Família Real e educadores dos príncipes. No caso de Portugal a educação era monopólio quase total dos jesuítas, ligados ao direito canónico, ao aristotelismo, e contrários à mudança. Sendo assim tornaram-se adversários da reformulação do ensino educacional⁸². Portanto, com a expulsão dos jesuítas⁸³ o debate estava entregue aos puros raciocínios da necessidade sociológica ou histórica⁸⁴.

⁸¹ Jorge Borges de Macedo. “Formas e premissas do pensamento Luso-Brasileiro do séc. XVIII”. Actas do I Congresso Luso-Brasileiro de Filosofia. *Revista Portuguesa de Filosofia*. Tomo XXXVIII-II. Braga, 1982. pp. 932 a 943.

⁸² O ensino jesuítico encontrava-se disseminado por todo o país, sendo assim um obstáculo para as reformas que se pretendia. Compreende-se que somente com a expulsão dos jesuítas e a extinção das suas escolas (alvarás de 7 e de 28 de Julho de 1759), fosse criada a Directoria Geral dos Estudos (1759), que teve a missão de planificar e lançar as bases de uma rede escolar de tipo elementar e secundário. In. ARAÚJO, op. cit. p. 54. FALCON, op. cit., 1982, p. 136.

⁸³ Dominando o sistema de ensino, em Portugal e no Ultramar, vinculados por uma ligação especial a Roma e possuidores de um grande influxo cultural, os jesuítas formavam um corpo facilmente visto como ameaça para um sistema absolutista que ambicionava controlar todos os aspectos da vida social, incluindo uma Igreja mais submetida ao Estado. Se a esta moldura ideológica, juntarmos a apetência pelo património considerável na posse dos jesuítas, teremos reunidas as condições para o desencadear da perseguição. A campanha anti-jesuítica montada por Pombal levou à formulação de uma série de acusações publicitadas em toda a Europa em sucessivas edições da obra *Dedução cronológica e analítica*.

*(...) se a Companhia representara, no século XVI, uma interpretação nova e progressista do cristianismo, no século XVIII já era identificada com o atraso: moderna na Contra-Reforma, tornara-se arcaica naqueles tempos nervosos do Iluminismo, colocando-se na contra-mão*⁸⁵.

O país apresentava-se, portanto, com uma cultura essencialmente conservadora associada fortemente à ortodoxia religiosa e aversa aos princípios da modernidade, e sendo assim, a Ilustração em Portugal passava pela reduzida elite governamental e dos intelectuais que giravam em torno dela. Os princípios de modernidade eram defendidos e divulgados pelos estrangeirados, muitos portugueses que retornavam à Portugal vindo de uma “Europa mais Ilustrada” onde foram se especializar, e ainda com a presença de professores estrangeiros ligados à segunda fundação da Universidade de Coimbra. Encontramos assim de um lado os estrangeirados, “impuros nas ideias” e os cristãos-novos⁸⁶, “impuros na fé e no sangue, ameaçando a ordem estabelecida. Neste contexto

Entre essas acusações, encontravam-se: a resistência dos jesuítas à aplicação do Tratado de Madrid, celebrado entre Portugal e a Espanha para a delimitação de fronteiras na América do Sul; a oposição, no Brasil setentrional, às leis que regulavam a administração das aldeias de índios; o exercício de actividades comerciais proibidas a religiosos; a decadência dos jesuítas portugueses; a difamação do rei no estrangeiro; e a participação pelo menos moral no atentado contra D. José e na revolta popular do Porto ocorrida em 1757. Apesar deste acervo de acusações, o único jesuíta a ser objecto de julgamento formal foi o P. Gabriel Malagrida, italiano, acusado de heresia e condenado à morte, em 1761, num processo que aproveitou a debilidade mental de um ancião enfraquecido e já transtornado. Os meios usados para a expulsão foram implacáveis. No total, cerca de 1100 jesuítas foram desembarcados nos Estados Pontifícios; morreram nas prisões cerca de 70 e uns 40 durante as viagens; encontravam-se ainda 45 encarcerados em S. Julião da Barra quando, em 1777, foram libertados, após a queda de Pombal. A luta de Pombal contra a Companhia de Jesus não se limitou aos domínios da Coroa portuguesa. Prolongou-se, em conjunto com as cortes borbónicas, até alcançar o fim pretendido: a extinção da Companhia de Jesus, em 21 de Julho de 1773, por breve do papa Clemente XIV. In: Nuno da Silva Gonçalves. “A Companhia de Jesus em Portugal”.

Disponível em: <http://www.companhia-jesus.pt/intro/hist_port.htm>. Acesso em: 19 de Agosto de 2007.

⁸⁴ MACEDO, op. cit. p.935 e 936.

⁸⁵ SCHWARCZ, op. cit., p. 101.

⁸⁶ Observar que essa denominação foi extinguida por Pombal em 1773, pondo fim a uma secular discriminação. VILLALTA, 1999, p. 144.

foi-se formando uma corrente de ideias hostis ao “provincianismo cultural e político” e assim, os que comungavam com esses novos ideais, reuniam-se no início do século XVIII e traçavam o perfil das primeiras reuniões académicas.

Para Contente Domingues, a partir dos trabalhos de historiadores dos fins do século XIX e princípios do século XX, “foi-se cimentando erudita e ideologicamente a convicção de que os jesuítas e a Inquisição teriam sido grandes factores de travagem da entrada em Portugal do desbravar de novos caminhos intelectuais”⁸⁷.

Observamos, portanto, que as ideias iluministas surgiram em Portugal pelas mãos de portugueses outrora residentes no estrangeiro e alguns com funções diplomáticas. Além destes portugueses oficialmente ligados à coroa, existiram aqueles acusados de judaizantes e perseguidos pela Inquisição, como é o caso de Jacob de Castro Sarmiento e Ribeiro Sanches. A esses portugueses, ligados ou não à coroa, costuma-se vincular a introdução do Iluminismo, do empirismo e do utilitarismo em Portugal⁸⁸.

Atribuía o atraso do Império à falta de cultura e, em consequência, defendiam a chegada “das luzes da razão moderna” como única maneira de garantir o progresso nacional. Os locais de actuação seriam muitos, mas deveriam se concentrar na educação, até então considerada especulativa e dogmática, uma vez que o ensino das humanidades continuava monopolizado pelos jesuítas, que, por

⁸⁷ Francisco Contente Domingues. *Ilustração e Catolicismo. Teodoro de Almeida*. Coleção Colibri História, Edições Colibri, Faculdade de Letras de Lisboa. Lisboa, 1994. p. 32. O autor salienta ainda que a questão dos jesuítas e o travamento por eles imposto à Portugal dos novos caminhos intelectuais, não significa que os mesmos jesuítas não estavam perfeitamente a par do que intelectualmente se passava na Europa dos séculos XVII e XVIII. Ibidem, p.33.

⁸⁸ SCHWARCZ, *op. cit.* pp. 88 e 89.

*sua vez, mantinham-se fiéis à autoridade aristotélica, contrária à experimentação e a métodos mais empíricos de fazer ciência*⁸⁹.

Para Villata a primeira manifestação ilustrada em Portugal veio dos estrangeirados⁹⁰ como Dom Luís da Cunha, José da Cunha Brochado, os condes de Tarouca, Galveias, Ribeira Grande, o Visconde de Vila Nova da Cerveira e Luís António Verney, que “por um motivo ou outro, circularam no Além-Pirineus”. Estes ainda contaram com aliados internos como Teodoro de Almeida (Académico), Dom Rodrigo de Souza Coutinho (Académico) e vários luso-brasileiros, dentre os quais destaca-se António de Moraes Silva, lexicólogo brasileiro, Francisco de Mello Franco (Académico), José Bonifácio Andrada e Silva (Académico), Manuel Joaquim Henriques de Paiva (Académico), Vicente Seabra Telles (Académico)⁹¹.

1.1) A política Reformista Ilustrada.

Para uma melhor compreensão dos espírito das luzes em Portugal recuaremos também de forma breve ao reformismo ilustrado abraçado por Pombal. Com a morte de D. João V e a subida ao trono de D. José I aparece no cenário político português a

⁸⁹ SCHWARCZ, op. cit. p.89.

⁹⁰ O conceito de estrangeirado, muitas vezes ligado aos diplomatas para designar aqueles que, sobretudo ao longo da primeira metade do século XVIII, viveram no exterior e lá colheram suas fontes de informação é bastante discutido. Para Nuno Gonçalo Monteiro e Fernando Dores Costa, trata-se de um conceito impreciso e criticado, visto que “não existia um ideário comum partilhado por aqueles que atravessaram fronteiras”. In: MONTEIRO e COSTA, op. cit., p. 42. Para Ana Cristina Araújo o termo “estrangeirado” continua, “por comodidade ou desmazelo crítico a invadir erráticamente o discurso dos historiadores”. Para a autora trata-se de um erro de perspectiva grave que assenta-se no princípio de que as sociedades se dividem em avançadas ou atrasadas, “justamente em função da abertura que manifestam ao exterior”. In: ARAÚJO, op. cit. p. 21. Ver também: Jorge Borges de Macedo. “‘Estrangeirados’ um conceito a reaver”, *Bracara Augusta*, vol. XXVIII – fasc. 65-66 (77-78), Braga, 1974, pp. 1-30.

⁹¹ VILLALTA, 1999, p. 138. As referências dos ilustrados quanto a participação na Academia Real de Ciências de Lisboa são de nossa autoria.

importante figura do Ministro Sebastião José de Carvalho e Melo⁹². Com sua ascensão ao ministério a coroa passa a desenvolver uma série de reformas sob o signo das luzes. Carvalho e Melo empenhou-se em fortalecer o Estado, em firmar a supremacia da coroa face à nobreza e à Igreja, reformar a economia colocando Portugal no cenário internacional.

Para Francisco Calazans Falcon, sua política centrou-se no ataque ao sector anti-absolutista da aristocracia nobiliária, ao sector anti-monopolista da burguesia mercantil e ao sector hegemónico da aristocracia eclesiástica, todos contrários à novas directrizes⁹³. Sendo assim, o reinado de D. José I pode ser considerado o ponto de partida para o início da implementação de uma política reformista ilustrada por parte da coroa portuguesa.

Para Villalta, “implicava uma incorporação selectiva das ideias das luzes” e ao mesmo tempo “foi referência e alvo de ataque”⁹⁴. As ideias ilustradas questionavam os pilares absolutistas, a religião católica, o domínio colonial. Ao mesmo tempo propunham reformas no campo económico visando um maior desenvolvimento manufactureiro e comercial. Combateram os opositores ao desenvolvimento científico, aos que defendiam profecias de um “Quinto Império” o qual seria fundado por um “rei encoberto” e que teria como sede a cidade de Lisboa⁹⁵. Contestavam as memórias do

⁹² Embaixador na Inglaterra e na Áustria. Primeiro Ministro no reinado de D. José, recebeu o Título de Conde Oeiras em 1759 e de Marquês de Pombal em 1770.

⁹³ Francisco José Calazans Falcon. *A época Pombalina (política económica e monarquia ilustrada)* São Paulo: Ática, 1982, p. 374 e 375.

⁹⁴ Luiz Carlos Villalta. *1789-1808: O Império luso-brasileiro e os brasis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.17.

⁹⁵ O Padre António Vieira consagrou-se como o mais famoso pregador religioso português. Foi um homem de muitos ofícios: missionário, diplomata, político, orador, escritor. Possuidor de uma grande imaginação social, suas práticas religiosas, sociais e políticas são indispensáveis à compreensão do século XVII. Como um visionário, acreditou na ressurreição de reis e num Império Mundial sediado em Lisboa.

Padre António Vieira e focaram nos jesuítas as mais fortes críticas. Ainda embalado pelo espírito reformista “moveu-se uma repressão às teorias corporativas de poder da Segunda Escolástica”, teorias essas que apesar de não tecerem críticas ao poder do Estado, atribuíam ao poder soberano uma origem “popular” e assim não davam uma sustentação ao absolutismo, podendo incentivar uma revolta popular e até mesmo o regicídio⁹⁶. O reinado de D. José I, marcado pelo início da implementação de uma política reformista ilustrada, teve o traço e assinatura do ministro Sebastião de José de Carvalho e Melo.

A época pombalina, como dito, foi marcada por profundas mudanças no seio da sociedade portuguesa. Fundamentalmente buscou-se o rompimento com o poder estabelecido pela aristocracia e pela igreja, mas também foi instituído por Carvalho e Melo um sistema público de ensino, “antes mesmo da França”⁹⁷. Fundou-se o Colégio dos Nobres e reformou-se a Universidade de Coimbra, entre 1770 e 1772, “imprimindo-lhe uma orientação que privilegiava as ciências naturais e a experimentação”⁹⁸. A reforma e a nova directriz dada a Universidade estão intimamente ligada à fundação da Academia Real de Ciências de Lisboa, assim como na maior parte da origem dos académicos que compunham seu quadro. Criou-se uma nova elite cultural, tendo a sua formação baseada no pensamento racional e empírico, “disseminando uma nova mentalidade na sociedade portuguesa, europeizando-a”⁹⁹.

Segundo Valadares, até o século XVIII o mundo luso era primordialmente agrário e senhorial com “sua economia voltada para a lavoura de subsistência ou para

⁹⁶ VILLALTA, 2000, p.18.

⁹⁷ VILLALTA, 1999, p. 144.

⁹⁸ Ibidem, p. 144.

⁹⁹ VILLALTA, 1999, p.145.

culturas comerciáveis e sua renda ainda feudal, modificada apenas quanto à forma de apropriação”. Ocorreu ao mesmo tempo uma adesão à Ilustração e ao mercantilismo que, “apesar de opostos dialecticamente funcionaram em Portugal, com objectivo de atender a uma sociedade em mudança”¹⁰⁰.

Sem o rompimento com o poder dos jesuítas¹⁰¹ e sem a eliminação da autonomia da Inquisição¹⁰², ambos processos realizados por Carvalho e Melo, o reformismo proposto não teria sido possível. Surgiram ainda neste contexto da segunda metade do século XVIII as novas categorias associadas por vezes ao Estado moderno absolutista, e assim foram incorporados pelo ministro de D. José à administração pública, homens de negócios e latifundiários¹⁰³.

Para Calazans eram eles, além da aristocracia e dos administradores leigos, os homens das letras: os filósofos, os cientistas não ligados à esfera eclesiástica. Este intelectuais não eclesiásticos eram os favoráveis à secularização e à racionalização¹⁰⁴. Quanto à Inquisição, tendo sido a mesma submetida ao poder do Estado, transformou-se em um “instrumento secular, estatal, de defesa da ordem e da ideologia dominante contra os desafios e os perigos das novas ideias”.

¹⁰⁰ VALADARES, *op. cit.* pp. 35 e 36.

¹⁰¹ Para Francisco J. Calazans Falcon, ao atacar os jesuítas Carvalho e Melo procurava redefinir o papel político da Igreja, contestando sua hegemonia nas instâncias ideológicas do Estado e acompanhando a orientação individualista e secularizadora da Ilustração. Uma luta que procurava afirmar a “autoridade real, civil, laica, sobre a autoridade eclesiástica que ampliava sua influência e controle, por intermédio de seus homens e ideias sobre a sociedade e o Estado”. FALCON, *op. cit.* p. 378-9 e 423-425.

¹⁰² O poder anteriormente exercido pela Inquisição passa ao poder régio a partir de 1769 e Carvalho e Melo nomeou seu irmão o Inquisidor Geral e ordenando que todos os bens confiscados pelo Santo Ofício passassem para o erário régio. In: VILLATA, 1999, p. 144.

¹⁰³ Ibidem, p.144.

¹⁰⁴ FALCON, *op. cit.* p.228.

Ao mesmo tempo criou-se em 1768 a Real Mesa Censória que, tal qual a inquisição teve o “papel de fiscalizador e repressor, sobretudo no que diz respeito às obras dos filósofos e intelectuais, nacionais e estrangeiros, bem como ao ateísmo e ao materialismo¹⁰⁵”. Tal órgão foi o censor das obras iluministas de Voltaire, Rousseau e Abade Raynal¹⁰⁶, todos anteriormente já citados. Este órgão repressivo representava em um governo ilustrado uma forma de monitoramento das novas ideias que surgiam. Tinha-se uma reforma e uma censura sob o poder régio. Abordaremos posteriormente a censura em Portugal em suas diversas fases, mas pode-se já afirmar que a Universidade que se pretendia modernizar, as reformas que foram implantadas, foram vítimas de controle e censura na disseminação de novas ideias.

A difícil conciliação entre o poder régio e o poder eclesiástico fez com que determinadas personalidades se destacassem neste contexto da Ilustração portuguesa e do consulado Ilustrado pombalino. A Congregação do Oratório, em intensidade diferente da Companhia de Jesus, também foi alvo da perseguição de Carvalho e Melo.

Para Valadares, na Europa periférica iluminista, especificamente em Portugal, a Companhia de Jesus praticamente monopolizava a educação predominando uma filosofia retrógrada. Por outro lado a Congregação do Oratório representava a filosofia moderna, “com novas propostas pedagógicas” e possuidora de um “ecletismo filosófico”¹⁰⁷. Os oratorianos praticavam um ecletismo, considerado por Contente

¹⁰⁵ VALADARES, pp. 40 e 41.

¹⁰⁶ Abade Raynal (1713 - 1796), ex-jesuíta, historiador, jornalista, filósofo e autor francês, é considerado um dos clássicos do Iluminismo e suas obras influenciaram processos de revolta e independência em quase todos os países da América Latina.

Disponível:

<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=546&sid=11>
Acesso em 20 de Julho de 2008.

¹⁰⁷ VALADARES, p.34.

Domingues o “primeiro padrão de referencia na filosofia portuguesa de setecentos”¹⁰⁸. A Congregação do Oratório foi peça importante na Ilustração em Portugal, na fundação da Academia de Ciências de Lisboa, tendo-se como destaque o padre Teodoro de Almeida. Ainda para Domingues a Congregação era alicerçada política e culturalmente de forma bem diferente da Companhia de Jesus e possuía uma prática pedagógica individualizada em relação aos padrões do tempo¹⁰⁹. Em um cenário de ilustração e catolicismo, tinha-se o poder eclesiástico atacado e a proposta de um novo modelo para substituir o anterior sob o domínio dos jesuítas.

Mas é ainda dentro da Congregação do Oratório que encontramos dois de seus membros que se destacaram na Ilustração portuguesa, ambos na tentativa de conciliação em tão tenso momento da História de Portugal.

Como já citado, Teodoro de Almeida (1722-1804) famoso padre oratoriano¹¹⁰ dedicou-se a um projecto de difusão do saber entre aqueles que não tinham estudos; uma obra marcada pelo ecletismo filosófico e pelo respeito à ortodoxia religiosa¹¹¹. Ao abordar assuntos científicos procurava não afrontar a Igreja e era “a conciliação entre a abertura à novidade no domínio da filosofia natural, recebendo influências variadas,

¹⁰⁸ CONTENTE DOMINGUES. op. cit. p.59.

¹⁰⁹ Ibidem, p. 38.

¹¹⁰ Teodoro de Almeida, por razões político-religiosas, refugiou-se em Espanha entre 1768 e 1777. Foi eleito sócio da Royal Society de Londres em 1758, e membro efectivo da Real Sociedade Vascongada de los Amigos del País, em 1776. In: ARAÚJO, op. cit. nota 7. Para maiores detalhes sobre a Congregação do Oratório e a obra do padre Teodoro de Almeida ver: Francisco Contente Domingues. *Ilustração e Catolicismo. Teodoro de Almeida*. Coleção Colibri História, Edições Colibri, Faculdade de Letras de Lisboa. Lisboa, 1994.

¹¹¹ Para as autoras Ana Simões, Maria Paula Diogo e Ana Carneiro, o oratoriano Teodoro de Almeida, autor da Oração de Abertura da Academia de Ciências, apresentava uma “progressiva divergência” para com o Abade Correia da Serra, um dos fundadores desta instituição que será abordado no desenvolvimento deste trabalho. Tais divergências poderiam se encontrar entre os respectivos projectos para com a Academia de Ciências, sendo que o Abade Correia encontrava-se “virado para a ciência útil e Teodoro de Almeida para a articulação da nova ciência com o catolicismo”. In: SIMÕES, Ana; DIOGO, Maria Paula; CARNEIRO, Ana. *Cidadão do Mundo. Uma biografia científica do Abade Correia da Serra*. Porto Editora, Porto, Portugal, 2006, p. 58.

sem perder a fidelidade à ortodoxia religiosa no que esta comportava como essencial”¹¹². Devido a sua postura e difusão de suas ideias, e ainda por seu esforço conciliatório, foi perseguido e exilado por Carvalho e Melo, “na medida em que recusava a aceitar a primazia da coroa sobre a Igreja”¹¹³. Permanecera assim por dez anos exilado no estrangeiro¹¹⁴.

Pertencendo também à Congregação do Oratório, Villalta aponta outro padre que diferente do anterior, curvou-se ao interesse pombalino: António Pereira de Figueiredo, deputado da Real Mesa Censória e um dos ideólogos de Carvalho e Melo. Ao publicar em 1769 a *Tentativa Teológica*, o padre faz um esforço para legitimar as investidas regalistas de El-Rei e elabora uma tentativa de conciliá-las com os ensinamentos teológicos. Para este historiador, tal tentativa se apresentou contraditória ao associar a supremacia da autoridade régia e a primazia do papado na instituição eclesiástica¹¹⁵.

O reinado a seguir de D. Maria I não significou uma ruptura radical com o anterior; “embora tenha constituído uma reacção, pautou-se, em linhas gerais, pela continuidade de princípios e nomes, pela inovação e reparação”. Ocorreram alterações no âmbito do poder, “passando-se de uma monarquia absoluta esclarecida para uma monarquia temperada, ainda a meio caminho de uma monarquia constitucional”¹¹⁶.

¹¹² DOMINGUES, Contente, op. cit., p.59.

¹¹³ VILLALTA, 1999, p.150.

¹¹⁴ CONTENTE DOMINGUES, op. cit. p. 97 a 101.

¹¹⁵ Para maiores detalhes sobre a postura e obra do Padre António Pereira ver: Cap. 3. Reformismo Ilustrado Português. In: Luiz Carlos Villalta. *Reformismo Ilustrado, censura e praticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa*. Tese de doutoramento. Departamento de História, FFLCH-USP, 1999.

¹¹⁶ VILLALTA, 1999, p. 157 e 2000, p. 17

Ainda para Villalta, o poder da rainha tinha origem divina e hereditária e a legitimidade de seu acesso à coroa, no entanto, não resultava apenas de Deus e da hereditariedade, mas também do consenso dos povos¹¹⁷.

Nas palavras do académico António Ribeiro dos Santos, só “a lisonja faz crer aos monarcas que eles têm o poder somente de Deus, e faz crer aos povos que somente o têm da mão do homem”¹¹⁸.

No período mariano continuou-se a perseguir o desenvolvimento manufactureiro do Reino, iniciado anteriormente, conservou-se o pressuposto segundo o qual era necessário o desenvolvimento da metrópole e da colónia, “sem contudo romper com o sistema que as unia”, mantendo-se as vantagens da exploração colonial”¹¹⁹.

Neste objectivo, o Estado financiou a difusão de práticas científicas abrindo escolas e financiando a fundação da Academia Real de Ciências de Lisboa em 1779. Fomentou publicações sempre com o objectivo pragmático de desenvolver a exploração de matérias primas na América e o desenvolvimento das manufacturas no Reino. Dentro ainda deste contexto, a constituição de associações literárias e agremiações científicas era o “ponto central de uma cadeia intelectual, onde homens compartilhavam ideias e conhecimentos acerca de diferentes realidades”¹²⁰. Surge assim uma cultura baseada em academias, tanto na metrópole como em diferentes áreas ultramarinas, que visava uma sociabilidade promovendo uma rede de correspondentes, onde os homens poderiam compartilhar sentimentos pertencendo assim a uma cultura de elite mais ampla e abrangente.

¹¹⁷ VILLALTA, 1999, p. 157.

¹¹⁸ Zília Osório de Castro. “Poder régio e direitos da sociedade no reinado de D. Maria I”. *Ler História*, Lisboa, (23): 11-22, 1992.

¹¹⁹ VILLALTA, 2000, p.21.

¹²⁰ Maria de Fátima Silva Gouvêa. “*Poder, justiça e soberania no império colonial português, 1750-1822*”. *Leituras: Rev. Bibl. Nac. Lisboa*, S. 3, nº 6, Abril – Out. 2000. p. 110.

O nosso trabalho insere-se neste momento, pois ao buscarmos nas obras oferecidas à Academia pelos sócios de origem brasileira, far-se-á um perfil destes académicos.

A seguir, o príncipe D. João deu continuidade ao Reformismo ilustrado, introduzindo algumas alterações como a substituição de nomes ainda indicados por Pombal por intelectuais ilustrados que a ele se opuseram¹²¹.

Ressaltamos a figura de D. Rodrigo de Souza Coutinho, um dos grandes articuladores que iniciou sua carreira ministerial em 1796 na pasta da Marinha e Domínios Ultramarinos¹²², mas entretanto, tinha exercido funções diplomáticas em Turim durante 17 anos como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário na Corte da Sardenha. Era a favor da criação na América do Sul de um poderoso império português e para tanto possuía um plano de transferência da corte para o Brasil em 1803¹²³. O Brasil havia passado no ano de 1789 por um tumultuado movimento a favor

¹²¹ VILLALTA, 2000, p. 20

¹²² Foi Ministro e Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos entre 1796 e 1801 no gabinete do Príncipe Regente D. João. Exerceu posteriormente a função de Presidente do Erário, entre 1801 e 1803 e assumiu papel de destaque na fase inicial da governação portuguesa instalada em território brasileiro, entre 1808 e 1812. CARDOSO, José Luís, “A Política Colonial de D. Rodrigo de Souza Coutinho”. In: CARDOSO, José Luís. coord. *A Economia Política e os dilemas do Império Luso-Brasileiro (1790-1822)* Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa, 2001. p.66.

¹²³ As ciências, nas suas várias vertentes e aplicações, fazia parte integrante de um projecto ambicioso, em que se alicerçavam as ideias políticas sobre a construção de um estado federado imperial luso-brasileiro, que teria por metrópole o Brasil. A ideia de transferir a sede da monarquia portuguesa de Lisboa para o Brasil tomou fôlego no século XVIII, primeiro pela mão do diplomata e homem das luzes D. Luís da Cunha, e, depois, pela de D. Rodrigo de Souza Coutinho. Tal projecto foi adiado até a transferência da corte para o Brasil em 1807. Em 1808 quando se alterou o estatuto do Brasil tornando-o, de facto, a capital do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves com o apoio britânico e da elite branca brasileira, manteve-se, contudo, recusado pela burguesia lisboeta e portuense. O projecto D. Rodrigo de Souza Coutinho que visava deslocar o Portugal europeu para o Brasil, pretendia neutralizar, através da integração, o nacionalismo emergente na colónia. Homem culto, interessava-se por várias ciências, da matemática à física, química, mineralogia e botânica. In: : SIMÕES, Ana; DIOGO, Maria Paula; CARNEIRO, Ana. *Cidadão do Mundo. Uma biografia científica do Abade Correia da Serra*. Porto Editora, Porto, Portugal, 2006, p. 66, 67 e 140.

do republicanismo em Minas Gerais, o qual foi abortado¹²⁴. D. Rodrigo pode ser considerado um ilustrado dos mais importantes e foi de grande estímulo às elites luso-brasileiras. Buscou com suas ideias a dinamização da agricultura e das manufacturas, apoiou a criação da Tipografia do Arco do Cego e constituiu em torno de si um grupo de auxiliares formado por naturalistas e homens como José Bonifácio, o bispo Azeredo Coutinho e Hipólito José da Costa¹²⁵. Era sócio da Academia Real de Ciências de Lisboa, admitido na instituição cinco meses após a fundação da mesma, em Maio de 1780. Em sua obra observa-se a valorização da agricultura e o fomento à indústria¹²⁶.

É de importância assinalar que o reformismo iniciado por Carvalho e Melo e posteriormente, dentro de novos parâmetros, continuado nos dois últimos reinados reformistas ilustrados, levou a metrópole para um quadro de crescimento económico mais auto sustentado na virada dos séculos XVIII para o XIX, “mantendo-se um superávit nas relações comerciais com o Brasil”¹²⁷. O reformismo ilustrado resultou, portanto, em um crescimento económico e no desenvolvimento de sectores específicos das manufacturas, mas em 1808 com a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro e a abertura dos portos do Brasil franqueando-se a entrada dos manufacturados

¹²⁴ Um grupo de letrados da Capitania de Minas Gerais propunha o rompimento com Portugal e a implantação de uma república. No ano de 1789 foi feita uma denúncia ao governador de Minas Gerais de que se planeava um levante contra as autoridades da coroa. Os denunciados foram presos, inquiridos através de duas devasas, enviados para o degredo em África, a excepção de Cláudio Manoel da Costa, que se matou na prisão e do alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, considerado o chefe da conspiração e por isso enforcado no Rio de Janeiro. O movimento ficou conhecido como Inconfidência Mineira. In: Maria Beatriz Nizza da Silva. *História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Edições Colibri. Grupo de trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações do Descobrimentos Portugueses. Lisboa, 1999. pp. 75 e 76.

¹²⁵ VILLALTA, 1999, p.156.

¹²⁶ Para maiores detalhes sobre a vida e obra do iluminista D. Rodrigo de Souza Coutinho ver: Marquez do Funchal. *O Conde de Linhares Dom Rodrigo de Souza Coutinho*. Typographia Bayard. Lisboa, 1908 e SILVA, Andrée Mansuy Diniz. *Portrait d'un homme d'Etat: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares 1755-1812*. Vol II 1796-1812. Chapitre II. Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Paris, 2006.

¹²⁷ Para maiores detalhes sobre a situação económica nestes dois últimos reinados reformistas ilustrados ver: *Uma colónia entre dois Impérios. A abertura dos portos brasileiros 1800-1808*. José Jobson de Andrade Arruda. EDUSC, Bauru, 2008.

ingleses, assim como o rompimento do exclusivismo comercial, “os resultados vieram a baixo¹²⁸”.

1.2) A Ilustração limitada pela censura.

Durante os cinco séculos de imprensa em Portugal, considerando-se que o primeiro impresso *O Tratado de Confissom* ocorreu em 8 de Agosto de 1489, a censura interveio na produção intelectual portuguesa durante cerca de quatro séculos. Em 1539, portanto cinquenta anos após a primeira impressão, aparece o primeiro livro de que há notícia ter sido sujeito a censura prévia: o *Ensino Cristão*, de autor anónimo, trás no frontispício a seguir ao título as palavras: «aprovado pela santa inquisição. Com privilégio real». O segundo livro, impresso também em 1539, foi a *Grammatica da lingua portuguesa com os mandamentos da santa madre igreja* de João de Barros, impresso «por autoridade da santa inquisiçam»¹²⁹.

No decorrer dos séculos a censura literária actuou através de dois modelos: a Censura Inquisitorial que funcionou nos séculos XVI, XVII e na primeira metade do século XVIII, e a Mesa Real Censória que a veio substituir em 1768 por providencia do Marquês de Pombal¹³⁰, marco de um esforço secularizador com medidas de cunho reformista, regalista e ilustrado¹³¹.

Para Villalta a censura em Portugal apresentou um sistema tríplice até a instituição da Mesa Real Censória em 1768. O Ordinário era incumbido da actividade

¹²⁸ VILLALTA, 2000, p.22 e 35.

¹²⁹ Graça Almeida Rodrigues. *Breve História da censura literária em Portugal*. Ministério da Educação e Ciência. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1980, p.11 e 20.

¹³⁰ Ibidem, p.15.

¹³¹ VILLALTA, p. 202.

censória desde 1517, mas este monopólio foi compartilhado a partir de 1536 com a Inquisição e posteriormente com o Desembargo do Paço, depois de 1576.

Carvalho e Melo quando substituiu a Censura Inquisitorial transferindo para o Estado o exercício da censura, dirige assim a reforma de consolidação de seu poder em três vias que se complementavam: a reforma do ensino, a instituição da Real Mesa Censória e a criação da Imprensa Régia¹³².

Esse modelo institucional de censura implementado por Carvalho e Melo exercerá no iluminismo português uma forte presença. Para Fernando Novais a Real Mesa Censória tinha a preocupação com as ideias de alguns pensadores da Ilustração. Tais ideias poderiam colocar em risco o delicado equilíbrio que o Reformismo Ilustrado Português procurava manter, entre a assimilação das ideias das luzes e a contenção de possíveis efeitos: a contestação do absolutismo e do sistema colonial¹³³. Permitia-se a leitura de algumas obras, mantendo-se a proibição de outras. O controlo directo do Estado dos livros e publicações consideradas perturbadoras em matéria religiosa, política e civil, era a nova face da censura¹³⁴.

Estabelecia-se um equilíbrio difícil dentro do Reformismo Português que “advogava a entrada do pensamento crítico das Luzes, porém pretendia conter seus excessos mais danosos, entre outros a contestação ao absolutismo real e ao sistema

¹³² RODRIGUES, *op. cit.* p.36.

¹³³ Fernando António Novais. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial: 1777-1808*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1981.

¹³⁴ Função esta que até aqui cabia à Inquisição, aplicando penas pecuniárias e corporais. Para subsidiar as despesas desta instituição foram escolhidos os bens confiscados à Companhia de Jesus. Após a morte de D. José em 1777, Roma, por ofício pontifical de 5 de Junho de 1777, reivindicou a restituição do direito de censura sobre as publicações para os membros eclesiásticos. Porém, o Papa Pio VI resolveu delegar na Real Mesa Censória a jurisdição eclesiástica sobre este assunto. Esta questão só foi resolvida quando a Real Mesa Censória foi extinta a 21 de Junho de 1787 e substituída pela Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros.

Real Mesa Censória. In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2008.

Disponível em: <[http://www.infopedia.pt/\\$real-mesa-censoria](http://www.infopedia.pt/$real-mesa-censoria)>. Acesso em: 29/06/2008.

colonial”¹³⁵. Surgiu uma centralização da censura, composta por funcionários régios e membros eclesiásticos. Os principais censores provinham da ala mais reformista da igreja, destacando-se o frei Manuel Cenáculo Vilas Boas (1724-1814)¹³⁶, confessor do príncipe D. José; o padre Inácio de São Caetano, confessor da princesa Maria; o padre António Pereira de Figueiredo; o brasileiro doutor Francisco de Lemos e seu irmão, o jurista João Pereira de Azevedo Coutinho. A censura *a priori* passava pelos livros impressos em Portugal e *a posteriori* nas obras do estrangeiro¹³⁷. Observamos assim que os reformistas portugueses não poderiam ser caracterizados como livres pensadores, pois seu desejo de reformas e amplitude intelectual estava restrito ao interesse do Estado.

Em 1770 a Mesa enviou ao rei um catálogo das obras que ela julgava “perigosas e tendentes a seduzirem os espíritos fracos e superficiais, que pela sua debilidade e ligeireza costumam ser os mais desejosos de novidade”¹³⁸. Em edital de 1770 encontra-se 122 obras e “proibia-se praticamente tudo o que a Europa Ocidental tinha produzido, inspirada no espírito do século XVIII”¹³⁹. O edital também ordenava que fossem queimados em praça pública seis livros: *Analyse* (de Pierre Bayle)¹⁴⁰; *Dictionaire Philosophique* (Voltaire); *Lettres Turques*; *Oeuvres Philosophife* (La Mettrie); *Recueil*

¹³⁵ SCHWARCZ, *op. cit.* p. 108.

¹³⁶ Cenáculo é considerado, segundo Schwarcz, o grande mentor, colaborador e executor da obra pombalina nos campos diversos do ensino e da cultura. Participou activamente da Real Mesa Censória, controlou a circulação de livros, coordenou a reforma de estudos secundários e do Colégio dos Nobres, além de actuar na fundação e abertura da Real Biblioteca Pública. Para a mesma autora parece ter sido dele a ideia de transportar para a alfândega da cidade de Lisboa em 1774 e com direcção da Real Mesa Censória, os livros pertencentes aos jesuítas das ilhas da Madeira e Açores, dos colégios de Faro, Portimão, Évora, Elvas, Vila Viçosa e Vila de Santarém. In: SCHWARCZ, p.441.

¹³⁷ Ibidem, pp. 108 e 109.

¹³⁸ RODRIGUES, *op. cit.* p. 39.

¹³⁹ Ibidem, p. 39.

¹⁴⁰ Particularmente essa obra oferece um exemplo característico da crítica racionalista aplicada à tradição religiosa e à própria Bíblia. In: Ibidem, p. 39.

*Necessaire; Recherches sur l'origine du Despotisme Oriental*¹⁴¹. Ainda em conformidade com o referido edital elaborou-se um catálogo de obras em que necessitava-se de autorização prévia para a leitura como o *Essai Philosophique sur l'entendement humain* de John Locke. Obras de Voltaire foram sujeitas à demorada discussão e, por fim, também sob autorização prévia de leitura, aparecem: *Lettres Philosophiques*, *Poème sur le desastre de Lisbonne*, e *Candide, ou l'Optimisme*¹⁴².

Para Schwarcz, a actuação da Mesa Censória era paradoxal pois sistematicamente liberava para seus proprietários e livreiros títulos banidos pela Inquisição como: *Oeuvres*, de Voltaire, *Pamela*, de Richardson, *Espirit des lois*, de Montesquieu, e *Essays on human understanding* de Locke. A mesma autora cita que em 1769 a Real Mesa Censória ordenou que todas as livrarias, gráficas, editoras e bibliotecas entregassem relações contendo os livros e manuscritos existentes em seus acervos. Tal atitude tinha por objectivo manter sob condenação obras que divulgassem conteúdos de “irreligião e falsa filosofia dos livros dos chamados ‘filósofos’ ”¹⁴³.

Segundo Luiz Carlos Villalta, a Rainha D. Maria I foi avisada através de uma correspondência, “posterior a 1778 e anterior à Revolução Francesa”, escrita por um idoso clérigo francês que assinava pelo pseudónimo de Monsieur De la Front D’Aunis, o qual afirmava à soberana que, pela instrução que tinha, haver na Europa “uma conjuração de escritores que eram declaradamente contra o Evangelho, a Igreja católica e todas as autoridades governamentais, os monarcas em particular”¹⁴⁴. O mesmo clérigo

¹⁴¹ Mais que os cientistas, são os filósofos, os historiadores, os publicistas, homens como La Mettrie, e sobretudo Voltaire que atacam as crenças tradicionais e a Igreja, que recebem o melhor acolhimento nos meios intelectuais europeus de época. In: *Ibidem*, p. 39.

¹⁴² *Ibidem*, pp. 37 a 39.

¹⁴³ SCHWARCZ, op. cit., p 108.

¹⁴⁴ VILLALTA. L. C. *Os submundos do livro em Portugal, na passagem do século XVIII para o XIX*. Comunicação que traz os primeiros resultados da pesquisa de pós-doutoramento em curso, financiada

em outra correspondência também enviada à Rainha referia-se a Jean-Jacques Rousseau, de Genebra – como “um dos chefes da filosofia anti-cristã, o mais perigoso de todos”. Apresentava o delator francês uma sinopse de obras por ele julgadas extremamente perigosas: *Emile ou Traité de l’Education* (1762), *Contrat Social* (1762), *Lettre à M. Christophe de Beaumont Archevêque de Paris* (1763), *Lettres écrites de la Montagne* (1763) e *Julie ou La Nouvelle Héloïse* (1761), todas de Rousseau; e ainda o *Dictionnaire Philosophique*, de Voltaire. Alertava ainda para o fato de que, entrando no Reino tais obras chegariam com certeza, “ao Maranhão, ao Grão-Pará e ao Brasil”, tendo consequências funestas¹⁴⁵. Detendo-se em Rousseau, ele ressaltava que D. Maria I poderia imaginar o quanto a introdução das obras desse autor ameaçaria a submissão e conservação dos Estados ultramarinos.

Do Contrato Social, havia o princípio segundo o qual a soberania pertenceria unicamente e inalienavelmente ao povo, à multidão, a todos os cidadãos. A isso, o missivista somava os exemplos do “atentado sacrílego que se abateu sobre Carlos I, rei da Inglaterra em 1648” e, sobretudo, dos Norte-Americanos, que “repudiaram solenemente seu rei”, fazendo, assim, uma “aplicação da Doutrina de Rousseau e seus semelhantes”¹⁴⁶. D. Maria, complementava o autor da carta, perceberia que tal exemplo ultramarino, o da América Setentrional, seria mais perigoso para manutenção de seus domínios se “apoiado e justificado por livros e escritos tais como aqueles que” ele comentava¹⁴⁷.

pela Capes e supervisionada, em Lisboa, por Rogério Fernandes (da Universidade de Lisboa) e, em Paris, por Roger Chartier (da Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales). UFMG, Julho de 2008.

¹⁴⁵ Ibidem.

¹⁴⁶ Ibidem.

¹⁴⁷ Ibidem.

A censura em Portugal em Setecentos passou por diferentes fases e apresentou distintas instituições de acordo com os soberanos e suas atitudes frente às novas ideias surgidas na Europa.

A Mesa Real Censória foi criada, como dito anteriormente, no consulado pombalino e, como parte de uma reacção anti-pombalina foi substituída pela Real Mesa da Comissão Geral em 1787, funcionando esta até 1794 quando se estabeleceu a censura tríplice¹⁴⁸.

Neste ano de 1794, a Rainha D. Maria I regressa com o poder da Igreja instituindo a censura tripartida: Mesa do Desembargo do Paço, do Ordinário da Diocese e do Santo Ofício da Inquisição. Tal regresso vinha responder às instâncias da Igreja que protestava contra a exclusão do poder espiritual no exercício da censura. Sendo assim a Rainha por alvará de 30 de Julho de 1795 passa a censura dos livros a pertencer aos bispos, quanto a doutrinas contrárias aos dogmas, à moral e à disciplina eclesiástica; ao Santo Ofício da Inquisição: erros, contra cujos autores, ou sectários tiver Direito de proceder na conformidade de seu novo Regimento de 1774; à Mesa do Desembargo do Paço, quanto as doutrinas danosas e prejudiciais aos costumes públicos, às leis e direitos da Coroa e à tranquilidade do Estado e particularmente dos vassalos¹⁴⁹.

Os três tribunais possuíam esferas distintas de actuação, permanecendo cada um dentro dos seus limites de competência, sem que “um se intrometesse no que fosse próprio, e privativo, dos outros”, mas podendo colaborar uns com os outros.¹⁵⁰

Com o retorno do Santo Ofício e do Ordinário da Diocese às funções de censura, uma diferença estava estabelecida mas os critérios de Pombal permaneciam em vigor¹⁵¹,

¹⁴⁸ RODRIGUES, p. 39 e 40 e VILLALTA, 1999, p. 202.

¹⁴⁹ RODRIGUES, pp. 40 e 41, VILLALTA, 1999, p. 200.

¹⁵⁰ ALVARÁ de 30 de Julho de 1795. COLLEÇÃO de Leis. [s.l.], [s.l.], vol. 7, p.129. In: VILLALTA, 1999, p. 200.

pois o Estado ficava assim o responsável para avaliar os livros sobre os assuntos laicos e a Igreja o exame sobre os livros religiosos. Era de competência do Estado o direito de baixar proibição ou não de todos os livros, civis ou religiosos. A coroa mantinha-se assim sobreposta à instituição eclesiástica¹⁵².

É importante ressaltar que a censura estabelecida em 1794 atingiu directamente os fundadores da Academia Real de Ciências de Lisboa. O Duque de Lafões e o Abade Correia da Serra¹⁵³, sócios fundadores, foram denunciados pelo Intendente Pina Manique como revolucionários.

O desembargador Pina Manique tem a sua actuação considerada conservadora e repressora dos ideários avançados de seu tempo. Na realidade seu perfil nos parece um tanto controverso. Na tentativa de opor-se à fundação da Academia Real de Ciências de Lisboa, Contente Domingues relata que o mesmo intendente criou um projecto sócio-cultural do qual fez parte a Academia do Castelo. Esta academia chegou a enviar bolseiros de cirurgia para a Escócia¹⁵⁴. Ainda dentro deste projecto criou-se a Casa Pia, instituição que também foi instalada no Castelo de S. Jorge e que recebia “crianças pobres, órfãs e abandonadas a quem foram aplicados os mais modernos e audaciosos métodos pedagógicos, transformando-se a Casa Pia no primeiro estabelecimento de educação popular do país e na mais significativa instituição de assistência a

¹⁵¹ RODRIGUES, pp. 40 e 41.

¹⁵² VILLALTA, 1999, p. 200 e 201.

¹⁵³ O abade Correia da Serra devido aos seus pontos de vista liberais e aos seus amigos igualmente liberais, foi alvo de crescente escrutínio em determinados círculos. O Intendente-Geral da Polícia, Diogo de Pina Manique, interessou-se muito em especial pelos assuntos da Academia, que considerava um “viveiro da maçonaria e do jacobinismo”. In: Michael Teague. *Abade Correia da Serra. Documentos do seu Arquivo (1751-1795)* Fundação Luso-Americana para o desenvolvimento, Lisboa, Março de 1997, p. 59. SIMÕES, Ana; DIOGO, Maria Paula; CARNEIRO, Ana. *Cidadão do Mundo. Uma biografia científica do Abade Correia da Serra*. Porto Editora, Porto, Portugal, 2006, p. 60.

¹⁵⁴ CONTENTE DOMINGUES, *op. cit.* p.128.

menores”¹⁵⁵. Uma outra atuação de destaque na trajetória da Casa Pia foi a presença de alguns de seus alunos na Academia de Portugal em Roma. Os referidos alunos se dedicavam principalmente à escultura¹⁵⁶.

Um facto de importância na linha de nosso trabalho está relacionado à divergência entre a Real Mesa Censória, ao autorizar a publicação do livro *Medicina Teológica* do académico e médico de origem brasileira Francisco de Mello Franco, e o Intendente Pina Manique¹⁵⁷. O renomado académico luso-brasileiro teve sua obra considerada perigosa pelo Intendente Geral de Polícia e o próprio “desvelou-se em apreender os exemplares”. O académico permaneceu no anonimato, sendo a obra publicada sem a divulgação verdadeira de seu autor. Somente em 1862 foi revelado a autoria¹⁵⁸.

Para Villalta a estratégia e os artifícios usados para a entrada em Portugal e circulação de livros proibidos teve nos livreiros um papel de destaque. O Controle era exercido nas alfândegas e os “juizes das alfândegas ficaram obrigados a remeter todos os livros que nelas se achassem para a Casa da Revisão, enquanto cabia aos proprietários apresentar uma lista dos livros que traziam”¹⁵⁹. Destaca o referido pesquisador um episódio de interesse para a Academia Real de Ciências.

¹⁵⁵ <http://www.casapia.pt/Default.aspx?tabid=34>. Acesso em 22 de Agosto de 2008.

¹⁵⁶ Intendência Geral de Polícia, Livro 4, p. 64, 14 de Setembro de 1793. IANTT.

¹⁵⁷ O referido livro foi classificado como papéis perigosos e sediosos, foi aprovado pela Real Mesa da Comissão Geral com dúvidas de sua autoria e ainda foi levado à imprensa por Caetano Aragão. In: Idem, 17 de Dezembro de 1794, p. 231 a 236.

¹⁵⁸ VILLALTA, 1999, p.199.

¹⁵⁹ VILLALTA, UFMG, 2008.

Em 1794, no porto de Lisboa, Pina Manique identificou uma tentativa de burla à fiscalização e, consequentemente, de entrada ilegal de livros. Ele fez abrir, “com todo o disfarce, e cautella”, uma caixa que se encontrava na alfândega, nela encontrando livros. Tratava-se de uma encomenda feita pelo Abade Correia da Serra, secretário da Academia de Ciências de Lisboa, pessoa que merecia do Intendente o mais severo julgamento, tido por ele como adepto da Revolução Francesa, perigoso maçom e, por esse motivo, estando sob vigilância. Ao abrir a caixa, Manique encontrou “envolvido o nome, e titulo” de duas importantes personagens: o Duque de Lafões, primo da Rainha e presidente da Academia Real de Ciências, e o Cavalheiro de Lebzelter, ministro plenipotenciário do Império austríaco¹⁶⁰.

Tais livros e papéis foram considerados “incendiários” e proibidos, e dentre eles encontrava-se “obras do abade Raynal, de Bricot (provavelmente, Brissot), de Voltaire (cita-se nominalmente *La Pucelle d’Orleans*, poema) e outros “livros perigosos”, além de “papéis”, todos eles, enfim, merecendo, segundo Manique “serem ali na Praça do Rocio queimados pela mão de Algoz”¹⁶¹.

Dentro deste contexto de censura e constante vigilância surgiu um comércio paralelo de compra e venda de livros proibidos, assim como o surgimento de mercadores intermediários os quais tinham por hábito a compra de livros proibidos no exterior, revendendo-os em Lisboa. “As lojas dos livreiros mais do que vender livros proibidos, talvez tenham se constituído em um dos espaços para a discussão dos conteúdos dos mesmos. Os livros ditos proibidos não se limitavam somente àqueles estrangeiros denunciados à Rainha e nem se resumiam às Luzes ou a textos impressos. Havia romances nos quais os autores não podem ser considerados ilustrados, e assim encontrava-se obras místicas e livros sobre magias. O perfil do leitor destes livros

¹⁶⁰ Ibidem.

¹⁶¹ Ibidem.

proibidos eram em sua maioria letrados com diversos ofícios, em grande parte: clérigos, advogados, magistrados, militares, lentes, professores, estudantes, boticários, médicos, cirurgiões e, mais raramente, nobres, artesãos e grandes proprietários rurais¹⁶². Observa-se que o perfil socio-económico dos sócios da Academia Real de Ciências de Lisboa coincide, em sua maior parte, com o dos leitores das obras censuradas.

*Em Lisboa, nos idos de 1793-1794, casas de mercadores de livros franceses constituíram-se como espaços de encontro e de debate. Nelas, reuniam-se jacobinos, portugueses e estrangeiros. Para as discussões, certamente contribuíram textos impressos e manuscritos, assim como uma seleta e cosmopolita afluência, que incluía o Embaixador e o Cônsul da América do Norte, Rantzovv (agente da Suécia), o abade Correia da Serra, o Duque de Lafões, Luís Caetano de Campos (romancista português, autor de Viagens de Altina, publicado em 1790) e alguns franceses*¹⁶³.

Observa-se também que os sócios fundadores da Academia Real de Ciências de Lisboa, Abade Correia da Serra¹⁶⁴ e o 2º Duque de Lafões (D. João Carlos)¹⁶⁵ eram

¹⁶² Idem.

¹⁶³ IANTT, Intendência Geral de Polícia, Livro 4, p. 210-210v.

¹⁶⁴ O Abade Correia da Serra (1751-1823) foi presbítero secular, fidalgo da Casa Real, do conselho da Rainha D. Maria I, conselheiro da Fazenda, comendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, cavaleiro da Ordem de Cristo, doutor em direito canónico pela Universidade de Roma, conselheiro de legação e agente diplomático em Londres, ministro plenipotenciário de Portugal junto ao governo dos Estados Unidos, deputado nas cortes ordinárias de 1822, sócio fundador e secretário perpétuo da Academia das Ciências, sócio da Sociedade Real de Londres, da Lineana e dos antiquários da mesma cidade; membro correspondente do Instituto de França, da Sociedade Filomática de Paris, das Academias de Turim, Florença, Bordéus, Lyon, Marselha, Liège, Sena, Mântua e Cortona; e das Sociedades Reais de Agricultura do Piemonte e da Toscana; e da Economia de Valença. In: *Portugal - Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*, Volume VI, págs. 837-838. TEAGUE, Michael. *Abade Correia da Serra. Documentos do seu Arquivo (1751-1795)* Fundação Luso-Americana para o desenvolvimento, Lisboa, Março de 1997. SIMÕES, Ana; DIOGO, Maria Paula e CARNEIRO, Ana. *Investigações Botânicas. José Correia da Serra* (Introdução e Coordenação). Porto Editora, Porto, Portugal, 2003 e *Cidadão do Mundo. Uma biografia científica do Abade Correia da Serra*. Porto Editora, Porto, Portugal, 2006. Para maiores detalhes sobre o Abade Correia da Serra ver também: Augusto Silva de Carvalho. “O Abade Correia da Serra”, *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, Classe de Ciências* (separata), 6 (1948), 7-223; Richard Beale Davis, “The Abbé Correa in América, 1812-1820. “The Contributions of the Diplomat and the Natural Philosopher to the Foundations of our National life”, *Transactions of the American Philophical Society*, 4 (1955), 87-197; Léon Bourdon, *José Correia da Serra. Ambassadeur au Royaume-Uni du Portugal et Brésil à Washington, 1818-1820* (Paris, Centre Cultural de la

consideradas personalidades revolucionárias e se encontravam sob vigilância da Intendência de Polícia¹⁶⁶, como anteriormente referido no caso da violação das correspondências. Existia, enfim, uma desconfiança para com a Academia das Ciências e para alguns de seus sócios¹⁶⁷.

Paralelamente, neste mesmo clima, mas em defesa do regime tradicional português, encontra-se estudos específicos como, por exemplo, a *Dissertação a favor da monarquia absoluta* do Marquês de Penalva. Também de teor pró-absolutista encontra-se as *Prelecções de Direito Pátrio*, publicadas em 1793 pelo Prof. Sousa e Sampaio. Outros como o escritor António Caetano do Amaral, também sócio da Academia Real de Ciências de Lisboa, na defesa do absolutismo e com o intuito de atacar o clima revolucionário, traduziram a obra *Monarquia*, de Peñalosa y Zuñiga e o *Evangelho em Triunfo* de Pablo Olavide¹⁶⁸.

Assim, como encontramos sócios e fundadores da Academia Real de Ciências de Lisboa que tiveram obras que padeceram com a censura, como o caso citado do médico

Fondation Calouste Gulbenkian, 1975; António Faria, *Concepção de História e Prática Política. O Abade Correia da Serra (1751-1823)* Serpa, Câmara Municipal de Serpa, 2001.

¹⁶⁵ Duque de Lafões (1719-1806) era neto de D. Pedro II e segundo filho do infante D. Miguel de Bragança. Chocando, como outros membros da alta nobreza, com a política do marquês de Pombal, partiu para Inglaterra, onde se distinguiu pelas suas qualidades intelectuais e foi mesmo eleito membro da Royal Society londrina. Combateu no exército austríaco durante a Guerra dos Sete Anos (1756-1763) e viajou depois pela Europa e pelo Oriente. Após a morte de D. José I, regressou a Portugal. Desempenhou altos cargos políticos e militares e foi fundador da Academia das Ciências de Lisboa. In: MONTEIRO e COSTA. op. cit.

¹⁶⁶ A longa permanência no estrangeiro de D. João Carlos, 2º Duque de Lafões, gerou atitudes de vigilância sobre as suas simpatias de leitor pelos filósofos interditados por causa do conteúdo doutrinário dos seus escritos políticos. Relata ainda que os agentes do intendente Pina Manique chegaram a abrir uma caixa de livros vinda do estrangeiro para o duque, deparando com obras proibidas. In: CONTENTE DOMINGUES, op. cit. p. 129. TEAGUE, Michael, op. cit. p. 62. Para maiores detalhes sobre as diversas motivações da partida de D. João Carlos de Portugal ver : MONTEIRO e COSTA. op. cit. pp. 4

¹⁶⁷ Houve indícios da fundação em Lisboa de uma loja maçónica, presumivelmente baptizada com o nome de "Virtude I", no ano de 1794. Entre os seus possíveis membros estariam o Duque de Lafões, o Abade Correia da Serra, o ministro americano, David Humphreys, o cônsul americano Thomas Hickling e o recém-chegado botânico francês Pierre Boussonet; este último alojado pela Academia de Ciências. In: TEAGUE, Michael. *Abade Correia da Serra. Documentos do seu Arquivo (1751-1795)* Fundação Luso-Americana para o desenvolvimento, Lisboa, 1997, p.63.

¹⁶⁸ RAMOS, p.157.

Francisco de Melo Franco, encontramos também acadêmicos que se manifestaram de forma censória quanto a determinadas obras.

Luiz Carlos Villalta ressalta que o então bispo de Elvas, José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, brasileiro e acadêmico registrado como sócio em 18 de Abril de 1792, se pronunciou sobre a obra *Histoire des Révolutions de Portugal* do Abade Verlot. Em 1807 o referido bispo manifestava-se a favor da proibição da obra, “mas como seu ofício não lhe permita fazê-lo, sugeriu a realização de modificações na tradução portuguesa”¹⁶⁹. O bispo, de forma censória, sugeria que trechos fossem riscados ou corrigidos em razão da sua doutrina.

É de importância ressaltar que encontraremos acadêmicos com posições fortemente antagônicas, apesar da mesma nacionalidade brasileira, compondo o quadro de sócios da Academia Real de Ciências de Lisboa.

*A censura portuguesa moveu-se num equilíbrio ténue, ora perdendo de vista os interesses da monarquia ora exorbitando-os, ao ponto de colocar as Luzes que eram sua referência na penumbra da interdição, oscilando entre concessões excessivas e severidade demasiada*¹⁷⁰.

Com a transferência da Corte para o Brasil, o príncipe D. João criou a Mesa do Desembargo do Paço no Rio de Janeiro, “a qual veio a disputar com a Junta Directora

¹⁶⁹ VILLALTA, 1999, p. 225. A referência quanto a nacionalidade e a condição de sócio da Academia Real de Ciências de Lisboa, assim como da data de seu ingresso na instituição, são de nossa autoria.

¹⁷⁰ Ibidem, p. 239.

da Imprensa Régia, recém-instalada, a jurisdição sobre a censura, saindo-se vitoriosa, ganhando o controle sobre a impressão, o comércio e a circulação de livros”¹⁷¹.

2.0) Reflexos da Ilustração na América Portuguesa:

*Exulta velha Europa: o novo Império,
Obra prima do céu! Por fado ímpio,
Não será mais o teu rival altivo,
Em Comércio e Marinha*¹⁷².

O movimento iluminista, assim como as notícias sobre as revoluções na Europa e as obras publicadas, fruto do espírito das luzes, foram atenciosamente acompanhadas pela coroa na expectativa de que a sua irradiação para o ultramar não afectasse a integridade do Império.

Os movimentos revolucionários de finais de setecentos, como a independência das treze colónias inglesas e a revolução em França, chegaram como notícias na imprensa portuguesa, *Gazeta de Lisboa* e *Jornal Encyclopedico dedicado à Rainha N. Senhora* de forma velada e extremamente cuidadosa¹⁷³. Diminuir a curiosidade dos súditos ultramarinos em torno dos tumultos revolucionários era um meio de assegurar lealdade à Coroa portuguesa. A prática de observar o panorama político dos Estados

¹⁷¹ Lúcia Maria Bastos P. Neves, Tânia Maria T. Bessone da C. Ferreira. “O Medo dos ‘abomináveis princípios franceses’: a censura dos livros nos inícios do século XIX no Brasil”. *Acervo*, Rio de Janeiro, 4(1): 113-119, jan./jun. 1989. Disponível em: <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/media/omedo.pdf>

¹⁷² BONIFÁCIO, José. Poesias. Edição fac-similar da príncipe. 1825. Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira, 1942. p.157-158. (Coleção Afrânio Peixoto). Disponível: <http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/jose-bonifacio/ode-aos-baianos.php>

¹⁷³ VILLALTA, 2000, p. 25.

europeus adquire um novo sentido no final do século XVIII com a influência das ideias ilustradas.

Com o intuito de reforçar os elos entre a Colónia e o Reino, o Marquês de Pombal chegou a incentivar e concedeu bolsas a alunos originários do Brasil para que pudessem estudar em Coimbra. Após a conclusão dos respectivos cursos, os mesmos eram por vezes aproveitados sendo assim nomeados para cargos e missões públicas¹⁷⁴.

Nesse sentido, o incentivo à realização de estudos sobre a colónia brasileira, à escritura de memórias sobre as potencialidades naturais da mesma e a constituição de academias literárias e científicas tinham na interpretação de Villalta o sentido de assegurar a dinamização da produção de matérias-primas em benefício de Portugal revelando assim uma política pragmática e colonialista. Portanto, a coroa não somente buscou na metrópole financiar a fundação de instituições, como foi a Academia Real de Ciências de Lisboa, mas também na colónia criou instituições educacionais que valorizavam os estudos práticos e científicos, como foi a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, em 1792 no Rio de Janeiro, e o Seminário de Olinda, em 1800 em Pernambuco¹⁷⁵. O objectivo não era a formação intelectual de uma elite brasileira, mas tão e somente o fornecimento de informações elementares e básicas, sempre com vistas à exploração das riquezas e uma maior união entre metrópole e colónia. Com a chegada da Família Real em 1808 esse quadro alterou-se tendo o príncipe regente se empenhado na abertura de instituições de ensino na colónia.

Alguns intelectuais do Brasil que se formaram na Universidade de Coimbra fizeram carreira em Portugal como o médico Francisco de Melo Franco; outros leccionaram na instituição como o também médico Vicente Coelho de Seabra da Silva e

¹⁷⁴ VILLALTA, 1999, p. 176.

¹⁷⁵ Ibidem, p. 176.

ainda o naturalista, acadêmico e secretário da Academia Real de Ciências de Lisboa, patriarca da Independência do Brasil, José Bonifácio de Andrada e Silva, todos já referidos anteriormente.

Para Maria de Fátima Gouvêa o governo português vinha utilizando de eruditos brasileiros no processo de tomada de decisão metropolitana, “encorajando vários deles a organizar e tomar parte em expedições científicas no Brasil, assim como em outras partes do mundo ultramarino português”¹⁷⁶. Foi de grande contribuição a presença de brasileiros na modernização do império português. A percentagem de brasileiros inscritos em cursos de ciências naturais e medicina em Portugal era enorme: entre 1782 e 1792 havia 192 brasileiros diplomados em ciências, para 105 diplomados em leis¹⁷⁷. Observa-se que ao estimular a formação de jovens de origem brasileira tinha-se como finalidade subsidiar a formulação de estratégias governativas, assim como a busca de conhecimentos sobre as riquezas que “pudessem subverter a precariedade material de Portugal no cenário mundial”¹⁷⁸.

Os estudos e as memórias desta elite intelectual assume extrema importância no que se refere à divulgação de conhecimentos, imagens e uma diversidade de experiências sobre os domínios ultramarinos portugueses. Alguns exemplos são de notável importância como a viagem do acadêmico de origem brasileira Alexandre Rodrigues Ferreira em fins do século XVIII; uma extensa viagem que percorreu o interior da Amazônia até ao Mato Grosso, entre 1783 e 1792. Durante a viagem, descreveu a agricultura, a fauna, a flora e os habitantes locais. É considerado um dos maiores naturalistas luso-brasileiros. Também pode-se citar o médico brasileiro José

¹⁷⁶ GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. “*Poder, justiça e soberania no império colonial português, 1750-1822*”. Leituras: Revista da Biblioteca Nacional, Lisboa S.3, nº 6, Abril – Out. 2000.

¹⁷⁷ ROUANET, op. cit. p.56.

¹⁷⁸ GOUVÊA, op. cit. pp.110 e 111.

Pinto de Azeredo, também académico, que estudou em Angola febres e difterias antes de fazer estudos semelhantes no Rio de Janeiro.

A Universidade de Coimbra pode ser considerada como parte importante na formação de uma geração e de uma elite cultural brasileira. Observa-se que as cortes de Lisboa de 1821-1822 tinha 47,8% dos deputados presentes que haviam passado pela Universidade de Coimbra¹⁷⁹.

3.0) Colónias. Instrumentos de poder da metrópole.

A economia colonial portuguesa no século XVIII apresentava-se num quadro de diversidade produtiva tendo como base uma “actividade agrícola exportadora, extrativismo vegetal e mineral, pecuária”, assim como já num plano secundário” as manufacturas de ferro e tecidos e, ainda, o sector de subsistência. Para situarmos a América portuguesa dentro do contexto da Ilustração torna-se importante colocar em consideração a “crise do sistema colonial”, a qual resultava da passagem da acumulação primitiva de capitais com base na exploração colonial, para o capitalismo industrial sustentado pela maquinofatura, dominante neste período, especialmente na Inglaterra¹⁸⁰.

Na segunda metade do século XVIII, dentro das reformas pombalinas, a política colonial portuguesa para com as colónias passa por modificações, mas preserva as linhas mestras da política mercantilista¹⁸¹. O mercantilismo ilustrado português visava a realização de aberturas dentro do sistema colonial mercantilista, estimulando-se a

¹⁷⁹ SILVA, 1999, (2). p.86.

¹⁸⁰ VALADARES, *op. cit.* pp. 62 e 63.

¹⁸¹ SILVA, 1986, p. 91.

produção na colónia e buscando uma mais forte integração entre o mundo metropolitano e colonial.

Para Valadares, a manifestação do reformismo ilustrado português no Brasil inseriu-se na própria crise do sistema colonial então vivenciada, visto que o monopólio e o escravismo praticados por Portugal constituíam “entraves para o desenvolvimento do capitalismo mundial”¹⁸².

Em uma diferente interpretação dos autores anteriormente citados, Valetim Alexandre e Jorge Pedreira discordam da posição quanto ao momento da crise do sistema colonial em Portugal e no Brasil. Para esses autores a crise do sistema colonial só se tornou realidade no século XIX, com a abertura dos portos quando da chegada ao Brasil da Família Real portuguesa¹⁸³.

Para Maria Beatriz Nizza da Silva, pode-se falar num mercantilismo ilustrado português o qual tinha como meta fundamental a realização de aberturas dentro deste sistema colonial mercantilista “com vista a reduzir o exclusivismo metropolitano, estimulando a produção na colónia e buscando uma mais forte integração entre o mundo metropolitano e o colonial”. Neste contexto, para a mesma autora, as peças essenciais do antigo sistema colonial, o monopólio e o escravismo, “tornam-se obstáculos intransponíveis ao desenvolvimento do capital à escala mundial”¹⁸⁴, também como afirma Virgínia Valadares.

Por outro lado, também a diversificação económica alcançada pela colónia brasileira, especialmente na segunda metade do século XVIII, transformou-a em uma fonte de matérias primas atraente para o cenário político e económico internacional;

¹⁸² VALADARES, *op. cit.* p.62.

¹⁸³ Valetim Alexandre, em *O sentido do Império...*, e Jorge Pedreira, em *Estrutura industrial e mercado colonial; Portugal e Brasil (1780-1783)*. In: VALADARES, p.62, nota.

¹⁸⁴ SILVA, *op. cit.* p.91.

alvo privilegiado da “agressiva diplomacia inglesa”¹⁸⁵. Na interpretação deste autor a Inglaterra passou a fazer parte das determinações históricas essenciais do Império Luso-Brasileiro, por vezes interferindo na condução da política económica entre metrópole e colónia.

Sendo assim, os estadistas e teóricos portugueses defrontaram-se com uma situação na qual Portugal precisava se desenvolver e, no plano económico, sua grande colónia e a sua exploração eram condições para este desenvolvimento. Um novo dilema emergia neste contexto: “mobilizar um pensamento crítico para empreender as reformas, e contê-lo para que não revelasse a sua face revolucionária”¹⁸⁶.

¹⁸⁵ José Jobson de Andrade Arruda. *Uma colónia entre dois Impérios: A Abertura dos Portos Brasileiros 1800-1808*. Cátedra Jaime Cortesão. EDUSC. Bauru, S.P: 2008. pp. 51 a 54.

¹⁸⁶ Fernando A. Novais. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, São Paulo, Editora Hucitec, 1979.

CAPÍTULO 3

A Academia Real de Ciências de Lisboa

“Nisi utile est quod facimus, stulta est gloria”¹⁸⁷

Ao propormos estudar a História e Cultura nas relações entre Brasil e Portugal, relações essas bastante intensas e complexas que marcaram de forma indelével a colónia e a metrópole focamos nossa atenção na instituição criada em 1779 que recebeu em seu seio intelectuais de origem brasileira que contribuíram por intermédio de suas obras e reflexões para o desenvolvimento social, económico e científico tanto de Portugal como de sua colónia na América.

De diferentes formações; clérigos, médicos, engenheiros, cartógrafos, escritores, políticos, ou ainda funcionários régios, todos se debruçaram em busca de informações e conhecimentos com vista a expandir o Império Português em riquezas e conhecimentos. A instituição Academia Real de Ciências de Lisboa foi e ainda hoje é palco de actuação de intelectuais académicos oriundos da outra margem do atlântico, que assim continuam a contribuir para o engrandecimento dos povos de língua portuguesa. Apresenta-se neste capítulo, os fundadores da Academia, os primeiros anos e o movimento ilustrado em busca de conhecimentos que se expandiu e foi reflectido nas memórias apresentadas à instituição. Não pretende-se esgotar o assunto, tão enfaticamente tratado por diversos historiadores, mas sim, situar a Academia Real de Ciências como uma instituição que abrigou informações e experiências, contributos para um melhor conhecimento do abrangente Império Ultramarino.

¹⁸⁷ Se não for útil o que fizemos, a glória será vã.

1.0) O Movimento Académico na Europa.

O movimento académico¹⁸⁸, ou seja, a procura de uma institucionalização de entidades colectivas, sejam elas particulares ou oficiais que se dedicavam à pesquisa e divulgação dos resultados científicos, tomou corpo no decurso do século XVII. Surge portanto, para a ciência europeia, uma nova forma organizativa que veio a modificar a situação de intercâmbio de informações entre os cientistas da época. Em países como a Inglaterra, França, Alemanha, Rússia e Itália iniciava-se a constituição de sociedades, de academias e de “embrionárias comunidades científicas locais, regionais, nacionais, e posteriormente transnacionais”¹⁸⁹.

Sendo assim, com esse progressivo desejo e necessidade de ampliar a troca de informações, de promover encontros entre as pessoas com os mesmos interesses intelectuais e portadoras de novas descobertas, surge inicialmente as reuniões de carácter informal e, posteriormente, esses mesmos encontros acabam por conduzirem à fundação das academias científicas da era moderna.

Em Itália surge em Roma no ano de 1603 a «dei Lincei», a qual recebeu em seu seio Galileu Galilei. Manteve-se até 1630, sendo posteriormente restaurada e desmembrada. Ainda no século XVII surge na Toscânia a «del Cimento». Na Florença de 1657 participaram desta academia os discípulos de Galileu, tendo sido a mesma

¹⁸⁸ O termo “academia” tem sua origem na palavra grega *Akados*, ou *Hekados*, nome de um ilustre ateniense, cuja casa foi mais tarde transformada numa escola, onde Platão e outros filósofos ministravam suas lições. Victor Brinches. *Dicionário Bibliográfico Luso-Brasileiro*. Editora Fundo de Cultura Brasil/Portugal. Lisboa, 1965, p. 13.

¹⁸⁹ Para um estudo mais completo sobre as academias na Europa, assim como a diferença entre *academias* e *sociedades* científicas, ver: James McClellam III, *Science reorganized. Scientific societies in the eighteenth century*, New York, University of Columbia Press, 1985. In: CONTENTE DOMINGUES. op. cit. p. 107. Ver também: DERAMAIX, Marc; GALAND-HALLYN, Perrine; VAGENHEIN, Ginette; VIGNES, Jean. *Les Académies dans L'Europe Humaniste. Idéaux et pratiques*. Droz S.A. Genève, 2008.

dissolvida após 10 anos de existência¹⁹⁰. Ressalta-se que essa academia proporcionou um modelo para as academias inglesas e francesa que surgiram a seguir, assim como teve um papel importante no experimentalismo como método científico e na promoção do trabalho colectivo¹⁹¹.

Em França sobre a direcção de Marin Marsenne sucediam-se reuniões a partir de 1630 de carácter informal, o que posteriormente levou à «Academmmie Royal des Sciences» criada em 1666 por Colbert. O grupo que participava das reuniões de Marsenne começou, nas palavras de Contente Domingues, “a breve trecho a ser designado por «Academia Parisiensis»”. Morto Marsenne em 1648 tal movimento académico não cessou, surgindo assim a Academia Royal des Sciences em meados de 1666¹⁹².

Em várias cidades da Inglaterra desde 1640 e, especificamente no Gresham College de Londres, ocorriam reuniões científicas que estariam na origem da Royal Society. Newton foi um de seus membros mais famosos a partir de 1671, tendo subido à presidência em 1703. A Royal Society sobreviveu inicialmente com as escassas verbas resultantes de quotizações e de donativos privados ou ainda de venda de títulos académicos, mas por meio de uma carta régia de 22 de Abril de 1663, teve seus estatutos alterados e recebeu a designação de «The Royal Society of London for Improving Natural Knowledge»¹⁹³. A partir de Março de 1665 o secretário da academia Henry Oldenburg iniciou a publicação de um periódico científico o qual tinha por título

¹⁹⁰ AGUDO, Dias F. R. “Contribuição da Academia das Ciências de Lisboa para o desenvolvimento da Ciência”. *História e desenvolvimento da Ciência em Portugal: I Colóquio – até ao século XX*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1985. p. 1304. e CONTENTE DOMINGUES. op. cit. p. 108.

¹⁹¹ CONTENTE DOMINGUES, op. cit. p. 108.

¹⁹² AGUDO, op. cit. p. 1304 e CONTENTE DOMINGUES, op. cit. p. 108.

¹⁹³ Ibidem, 1304 e Ibidem, op. cit. p. 109.

Philosophical Transactions. A revista passou a ser órgão oficial da sociedade a partir de 1741 e contou com a colaboração de alguns portugueses¹⁹⁴.

Na Alemanha surgiram o Collegium Nature Curiosorum (Schiweinfurt, 1651) ou o Collegium Curiosum Sive Esperimental (Altdorf, 1672)¹⁹⁵. Para F. R. Dias Agudo foi Leibnitz que na Alemanha lutou pela criação de uma academia. Os desejos foram satisfeitos em 1700 por Frederico da Prússia com a fundação da Academia das Ciências de Berlim, em que foi o primeiro presidente¹⁹⁶.

A Academia de Ciências de S. Petersburgo foi criada por Pedro o Grande na Rússia de 1724, e a mesma veio a sustentar grandes cientistas da época nas palavras de F. R. Dias Agudo. Tal episódio veio demonstrar que a ciência havia recebido reconhecimento oficial¹⁹⁷.

*(....) a utilidade das aplicações da ciência, a união da teoria com a prática, o anti-autoritarismo, foram os princípios que nortearam os primeiros passos destas academias científicas da era moderna que tanto vieram a contribuir para o progresso das ciências*¹⁹⁸.

¹⁹⁴ CONTENTE DOMINGUES, op. cit. p. 109.

¹⁹⁵ Ibidem, p. 108.

¹⁹⁶ AGUDO, op. cit. p. 1304.

¹⁹⁷ Ibidem, p. 1304 e 1305.

¹⁹⁸ Ibidem, p. 1305.

2.0) O Movimento acadêmico em Portugal

A ciência portuguesa nos séculos XV e XVI por meio dos conhecimentos de astronomia, cartografia, cosmografia, geografia, náutica e matemática veio dar uma contribuição de extremo mérito para o avanço da expansão europeia com os seus descobrimentos. Dos fins do século XVI em diante, por várias causas como “a expulsão dos judeus, a intolerância do tribunal da Inquisição, o esgotamento pós-descobrimientos e a decadência política subsequente, conduziram a um estado de enorme atraso, precisamente quando na Europa se iniciava uma revolução científica”¹⁹⁹. Foi neste estado de decadência científica que ascendeu ao trono D. José I e seu ministro Carvalho e Melo e, assim, iniciou-se o processo de reabilitação do ensino das ciências, tema anteriormente explicitado nos capítulos iniciais deste trabalho.

Conforme anteriormente mencionamos, na segunda metade do século XVIII surge um movimento de renovação cultural, de conhecimentos, o qual envolveu vários indivíduos e instituições. Neste sentido, segundo Ângela Domingues, estiveram empenhados não só “cientistas, astrónomos, engenheiros-cartógrafos, médicos, cirurgiões, alguns vindos do estrangeiro, outros recém-formados pela Universidade de Coimbra ou por academias corporativas”, mas também altos funcionários ilustrados que podiam ser considerados também como “homens da ciência” e não somente administradores eficientes²⁰⁰. Ainda para esta autora o Estado Português era o

¹⁹⁹ AGUDO, op. cit. p. 1306.

²⁰⁰ Ângela Domingues. “Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de *redes* de informação no Império Português em finais de Setecentos”. *Ler História*, Nº 39(2000), 19-34. Lisboa. p.19 a 34.

“destinatário” desta informação, tendo a coroa participado de forma presente no processo de renovação cultural e científica²⁰¹.

Porém, desde o século anterior um certo movimento académico já havia se espalhado por Lisboa, mas os estudos sobre estas academias do século XVII e mesmo as do século XVIII torna-se de difícil averiguação, “pois se de algumas chegaram até nós os trabalhos, impressos ou manuscritos, de outras nada conhecemos que divulgue seus trabalhos”²⁰².

Sendo assim as academias começaram a surgir em Lisboa mais precisamente em 1628 com a fundação da Academia dos Singulares. Em 1647 encontra-se a dos Generosos²⁰³, em 1691 a dos Únicos, e em 1696 a das Conferências Eruditas²⁰⁴. Ainda segundo Castelo Branco, somente a Academia dos Generosos prolongou a sua existência pelo século XVIII sendo uma academia essencialmente literária, de espírito retórico e com “ligeiríssimo laivos de uma cultura científica moderna²⁰⁵”. Ainda no século XVIII encontra-se também a Academia dos Anónimos. Esta desenvolveu sua actividade na primeira metade deste século sendo acompanhada pelo surgimento da Academia dos Ocultos fundada em 1745 e que manteve a sua actividade para além do século XVIII.

²⁰¹ Ibidem, p. 19.

²⁰² Fernando Castelo Branco. “Significado cultural das Academias de Lisboa no século XVIII”, *Portugaliae Historica*, vol. I. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Instituto Histórico Infante Dom Henrique. Lisboa, 1973. p175.

²⁰³ Atentos às grandes conquistas da ciência moderna e partidários da crítica, os membros da Academia dos Generosos tinham o cuidado de precaver-se de acusações injuriosas a respeito de teses científicas abertamente condenadas pela igreja. In: ARAÚJO, op. cit. p. 26.

²⁰⁴ CASTELO-BRANCO, op. cit. p. 177.

²⁰⁵ Ibidem, p. 177.

Uma outra academia bastante conhecida para Castelo-Branco foi a Arcádia de Lisboa. Inspirada na Arcádia de Roma era uma academia literária onde se reuniam escritores com a finalidade de combater o Barroco²⁰⁶.

Ainda dentro do mesmo espírito literário que envolvia as academias portuguesas, surgiu em 1790 a Nova Arcádia ou Academia de Belas Letras e também a Academia dos Aplicados. No caso desta última, Castelo Branco levanta a polémica se ela foi apenas uma academia de carácter literário ou se associado à literatura tinha uma tendência religiosa.

Encontra-se ainda mais duas academias que surgiram ao longo do século XVIII, e essas certamente de orientação religiosa na sua actividade: a Academia de História Eclesiástica e a Mariana, respectivamente em 1715 e em 1756. A primeira delas, a de História Eclesiástica, teve um período breve de existência terminando seus trabalhos no ano seguinte de 1716²⁰⁷.

*As academias proliferaram nos séculos XVII e XVIII, mas foram amiúde tentames frustes e quase exclusivamente de pendor literário e religioso. A especialização científica destas agremiações foi um dado praticamente ausente, como raras foram as ocasiões em que nelas se apresentaram ou discutiram matérias científicas*²⁰⁸.

Sendo assim, conclui-se que as academias que surgiram nos finais de Seiscentos e em Setecentos possuíam uma forte orientação dos académicos para os campos literário, poético, e também em alguns casos religioso.

²⁰⁶ O Barroco foi um período estilístico e filosófico da história da sociedade ocidental inspirado no fervor religioso e na passionalidade.

²⁰⁷ CASTELO-BRANCO, op. cit. pp. 180 e 181

²⁰⁸ CONTENTE DOMINGUES, p.113.

Para Contente Domingues um primeiro passo no sentido de expandir as ideias da Ilustração foi dado pelo 4º Conde de Ericeira, D. Francisco Xavier de Menezes, o qual promoveu reuniões desde os finais do século XVII onde se discutiam problemas científicos e de crítica literária. Tais encontros se reanimaram a partir de 1717 e assim culminou com a fundação da Academia Portuguesa. Para o mesmo autor houve também iniciativas na área médica em se criar academias com a exclusiva finalidade do ensino da prática cirúrgica. Esse foi o caso da Academia das Quatro Ciências – medicina, física, cirurgia e anatomia – instalada no Hospital Real de Todos-os-Santos – fundada em 1730 e que ministrava um curso no qual ao final do mesmo os alunos defendiam teses “o que só por si demonstra o carácter escolar desta academia” ²⁰⁹. Ainda na área médica ressalta-se a criação da Academia Médico-Protolitana, sob o impulso do Dr. Manuel Gomes de Lima e Dr. João de Carvalho Salazar²¹⁰.

Outros ensaios houve, comprovativos da vitalidade dos médicos com relação a este tipo de iniciativas, fazendo destes um dos grupos profissionais mais bem representados entre os responsáveis pelas academias científicas portuguesas da primeira metade do século XVIII²¹¹.

Ainda no século XVIII em Lisboa destacamos uma Academia de extrema importância surgida no reinado de D. João V e que foi estabelecida pelo decreto de 8 de Dezembro de 1720; A Academia Real da História Portuguesa. Para Oliveira Marques, D. João V instituiu a Academia Real de História seguindo o exemplo das academias reais francesa e italiana, “mas com a originalidade de a especializar no estudo da

²⁰⁹ Ibidem, pp. 113, 114 e 116.

²¹⁰ Ibidem, p. 117.

²¹¹ Ibidem, p. 117.

História²¹². É de importância ressaltar que cerca de metade de seus membros não pertencia à ordem clerical, “facto importante para documentar o surto de uma *intelligentzia* laica²¹³. Para o Prof. Borges de Macedo, citado por Castelo Branco, a academia possuía “aspectos de extremo interesse quer no plano das belas-artes, quer no da história da cultura portuguesa”²¹⁴. Encontram-se três aspectos que distinguem esta academia de todas as outras do século anterior e também das setecentistas: ter sido instituída oficialmente, ser mantida pelo rei e ter como objectivo apenas a actividade historiográfica²¹⁵.

Para o Prof. Joaquim Veríssimo Serrão, também citado por Castelo Branco, “A missão da Academia não estava na formação de historiadores, mas na recolha de fontes e na criação de um espírito novo que viesse possibilitar o nascimento dos grandes cultores da história”²¹⁶.

(....) parece-nos que se deve atentar em quatro aspectos dos objectivos específicos da academia, que correspondem a outros tantos aspectos da sua metodologia histórica e que, segundo nos parece, se revestem de grande significado, e de particular valor. São eles: O desejo de assentar a história em bases documentais, aproveitando para tal as enormes massas de manuscritos inéditos que jazem quase inaproveitáveis nos arquivos; a investigação e pesquisa historiográficas levadas a todo o país, com vista a inventariar monumentos, arquivos, inscrições, etc., que pudessem servir ao esclarecimento do passado; realização de trabalhos de índole erudita (...) que

²¹² OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. *Breve História de Portugal*. Editorial Presença, 6ª Edição, Lisboa, Abril, 2006. p. 379.

²¹³ Ibidem

²¹⁴ CASTELO-BRANCO, op. cit. p.182.

²¹⁵ Ibidem, pp. 182 e 183.

²¹⁶ Ibidem ,p.184.

*exigem penosa investigação mas de grande utilidade para os mais variados estudos históricos; e, por último, o valor atribuído ao método arqueológico*²¹⁷.

Sendo assim, diferentemente das academias do mesmo período, a Academia Real de História Portuguesa apresentou um notável esforço historiográfico orientado por directrizes metodológicas afastando-a das outras academias de Setecentos as quais se apresentavam com um literalismo predominante em suas orientações.

Com um estatuto diferente das academias encontramos também ao longo do século XVIII as sociedades económicas, locais de encontro de personalidades que apostavam no desenvolvimento e no estudo das potencialidades regionais. Encontramos aqui, num certo sentido, objectivos comuns, valores que com maior ou menor expressividade se enquadram no espírito das luzes, ou seja: “a valorização da razão e do método no estudo e na gestão das potencialidades naturais, a defesa do bem comum, a assunção do indivíduo como agente privilegiado no processo de apreensão e intervenção sobre a natureza”²¹⁸. Neste sentido fundou-se a Sociedade Económica de Ponte de Lima, citada anteriormente.

Após essa breve revisão podemos direccionar o nosso trabalho à última academia criada no século XVIII, ou pelo menos a última academia importante criada nessa centúria: A Academia das Ciências de Lisboa.

²¹⁷ CASTELO-BRANCO, op. cit. p.185.

²¹⁸ CONTENTE DOMINGUES, op. cit. p.117

2.1) A Fundação da Academia de Ciências de Lisboa e os seus primeiros anos.

As Academias surgidas em Lisboa no século XVIII e, principalmente a Academia Real de Ciências, por meio de suas publicações, iniciaram a difusão de uma nova política cultural. Correia da Serra, na qualidade de secretário da Academia, fomenta a troca de informações sobre matérias diversas; literatura, história natural, assim como se disponibiliza sempre para trocar espécimes minerais e vegetais com outros naturalistas no estrangeiro²¹⁹.

Para Oliveira Marques foi a mais importante de todas as academias portuguesas e onde as doutrinas das luzes estiveram melhor representadas²²⁰. Revelou a Academia em sua primeira fase de existência, um conjunto de preocupações do maior interesse cultural e nacional, “pois ao promover investigações científicas, estudar a vida económica portuguesa buscava encontrar soluções para a sua problemática”²²¹. Ainda dentro de um mesmo esforço procurou aumentar o conhecimento do passado histórico do país e desenvolveu as ciências auxiliares da história e ainda promoveu temas de literatura e de história literária, tornando-se assim uma academia ampla que abrangia um conjunto de temas buscando aglutinar ao mesmo tempo todo o movimento académico exercido anteriormente em Portugal.

Consolidada como instituição no reinado de D. Maria I foi fruto de uma época onde procurava-se nublar as influências pombalinas, recorrendo ora aos mesmos quadros intelectuais, ora aos elementos excluídos pela administração anterior, mas

²¹⁹ SIMÕES, Ana; DIOGO, Maria Paula; CARNEIRO, Ana. *Cidadão do Mundo. Uma biografia científica do Abade Correia da Serra*. Porto Editora, Porto, Portugal, 2006. pp. 52 a 58.

²²⁰ OLIVEIRA MARQUES, op. cit. p. 379.

²²¹ CASTELO BRANCO, op. cit. p.200.

buscando sempre um novo formato, mais parecido com um Estado fomentador utilitário²²².

As memórias da Academia das Ciências de Lisboa produziram as principais reflexões da situação do império português frente às novas teorias e doutrinas político-económicas europeias e, sendo assim, pode-se afirmar que parcialmente foi um centro de novas ideias reformistas, pois nem todos os académicos abraçavam as mesmas em sua totalidade²²³.

O século XVIII traz consigo juntamente com todo este questionamento filosófico e cultural uma iminente crise do sistema colonial. Como já anteriormente dito, a independência das colónias inglesas na América dava os primeiros sinais de um possível enfraquecimento do sistema colonial. O objectivo era, portanto, incentivar ainda mais os estudos mais pragmáticos da natureza das colónias com vistas a tornar a administração cada vez mais lucrativa e efectiva. A suposição geral era que toda pesquisa apresentada à Academia deveria conduzir a uma finalidade prática e resultar em retorno material à coroa portuguesa. Neste período já estava claro a impossibilidade de confinar a produção científica ao esforço pessoal e a consequente criação das academias de ciência era uma garantia para a perpetuação das novas investigações científicas, pois através delas os contactos eram feitos entre pesquisadores e instituições.

A complementaridade entre a Academia de Ciências de Lisboa e a Universidade de Coimbra pode ser observada na origem de seus sócios fundadores ou aqueles cooptados posteriormente. Para F. R. Dias Agudo a Academia constituiu-se como “uma

²²² Para alguns autores este movimento de renovação e de difusão de uma nova política cultural foi inicialmente patrocinado por Pombal. Em seu tempo criou-se um ambiente propício a abertura de novas perspectivas e espaços de reflexão e ocorreu uma reforma dos estudos, e em particular dos universitários, como anteriormente citado.

²²³ Ao analisarmos detalhadamente determinados académicos e suas memórias, poderemos observar que dentro do mesmo ambiente académico muitos não comungavam, em sua totalidade, das ideias reformistas que se expandiam por Portugal.

cúpula de um sistema científico, à qual coubesse um papel incentivador do desenvolvimento cultural e económico do país, em particular da investigação científica em Portugal”²²⁴.

Para Oliveira Marques a fundação da Academia tinha como finalidade, entre outras, relacionar a Universidade com o desenvolvimento da investigação económica e científica. Teve a princípio três secções; dedicadas às Ciências Naturais, às Matemáticas e à Literatura. Organizou-se um museu científico, uma biblioteca com livros estrangeiros e nacionais, e ainda: “participou e fomentou numerosos projectos de reforma económica, científica e de saúde e ainda contactou com academias e instituições de toda a Europa e da América”²²⁵. Para o mesmo autor é de importância ressaltar que a Academia defendia as doutrinas económicas dos fisiocratas²²⁶ e uma mudança completa no regime agrário feudal. Mas embora a fisiocracia tivesse a sua influência nos ensaístas da Academia, “não houve qualquer português que expusesse um *corpus* completo de fisiocratismo”²²⁷. Ainda nas palavras de Oliveira Marques, a Academia favoreceu a liberdade de comércio e de indústria contra o sistema dos monopólios e, até 1820, publicou um bom número de livros de grande importância (muitos deles relatórios) sobre economia geral, agricultura, história e filologia, “tornando-se o principal centro do avanço intelectual do país”²²⁸.

²²⁴ AGUDO, op. cit. p. 1307.

²²⁵ OLIVEIRA MARQUES, op. cit. p. 379.

²²⁶ No capítulo 2 apresentamos a interpretação de José Luís Cardoso sobre o pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII onde desenvolve-se a problemática com respeito a associação do reformismo iluminista português com a Fisiocracia.

²²⁷ OLIVEIRA MARQUES, op. cit. p.380.

²²⁸ *Ibidem*

Em 1755 Teodoro de Almeida e D. João Carlos de Bragança²²⁹ conciliaram na fundação de uma academia. O projecto teria sido apresentado ao rei e mereceu aprovação deste. Mesmo com o apoio régio a academia não foi fundada no período Josefino, sendo as razões para tal facto não muito claras. É provável que ao tempo não foi possível reunir as condições necessárias para o projecto, assim como o terramoto que acometeu Lisboa em 1755 levou a outras prioridades à actuação governativa²³⁰.

O “núcleo de arranque” do projecto que consolidou a Academia em 1779 era constituído de personalidades que directa ou indirectamente fizeram parte da oposição ao pombalismo. Foram três as figuras marcantes neste núcleo: o 2º Duque de Lafões, D. João Carlos de Bragança, o naturalista José Francisco Correia da Serra, cientista reputado internacionalmente pelos seus trabalhos de botânica, e Luís António Furtado de Castro de Rio de Mendonça e Faro, 6º visconde de Barbacena²³¹.

Para Rómulo de Carvalho a contribuição destes actores não se trata apenas de uma contribuição meramente convencional com o simples fito de acompanhar o progresso cultural da sua época, “mas de uma intervenção consciente e activa na vida nacional, procurando interessar e entusiasmar as mentalidades portuguesas na execução de um programa de elevação do país no âmbito das ciências e das técnicas”²³². Para este

²²⁹ D. João Carlos de Bragança Sousa Ligne Tavares Mascarenhas da Silva foi o segundo Duque de Lafões em sucessão ao irmão D. Pedro Henrique de Bragança Sousa Tavares Mascarenhas e Silva (1718-1761), primeiro a obter o título criado por D. João V no ano do nascimento do mesmo. In: CONTENTE DOMINGUES, p.123.

²³⁰ Ibidem.

²³¹ Ibidem, pp.124, 125. SIMÕES, Ana; DIOGO, Maria Paula; CARNEIRO, Ana. op. cit. p. 35 e 44 a 47. Para as referidas autoras existia uma progressiva divergência entre o abade Correia da Serra e o oratoriano Teodoro de Almeida. Correia estava “virado para a ciência útil” e Teodoro de Almeida para a “articulação da nova ciência com o catolicismo. Ibidem, p. 58.

²³² Rómulo de Carvalho. “O Roteiro Cultural do 2º Duque de Lafões”. Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Ciências. Tomo XXVII.. Lisboa, 1986. In: *Actividades científicas em Portugal no século XVIII* / Rómulo de Carvalho, p. 142. Coord. Secretariado Editorial da Universidade de Évora. Évora, 1996.

autor a denominação escolhida para a Academia então criada, «das Ciências», apresenta-se como a intencional exclusão de qualquer outro termo que desse relevo às actividades literárias, pois era “o cultivo das ciências, e até aparentemente só delas, que a nova academia se destinava, pois entendia-se que seria de actividades desse género que a nação se encontrava gravemente carecida”²³³.

*Lafões conhecia muito bem, com intimidade, a vida cultural europeia, lidara nesses meios com personalidades do maior destaque e influência, e estava em condições de poder apreciar o real valor do progresso científico na vida das nações. Lamentava o nosso atraso e propunha-se arrancar-nos a tão deletéria situação*²³⁴.

D. João Carlos de Bragança havia estado no estrangeiro durante mais de vinte anos sucessivos e, logo após o seu retorno a Portugal, se lançou à obra de fundação da Academia. Ele próprio havia pertencido a um dos mais prestigiosos grémios científicos europeus, a Royal Society de Londres, “não por trabalhos que tivesse efectuado no campo da Ciência mas pelo seu estatuto social de homem ilustre como era habitual no tempo”²³⁵. Após o seu regresso à Portugal entregava D. João Carlos à rainha D. Maria I o projecto dos estatutos de uma instituição que pretendia criar, à semelhança do que observara no estrangeiro «*consagrada à glória, e felicidade publica, para adiantamento da Instrucção Nacional, perfeição das Sciencias, e das Artes e augmento da industria Popular*»²³⁶.

²³³ Ibidem.

²³⁴ CARVALHO, op. cit., p 142.

²³⁵ Ibidem.

²³⁶ *Plano de Estatutos em que convierão os primeiros sócios da Academia das Sciencias de Lisboa, com beneplacito de Sua Majestade*. Lisboa, Regia Officina Typographica, 1780.

Em Itália, D. João Carlos de Bragança já tivera a ocasião de conhecer José Francisco Correia da Serra ainda jovem, o qual havia estudado em Nápoles e Roma²³⁷. Ao retornar a Portugal em 1777 ambos se associam no projecto de fundação da instituição. A fundação da Academia era para o Abade Correia da Serra, segundo nos relata Ana Simões, Maria Paula Diogo e Ana Carneiro, a continuação da estratégia modernizadora iniciada no reinado de D. José I, visando assim colocar Portugal à semelhança das outras nações europeias, aos “progressos sobretudo das ciências naturais, das exactas, e da literatura propriamente dita”²³⁸.

Em 1795 Correia da Serra exilou-se, fixando-se primeiramente em Inglaterra, depois França e nos E.U.A., onde exerceu a função de ministro plenipotenciário do governo português até 1816²³⁹. Pertenceu à Royal Society e à Linneam Society; ambas em Inglaterra. Na França foi membro da Société Philomatique e do Instituto de França. Nos E.U.A. pertenceu à Philosophical Society e à Academy of Natural Science²⁴⁰.

O terceiro actor a participar da fundação da Academia foi o 6º Visconde e 1º Conde de Barbacena, Luís António Furtado de Castro de Rio de Mendonça. Primeiro doutorado em filosofia pela Universidade reformada²⁴¹, ocupou inicialmente o cargo de secretário da Academia, sendo posteriormente sucedido por Correia da Serra devido a

²³⁷ TEAGUE, Michael. *Abade Correia da Serra. Documentos do seu Arquivo (1751-1795)* Fundação Luso-Americana para o desenvolvimento, Lisboa, 1997. SIMÕES, Ana; DIOGO, Maria Paula; CARNEIRO, Ana. op. cit. p. 20.

²³⁸ SIMÕES, Ana; DIOGO, Maria Paula e CARNEIRO, Ana. op. cit. p. 44.

²³⁹ Em 1795, Correia da Serra sente-se forçado a exilar-se por motivos políticos. Os acontecimentos são precipitados pela protecção que dá ao médico e naturalista francês Pierre Marie Auguste Broussonet, o qual por sua vez se viu obrigado a deixar a França devido a sua participação na Revolução Francesa. In: SIMÕES, Ana; DIOGO, Maria Paula e CARNEIRO, Ana. op. cit. p. 59.

²⁴⁰ CONTENTE DOMINGUES, op. cit. p.125. SIMÕES, Ana; DIOGO, Maria Paula e CARNEIRO, Ana. op. cit. p. 59.

²⁴¹ Ibidem.

sua nomeação para o cargo de governador da Capitania de Minas Gerais²⁴². Em Portugal, após a transferência da Família Real para o Brasil, teve uma efectiva participação como membro da deputação portuguesa²⁴³.

Os estatutos da Academia das Ciências de Lisboa foram aprovados provisoriamente por D. Maria I em 24 de Dezembro de 1779, como se verifica pela comunicação enviada pelo Visconde de Vila Nova de Cerveira ao Duque de Lafões²⁴⁴, mas efectivamente só em 16 de Janeiro de 1780 a nova Academia começou a funcionar²⁴⁵.

A primeira assembléia se reuniu no Real Palácio de Nossa Senhora das Necessidades, onde também co-habitava a Congregação do Oratório. Ali se instalaram e a deixaram funcionar durante alguns anos e de onde se fez a leitura do anteriormente referido Plano de Estatutos²⁴⁶.

²⁴² Alberto Iria. “A Fundação da Academia das Ciências de Lisboa”. *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal*: I Colóquio – até ao século XX, Lisboa Abril de 1985. Academia das Ciências de Lisboa. p.1287.

²⁴³ Já de volta à Portugal foi escrivão da mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e prestou muitos serviços no exercício daquele lugar. Mais tarde foi nomeado presidente da Mesa da Consciência e Ordens. Quando a Família Real se retirou para o Rio da Janeiro em 1807, o visconde de Barbacena não a acompanhou e, permanecendo em Lisboa, foi membro da deputação portuguesa enviada por Junot a Napoleão a Baiona em 1808. A mesma dispôs a apresentar uma proposta no sentido de diminuir a contribuição de guerra do país, bem como a manutenção da soberania portuguesa e da Casa de Bragança no poder. Isto irritou o imperador de tal forma que os deputados viriam a ser feitos reféns e só regressaram a Portugal em 1814, após a primeira abdicação de Napoleão e a restauração borbónica na pessoa de Luís XVIII. Finda a guerra, dedicou-se novamente aos estudos. Em 1816, o rei D. João VI elevou-o à dignidade de Conde de Barbacena (por decreto de 23 de Setembro desse ano), vindo mais tarde ainda a ser recompensado com as funções de conselheiro de Estado. In: *Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*, Volume II, pág. 81. Edição em papel. 1904-1915 João Romano Torres – Editor. Edição electrónica © 2000-2003 Manuel Amaral.

²⁴⁴ Este aviso foi publicado por José Silvestre Ribeiro: *História dos estabelecimentos científicos literários e artísticos*, Lisboa, 1872, vol. II, p. 56.

²⁴⁵ IRIA, op. cit. p. 1289.

²⁴⁶ Ibidem.

Na sessão de 30 de Janeiro de 1780 deliberou a Academia que suas memórias deviam incluir «*couzas novas ou aperfeiçoadas de maneira que interessassem o publico...*»²⁴⁷. Nesta sessão o padre Teodoro de Almeida foi eleito orador e “a quem competia tomar a palavra em nome da Academia excepto quando o presidente o quisesse fazer, e proferir a oração de abertura”²⁴⁸.

Na sessão de 28 de Junho de 1780, deliberou a academia iniciar a «*composição de hum completo Diccionario da Língua Portuguesa*», e nessa sessão também se registrou que o padre oratoriano Teodoro de Almeida se propunha a publicar «*huns elementos de geometria*» para uso dos nobres alunos da academia»²⁴⁹. A Academia prontificava receber vinte e quatro alunos de extracção fidalga com mais de doze anos, mas, segundo Contente Domingues, tal actividade não teve consequências práticas²⁵⁰.

Na sessão de 4 de Julho de 1780, efectuou-se a abertura da Academia ao público. Nessa memorável sessão, o Pe. Teodoro de Almeida, eleito orador oficial da Academia, proferiu um célebre discurso, “que causou muita celeuma entre os que se tinham oposto à fundação”²⁵¹.

Em 1783 a Rainha declarou estar a Academia «*imediatamente debaixo da Regia Protecção, usando o Titulo de Real*»²⁵²

²⁴⁷ Ibidem.

²⁴⁸ CONTENTE DOMINGUES, op. cit. p. 127.

²⁴⁹ IRIA, op. cit. p. 1289.

²⁵⁰ CONTENTE DOMINGUES, op. cit. p. 126.

²⁵¹ IRIA, op. cit. p. 1290. Para maiores detalhes sobre o célebre discurso de abertura ver: Francisco Contente Domingues. *Ilustração e Catolicismo. Teodoro de Almeida*. Capítulo IV. “A polémica da oração de abertura”. Colecção Colibri História, Edições Colibri, Faculdade de Letras de Lisboa. Lisboa, 1994. p. 130.

²⁵² *Collecção Systematica das Leis e Estatutos por que se tem governado a Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, 1822, p.68.

*A orientação seguida na sua actividade e nos seus trabalhos liga-se inteiramente à cultura europeia de então, como é natural, pois os seus principais criadores e impulsionadores, o Duque de Lafões e Correia da Serra, são dois estrangeirados; mas liga-se também à conjuntura cultural, social e económica que o país estava então atravessando*²⁵³.

Segundo o livro das *Actas das Assembleas* os académicos foram divididos em três classes que ficaram assim constituídas: ciências de observação, ciências de cálculo e belas artes²⁵⁴, como já anteriormente referimos. Sendo assim, “o plano de estudos revela uma nítida preocupação científica, que se sobrepõe claramente à literária.”²⁵⁵ Para este mesmo autor os académicos também alimentavam um profundo interesse “pela inquirição dos fundos arquivísticos dispersos por Portugal, percorrendo estes pessoalmente os cartórios e os arquivos do país.”²⁵⁶ Observa-se que com esse projecto retoma-se os trabalhos anteriormente desenvolvidos pela Academia Real de História Portuguesa²⁵⁷.

Para os autores citados, a Academia pretendia ir além da mera produção intelectual, mas também apresentava um elevado interesse pelo estudo da problemática económica nacional, procurando assim intervir na conjuntura do país, tornando um agente activo do progresso. Os trabalhos académicos revelavam marcada preocupação pela economia e dentro deste contexto a agricultura era o aspecto relevantemente tratado, segundo Castelo Branco.

²⁵³ CASTELO-BRANCO, op. cit. p. 197.

²⁵⁴ CONTENTE DOMINGUES op. cit. p. 126.

²⁵⁵ CASTELO-BRANCO op. cit. p.197.

²⁵⁶ Ibidem, p.197.

²⁵⁷ Com este projecto foi possível conhecer por meio dos *Ineditos de Historia Portugueza*, publicado em 1790, as crónicas inéditas de Fernão Lopes, Zurara e Rui de Pina. Ibidem, p.198.

Para Contente Domingues e Oliveira Marques os membros procuravam não somente promover os estudos sobre a agricultura, mas também das Artes e da Indústria popular. Assim sendo, nos anos subsequentes à fundação da Academia surgiram as seguintes publicações: as *Memórias de agricultura* em 1788, as *Memórias económicas* em 1789, os *Inéditos da História Portuguesa* em 1790, as *Memórias de literatura* e a colecção *História e memórias* em 1797. Em 1793 deu à estampa o primeiro e único volume do *Dicionário*, de Pedro José da Fonseca²⁵⁸.

Para Christovam Ayres²⁵⁹ as publicações foram divididas em quatro grupos que são pela ordem cronológica:

- *Memórias Económicas*: para o adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal e suas conquistas: o primeiro volume saiu em 1789; o segundo e terceiro nos dois anos seguintes. O quarto apareceu mais de vinte anos depois do terceiro, em 1812; o quinto em 1815, e fechou-se a série até hoje²⁶⁰.

- *Livros Inéditos da Historia Portuguesa*: O primeiro volume saiu em 1790; o segundo em 1792; o terceiro em 1793; o quarto distanciou-se vinte e três anos, 1816, e o quinto em 1824.

- *Memórias da Litteratura portugueza*: O primeiro, segundo e terceiro volumes saíram em 1792; no ano seguinte os volumes quarto e quinto. O sexto volume apareceu em 1796 e o sétimo em 1806.

- *As memórias da mathematica e physica*: “renderam em 1797 um volume e outro em 1799. O terceiro estendeu-se de 1812 a 1814, dividido em duas partes”.

²⁵⁸ CONTENTE DOMINGUES, p.130

²⁵⁹ Christovam Ayres. *Para a História da Academia Real de Ciências de Lisboa*. Coimbra. Imprensa de Universidade, 1927. 544 p. Separata do Boletim da Segunda Classe, vol.12. Academia Real de Ciências de Lisboa – História.

²⁶⁰ José Luís Cardoso, (coord). *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)* Lisboa, Banco de Portugal, 1990.

- *Collecção de Notícias para a Historia e Geographia das Nações Ultramarinas que vivem nos domínios portugueses*. A sua publicação começou em 1812, depois da morte do Duque de Lafões. “Saíram dois volumes no primeiro ano, se gastam no restante (apenas cinco), quarenta e quatro anos, até 1856”.

Surgiram vários outros projectos que não foram desenvolvidos, como o plano das *Sociedades de agricultura correspondentes*, “que deviam ser fundadas na províncias e desenvolver grande actividade (assento de 27 de Março de 1790); não chegou mesmo a discutir-se. A mesma sorte teve a *Junta ou comissão promotora da Industria*²⁶¹.

*Em 30 de Junho de 1795 foi a academia auctorizada a nomear pessoa idonea para tratar do descobrimento e arrecadação das lapides de inscripções que apparecessem no reino, assim como a mandar fazer as escavações necessárias onde fosse conveniente. Passaram-se mais de sessenta annos e só em 1859 é que appareceu a collecção de Lery Maria Jordão (Portugaliae inscriptiiones romanas) que não passou do primeiro volume até hoje*²⁶².

3.0) Os homens de ciência.

*“A ciência e a técnica permitiriam transformar o Novo Mundo à imagem do Velho e, sobretudo, potencializá-lo e explorá-lo em benefício próprio”.*²⁶³

Na História das Ciências Ocidentais, os séculos XVIII e XIX são marcadas pelo grande número de viagens científicas realizadas por diversos países europeus com a

²⁶¹ AYRES, pp. 342 e 343.

²⁶² Ibidem, p.343.

²⁶³ Marie-Noelle Bouruet, Christophe Bonneuil, «Présentation» in *Revue Française d' Histoire d'Outre-Mer*, tomo 86, nº 322-323, 1999, p.30. Citado por: Ângela Domingues. “Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de *redes* de informação no Império Português em finais de setecentos”. *Ler História*, 39 (2000) *Brasil Colonial: Leituras e Representações*. ISCTE. Lisboa. p.31.

finalidade de reconhecimento do território, de suas populações e de seu potencial zoológico, botânico e mineral²⁶⁴. Portugal ao participar também deste processo organizou expedições para o Reino e para as suas colônias, tanto em África como na América, denominadas Viagens Filosóficas²⁶⁵, as quais ocorrem nas administrações dos Ministros da Marinha e Negócios Ultramarinos. Primeiramente no consulado Pombalino entre 1755 e 1777, posteriormente na administração de Martinho de Melo e Castro (1777-1795) e finalmente na de D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1795-1802)²⁶⁶. Nossa delimitação de investigação, conforme explicitada, está restrita ao período que compreende a fundação da Academia de Ciências de Lisboa em 1779, e a Independência do Brasil em 1822 e, sendo assim, nosso roteiro de estudo abrange somente as viagens ocorridas nas administrações de Martinho de Melo e Castro e de D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

A Academia Real de Ciências de Lisboa logo em seus primeiros momentos voltou os olhos para a colônia Brasil e para lá enviou instruções ao célebre naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira²⁶⁷, para que lhe desse conta «*da historia do paiz, da sua população, forças, industria, agricultura, mechanica, medicina, theologia, língua,...*»²⁶⁸. Em 1784 recebia a Academia Real de Ciências de Lisboa a resposta do Brasil escrita pelo naturalista ao referir-se as instruções dela recebida: «*...ah, se fora tão*

²⁶⁴ Ermelinda M. Pataca. “Viagens Científicas no Império Português (1755/1808)”. Comunicação apresentada ao I Simpósio de Pesquisa em Ensino e História de Ciência da Terra e III Simpósio Nacional sobre Ensino de Geologia no Brasil. UNICAMP. Campinas, 2007. Disponível em : <http://www.ige.unicamp.br/simposioensino/artigos/039.pdf>. Acesso em 07/11/2008.

²⁶⁵ Segundo Ermelinda Pataca esta designação conferidas às viagens é concernente ao seu principal objecto que era a observação e interpretação da natureza nos diversos domínios da filosofia natural como a física, a química, a zoologia, a botânica e a mineralogia. In: Ibidem.

²⁶⁶ Ibidem.

²⁶⁷ Académico eleito em 30 de Janeiro de 1789. In: Planilha dos académicos da Academia das Ciências de Lisboa. Consulta em Outubro de 2008.

²⁶⁸ IRIA, op. cit. p. 1293.

*fácil a hum único naturalista o executar isto que a tantos custou o escrevê-lo...» e prometia ainda o naturalista: «...de cada coisa irá o seu pouco...»²⁶⁹. Sendo assim, posteriormente, chegariam dele seus testemunhos e a obra memorável *Viagem filosófica*²⁷⁰.*

Na segunda metade do século XVIII esses “homens de ciência” estavam em busca de informações não só da América mas também de todas as outras partes do Império português na Europa, Ásia e na África; “ou seja reconhecer os limites físicos da soberania, bem como as potencialidades económicas”²⁷¹.

Desta forma, solicitava-se a João da Silva Feijó a produção de uma carta geográfica da ilha do Fogo, enquanto que o astrónomo e cartógrafo António Pires da Silva Pontes era o autor de uma «Memória sobre os homens selvagens da América Meridional que serve de introdução às viagens» e Teodósio Constantino de Chermont, tenente-coronel de artilharia com exercício na amazónia em 1780, descrevia os hábitos e comportamentos da etnia Mahuá²⁷².

²⁶⁹ Ibidem.

²⁷⁰ O naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira viajou entre 1783 e 1792 pela bacia hidrográfica amazónica e pelo planalto de Mato Grosso. Para maiores detalhes sobre viagens de exploração ver. DOMINGUES, Ângela. *Viagens de exploração geográfica na Amazónia em finais do século XVIII: política, ciência e aventura*. Lisboa (Funchal), Centro de Estudos de História do Atlântico, 1991. ALMAÇA, Carlos; DOMINGUES Ângela e FARIA Miguel, *Viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. Ciclo de Conferencias*, Lisboa, Academia de Marinha, 1992. CORREIA FILHO, V. *Alexandre Rodrigues Ferreira. Vida e Obra do grande naturalista brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. AREIA, M. L. Rodrigues; MIRANDA, M.A.; HARTMANN, T. *Memória da Amazónia. Alexandre Rodrigues Ferreira e a viagem philosophica pelas capitâneas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá. 1783-1792*. Coimbra: Museu e Laboratório Antropológico da Universidade, 1991. SOARES, José Paulo Monteiro, FERRÃO, Cristina. (Org.) *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira. Coleção Etnográfica*. Kapa Editorial, 2005. Petrobras. Rio de Janeiro. Obra em 3Vol.

²⁷¹ Ângela Domingues. “Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de *redes* de informação no Império Português em finais de setecentos”. *Ler História*, 39 (2000) *Brasil Colonial: Leituras e Representações*. ISCTE. Lisboa.

²⁷² Ibidem, p.21. João da Silva Feijó; académico eleito em 19-06-1780. António Pires da Silva Pontes Leme; académico eleito em 21-12-1791. Consulta à planilha dos académicos. Academia de Ciências de Lisboa em Outubro de 2008.

A viagens ocorreram em um primeiro momento no Reino, enquanto se preparava sua realização nas colónias. Posteriormente ocorreram as viagens nas colónias feitas pelos naturalistas, e em um terceiro momento a coroa se preocupou com o estudo das representações resultantes da viagens e sua posterior publicação.

Para Ermelinda Pataca as viagens ocorreram sob a coordenação de Domingos Vandelli²⁷³ e, inicialmente ao se restringirem ao Reino, possibilitava o treinamento dos estudantes de Coimbra para que posteriormente pudessem ser despachados para o território colonial, assim como do inventário dos recursos naturais do Reino para uma posterior exploração.

Mas dentro deste Império Português a ser explorado, estudado e apresentado ao mundo moderno, o Brasil surgia no século XVIII como objecto preferencial de estudos científicos, seja pela sua imensa diversidade na fauna e na flora, seja pela mineralogia ou ainda pelas civilizações autóctones que apresentava.

Na visão de Ângela Domingues mais um interesse pode ser acrescido ao impulso português pelo desvendamento e exploração do Brasil: “O Brasil surgia como a alternativa válida a um Império que se pretendeu formar na Índia e que se tinha tornado inviável”²⁷⁴. Uma alternativa que atingiria a fundo o equilíbrio económico do reino nos anos seguintes, seja pela exportação do açúcar inicialmente, pela posterior exploração

²⁷³ O naturalista Domenico Agostinho Vandelli nasceu em Pádua onde formou-se em Filosofia. Realizou viagens em Itália entre 1757 e 1763 onde recolheu material necessário para o seu primeiro museu de História Natural instalado em Pádua e posteriormente transferido para Portugal. Foi convidado pelo Marques de Pombal para fazer parte do corpo docente do Colégio dos Nobres. Terá chegado em Portugal por volta de 1764. No âmbito da reforma da Universidade de Coimbra em 1772 ocupou lugar na Faculdade de Filosofia, onde foi nomeado lente de Química e de História Natural. Foram várias as expedições realizadas pelos alunos de Vandelli. Entre 1764 e 1779 Vandelli, seus colaboradores e discípulos, empreenderam uma investigação bastante detalhada de Portugal. Participou activamente na criação da Academia Real de Ciências de Lisboa. In: <http://www.instituto-camoes.pt/cvc/ciência>. Acesso em 27/10/ 2008 e PATACA, 2007, p. 386.

²⁷⁴ Ângela Domingues. “As Sociedades e as Culturas Indígenas face à Expansão Territorial Luso-brasileira na Segunda Metade do Século XVIII.” *Nas vésperas do Mundo Moderno.: Brasil*. Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses. Exposição Universal de Sevilha, 1992, p. 184.

das riquezas naturais e por fim, pelo fornecimento das matérias primas que dinamizaram o desenvolvimento de Portugal²⁷⁵.

Neste panorama inicial de desvendamento e de exploração das potencialidades da colônia Brasil não foram só naturalistas ou engenheiros-cartógrafos e matemáticos a enviarem informações, mas também vice-reis, governadores e capitães-generais²⁷⁶.

Como dito anteriormente, todo esse novo saber científico que chegava à Portugal vindo de diferentes partes do reino se destinava a uma aplicação eminentemente prática e não só à inventariação, catalogação ou ao reconhecimento das potencialidades naturais. Deveriam tais conhecimentos contribuir para o desenvolvimento económico do reino, para o incremento da indústria, manufacturas e comércio, o que de facto ocorreu nos anos que se seguiram.

Ainda para Ângela Domingues essa informação de cariz científico, “que a mando da administração central, se ia recolhendo pelo Império e remetendo à Lisboa”, muitas vezes não se confinou à metrópole e suas instituições. Para a autora podiam ocorrer experiências em capitanias, iniciativas paralelas às que eram realizadas em Lisboa. Como exemplo cita as trocas de espécimes vegetais entre o governador e capitão-general do Estado do Pará com o governador da Capitania do Maranhão, assim como a fundação de um Jardim-Botânico em 1796 em Santa Maria de Belém, (o

²⁷⁵ Para maiores detalhes do comércio de Portugal com produtos brasileiros para as nações estrangeiras ver: ARRUDA, op. cit. pp. 88, 89,90,91.

²⁷⁶ Ângela Domingues relata envio de aquarelas da Amazónia dos desenhadores Joaquim José Codina e José Joaquim Freire, os quais acompanharam Alexandre Rodrigues Ferreira na sua viagem. Ainda: do herbário do jardineiro-botânico Agostinho Joaquim do Cabo, também participante desta expedição. Remessas do vice-rei do Brasil, D. Luís de Vasconcelos e Sousa, dos governadores e capitães-generais de Minas Gerais Cuiabá, Piauí, Ceará, Maranhão, Mato-Grosso, Goiás, Pará, Rio Negro. Ainda: do governador da Índia, Francisco da Cunha e Menezes e D. Francisco Inoscência de Souza Coutinho durante o período que administrou Angola. In: DOMINGUES, Ângela. 2000, op. cit. p.22.

primeiro a ser criado no Brasil), onde se plantaram algumas «drogas do sertão» amazónico²⁷⁷.

A intensificação da colonização *luso-brasileira* ocorreu a partir do reinado de D. José I, “num território sobre o qual se propunha estabelecer uma sólida presença fundada numa ocupação efectiva do solo e na sua exploração económica”²⁷⁸. Já na segunda metade do século XVIII com as intensas mudanças ocorridas na Europa iluminista, seja no campo cultural, seja no campo científico, Portugal viu-se também dentro de um enorme esforço de renovação do conhecimento, esforço esse que envolveu indivíduos e instituições e que foi, em grande medida, promovido, financiado e suportado pelo Estado, como já referimos anteriormente.

Para Castelo Branco uma das justificativas possíveis para o interesse dos Académicos em estudar e procurar resolver os prementes problemas socio-económicos que o país enfrentava deve ser relacionado também com o surto da população do reino e os problemas que daí resultaram. Segundo Joaquim Veríssimo Serrão²⁷⁹ o referido surto foi verificado desde a queda do Marquês de Pombal à época das invasões francesas.

Portugal era um país com cerca de dois milhões de pessoas nos meados da centúria de Seiscentos, sendo que este número permaneceu com poucas alterações até 1732. A partir de então o crescimento mostrou-se contínuo. Mais de 2.500.000 habitantes em 1758, quase 3.000.000 quarenta anos mais tarde, e cerca de 3.100.000 por volta de 1820²⁸⁰.

²⁷⁷ Ibidem, pp. 26 e 27.

²⁷⁸ DOMINGUES, Ângela.1992. p.183.

²⁷⁹ *A população de Portugal em 1798. O censo de Pina Manique*, Paris, 1970, p. XXIX. Citado em: CASTELO-BRANCO, Fernando. “Significado cultural das academias de Lisboa no século XVIII”, *Portugaliae Historica*, vol. I, Lisboa, 1973, p. 200.

²⁸⁰ OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. *Breve História de Portugal*. Editorial Presença, 6ª Edição, Lisboa, Abril, 2006. p.352.

Em nosso trabalho ao relacionarmos a Academia Real de Ciências de Lisboa e os académicos de origem brasileira verificamos que a colónia Brasil nesta mesma época apresentava um quantitativo demográfico a aproximar-se cada vez mais da metrópole. Segundo Oliveira Marques a colónia Brasil tinha mais de 1.500.000 habitantes na década de 1770, cerca de 2.500.000 ao findar o século²⁸¹; portanto, aproximadamente uma diferença em torno de 500 mil pessoas com relação à metrópole. Já por volta de 1819 apresentava-se com 3.600.000 habitantes, população superior à da metrópole.

No sentido de progredir e também como forma de recuperar o poder e o prestígio que tivera em séculos passados, a coroa propunha-se empreender, promover e controlar reformas económicas, políticas, sociais, militares e, igualmente, científicas. Sendo assim as ciências para além de uma forma de conhecimento era, também uma forma de domínio. Domínio da natureza pelo homem, dos recursos minerais pelo Estado, dos «bárbaros» ameríndios e africanos pelos portugueses «civilizados»; enfim legitimar a intervenção do Estado junto aos povos²⁸².

Portugal nesse sentido apresentava-se em vantagem, em posição privilegiada, pois “o ultramar português aparecia como um campo de potencialidades cujo estudo contribuiria, de forma marcante, para o conhecimento do mundo natural e da própria humanidade”²⁸³.

²⁸¹ Ibidem, p. 420.

²⁸² DOMINGUES, Ângela. 2000. p.31.

²⁸³ DOMINGUES, Ângela. 1992. p. 184.

CAPÍTULO 4

Raízes no Brasil: Ciência em Portugal.

1779/1822

*“Amei a liberdade, e a independência. Da doce cara pátria, a quem o Luso Oprimia sem dó, com riso e mofa. Eis meu crime todo”.*²⁸⁴

A exploração dos produtos naturais presentes em todo o Reino, assim como o estudo aprimorado dos mesmos com finalidade económica, veio activar e conduzir o pensamento português em setecentos²⁸⁵. Com o objectivo de reforçar os elos entre a Colónia e o Reino, o Marquês de Pombal (1755-1777) chegou a conceder bolsas de estudo para alunos pobres incentivando assim a ida de brasileiros para Coimbra, e ainda com a finalidade de amortecer o impacto do retorno destes à América, nomeava-os por vezes para cargos e missões públicas, como dito anteriormente²⁸⁶.

Ao introduzirmos no nosso estudo os denominados “homens de ciência”, torna-se importante definirmos o conceito utilizado para a palavra Ciência. Para tanto, recorreremos ao *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*²⁸⁷. A referida obra conceitua a palavra Ciência como o “conjunto

²⁸⁴ BONIFÁCIO, José. Idem.

²⁸⁵ Para maiores detalhes sobre a Ciência a serviço do Estado ver: Ângela Domingues. “Um novo conceito de Ciência ao serviço da ‘Razão de Estado’: a viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira ao Nordeste Brasileiro. In: Anais da Academia da Marinha, Lisboa, 1992. Anais Hidrográficos. VII Reunião Internacional de Hist. Náutica e da Hidrografia, Tomo XLIX (suplemento) 1992.

²⁸⁶ VILLATA, 1999, p.176.

²⁸⁷ *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*. Academia das Ciências de Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian. Editora VERBO, 2001.

dos conhecimentos exactos, universais e verificáveis, expressos por meio de leis, que o Homem tem sobre si próprio, sobre a natureza, a sociedade, o pensamento...”²⁸⁸. Assim, alguns dos denominados “homens da ciência” com raízes no Brasil, mediante a formação académica adquirida, em sua grande maioria em Portugal e na Universidade de Coimbra como demonstraremos, sistematizaram os conhecimentos sobre si próprio, sobre a natureza e a sociedade. O resultado foi a produção, por muitos deles, de obras referenciais para o conhecimento da amplitude do Império Português, sua sociedade e seus recursos, e em especial da Colónia Brasil.

O movimento de estudantes entre os dois lados do Atlântico seguiu-se nas administrações de Martinho de Melo e Castro (1777-1795) e de D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1796-1802). A coroa patrocinava expedições científicas, inicialmente dentro do Reino e posteriormente nas colónias, com estudantes oriundos da reformada Universidade de Coimbra²⁸⁹. Sendo assim, homens se debruçaram em expedições de investigação com a finalidade de exploração e conhecimento, com um conteúdo geográfico e cartográfico.

Muitas das amostras dos produtos e espécies das distintas partes do reino chegaram à Lisboa pelas mãos de homens que tiveram as suas raízes na América Portuguesa, na *terra brasilis*, no paraíso descoberto. Homens que ao chegarem em solo europeu adicionaram à sua cultura americana de raízes os novos conhecimentos

²⁸⁸ Ibidem, p. 813.

²⁸⁹ As expedições se destinavam às regiões coloniais, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso, Bahia, Pernambuco e às colónias africanas de Angola e Moçambique. PATACA, 2007, p. 384. Para maiores detalhes sobre as expedições científicas portuguesas ver também da mesma autora: *Terra, Água e Ar nas Viagens Científicas Portuguesas. (1755-1808)*. Tese de Doutorado. UNICAMP, Campinas, São Paulo 2006.

adquiridos nos bancos acadêmicos. Saíram de suas terras; Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, ou dos sertões nordestinos, em busca de ciência²⁹⁰.

Quando da conclusão de seus cursos pela reformada Universidade de Coimbra²⁹¹, entre interesses particulares e interesses da Coroa, alguns desses novos “homens de ciência” do século XVIII, retornaram às suas raízes americanas e penetraram em territórios da América Portuguesa e em território africano com a finalidade de investigação, exploração, ou ainda, viajaram financiados pela coroa portuguesa pela Europa, satisfazendo a sede de cultura advindas de um Reino que procurava se conhecer e actualizar-se no mundo moderno.

Ao retornarem novamente ao Reino de suas expedições científicas nas colônias ou de suas viagens de estudo pela Europa, os “homens de ciência” passaram a prestar serviços à Coroa. Ocupavam cargos na administração, outros em catalogações

²⁹⁰ Para maiores detalhes sobre os estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra ver: Walter Cardoso. “Estudantes da Universidade de Coimbra nascidos no Brasil (1701-1822): Procedências e graus obtidos”. *Universidades, História, Memória, Perspectivas*. Actas do Congresso História da Universidade. 7º Centenário. Coimbra, 1991. Acta 3 p.165. Ver ainda: Ruth Maria Chittó Gauer. *A Influência da Universidade de Coimbra na Formação da Nacionalidade Brasileira*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1995, Tese de Doutorado em História. Para maiores detalhes sobre os estudantes brasileiros em Coimbra na centúria de setecentos oriundos da Capitania de Minas Gerais ver: Virgínia Maria Trindade Valadares. *Elites Mineiras Setecentistas. Conjugação de Dois Mundos*. Edições Colibri e Instituto de Cultura Ibero-Atlântica, Lisboa, 2004.

²⁹¹ É importante ressaltar que existiu uma clara ligação entre os homens da ciência com raízes no Brasil, acadêmicos setecentistas, e a Universidade de Coimbra. Para Virgínia Valadares estabeleceu-se uma confusão na Universidade de Coimbra com a obrigatoriedade de se frequentar Matemática e Filosofia dois anos antes dos cursos de Medicina, Cânones e Leis, e isso fez com que canonistas, legistas e médicos tivessem títulos de matemáticos e filósofos, sem, no entanto, terem os cursos concluídos. Isto na prática significou que pouquíssimas pessoas se formaram em Matemática e Filosofia, apesar do título, e que a medicina empírico-racional não era exercida apenas pelos médicos, mas por todos aqueles que estudavam Química e Biologia na Filosofia. Enfim, para a pesquisadora e historiadora esta intersecção de cursos provocava também um “intersecção de jurisprudentia profissional, redução do mercado de trabalho e uma enorme confusão nas suas funções sociais” In: Virgínia Maria Trindade Valadares. *Elites Mineiras Setecentistas. Conjugação de Dois Mundos*. Edições Colibri e Instituto de Cultura Ibero-Atlântica, Lisboa, 2004. p. 364 e 376. Ver também: CARDOSO, Walter. “Estudantes da Universidade de Coimbra nascidos no Brasil (1701-1822): Procedências e graus obtidos”. *Universidades, História, Memória, Perspectivas*. Actas do Congresso História da Universidade. 7º Centenário. Coimbra, 1991. GAUER, Ruth Maria Chittó. *A Influência da Universidade de Coimbra na Formação da Nacionalidade Brasileira*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1995, Tese de Doutorado em História.

sistemáticas das amostras obtidas nas colónias, e também na incorporação dos dados destas amostras em obras científicas.

*A Universidade de Coimbra, a principal e mais antiga universidade da metrópole portuguesa, era a entidade formadora das ideologias que comandariam as elites profissionais e políticas no reino e nos domínios ultramarinos. Essa ideologia era, no entanto, gerada e gerida pelo absolutismo de origem divina e pela Igreja Católica, que seguia os ditames, ainda no século XVIII, do Concílio de Trento*²⁹².

São esses “homens de ciência” com raízes no Brasil, muitos deles académicos eleitos para Academia Real de Ciências de Lisboa, nosso objecto de estudo, assim como as suas obras destinadas a esta instituição²⁹³. Em gabinetes, Academias e Universidades, ocorria o palco de “trocas de ideias, de circulação de obras científicas e de espécies”, espaço este que era “como uma porta aberta ao conhecimento e exploração económica do país e das colónias”²⁹⁴.

Para Maria Odila Leite Silva Dias, grande parte das medidas culturais tomadas em relação à Colónia, precisamente os estímulos à realização de estudos, à produção de memórias sobre as potencialidades naturais e mesmo à fundação de academias

²⁹² VALADARES, op. cit., p.508.

²⁹³ Grande parte das obras destes académicos de origem brasileira, fruto de expedições científicas ou de outras viagens financiadas pela coroa, se destinaram à Secretaria de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos e ao Real Gabinete de História Natural da Ajuda. Em nosso trabalho limitaremos a interpretação das obras destinadas à Academia Real de Ciências de Lisboa entre 1779 e 1822. Para Ângela Domingues, o Real Gabinete “parece ter-se mantido razoavelmente apetrechado até 1822”. Ainda para a mesma autora, em 1836 foi transferido para o Convento de Jesus e incorporou-se à coleção maianense; “fusão que esteve na origem da valorização das colecções da Academia Real das Ciências de Lisboa; decreto de 27 de Agosto de 1836. (M.B., Div. 21, Incorporação do Museu da Ajuda na Academia Real de Ciências em ofício dirigido a Francisco Manuel Trigoso de Aragão, de 31 de Agosto de 1836. Por fim em 1858 este gabinete deu origem ao Museu de História Natural de Lisboa. In: DOMINGUES, Ângela, 1992. pp.93 e 93, e DOMINGUES, Ângela 2000, p. 32, nota 59.

²⁹⁴ Ibidem, 1992, op. cit. p. 88.

científicas, tinha o sentido de dinamizar a produção de matérias-primas em benefício de Portugal²⁹⁵.

Para Virgínia Maria Trindade Valadares, o retorno à América Portuguesa destes estudantes, agora médicos, naturalistas, botânicos, juristas e eclesiásticos, vinha acompanhado de uma “bagagem” assimilada na Universidade de Coimbra e na corte metropolitana, representando assim a junção ou conjugação de dois mundos; o da metrópole e o da Colónia. A esta junção ou conjugação a autora contrapõe ainda o facto de ter ocorrido a disjunção entre estes dois mundos; disjunção esta representada pelos indivíduos que saíram da América Portuguesa buscando o mundo académico de Coimbra e não mais retornaram ao primeiro²⁹⁶.

Portanto, a partir de 1783 sob a coordenação de Domingos Vandelli e o patrocínio do ministro Martinho de Melo e Castro²⁹⁷, iniciou-se o grande projecto de realização de viagens filosóficas para as regiões ultramarinas²⁹⁸. O próprio Vandelli elaborou em 1779 um manuscrito denominado: *Viagens Filosóficas ou Dissertações sobre as importantes regras que o filósofo natural, nas suas peregrinações deve principalmente observar*²⁹⁹.

Provavelmente podemos dizer que o impacto da diversidade brasileira sobre o mundo iluminista europeu levou ao reconhecimento da natureza do Brasil como um

²⁹⁵ Maria Odila Leite Silva Dias. “Aspectos da Ilustração no Brasil.” *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, (278): 113-148, jan./mar. 1968

²⁹⁶ VALADARES, op. cit. p. 512.

²⁹⁷ O Ministro Martinho de Melo e Castro foi o titular da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos (1770-1795). Para maiores detalhes sobre sua administração ver: Virgínia Maria Trindade Valadares. *A Sombra do Poder: Martinho de Melo e Castro e a administração da Capitania de Minas Gerais (1770-1795)*. Estudos Históricos. Editora Hucitec. São Paulo, 2006.

²⁹⁸ Magnus Ferreira e Ana Cruz. “As viagens filosóficas” *A Ilustração em Portugal e no Brasil*. Disponível em <http://www.cedope.ufpr.br>. Acesso em 29/10/2008 e PATACA, op. cit. 2006 e 2007.

²⁹⁹ Catálogo de Manuscritos da Biblioteca da Academia de Ciências de Lisboa, Série Vermelha. Publicações do II Centenário da Academia de Ciências de Lisboa. Editores: Barbosa & Xavier, Braga, 1978. p.276. Disponível em: http://www.acad-ciencias.pt/PDF/Catalogo_MV_I.pdf. Acesso em 07/12/2008.

tesouro. Em todo esse processo de conhecimento do ultramar português instituições se destacaram no apoio, como a Secretaria de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos, o Real Gabinete e Jardim Botânico, assim como a Academia Real de Ciências de Lisboa, os quais abrigavam os homens e suas memórias, as espécies e o seu cultivo, enfim, a difusão do saber.

A obras publicadas pela Academia Real de Ciências de Lisboa estavam protegidas pelo “Alvará Régio de Privilégio” que em espaço de 10 anos proibia que as ditas obras fossem reimpressas e/ou alteradas, “debaixo das penas de perdimento de todas as edições que se fizerem, (...) as quais serão apreendidas a favor da Academia; e de duzentos mil réis de condenação que se imporá irremissivelmente ao transgressor, e que será aplicada em parte iguais ao denunciante e para o Hospital Real de São José”. O mesmo alvará faz excepção aos casos “em que materias que fizeram o objecto das obras, (...) apareçam tratadas com variações substancial, e importante; ou pelo melhor método, novos descobrimentos, e perfeições científicas, (...) sendo o exame e confrontação de umas as outras obras feito na Real Mesa Censória”³⁰⁰.

Neste sentido faz-se mister que seja apresentados esses académicos de origem brasileira, portadores do saber, pelo ano de eleição na Academia Real de Ciências de Lisboa³⁰¹.

³⁰⁰ Alvará registrado na Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. Liv. VI das Cartas, Alvarás e Patentes. Folhas 93 e 93v. Nossa Senhora da Ajuda, 7 de Maio de 1781. In: José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho. *Ensaio Económico sobre o comércio de Portugal e suas colónias*. Segunda edição corrigida e acrescentada pelo mesmo autor. Publicadas por ordem da Academia Real de Ciências de Lisboa, 1816.

³⁰¹ As obras dos mesmos estão contidas em anexo. Alguns académicos se encontram pouco referenciados devido a ausência de informações sobre os mesmos, visto que são investigados pela primeira vez.

1) José Correia Picanço.

Eleição em 19/01/1780 como sócio supra-numerário, tornando-se sócio correspondente em 02/10/1780³⁰².

Primeiro Barão de Goiana, Conselheiro de D. João VI, Doutor e Lente Jubilado da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, Cirurgião-mór do Reino e primeiro Cirurgião da Real Câmara³⁰³.

Segundo Augusto Victorino Alves Sacramento Blake o académico nasceu na vila, depois cidade de Goyana, Pernambuco, a 10 de Novembro de 1745. Doutorou-se em medicina pela faculdade de Montpellier e iniciou a sua carreira no Brasil. Posteriormente transferiu-se para Lisboa onde frequentou o curso do hospital de São José, seguindo posteriormente para França. Veio com D. João VI para o Brasil e ainda para este mesmo autor foi ele quem pediu e obteve do príncipe regente a permissão para a criação do primeiro curso de medicina da Bahia, onde fora nomeado demonstrador de anatomia por carta régia de 3 de Outubro de 1772, lente catedrático a 16 de Fevereiro de 1779 e jubilado por carta régia de 28 de Junho de 1790³⁰⁴.

O académico morreu no Rio de Janeiro e segundo Silva e Aranha teria ocorrido por volta de 1825 ou 1826, já para Almeida o académico faleceu entre 1823 ou 1824, e para Blake o académico faleceu a 10 de Outubro de 1823³⁰⁵.

³⁰² Processo do respectivo académico na ACL. Consulta em Janeiro de 2009.

³⁰³ Inocêncio Francisco da Silva e P. V. Brito Aranha. *Dicionário Bibliográfico Português. Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil. Continuados e ampliados por P. V. Brito Aranha. Revistos por Gomes de Brito e Álvaro Neves*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1858-1923. Duplisoft, Lda. Obra digitalizada. Vol. IV, Tomo XII, p. 297. Palmira Morais Rocha de Almeida. *Dicionário de Autores no Brasil Colonial*. Edições Colibri, Lisboa, Fevereiro de 2003, p. 328.

³⁰⁴ Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Quarto volume, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1898, p. 392.

³⁰⁵ SILVA e ARANHA, op. cit. p. 298. ALMEIDA, op. cit. p.328. BLAKE, p. 392.

2) Manuel Inácio da Silva Alvarenga.

Eleição em 22-05-1780 como sócio correspondente³⁰⁶.

Para Inocêncio Francisco da Silva³⁰⁷ o académico Manuel Inácio da Silva Alvarenga nasceu na Vila de São João D'el Rei na Capitania de Minas Gerais entre 1735 e 1740; para outros autores como Palmira Morais Rocha de Almeida³⁰⁸, Virgínia Maria Trindade Valadares³⁰⁹ e Augusto Victorino Alves Sacramento Blake³¹⁰ seu nascimento ocorreu em Vila Rica, actual cidade de Ouro Preto, também Minas Gerais, no ano de 1749.

Valadares ainda nos relata que o académico era mulato e que estudou no Seminário de Mariana³¹¹. Para Almeida, o académico foi para o Rio de Janeiro onde estudou Humanidades e, posteriormente para Coimbra³¹². Ambas confirmam que o mesmo bacharelou-se em Direito Canónico em 1776 e que regressou ao Brasil em 1778. Valadares, assim como Blake, acrescentam ainda que o mesmo retornou ao Brasil com a patente de Capitão-Mor de Milícias dos Homens Pardos da capitania mineira³¹³.

Foi um dos grandes defensores da reforma pombalina do ensino universitário concretizada em 1772. Antes de formado escreveu *O Desertor das Letras* (1774), um poema herói-cômico de escasso valor que ressalta a reforma universitária de Pombal e

³⁰⁶ Processo do respectivo académico na ACL. Consulta em Janeiro de 2009.

³⁰⁷ SILVA e ARANHA. op. cit. Tomo XVI, p.5.

³⁰⁸ Palmira Morais Rocha de Almeida. *Dicionário de Autores no Brasil Colonial*. Edições Colibri, Lisboa, Fevereiro de 2003. p.52.

³⁰⁹ VALADARES, 2004, op. cit., p. 420.

³¹⁰ BLAKE, op. cit. Sexto volume, p.100.

³¹¹ Ibidem, op. cit. p. 420.

³¹² ALMEIDA, op. cit. p.52.

³¹³ VALADARES, 2004, op. cit., p.420. BLAKE, op. cit. p. 100.

crítica o sistema vigente até à renovação a Universidade. Este poema marca o início da publicação das suas poesias³¹⁴.

Foi Silva Alvarenga um dos mais fecundos poetas da plêiade mineira. Portador de um espírito ardoroso de cultura, de progresso intelectual e entusiasta de letras e ciências, traria em seu retorno ao Brasil desejos e impulsos de promover a cultura, incentivar as ciências e as letras.

Depois de curta residência em Minas passou a estabelecer-se no Rio de Janeiro como advogado, regendo ao mesmo tempo uma cadeira de retórica e poética, que lhe foi conferida em 1782. Era membro da Arcádia Ultramarina do Rio de Janeiro, com o nome poético de Alcindo Palmireno. A mesma tornou-se mais tarde a Sociedade Literária do Rio de Janeiro³¹⁵.

Foi preso juntamente com outros sócios da Sociedade Literária por se tornar suspeito ao vice-rei Conde de Resende, e teve de fazer encarcerado por mais de dois anos na fortaleza da Conceição³¹⁶.

Em Fevereiro de 1797, a Rainha D. Maria I deu ordem para, “caso a autoridade do Rio de Janeiro não entendesse proceder à imediata libertação dos réus, dado já estarem suficientemente castigados com a prisão, os transferir para Lisboa”. Sendo assim, o desembargador Cruz e Silva decidiu pela libertação não havendo julgamento, pois “contra nenhum dos presos se diz ou prova que eles entrassem no projecto de

³¹⁴ ALMEIDA, op. cit., p. 52.

³¹⁵ A sociedade Literária do Rio de Janeiro foi fundada em 1786 mediante aprovação do Vice-Rei Luís de Vasconcelos e Souza, o qual regressou a Portugal no ano de 1790 para desempenhar o cargo de presidente do Real Erário. Seguiu-se a ele, como novo Vice-Rei, o Conde de Resende, o qual por sua vez não mostrou-se disposto a patrocinar a continuidade da sociedade. In: Ibidem, p.53.

³¹⁶ A denúncia ao Vice-Rei foi feita por José Bernardo da Silva Frade, o qual convivia assídua e amigavelmente com os sócios, e reafirmada por frei Raimundo Penaforte da Anunciação. In: Ibidem, p.53. Segundo Kenneth Maxwell a inócua Sociedade Literária do Rio de Janeiro, com sua devoção a Raynal e Mably, e sua suposta simpatia para os conspiradores mineiros, era um alvo óbvio para o nervoso governo colonial. In: “A geração de 1790 e a idéia do Império Luso-brasileiro”. *Chocolate, Piratas e Malandros*. Paz e Terra, São Paulo, 1999, p.165.

conspiração”. Quando a sua liberdade foi restituída o académico voltou ao exercício da sua cadeira por ordem da corte e promovido a Chanceler da Relação do Rio de Janeiro. Além de sua actividade de jurista e docente, foi colaborador de *O Patriota, jornal litterario, politico, mercantil, &c. do Rio de Janeiro*³¹⁷.

É considerado um dos poetas do chamado Grupo Mineiro³¹⁸, tendo sido colaborador de uma revista literária que fomentou o movimento intelectual anterior a independência.

Faleceu no Rio de Janeiro em 1º de Novembro de 1814³¹⁹.

3) Joaquim Veloso de Miranda.

Eleição em 22-05-1780 como sócio correspondente³²⁰.

Doutor em Filosofia pela Universidade de Coimbra, o académico Joaquim Veloso de Miranda foi religioso e botânico. Nasceu no arraial do infeccionado, termo de Mariana, na capitania de Minas Gerais, pouco antes de 1750³²¹. Para Palmira Morais

³¹⁷ ALMEIDA, op. cit. p. 53.

³¹⁸ Poetas em cujas composições inseridas no estilo arcádico aparecem sistemáticas referências á natureza brasileira. In: Ibidem, p. 53.

³¹⁹ Mais obras poéticas foram impressas em *Collecção de Poesias inéditas, etc.*, tomo II. - Reimpresso em separado, Lisboa, 1821. In: *Dicionário Bibliográfico Português. Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil. Continuados e ampliados por P. V. Brito Aranha. Revistos por Gomes de Brito e Álvaro Neves*, Lisboa, Imprensa Nacional, 23 vol., 1858-1923. Duplisoft, Lda. Obra digitalizada, p.7. José Veríssimo Dias de Matos. *História da Literatura Brasileira*. In: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa>. Acesso em 19/10/2008. VERBO Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura. Editorial VERBO. Lisboa. pp. 1543 e 1544. BLAKE, op. cit. pp. 101 e 102. Para maiores detalhes sobre as obras de Manuel Inácio da Silva Alvarenga e de suas publicações ver também: Palmira Morais Rocha de Almeida. *Dicionário de Autores no Brasil Colonial*. Edições Colibri, Lisboa, Fevereiro de 2003. p.53, 54 e 55.

³²⁰ Processo do respectivo académico na ACL. Consulta em Janeiro de 2009.

³²¹ BLAKE, op. cit. p. 251.

Rocha de Almeida³²² seu nascimento ocorreu em 1749, já para Ruth Maria Chittó³²³ seu nascimento ocorreu em 1750.

Estudou no Seminário de Mariana, onde se fez padre. Era mestiço, filho de paulistas e reinóis, mazombo da terra, e foi juntamente com Manuel Inácio Alvarenga os dois primeiros mineiros a ingressarem na Academia das Ciências de Lisboa. Sócio correspondente premiado na sessão de 2 de Agosto de 1789³²⁴.

Recebeu o grau de Doutor em Filosofia pela Universidade de Coimbra em 26 de Julho de 1778, e mais o de licenciado em artes a 21 desse mesmo mês e ano, tendo vindo a reger na mesma universidade algumas cadeiras³²⁵.

Após seu retorno ao Brasil fez excursão científica pelo interior da Capitania das Minas Gerais (1791/1792) e são dele os desenhos de plantas enviados do Brasil ao Horto Real de Lisboa. Almeida também nos relata que o académico enviou à Academia Real de Ciências de Lisboa anotações de seus estudos, na qualidade de sócio correspondente. Tais anotações levaram Vandelli a produzir e publicar a *Flore Lusitanicoe et Brasiliensis specimen. Et epistoloe ab eruditissimis viris Carolo a Linné*, em 1788³²⁶. Uma das espécies de plantas por ele coligida e enviada para Vandelli, recebeu do mesmo o nome de *Correa*, em homenagem ao Abade Correa da Serra, secretário da

³²² ALMEIDA, op. cit. p.292.

³²³ Ruth Maria Chittó Gauer. *A Influência da Universidade de Coimbra na Formação da Nacionalidade Brasileira*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1995, Tese de Doutoramento em História.

³²⁴ VALADARES, op. cit. pp. 385 e 387.

³²⁵ BLAKE, op. cit. Quarto Volume, p. 251.

³²⁶ ALMEIDA, op. cit. pp. 292 e 293.

Academia³²⁷. Blake nos relata que o mesmo Vandelli dedicou ao acadêmico, também na *Flore Lusitanicoe et Brasiliensis specimen*, o género *Vellosia*³²⁸.

O acadêmico faleceu também em Minas Gerais entre 1816 e 1817³²⁹.

4) Simão Pires Sardinha.

Eleição em 22-05-1780 como sócio correspondente, assinando na sessão de 26/11/1794³³⁰.

Nascido em 1751 no Arraial do Tejuco, capitania de Minas Gerais, filho da escrava Chica da Silva com o médico e proprietário de lavras Manuel Pires Sardinha.

Ainda no Tejuco, nas palavras de Junia Furtado, o acadêmico “habilitou-se à carreira eclesiástica recebendo as ordens menores, mas não chegou a ordenar-se”³³¹.

Para Virgínia Valadares, o acadêmico teve “uma educação esmerada, estudou e viajou pela Europa” e, com a protecção do contratador de diamantes, João Fernandes de Oliveira, “ocupou empregos de importância na corte”³³².

Em Lisboa, Simão Pires Sardinha era um homem influente e culto com bons laços de amizade, recebendo inclusive o hábito da Ordem de Cristo e tornando-se juiz

³²⁷ “Domingos Vandelli e Agostinho de Macedo: A propaganda anti-maçônica”. Revista Sol XXI, 12, 1995, pp. 3-10. Lisboa. Disponível www.triplov.com/hist_fil_ciencia/vandelli. Acesso em 14/11/2008.

³²⁸ BLAKE, op. cit. Quarto Volume, p. 251.

³²⁹ GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA. Volume XVII. Editorial Enciclopédia, Limitada. Rio de Janeiro, Lisboa. p. 345. “Domingos Vandelli e Agostinho de Macedo”. In: http://www.triplov.com/hist_ciencia_vandelli. Acesso em 28 /10/2008. ALMEIDA, pp. 292 e 293. BLAKE, Quarto Volume, p. 251.

³³⁰ Processo do respectivo acadêmico na ACL. Consulta em Janeiro de 2009.

³³¹ Junia F. Furtado. “O retorno como missão: o mulato brasileiro Cipriano Pires Sardinha e sua viagem de conversão ao Daomé (1796-1797)”. Colóquio proferido pela historiadora no Centro de História da Cultura, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 02/12/2008.

³³² VALADARES, 2004, p. 413.

comissário dessa ordem³³³. Recebeu também o académico várias tenças como almoxarife do Reino, o que lhe proporcionava o sustento³³⁴.

Segundo Junia Furtado, o académico em Portugal concluiu seus estudos tendo-se graduado em artes e se dedicado também às Ciências Naturais. Tornou-se, em Lisboa, sargento-mor das ordenanças de Minas Novas, da Capitania de Minas Gerais, atingindo a patente de tenente coronel da Tropa Auxiliar desta mesma capitania. Ainda para a mesma autora o académico gozava de grande prestígio junto ao Príncipe regente D. João VI³³⁵.

Já no Brasil, o académico foi encarregado em 1784 pelo governador das Minas Gerais, Luís da Cunha Menezes, do estudo do primeiro achado fóssil na região das Minas, com que deu notável contribuição ao progresso da zoologia verificado na mesma época. Em Agosto de 1785 escreveu o relatório sobre a “análise ou relação que fez do estado e circunstâncias físicas em que achou os referidos ossos do dito esqueleto”. O governador juntou o relatório a alguns ossos e os enviou ao reino³³⁶.

No Rio de Janeiro frequentou a Sociedade Literária, a qual reunia ilustrados e teve seu nome envolvido na Inconfidência Mineira, “mas sua participação não foi de todo esclarecida”. Sabe-se que foi procurado pelo alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, em sua casa no Rio de Janeiro, para traduzir a *Compilação das leis constitutivas das colónias inglesas, confederadas sob a denominação de Estados Unidos da América Setentrional*. Após o episódio e sob o abrigo do vice-rei do Rio de Janeiro, Luís de Vasconcelos, retornou a Portugal em Agosto de 1789³³⁷.

³³³ Arquivo Histórico Ultramarino, MAMG. Caixa 125, doc. 7.

³³⁴ Arquivo Histórico Ultramarino, MAMG. Caixa 140, doc. 49.

³³⁵ FURTADO, op. cit. p.16 e 18.

³³⁶ Arquivo Histórico Ultramarino, MAMG. Caixa 123, doc. 89.

³³⁷ FURTADO, op. cit. p. 17.

Enviou para a instituição no ano de 1782, quando se encontrava no Brasil, um texto intitulado: *Experiências feitas com hum termonmetro n'huma viagem para o Brasil*³³⁸.

O académico faleceu em Lisboa em 1808³³⁹.

5) Serafim Francisco de Macedo.

Eleição em 22-05-1780 como sócio correspondente, escrevendo carta da Bahia em 03/09/1781³⁴⁰.

O nome de Serafim Francisco de Macedo consta no registro de eleição dos académicos da Academia das Ciências de Lisboa, juntamente com a data de sua eleição. Também é citado no Relatório Geral dos alunos que cursaram a Universidade de Coimbra entre 1700- 1820, sendo proveniente da Bahia e bacharel em filosofia³⁴¹.

Segundo Figueirôa, Paranhos da Silva e Pataca, a imensa obra de recolha e envio de produtos das colônias para a metrópole também contava com alguns naturalistas contratados pela Coroa portuguesa que se encontravam nas colônias. Domingos Vandelli, usando de toda a influência que tinha junto aos burocratas do Estado, já em 1781-82, primeiros anos de atividade da Academia Real das Ciências de Lisboa,

³³⁸ Colleção de memórias físicas e económicas offerciadas a Academia Real das Sciencias de Lisboa que não poderão entrar nas collecções impressas, tomo I. 31 de Julho de 1782. Academia de Ciências de Lisboa. Ms 373. Série Azul.

³³⁹ GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA. Volume XXVII. Editorial Enciclopédia, Limitada. Rio de Janeiro, Lisboa. p.728. Junia Ferreira Furtado. *O Livro da capa verde: O Regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da Real Extração*. ANNABLUME, São Paulo, 1996. pp. 201 e 216. Nei Lopes. *Dicionário Escolar Afro-Brasileiro*. Selo Negro Edições, p. 156. Disponível em : <http://books.google.pt>. Acesso em 25 de Outubro de 2008.

³⁴⁰ Processo do respectivo académico na ACL. Consulta em Janeiro de 2009.

³⁴¹ O referido relatório se encontra em anexo na tese de doutoramento de GAUER, Ruth Maria Chittó. *A Influência da Universidade de Coimbra na Formação da Nacionalidade Brasileira*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1995, Tese de Doutoramento em História.

indicava os bacharéis de filosofia "que assistem no Brasil". Entre os indicados estava o bacharel em filosofia Serafim Francisco de Macedo³⁴².

Não foi encontrado referências quanto a data de seu nascimento, morte e obras.

6) Joaquim de Amorim Castro.

Eleição em 19-06-1780 como sócio correspondente³⁴³.

O acadêmico Joaquim de Amorim Castro nasceu na Bahia em 1750 e se tornou Doutor em Leis pela Universidade de Coimbra em 1783. Segundo Ermelinda Pataca³⁴⁴, na troca de Ministros da Marinha e Negócios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, transferiu-se da Bahia para o Rio de Janeiro. Seguiu a carreira de magistratura, tendo sido desembargador da Relação do Rio de Janeiro, juiz da Coroa e Fazenda e adjunto do Supremo Conselho de Justiça Militar³⁴⁵.

O acadêmico faleceu provavelmente entre 1817 e 1820³⁴⁶.

7) João da Silva Feijó.

Eleição em 19-06-1780 como sócio correspondente³⁴⁷.

³⁴² Silvia F. de M. Figueirôa; Clarette Paranhos da Silva; Ermelinda Moutinho Pataca. "Aspectos mineralógicos das "Viagens Filosóficas" pelo território brasileiro na transição do século XVIII para o século XIX ". Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702004000300009&script=sci_arttext&tlng=pt#back2. Acesso em 25/01/2009.

³⁴³ Processo do respectivo acadêmico na ACL. Consulta em Janeiro de 2009.

³⁴⁴ PATACA, 2007, p.388.

³⁴⁵ ALMEIDA, op. cit. p.132.

³⁴⁶ SILVA e ARANHA. op. cit.Tomo XII, p.60. ALMEIDA, op. cit. p. 132.

³⁴⁷ Processo do respectivo acadêmico na ACL. Consulta em Janeiro de 2009.

Nasceu em 1760 no Rio de Janeiro. Militar de carreira foi Oficial do Corpo de Engenheiros atingindo o posto de coronel. Naturalista e mineralogista formado pela Universidade de Coimbra foi escolhido por Vandelli para trabalhar no Museu de História Natural da Ajuda em Lisboa. Para Almeida o académico era formado em Matemática³⁴⁸.

Partiu para o arquipélago de Cabo Verde em 1783 para realizar expedição científica, exercendo também o cargo político de secretário-geral do governo do arquipélago de Cabo-Verde e de escrivão da matrícula da Gente de Guerra. Foi também juiz de órfãos e Sargento-mor da praça de Ribeira Grande. Permaneceu no arquipélago até 1793.

De volta à Lisboa, junto com outro académico de origem brasileira, Alexandre Rodrigues Ferreira, participou do projecto para a produção de espécimes do *herbarium* do material de Cabo Verde.

Em 1799 foi nomeado Sargento-mor das milícias da Capitania do Ceará, no Brasil. Lá procurou estudar a possibilidade de exploração económica das jazidas de salitre existentes. Também foi um estudioso da fauna e flora do Ceará, enviando remessas ao Real Jardim Botânico da Ajuda.

Retornou ao Rio de Janeiro por volta de 1822 onde passou a actuar como professor de História Natural, Zoologia e Botânica na Academia Militar.

Para Inoscência Francisco da Silva o académico faleceu no Rio de Janeiro, para Augusto Victorino Alves Sacramento Blake, faleceu no Ceará. Ambos concordam com a data do falecimento: 9 de Março de 1824³⁴⁹.

³⁴⁸ ALMEIDA, op. cit. p. 177.

³⁴⁹ SILVA, Inoscência Francisco da; ARANHA, Brito. Tomo X e XI, pp. 35 e 36. Maria Elise Brzezinski Prestes. *A Investigação da Natureza no Brasil Colónia*. ANNABLUME, FAPESP, São Paulo. Disponível em: <http://books.google.pt>. Acesso em 27/10/2008. Magnus Ferreira e Ana Cruz. “As viagens filosóficas” *A Ilustração em Portugal e no Brasil*. Disponível em <http://www.cedope.ufpr.br>. Acesso em 29/10/2008. ALMEIDA, op. cit., p.177. Para maiores detalhes sobre o João da Silva Feijó ver também :

8) António Ferreira de Andrade.

Eleição em 03/01/1781 como sócio correspondente³⁵⁰.

Entre as fontes pesquisadas o académico só é referido por Almeida, não sendo citada a data de seu nascimento e de sua morte. Sabe-se que nasceu na Bahia.

9) Francisco de Melo Franco.

Eleição em 26-07-1787 como sócio correspondente. Sócio livre em 30/09/1809 e substituto de efectivo de 1º Classe (Ciências) em 23/09/1812³⁵¹. Vice-presidente da Academia³⁵².

O académico Melo Franco foi um médico honorário da câmara D’el-rei D. João VI, nascido em 17 de Setembro 1757 na actual cidade de Paracatu, Minas Gerais. Fez seus primeiros estudos no seminário de S. Joaquim do Rio de Janeiro e posteriormente veio para Portugal onde concluiu os preparatórios, matriculando-se posteriormente na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra³⁵³.

Para a Virgínia Valadares, o médico Francisco de Melo Franco teve o seu nome inscrito nos livros de matrícula da Faculdade de Medicina durante 10 anos “em função de haver sido penitenciado pela Inquisição de Coimbra , no ato público de fé que se

GUEDES, Maria Estela (1995) - João da Silva Feijó, viagem filosófica a Cabo Verde. Asclepio, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, XLIX (1). BLAKE, op. cit. Quarto volume, p. 49.

³⁵⁰ Processo do respectivo académico na ACL. Consulta em Janeiro de 2009.

³⁵¹ Processo do respectivo académico na ACL. Consulta em Janeiro de 2009.

³⁵² BLAKE, op. cit. Terceiro volume, p. 45.

³⁵³ Ibidem, p. 44.

celebrou na sala do tribunal em 26 de Agosto de 1781”³⁵⁴. Sendo assim, esteve nos cárceres da Inquisição acusado de divulgar doutrinas revolucionárias por quatro anos e, quando em liberdade, voltou a concluir os seus estudos.

Formado em medicina pela Universidade de Coimbra (1786) tornou-se notável clínico em Lisboa, onde permaneceu por trinta anos, sendo também médico da Casa Real. Em 1792, integrou a junta médica que examinou a Rainha D. Maria I. A mesma junta foi a responsável por declarar a Rainha insana. Em 1817 foi por ordem D’el-Rei D. João VI foi chamado para acompanhar ao Brasil a arquiduquesa D. Maria Leopoldina, destinada esposa do Príncipe Real. Estabeleceu-se assim no Rio de Janeiro e nesta cidade se dedicou ao estudo das doenças que a afectavam³⁵⁵.

Para Almeida, não se pode considerar amistoso o modo como o receberam na Corte, “pois continuava a ser conotado com a defesa do pensamento liberal, exactamente numa altura em que tinham ocorrido acontecimentos no Brasil que levavam a área do poder a opor-se de forma radical à transmissão dessas ideias”³⁵⁶. Para Blake o académico chegou a ser expulso do Paço³⁵⁷.

É considerado o primeiro puericultor brasileiro e autor de um manual que pode ser apresentado como o primeiro dedicado exclusivamente à puericultura, o qual contém noções úteis aos profissionais e aos leigos. Melo Franco foi um grande defensor da medicina preventiva, sendo notório o seu empenho a favor da vacinação.

O académico faleceu em 22 de Julho 1823 em Ubatuba, São Paulo³⁵⁸.

³⁵⁴ VALADARES, Virgínia Maria Trindade. *Elites Mineiras Setecentistas. Conjugação de dois mundos*. Edições Colibri, Instituto de Cultura Ibero-Atlântica. Lisboa, Maio de 2004. p. 370.

³⁵⁵ VILLALTA, 1999, p.165.

³⁵⁶ ALMEIDA, op. cit. p. 191.

³⁵⁷ BLAKE, op. cit. Terceiro volume, p.44.

³⁵⁸ SILVA e ARANHA. Tomo IX pp. 10 e 11. ALMEIDA, op. cit. p. 192. Sérgio Pena. *Biografia do Patrono da Cadeira n.º 1: Francisco de Melo Franco*. Editora da Academia Mineira de Pediatria. In:

10) Alexandre Rodrigues Ferreira.

Eleição em 30-01-1789 para sócio da 1ª classe³⁵⁹.

Cavaleiro da Ordem de Cristo³⁶⁰.

O naturalista nasceu na Bahia em 27 de Abril de 1756. Iniciou os seus estudos na Bahia no Convento das Mercês, tomando as ordens menores. Posteriormente seguiu para Portugal com quatorze anos e em Coimbra inscreveu-se no Curso de Leis em Outubro de 1770 e posteriormente no de Filosofia Natural e Matemática, obtendo o grau de Doutor em Ciências Naturais no ano de 1779. Chegou a exercer a função de demonstrador de História Natural, nomeado por Vandelli, e posteriormente trabalhou no Real Museu D'Ajuda.

Aos 22 de Maio de 1780 foi admitido como membro correspondente na Academia Real das Ciências de Lisboa. Realizou estudos individuais e de parceria sobre as minas de Buarcos, sobre os produtos naturais da região de Setúbal e sobre fauna e conchas³⁶¹.

Por determinação da Rainha, Dona Maria I, Alexandre Rodrigues Ferreira, na qualidade de naturalista, foi designado a empreender uma Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Segundo Ângela Domingues, tal designação surgiu também da Congregação Universitária, tendo partido

<http://medbiography.blogspot.com>. Acesso em 27/12/2008. Para maiores detalhes da obra de Francisco de Melo Franco ver também: Jean Luiz Neves Abreu. "A educação física e moral dos corpos: Francisco de Melo Franco e a medicina luso-brasileira em fins do século XVIII". Estudos Ibero-Americano. PUCRS, v. XXXIII, n. 2, pp.65-84. Dezembro de 2006. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/viewFile/1357/1062>. Acesso em 27/12/2008.

³⁵⁹ Processo do respectivo académico na ACL. Consulta em Janeiro de 2009.

³⁶⁰ BLAKE, op. cit. Primeiro volume, p. 41.

³⁶¹ DOMINGUES, Ângela. 1992, op. cit. p. 91.

o académico em companhia dos desenhadores Joaquim José Codina e José Joaquim Freire, bem como do jardineiro-botânico Agostinho Joaquim do Cabo³⁶².

O objectivo da coroa era conhecer o centro-norte da colónia, até então inexplorado, assim como informar à Secretaria de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos da colonização portuguesa no sertão brasileiro e das suas potencialidades económicas³⁶³. Nesta época a exploração aurífera no Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais estava em franca decadência e a coroa empenhou-se em conhecer novas áreas visando a exploração económica.

Sendo assim, em 1783 Rodrigues Ferreira deixou seu cargo no Museu D'Ajuda e, em Setembro, partiu para o Brasil com a finalidade de descrever, recolher, aprontar e remeter para o Real Museu de Lisboa amostras de utensílios empregados pela população local, bem como de animais minerais e plantas. Foram nove anos de exploração no quais o naturalista enviou para Lisboa relatórios circunstanciados das viagens, acompanhados de valioso material sobre zoologia, botânica, mineralogia, geologia e antropologia³⁶⁴. O académico retornou à Lisboa em 1793.

Foi posteriormente designado Oficial da Secretaria do Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos³⁶⁵. Em 1794 foi condecorado com a Ordem de Cristo e tomou posse como Director interino do Real Gabinete de História Natural e Jardim

³⁶² Ibidem, p. 91.

³⁶³ Para a autora, ao longo de quatro anos, até Outubro de 1787, o naturalista parece ter enviado para o Gabinete de História Natural da Ajuda, em 13 remessas, 94 caixões de madeira, 4 caixas de folha-de-flandres, 1 cilindro, 12 frasqueiras com 12 frascos cada, 17 barris e 4 gaiolas com cobras e aves vivas, 96 riscos de paisagens, 82 de animais, 388 de plantas. A acompanhar os produtos o académico naturalista enviava memórias explicativas sobre a fauna e flora, os indígenas, seus usos e costumes. In: Ibidem, p.91.

³⁶⁴ ALMEIDA, op. cit. p.180.

³⁶⁵ Para Almeida, o cargo de oficial na Secretaria de Estado e Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos tinha carácter vitalício. In: Ibidem, p. 180.

Botânico. No ano seguinte foi nomeado, Vice Director dessa instituição, Administrador das Reais Quintas e Deputado da Real Junta do Comércio.

Segundo Almeida, suas memórias ficaram na quase totalidade inéditas e durante a primeira invasão de Portugal pelas tropas napoleónicas, a vasta colecção que o académico recolhera do Brasil foi roubada e transferida para Paris, “saque efectuado com a coordenação de Auguste de Saint-Hilaire, conhecido cientista francês”³⁶⁶. O mesmo cientista, também para a autora, esteve posteriormente no Brasil “apresentando suas descobertas de espécies da flora brasileira, mas sem acentuar aquelas de que tivera conhecimento através do trabalho de Alexandre Rodrigues Ferreira”³⁶⁷.

O académico faleceu em Lisboa a 23 de Abril de 1815 ³⁶⁸.

11) José de Sá Bettencourt Accioli.

Eleição em 1789 como sócio livre³⁶⁹.

Este mineralogista é natural da Vila de Caeté, província de Minas Gerais, onde nasceu em 1752³⁷⁰, ou em 1755 para outros autores³⁷¹. Obteve o grau de bacharel em Ciências Naturais no ano de 1787 pela Universidade de Coimbra, e esteve também na Inglaterra e França³⁷².

³⁶⁶ Ibidem, p.180.

³⁶⁷ Ibidem, p. 180.

³⁶⁸ SILVA, e ARANHA, Tomo XX e XXII, pp. 39 e 40. BLAKE, op. cit., Primeiro volume, p. 41.

³⁶⁹ Processo do respectivo académico na ACL. Consulta em Janeiro de 2009.

³⁷⁰ ALMEIDA, op. cit. p.43.

³⁷¹ VALADARES, 2004, p.380. BLAKE, op. cit. Quinto volume, p. 173.

³⁷² BLAKE, op. cit. Quinto volume, p. 173.

Regressou ao Brasil, e em Minas Gerais se dedicou aos trabalhos de cerâmica. Quando propunha-se participar da fundição de ferro nesta capitania, foi denunciado como integrante da Conjuração Mineira ocorrida em 1789 na Capitania de Minas Gerais, padecendo processo e prisão de 1789 até 1792. O acadêmico foi preso por ordem do governador Visconde de Barbacena na Capitania da Bahia, sendo enviado posteriormente ao Rio de Janeiro³⁷³.

Restituído à liberdade voltou à Bahia onde deu início a um estabelecimento de plantação de algodão. Por ordem régia de 12 de Junho de 1799 foi incumbido de realizar explorações mineralógicas, com inspecção especial às minas de salitre de Montes Altos. Devido a ausência de verbas públicas o acadêmico pediu a demissão de seu cargo, a qual foi concedida assim que el-Rei chegou ao Rio de Janeiro³⁷⁴. De volta à sua fazenda na Bahia onde se dedicava ao plantio do algodão, actividade em franca expansão no Brasil, importou do estrangeiro as melhores sementes da planta, “assim como tecelões que ensinaram naqueles lugares inóspitos a fabricação de panos necessários ao uso doméstico”³⁷⁵. Recebeu varias comissões científicas do governo, especialmente explorações mineralógicas pelo interior da Bahia. Foi também o responsável pelo exame de História Natural, também na Bahia.

Por fim, em 1812, voltou à Capitania de Minas Gerais onde recebeu do governo o cargo de coronel do 2º Regimento de Infantaria da Comarca de Sabará.

Segundo nos relata Blake, o acadêmico sabendo em 1821 que as cortes portuguesas exigiam a volta de d. Pedro a Lisboa, fundou com outros em Caeté, sua

³⁷³ VALADARES, 2004, op. cit. p. 380.

³⁷⁴ Ibidem, p. 381.

³⁷⁵ Ibidem, p.380.

cidade natal, a sociedade *Pedro e Carolina* com o fim de pedir ao príncipe que não deixasse o Brasil e preparar a independência³⁷⁶.

O acadêmico faleceu na vila de Caeté em 28 de Fevereiro de 1828³⁷⁷.

12) Manuel Ferreira da Câmara Bettencourt e Sá.

Eleição em 02-08-1789 como sócio correspondente e sócio livre em 27 de Março de 1790³⁷⁸.

O acadêmico Manuel Ferreira da Câmara Bettencourt e Sá nasceu em Itacambirucu, Termo de Minas Novas na Província do Serro Frio, em Minas Gerais no ano de 1762³⁷⁹. Câmara é considerado, por alguns, como o pai da siderurgia brasileira³⁸⁰.

Bacharel formado nas Faculdades de Leis e Filosofia pela Universidade de Coimbra no ano de 1788. Por incentivo da realza portuguesa tornou-se naturalista, apesar de ser formado em Leis. Foi nomeado por meio de portaria régia emanada de D. Maria I, juntamente com José Bonifácio de Andrada e Silva e Joaquim Pedro Fragoso de Sequeira, também acadêmicos, para desenvolver “por meio de viagens literárias e explorações filosóficas os conhecimentos mais perfeitos da Mineralogia e mais partes da Filosofia e História Natural”³⁸¹. Portanto, realizou com o incentivo da coroa estudos e pesquisas em Paris onde estudou Química, em Freyberg onde fez estágio completo de

³⁷⁶ BLAKE, op. cit. Quinto volume, p. 173.

³⁷⁷ SILVA, e ARANHA, Tomo XIII, p. 118. Tomo V, p. 190. ALMEIDA, op. cit. p.43. BLAKE, op. cit. Quinto volume, p. 173.

³⁷⁸ Processo do respectivo acadêmico na ACL. Consulta em Janeiro de 2009.

³⁷⁹ BLAKE, op. cit. Sexto volume, p. 75.

³⁸⁰ VALADARES, 2004, op. cit. p. 444.

³⁸¹ ALMEIDA, op. cit. p.359. BLAKE, op. cit. Sexto volume, p. 75.

dois anos junto às minas, em seguida na Saxónia, Bohêmia e Hungria, assim como Catareniburg e vizinhanças da Rússia. Termina sua viagem de estudos na Inglaterra junto às minas do País de Gales, Escócia e Cornualha, completando assim oito anos de estudos teóricos e práticos³⁸². Tornou-se Intendente Geral das Minas de Ouro e Diamantes, cargo que ocupou durante quinze anos, até 1823. Em 1803, apesar de já ter sido nomeado Intendente Geral das Minas do Brasil, ainda permaneceu em Portugal com a função de reactivar a fábrica de ferro de Figueiró dos Vinhos, “afim de produzir armamentos, em função do perigo da expansão napoleónica”. Para Valadares foram pouco os benefícios que desta fabricara se retiraram³⁸³.

Foi Deputado à Assembleia Constituinte do Brasil em 1823 e Senador eleito pela Província de Minas Gerais em 1825.

O académico faleceu na Bahia em 13 de Dezembro de 1835³⁸⁴.

13) Vicente Coelho de Seabra Silva e Telles.

Eleição em 02/08/1789 como sócio correspondente, em 01/04/1791 como sócio livre e em 10/01/1798 como sócio efectivo na classe das Ciências³⁸⁵.

³⁸² Syllas Agostinho Ferreira. “O Intendente Câmara Pai da Siderurgia Brasileira”. *Revista do IHGMG*, vol. XXII, tomo I, 1992/1998, p. 305. Citado por VALADARES, 2004, p. 445.

³⁸³ VALADARES, op. cit. p. 446.

³⁸⁴ SILVA e ARANHA. Volume V. p. 425. ALMEIDA, op. cit. p. 359. Ver também: Varela, Alex Gonçalves. “A trajetória do ilustrado Manuel Ferreira da Câmara em sua fase européia”. (1783-1800). *Tempo*, 2007, vol.12, no.23, p.150-175. “Atividades científicas no Império português: um estudo da obra do 'metalurgista de profissão' Manuel Ferreira da Câmara - 1783-1820”. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Dez 2008, vol.15, no.4, p.1201-1208. ISSN 0104-5970 Disponíveis em: <http://www.scielo.br>. Acesso em 25/01/2009. “Atividades Científicas no Império Português: um Estudo da Obra do Metalurgista de Profissão Manuel Ferreira da Câmara (1783-1820)”. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 15, p. 1201-1208, 2008. “A Atuação do Naturalista e Homem Público Manuel Ferreira da Câmara na Política Siderúrgica do Governo Joanino (1808-1822)”. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, v. 2, p. 42-57, 2008. “Textos em Contexto: comentários às experiências de Manuel Ferreira da Câmara com a obsidiana da Ilha de Kandia”. *Revista Brasileira de História da Ciência*, v. 1, p. 57-70, 2008. “O Processo de Formação, Especialização e Profissionalização do Ilustrado Manuel Ferreira da Câmara” (1783-1800). *Revista de História (USP)*, v. 155, p. 223-260, 2006.

O químico Vicente Coelho de Seabra da Silva Telles nasceu por volta de 1764 em Congonhas do Campo no actual Estado de Minas Gerais. Fez seus estudos secundários no Brasil e veio para Coimbra em 1783 para estudar Medicina.

Obteve o grau de Bacharel em Filosofia e Matemática em 1786 e o de Medicina em 13 de Março 1791. Blake nos relata que ainda estudante escreveu um excelente compendio de química, cujo o primeiro volume foi publicado antes de sua formatura. Foi a esta altura que Vicente Coelho passou a sócio correspondente da academia³⁸⁶.

Foi nomeado demonstrador da cadeira de Química e Metalurgia na Faculdade de Filosofia, onde posteriormente obteve o doutoramento em Filosofia. A carta régia de 24 de Janeiro de 1791 dispensou o académico de defender tese, tornando-se assim doutor em Filosofia por Ordem Real³⁸⁷. Em 1793 tornou-se lente substituto de Química e Metalurgia, e em 1795 foi também nomeado lente substituto das cadeiras de Botânica e Zoologia³⁸⁸.

Desde muito cedo se dedicou à investigação química. Ainda como estudante em Coimbra em 1787 já tinha publicado uma memória intitulada: *Dissertação sobre a fermentação em Geral e suas espécies*. Foi um dos primeiros químicos fora da França a aceitar as ideias de Lavoisier, “como o papel do oxigénio na combustão e na composição da água, e a adoptar os novos termos desenvolvidos pelos autores franceses. Veio a fazê-lo ainda na década de 80 do século XVIII”³⁸⁹.

³⁸⁵ Processo do respectivo académico na ACL. Consulta em Janeiro de 2009.

³⁸⁶ BLAKE, op. cit. Sétimo volume, p. 356.

³⁸⁷ VALADARES, 2004, op. cit. p.366.

³⁸⁸ BLAKE, op. cit. Sétimo volume, p.356.

³⁸⁹ Carlos Alberto Lombardi Filgueiras. “The mishaps of peripheral science: the life and work of Manuel Joaquim Henriques de Paiva, luso-brazilian chemist and physician of the late eighteenth century”, *Ambix*, Cambridge, 2(39): 82, July 1992. Citado por VILLALTA, 1999, p. 162.

Também junto com outros estudantes de origem brasileira e coordenados pelo mestre Vandelli, participou da construção de um balão de ar quente o qual foi lançado ao ar na presença do Rainha e de sua corte em 25 e 26 de Janeiro de 1784. Além de seus estudos sobre o calor e fermentação, Seabra Telles também estudou o subsolo da região de Minas Gerais³⁹⁰.

Foi eleito para a academia em 1789, data registada na planilha da Academia de Ciências de Lisboa. Para Valadares a eleição ocorreu em 1 de Abril de 1791, e em 13 de Janeiro de 1792 tornou-se sócio efectivo na classe de Ciências Naturais³⁹¹.

Nas palavras de Villata sua carreira foi travada na Universidade de Coimbra, nunca tendo chegado ao posto de professor efectivo, nem tendo a sua obra *Elementos de Química* adoptada como compêndio do curso de química³⁹².

O académico faleceu com menos de 40 anos, em Março de 1804³⁹³.

14) José Bonifácio de Andrada e Silva.

Eleição em 02-08-1789 como sócio correspondente e em 30/11/1809 eleito como sócio efectivo da classe de ciências. Secretário Geral em 1816³⁹⁴.

É denominado o patriarca da independência do Brasil. Personalidade de extrema importância na História de Portugal e do Brasil. Membro de família da aristocracia portuguesa nasceu em Santos, no actual Estado de São Paulo em 13 de Junho de

³⁹⁰ VALADARES, p. 367.

³⁹¹ Ibidem, p. 367.

³⁹² VILLALTA, 1999, p. 162.

³⁹³ SILVA, e ARANHA. Tomo XIX. pp. 422 e 423. BLAKE, op. cit. Sétimo volume, p.356.

³⁹⁴ Processo do respectivo académico na ACL. Consulta em Janeiro de 2009.

1763³⁹⁵. Foi naturalista, estadista e poeta. Mudou-se de Santos para São Paulo onde frequentou aulas de gramática, retórica e filosofia. Teve como mestre o Bispo D. Frei Manuel da Ressureição³⁹⁶.

Em 1783 partiu do Rio de Janeiro para Portugal onde matriculou-se na Universidade de Coimbra iniciando seus estudos jurídicos, de matemática e de filosofia natural. Concluiu em 1787 o seu curso de Filosofia Natural e no ano seguinte o de Leis. Em 02 de Agosto de 1789 foi admitido na Academia Real de Ciências de Lisboa³⁹⁷ e sua primeira memória apresentada foi: *Memória sobre a Pesca das Baleias e Extracção de seu Azeite: com algumas reflexões a respeito das nossas pescarias*, em 1790. Em Fevereiro deste mesmo ano partiu em uma excursão científica pela Europa, financiada pela coroa portuguesa, na companhia de Manuel Ferreira da Câmara Bettencourt e Sá, também acadêmico de origem brasileira eleito em 02 de Agosto de 1789, e Joaquim Pedro Fragoso da Motta de Siqueira, acadêmico eleito em 30 de Janeiro de 1789, este nascido em Portugal.

Por 10 anos viajou pela Europa retornando a Portugal em 1800 após ter passado pela França, Alemanha, Itália, Suécia, Noruega, Dinamarca, Bélgica, Hungria, Inglaterra, Escócia e Países Baixos. Em Coimbra, na Universidade onde obteve sua formação, foi criada uma cátedra de Metalurgia, por meio da carta régia de 15 de Abril de 1801, especialmente para o acadêmico. A seguir, pela carta régia de 18 de Maio de 1801 foi nomeado intendente-geral das Minas e Metais do Reino e membro do Tribunal de Minas, assim como deveria dirigir as Casas da Moeda, Minas e Bosques dos

³⁹⁵ BLAKE, op. cit. Quarto volume, p. 344.

³⁹⁶ ALMEIDA, op. cit. p.407.

³⁹⁷ Segundo Inoscência Francisco da Silva, o duque de Lafões D. João Carlos de Bragança, sabedor do seu talento, e da propensão que mostrava para os estudos das ciências naturais, o fez entrar como Sócio na Academia das Ciências, e pouco depois por proposta desta, foi pelo Governo pensionato para viajar na Europa a fim de adiantar os seus conhecimentos nos ramos da Historia natural e Metalurgia. In: SILVA, e ARANHA Tomo XII, p.276.

domínios portugueses. Por decreto de 8 de Julho de 1801, recebeu o encargo de administrar as antigas minas de carvão de Buarcos e restabelecer as abandonadas fundições de ferro de Figueiró dos Vinhos e Avelar. Por decreto de 12 de Novembro de 1801 foi feito director do Real Laboratório da Casa da Moeda de Lisboa; pela Carta Régia de 1º de Julho de 1802 recebeu o encargo de superintender e activar as sementeiras de pinhais nos areais das costas marítimas; pelo alvará de 13 de Julho de 1807, foi nomeado superintendente do rio Mondego e Obras Públicas de Coimbra. Foi ainda Intendente da policia na cidade do Porto. Durante o conturbado período das invasões das tropas napoleónicas comandou um batalhão do Corpo Voluntário Académico “que combateu as hostes gaulesas até à sua expulsão do território nacional”³⁹⁸. Retomou em seguida a actividade docente.

Na Academia Real de Ciências de Lisboa foi nomeado para o cargo de vice-secretário em 1812. Apresentou nesta instituição em 24 de Junho de 1813 uma dissertação defendendo a adopção do sistema métrico decimal.

Decidiu partir para o Brasil com 56 anos em 1819, 36 anos após sua chegada à Portugal, iniciando assim uma nova etapa de sua vida, agora em terras brasileiras elevadas à categoria de Reino Unido e sede da monarquia. Dois meses antes havia proferido na Academia Real de Ciências de Lisboa o seu discurso de despedida³⁹⁹.

Por carta régia de 18 de Agosto de 1820, recebeu de D. João VI o título de conselheiro. Após o retorno do Rei para Portugal tornou-se também um homem de confiança do Príncipe Regente D. Pedro de Alcântara. Sempre lutou pela unidade do Brasil, contra as pressões portuguesas de uma “nova recolonização”, da transformação de cada província brasileira em uma província de Portugal. Após o Príncipe Regente

³⁹⁸ ALMEIDA, op. cit. p. 407.

³⁹⁹ Ibidem, p. 408.

decidir permanecer no Brasil, refutando as pressões de Lisboa para seu retorno, foi José Bonifácio nomeado pelo mesmo Ministro do Reino e dos Estrangeiros, e foi assim o primeiro brasileiro a ocupar semelhante cargo; tinha ele 60 anos.

Como Ministro do Reino foi responsável pela criação de uma Marinha de Guerra e já no início de 1822, sob suas ordens, todas as leis vindas de Portugal deveriam ser submetidas ao Príncipe Regente, e a 30 de Janeiro conclamava os governos provisórios de todas as províncias do Brasil a promoverem a união das mesmas com sujeição à regência de D. Pedro. Por meio do decreto de 23 de Março de 1822 ocupou pela 1ª vez a chefia do governo quando da viagem do Príncipe Regente à Capitania de Minas Gerais. Em Agosto do mesmo ano de 1822, com a crescente pressão de Lisboa, foi José Bonifácio o autor de um documento onde expunha o ressentimento por três séculos de dominação de Portugal e avisava ao mundo que o Brasil não mais admitiria a volta ao regime anterior. A independência foi declarada em Setembro de 1822. Para Almeida, o acadêmico foi também um importante membro da maçonaria e assim, “beneficiou-se do apoio dessa sociedade secreta no decurso da acção que desenvolveu”⁴⁰⁰.

Foi membro activo nas Assembleias Constituintes surgidas após a independência, mas em 1823 ocorreu o rompimento com D. Pedro I, agora Imperador do Brasil, por questões políticas regionais paulistas e por pressões de seus opositores. Suas ideias como oposição ao governo foram manifestadas na tribuna parlamentar e através da imprensa no jornal *O Tamoyo*, publicado entre 12 de Agosto e 11 de Novembro de 1823. No dia seguinte à saída do último número deste periódico foi

⁴⁰⁰ Ibidem, p. 408.

dissolvida a Assembleia Constituinte e, em simultâneo, ordenada a prisão de diversos membros da oposição, entre os quais José Bonifácio⁴⁰¹.

O académico foi deportado do Brasil em Novembro de 1823. Permaneceu no exílio em Bordeaux, no sudoeste francês, por cerca de 5 anos. Nas palavras de Almeida, “a quietude do desterro levou ao desabrochar da veia poética”, tendo publicado poesias em estilo neoclássico, sob o pseudónimo de *Américo Elísio*⁴⁰².

Em 1829 foi permitido o seu retorno ao Brasil onde chegou a 23 de Julho encontrando o Primeiro Reinado em um quadro de instabilidade política e social. Reconciliou-se com o Imperador, mas permaneceu retirado na Ilha de Paquetá, no Rio de Janeiro. Com a abdicação de D. Pedro I em Abril de 1831 foi pelo mesmo designado tutor de seu filho de 5 anos, futuro D. Pedro II, e de todos os demais. Aos 68 anos prestou juramento no senado como tutor dos filhos do Imperador que havia partido para Portugal. Várias tentativas foram feitas para destituí-lo do cargo, originárias da força da oposição e de movimentos contrários ao seu posicionamento, até que uma ordem de prisão foi expedida, sendo ele preso em sua casa na Ilha de Paquetá.

Por fim, retirou-se da vida política e permaneceu em reclusão vindo a falecer com 75 anos em Niterói. Além de Sócio e Secretário perpétuo da Academia Real das Ciências de Lisboa, foi membro das de Stockolm, de Copenhagem, de Turin; da Sociedade dos Investigadores da Natureza de Berlim; das de Historia Natural e Philomatica de Paris; da Geologica de Londres; da Werneriana de Edimburgo; da de Física e Historia Natural de Genebra; da Filosófica de Filadelfia; e da Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro.

⁴⁰¹ Ibidem, p. 408.

⁴⁰² Ibidem, p. 408.

As obras foram organizadas no anexo de forma a acompanhar toda a produção científica do acadêmico, seja em Portugal, em seu retorno ao Brasil, no exílio em França e novamente em seu retorno ao Brasil.

O acadêmico faleceu em Niterói, no actual Estado do Rio de Janeiro, em 06 de Abril de 1838 ⁴⁰³.

⁴⁰³ SILVA, e ARANHA Tomo IV, pp.261, 263, Tomo XII, pp. 276, 277, 278. BLAKE, op. cit. Quarto volume, p. 350. Para maiores detalhes sobre a vida e obra de José Bonifácio Andrada e Silva ver, entre outros: BARRETO, Vicente. *Ideologia e política no pensamento de José Bonifácio de Andrada e Silva*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. CALDEIRA, Jorge (org.). *José Bonifácio de Andrada e Silva*. (Col. Formadores do Brasil). São Paulo: Ed. 34. 2002. CAVALCANTE, Berenice. *José Bonifácio: razão e sensibilidade, uma história em três tempos*. Rio de Janeiro: FGV, 2001. COSTA, Pedro Pereira da Silva. *José Bonifácio*. (Col. A vida dos grandes brasileiros, vol. 2). São Paulo: Editora Três, 1974. CRUZ, Guilherme Braga da. *Coimbra e José Bonifácio de Andrada e Silva*. Lisboa. Sep. "Memórias da Academia das Ciências de Lisboa - Classe de Letras", 20, 1979. DOLNIKOFF, Miriam (org.). *Projetos para o Brasil, José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. FALCÃO, Edgar Cerqueira de (org.). *Obras científicas, políticas e sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva*. Edição monumental comemorativa do bicentenário de seu nascimento (1963). Brasília: Câmara dos Deputados, 2006. MONTEIRO, Tobias. *História do Império*. Rio de Janeiro: F. Brigueit & Cia. Editora, 1927, 1938. SILVA, Ana Rosa Cloquet da. *Construção da nação e escravidão no pensamento de José Bonifácio: 1783 - 1823*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. SOUSA, Octávio Tarquínio de. *História dos fundadores do Império do Brasil*. (Vol. 1.) Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 2ª edição, revista e *José Bonifácio*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1988. VARELA, Alex Gonçalves. *Juro-lhe pela honra de bom vassalo e bom português*. Análise das memórias científicas de José Bonifácio de Andrada e Silva (1780 - 1819). São Paulo: Annablume, 2006. VARELA, A. G. ; LOPES, M. M. ; FONSECA, M. R. F. . O Processo de Formação e Profissionalização do Ilustrado José Bonifácio de Andrada e Silva (1780-1800). *Episteme* (Porto Alegre), Porto Alegre, v. 17, p. 31-68, 2003. "O Papel do Naturalista José Bonifácio de Andrada e Silva na Ilustração Portuguesa: a Intendência Geral das Minas e Metais do Reino e a Cadeira de Metalurgia da Universidade de Coimbra". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 425, p. 29-56, 2004. Para maiores detalhes sobre as publicações no Brasil, Portugal e França, das obras do acadêmico ver: ALMEIDA, op. cit. pp. 410, 411, 412. Ver também. Varela, Alex Gonçalves, Lopes, Maria Margaret and Fonseca, Maria Rachel Fróes da As atividades do naturalista José Bonifácio de Andrada e Silva em sua 'fase portuguesa' (1780-1819). *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Dez 2004, vol.11, no.3, p.685-711. Varela, Alex Gonçalves and Lopes, Maria Margaret Um manuscrito inédito do naturalista José Bonifácio de Andrada e Silva: o parecer sobre o método de desinfetar as cartas vindas de países estrangeiros An unpublished manuscript from the naturalist José Bonifácio de Andrada e Silva: the document about the method for disinfecting the letters came from foreign countries. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Mar 2006, vol.13, no.1, p.159-168. Varela, Alex Gonçalves, Lopes, Maria Margaret and Fonseca, Maria Rachel Fróes da "Os minerais são uma fonte de conhecimento e de riquezas: As memórias mineralógicas produzidas por José Bonifácio de Andrada e Silva". *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Ago 2002, vol.9, no.2, p.405-409. Disponíveis em: <http://www.scielo.br>. Acesso em 25/01/2009. Ver também: *Exposição José Bonifácio no 2º Centenário do seu nascimento*. Universidade de Coimbra. Impresso do Instituto de Estudos Brasileiros. Coimbra, Setembro de 1963.

15) José Mariano da Conceição Veloso.

Eleição em 01-04-1791 como sócio livre. Excluído em 13/01/1798⁴⁰⁴.

O académico José Mariano da Conceição Veloso foi naturalista e religioso, sendo chamado no século José Velloso Xavier. Nasceu em 1742 na comarca de São José do Rio das Mortes, actual cidade de Tiradentes, em Minas Gerais. Em 1761 se tornou monge franciscano no Convento de São Boaventura, em Macacú, tendo sido ordenado no Convento de Santo António, no Rio de Janeiro em 1766, onde estudou Filosofia e Teologia.

Foi professor de Geometria no Convento de São Paulo e também professor de História Natural, tendo sido nomeado pregador em 1768.

Traço importante em sua biografia foi a ligação familiar com o alferes Joaquim José da Silva Xavier; o Tiradentes, do qual era seu primo. Tiradentes foi um dos participantes da Conspiração em Minas Gerais em 1789, morto por ordem da coroa ao fim do processo.

O religioso José Mariano transformou seu claustro em um museu herbário, cultivando sua dedicação aos estudos botânicos. Foi encarregado pelo vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa de fazer viagens filosóficas pela província do Rio de Janeiro para recolha de espécies animais, vegetais e minerais⁴⁰⁵. Estas viagens, que decorreram de 1783 a 1790, forneceram a Mariano Veloso o material botânico que viria a ser incluído na sua obra maior, a *Florae Fluminensis* (1825-27; 1831). Veloso estava ainda encarregado de enviar espécimes para o Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda, em

⁴⁰⁴ Processo do respectivo académico na ACL. Consulta em Janeiro de 2009.

⁴⁰⁵ BLAKE, op. cit. Quinto volume, p. 61. Podemos observar que essa expedição Botânica não teve a coordenação directa, como outras, de Vandelli, visto que o Frei Veloso não teve a sua formação na Universidade de Coimbra e sim no Convento de Sto António no Rio de Janeiro. O mesmo ocorreu com os desenhistas que o acompanharam, os quais tiveram formação militar também no Rio de Janeiro. PATACA, 2007, p. 388.

Lisboa. Estas espécies eram devidamente acondicionadas, descritas e classificadas pelo mesmo. No final do mandato de Luís de Vasconcelos, em 1790, Mariano Veloso veio para Portugal com o ex-vice-rei, trazendo consigo os textos originais da *Florae Fluminensis*, o herbário e material museológico diverso.

Durante os primeiros anos de permanência em Lisboa Mariano Veloso tornou-se membro da Academia das Ciências de Lisboa e ocupou-se, na Academia e na Ajuda, com o estudo e classificação de espécies naturais.

Foi nomeado director da Oficina Tipográfica, Tipoplástica e Calcográfica do Arco do Cego, onde levou a efeito um importante trabalho de edição de obras de divulgação das ciências e das técnicas, tendo publicado um total de 83 títulos, no curto espaço de três anos, em diversas áreas, com destaque para as seguintes: História Natural, Agricultura, Poesia, Medicina e Saúde Pública, Ciências Exactas, História, Náutica. Traduziu obras de autores estrangeiros e promoveu a publicação de obras de outros autores portugueses⁴⁰⁶.

Em 1796 publicou um periódico agrário, *Paladio Portuguez e Clarim de Pallas*, onde registava e difundia as novidades nacionais e traduzia textos estrangeiros. Entretanto desenvolveu uma intensa actividade de contactos e acordos de publicação com diversos impressores de forma a publicar diversas obras no domínio da agricultura, das artes (manufacturas) e da História Natural. Pretendia também divulgar informações úteis para o melhor conhecimento e exploração de culturas agrárias como a cana do açúcar, o tabaco, o chá, o café, o cacau, o arroz, a batata, as plantas tintureiras.

Destaque-se ainda a edição de *O Fazendeiro do Brasil*, enciclopédia de 11 volumes de textos monográficos que tratavam desde o fabrico do açúcar até ao cultivo de

⁴⁰⁶ Como director da Casa Literária do Arco do Cego, apoiou diversos de seus conterrâneos e promoveu a publicação de vários textos de importância para o desenvolvimento da economia brasileira. ALMEIDA, p.447. BLAKE, op. cit. Quinto volume, p. 61.

especiarias, a preparação de leite e derivados, ou as novas bebidas alimentares, café e cacau. Esta publicação, uma enciclopédia ilustrada, destinava-se a instruir os agricultores brasileiros e nos seus prefácios é possível identificar as concepções económicas de José Mariano da Conceição Veloso.

A sua obra de maior importância científica é a *Florae Fluminensis*, onde adoptou o sistema sexual de classificação das plantas de Lineu (1707-1778). As descrições que faz dos caracteres das plantas são muito minuciosas, e os textos são complementados com um grande número de estampas. Na sua edição completa, são três volumes de texto e quinze volumes de estampas com definições científicas escritas por frei Anastácio de Santo Inês e estampas de frei Francisco Solano e de António Álvares. Reúne a descrição de mil seiscentos e quarenta espécies, muitas delas inéditas na época em que este trabalho foi feito. Tendo vindo para Portugal com o objectivo primordial de proceder à publicação desta sua obra, foram muitas as dificuldades por que passou para a sua concretização. Por um lado, a dificuldade em fazer a impressão das estampas, cujas chapas foram mandadas fazer primeiro em Veneza e depois na Fundição Real, trabalho que nunca chegou a ser concluído⁴⁰⁷. Regressou ao Brasil, quando da partida da família Real em 1808, passando a residir no Rio de Janeiro. Os originais que se encontravam depositados no Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda foram então para o Rio de Janeiro. Sendo assim, a biblioteca pessoal de José Mariano da Conceição Velloso, com manuscritos e documentos, foi cedida à Real Biblioteca do Rio de Janeiro, actual Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. A sua maior obra só foi publicada depois de o Brasil ter-se tornado independente, quando em 1825 se iniciou a publicação dos textos,

⁴⁰⁷ A *Flora Fluminensi* foi completada em 1790 e em 1792, por influência de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, foi atribuída à Academia Real das Ciências de Lisboa a incumbência de publicar o livro. Almeida nos relata que estando os trabalhos em estágio avançado ocorreu a invasão de Portugal pelas tropas napoleónicas e todo o trabalho disponível relativo a esta obra foi saqueada pelos franceses. In: ALMEIDA, p. 447 e 448.

enquanto as estampas, mandadas fazer em Paris, foram publicadas em 1831⁴⁰⁸. Em reconhecimento do mérito de seu trabalho, o Príncipe Regente D. João VI, fez-lhe atribuir a graduação de ex-provincial da província da Conceição do Rio de Janeiro e uma pensão adequada a esse cargo⁴⁰⁹.

Em anexo encontra-se algumas das obras em que o papel de Veloso é mais determinante, quer como autor quer como editor. Esta listagem permite-nos constatar a dimensão do seu trabalho editorial em diversos domínios científicos, nomeadamente na História Natural e na Agricultura.

O académico faleceu no Convento de Santo António, no Rio de Janeiro, na noite de 13 para 14 de Julho de 1811⁴¹⁰.

16) António Pires da Silva Pontes Leme.

Eleição em 21-12-1791 como sócio correspondente. Tornou-se sócio livre em 17/03/1794⁴¹¹.

⁴⁰⁸ Julgava-se perdida a obra *Flora fluminense*, mas em 1825 o bispo de Anemuria encontrou-a na biblioteca pública, e assim foi impressa por ordem de D. Pedro I na Typographia Nacional, sob a direcção do bispo de Anemuria e do Dr. João da Silveira Caldeira. Formou onze volumes, contendo a classificação de 1640 vegetais, pela maior parte de géneros e espécies novas, e 1700 gravuras abertas em Paris. In: SILVA e ARANHA. Vol. XIII, p. 123. Almeida nos relata que a descoberta da obra foi autoria do frei António da Arrábida e que a mesma foi publicada parcialmente. O texto integral, sem as gravuras, veio a ser editado pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro, no ano de 1880. In: ALMEIDA, op. cit. p. 448.

⁴⁰⁹ Ibidem, p. 447.

⁴¹⁰ SILVA e ARANHA. Tomo Vol, 54-57; T. XIII, 122-127. Fernando Reis. “Ciência em Portugal. Personagens e Episódios”. In: <http://www.instituto-camoes.pt>. Acesso em 31 /10/2008. Para maiores detalhes da vida e obra do frei José Mariano da Conceição Veloso, ver também: GAMA, José de Saldanha da, *Biographia e Apreciação dos Trabalhos do Botânico Brasileiro Frei José Mariano da Conceição Velloso*, Rio de Janeiro, Typ. de Pinheiro & C., 1869. FERNANDES, Abílio, “História da Botânica em Portugal até finais do séc. XIX”, in *História e Desenvolvimento da ciência em Portugal*, Lisboa, Academia Ciências de Lisboa, 1987, vol. II, pp. 851-916. NUNES, Maria de Fátima; BRIGOLA, João Carlos, “José Mariano da Conceição Veloso (1724-1811) – Um frade no Universo da Natureza”, in *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801), Bicentenário*, Lisboa, Biblioteca Nacional-Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999, 51-75. Para maiores detalhes sobre as publicações do académico ver também: ALMEIDA, op. cit. p.447 a 452 e BLAKE, op. cit. Quinto volume, pp. 65 a 70.

⁴¹¹ Processo do respectivo académico na ACL. Consulta em Janeiro de 2009.

Cavaleiro da Ordem de São Bento de Aviz⁴¹².

O académico António Pires da Silva Pontes Leme era Capitão de Fragata da Armada Real e Lente na Academia Real de Marinha, onde foi sócio fundador. Também foi sócio fundador da Academia Real de Ciências de Lisboa, conforme o plano de estatutos da instituição, na Assembleia Particular de 22 de Maio de 1780⁴¹³.

Nasceu em 1750 na comarca de Mariana, Minas Gerais⁴¹⁴. Para outros autores como Valadares⁴¹⁵, seu nascimento ocorreu em 1757. Por volta de 1772 seguiu para Coimbra onde formou-se e doutorou-se em Matemática no ano de 1778. Para Fernando Lopes Calapaz Corrêa seu doutoramento ocorreu em 24 de Dezembro 1777, sendo Pontes Leme um dos primeiros frutos da reforma universitária pombalina de 1772, precisamente o ano em que o académico iniciou o curso de Matemática⁴¹⁶. Dois anos mais tarde foi designado pela coroa para cumprir uma missão no ultramar. Nomeado como matemático da Terceira Partida de Demarcação de limites do Brasil, ou *Terceira Partida do Tratado de Limites*, integrou o corpo técnico da expedição que partiu do porto de Lisboa em Janeiro de 1780 em direcção ao Pará⁴¹⁷.

⁴¹² BLAKE, op. cit. Primeiro volume, p. 293.

⁴¹³ Arquivo da Academia das Ciências de Lisboa, Actas das Assembleias, tomo I, 1780, fl. 4 v. In: Fernando Calapaz Corrêa. *O Ameríndio visto por um português do século XVIII: Pontes Leme*. Academia Portuguesa de História e Comissão Portuguesa de História Militar. Separata de Preito de Reconhecimento. Colectânea de Estudos em homenagem ao senhor Coronel Carlos da Costa Gomes Bessa, Lisboa, MMII, p.20.

⁴¹⁴ BLAKE, op. cit. Primeiro volume, p. 292.

⁴¹⁵ VALADARES, 2004. p. 373.

⁴¹⁶ CORRÊA, pp.09 e 13.

⁴¹⁷ Observa-se que o académico foi nomeado sócio fundador da Academia das Ciências em 22 de Maio de 1780, portanto, enquanto se encontrava em missão no ultramar como matemático da Terceira Partida de Demarcação de limites do Brasil.

Por meio de correspondência enviada ao Secretário-Geral da Academia, Abade Corrêa da Serra, agradece sua nomeação e demonstra sua intenção em dar conhecimento à instituição da carta geográfica do Brasil, para cuja elaboração já tinha procedido inúmeras medições astronômicas. Ao mesmo tempo anuncia que irá remeter à instituição uma colecção de amostras de minérios brasileiros devidamente legendados, os quais já havia recolhido à superfície da terra. A colecção foi recebida em Lisboa no ano seguinte, devidamente encaixotada⁴¹⁸.

A expedição durou cerca de dez anos a percorrer os principais rios e explorarem os limites ocidentais da Amazônia, tomando as coordenadas geográficas para corrigir e refazer os mapas existentes⁴¹⁹. A missão dos demarcadores era, prioritariamente, definir os pontos ideais para fixação dos limites territoriais da América portuguesa, e sendo assim os apontamentos sobre os acidentes geográficos e a precisão cartográfica constituíam a parte mais importante de seu trabalho. Contudo, os diários de viagem do académico Pontes Leme revelam muito do olhar do naturalista ilustrado, treinado para observar e inventariar todos os aspectos da natureza envolvente. Os diários e as cartas geográficas relativos à expedição pelos sertões do Brasil também foram encaminhados para a Academia Real de Ciências de Lisboa.

Regressou a Portugal em fins de 1791 e a Rainha D. Maria I, por decreto de 28 de Setembro do mesmo ano nomeou-o Lente de Matemática e de Navegação da Companhia de Guardas-Marinhas, com o posto de Primeiro-Tenente. Apresentou em 28 de Março de 1792 aos seus consócios da Academia de Ciências de Lisboa a *Memória*

⁴¹⁸ Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, *Manuscritos Azuis*, nº 780, fl. 36. *Livro do Assento dos Sócios que assistem a cada Assembleia – 10 de Julho de 1788 a 10 de Janeiro de 1798*, do arquivo da mesma Academia.

⁴¹⁹ Acompanhou o académico nesta expedição o astrónomo Doutor Francisco José de Lacerda e Almeida, outro académico eleito em 02-12-1795. In: CORRÊA, Fernando Calapaz, op. cit. p.09. A pesquisa sobre a data de eleição de Francisco José de Lacerda e Almeida são de nossa autoria.

Sobre os Homens selvagens da América Meridional. Ainda neste ano, em 10 de Outubro apresentou também à Academia a comunicação intitulada: *Observações feitas na Academia dos Guardas da Marinha em 16 de Setembro de 1792*⁴²⁰.

A 4 de Setembro de 1794, um despacho de Sua Majestade mandou agraciá-lo com o hábito da Ordem de São Bento de Aviz, “tendo em atenção e como remuneração dos serviços prestados como Primeiro-Tenente da Real Armada, com exercício de Lente de Matemática no Corpo da Marinha, aos feitos no exercício dos seus postos e profissão, assim como nas diferentes comissões de que tinha sido encarregado, e das quais dera toda a satisfação”⁴²¹.

Em 06 de Fevereiro de 1795 o académico foi nomeado censor da Mesa de Consciência e Ordens no que diz respeito *a livros e papéis que devem estampar e correr neste reyno*. Esta Mesa era composta por monsenhores, desembarcadores da Casa de Suplicação, religiosos, beneditinos, carmelitas, trinos, agostinhos descalços, oratorianos, juizes do crime, médicos, professores, além de outros membros da Academia Real de Ciências⁴²². Posteriormente foi promovido ao posto de Capitão de Fragata mediante decreto de 4 de Outubro de 1796.

Em 22 de Fevereiro de 1797 juntamente com seu colega na Academia Real da Marinha, João Manuel de Abreu, foi encarregado de proceder à censura de duas memórias: *Princípios da Tática Naval*, de Manuel do Espírito Santo, seu colega na

⁴²⁰ CORRÊA, op. cit. p. 18.

⁴²¹ Ibidem, op. cit. pp.10 e 11.

⁴²² VALADARES, 2004. op. cit. p.375.

Academia Real da Marinha e também à memória intitulada *Introdução às Tábuas de Lambert*, de António Felkel ⁴²³.

São actividades do académico na Academia e no plenário das Assembleias da Academia Real das Ciências de Lisboa:

-21 de Dezembro de 1791; primeira sessão em que participou.

-28 de Março de 1792: “*Leo o Sr Pontes Huma memória sobre as partes interiores do Brazil, de que apresentou à Academia hum Mappa*”.

-10 de Outubro de 1792 leu as observações acerca do eclipse solar ocorrido no mês anterior.

-19 de Dezembro de 1792 leu uma memória de sua autoria sobre a lagoa de Xarayes.

-Em 1793, junto com José Maria Dantas foi nomeado Astrónomo ajudante do Observatório da Academia, o qual funcionou no Castelo de São Jorge de 1787 a 1808.

-De Abril de 1794 até 22 de Novembro de 1797 fez a leitura de seu *Diário* em terras brasileiras, “interrompendo-a amiúde com a leitura de outros trabalhos de sua autoria ou não”.

-18 de Junho de 1794 leu outra memória acerca de sinais algébricos.

-05 de Novembro d 1794 leu a tradução de uma memória de Percival Pott sobre a extracção de potassa dos estrumes.

-17 de Dezembro de 1794 leu uma outra memória sobre a Teoria da Terra e das Montanhas, cuja a autoria se desconhecesse.

-15 de Abril de 1795 leu o diário da viagem de José Gonçalves ao Rio Amazonas.

-06 de Maio de 1795 leu parte doutro de uma viagem efectuada no Brasil em 1749.

⁴²³ CORRÊA, op. cit. p. 21.

-02 de Dezembro de 1795 leu a “Memoria sobre a necessidade da applicação da Geometria, e Hydraulica à extração do oiro das nossas minas”

-27 de Julho de 1796, retornou à leitura dos *Diários* das viagens em terras brasileiras.

-18 de Janeiro de 1797 “*Leo huma Memoria sobre a corda considerada como maquina sui generis*”.

-22 de Fevereiro de 1797 leu uma outra “*sobre a uniformidade da ortografia da Língua Portugueza*”

-05 de Julho de 1797 leu acerca “*dos erros, que há nos Roteiros ordinários das Costas do Brazil*”

-22 de Novembro de 1797 termina a sua participação nas sessões da Assembleia com a leitura de mais uma parte do seu *Diário* da viagem ao Brasil⁴²⁴.

O académico retornou ao Brasil em 1798 para assumir, em 1801, o cargo de Governador da Capitania do Espírito Santo, onde prestou serviços na protecção e “civilização” dos índios⁴²⁵. Em ofício remetido ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, João Rodrigues de Sá e Melo, Visconde de Anadia, relatava os vários conflitos havidos entre colonos nesta Capitania. Segundo suas observações tais conflitos eram resultados de “erros de Matemática e de Direito cometidos na medição e distribuição das respectivas sesmarias, os quais já tinham provocado sobreposição de propriedades”⁴²⁶.

⁴²⁴ Ibidem, pp. 22 e 23.

⁴²⁵ VALADARES, op. cit. p.375.

⁴²⁶ Arquivo Histórico Ultramarino (A.H.U.), *Conselho Ultramarino*, Brasil - Espírito-Santo, Caixa 6, doc. N° 474. In: CORRÊA, op. cit. p.19.

Faleceu a 20 de Maio de 1805 no Rio de Janeiro quando se preparava para regressar a Lisboa⁴²⁷. Para Blake seu falecimento ocorreu a 21 de Abril de 1805⁴²⁸.

17) José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho.

Eleição em 18-04-1792 como sócio correspondente. Sócio livre em 17/03/1794 e sócio honorário em 21/11/1818⁴²⁹.

O académico nasceu em Campos dos Goitacazes, Rio de Janeiro, em 8 de Novembro de 1743⁴³⁰ ou 8 de Setembro de 1743⁴³¹ ou ainda em 1742 para outros autores⁴³². Foi um sacerdote católico e escritor, sendo filho primogénito de abastados agricultores. Estudou Humanidades no Rio de Janeiro, quando aos trinta anos de idade decidiu entrar para a carreira eclesiástica, seguindo depois para Portugal onde se matriculou em 1775 na Universidade de Coimbra. Na Faculdade de Direito da Universidade obteve a licenciatura em Cânones. Foi posteriormente nomeado, em 1784, arcediogo da catedral do Rio de Janeiro, não chegando a assumir o cargo pois optou pelo de deputado do Santo Ofício de Lisboa, função que iniciou em 1785. Após sua nomeação como bispo de Olinda em 1794 seguiu para o Brasil onde também

⁴²⁷ Ibidem, op. cit. pp. 10 e 17. Para maiores detalhes sobre o académico Pontes Leme ver; entre outros: “Antônio Pires da Silva Pontes. Diário de viagem: 1781”. In: Marcos Carneiro de Mendonça. *Rios Guaporé e Paraguai, primeiras fronteiras definitivas do Brasil*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1985. “Viagem de reconhecimento das comunicações do Brasil com a colónia holandesa do Surinã”. RIHGB, n.6, 1865. 2.ed. p.82-90.

⁴²⁸ Para maiores detalhes das obras deste académico ver: BLAKE, op. cit. Primeiro volume, p. 292 a 294.

⁴²⁹ Processo do respectivo académico na ACL. Consulta em Janeiro de 2009.

⁴³⁰ ALMEIDA, op. cit. p. 152.

⁴³¹ BLAKE, op. cit. Quarto volume, p. 475.

⁴³² SILVA e ARANHA. Vol. IV, Tomo XIII, p.384.

desempenhou na Capitania de Pernambuco os cargos de Director-Geral dos Estudos e de Governador interino em 1798⁴³³.

No ano de 1802 foi eleito bispo-auxiliar de Bragança e Miranda, cargo que também não tomou posse devido à desistência da renúncia do seu antecessor, acabando por ser transferido em 1806 para o bispado de Elvas. Blake nos relata que anteriormente o académico havia também ocupado o a cadeira episcopal de Beja⁴³⁴. Na diocese de Elvas permaneceu até 1818 quando assumiu as funções de Inquisidor-Geral do reino por nomeação de D. João VI em 05 de Maio do mesmo ano⁴³⁵. Foi o último dos inquisidores, visto que o Tribunal do Santo Ofício foi extinto em 20 de Março de 1821⁴³⁶.

Neste mesmo ano foi eleito deputado pelo Rio de Janeiro às Cortes Gerais e Constituintes da Nação Portuguesa, tomando assento em 10 de Setembro de 1821, “mas apenas pode participar na sessão inaugural pois faleceu dois dias depois da abertura dos trabalhos”⁴³⁷. Para Almeida as suas ideias e acções permitem enquadrá-lo no movimento iluminista, “pois deu um contributo importante para a evolução do ensino no Nordeste brasileiro, nomeadamente pela renovação dos métodos educacionais no seminário de Olinda”. Em seus textos de natureza económica, para a mesma autora,

⁴³³ ALMEIDA, op. cit. p. 152.

⁴³⁴ BLAKE, op. cit., Quarto volume, p. 475.

⁴³⁵ Ibidem.

⁴³⁶ SILVA e ARANHA. Vol. IV, Tomo XIII, p.384 e ALMEIDA, op. cit. p. 152 e 153.

⁴³⁷ Ibidem, p. 384. Ibidem, p. 153.

“seu pensamento aproxima-se da posição dos fisiocratas franceses, defensores do princípio da ordem natural”⁴³⁸.

O académico faleceu em Lisboa em 12 de Setembro de 1821⁴³⁹.

18) Manuel Joaquim de Sousa Ferraz e Mendonça.

Eleição em 28-03-1792⁴⁴⁰.

O académico nasceu em São Del Rei, em Minas Gerais. Licenciou-se em Filosofia na Universidade de Coimbra e em Medicina na Universidade de Montpellier⁴⁴¹, onde defendeu tese em 1790 intitulada: “*Proluzio medica de calore atmospherica etiologicé considerato*”.

Sócio correspondente da Academia Real de Ciências de Lisboa, exerceu medicina na cidade do Porto por quatro anos antes de seu regresso ao Brasil em 1795. Trabalhou em Minas Gerais no vice-reinado do Conde de Resende e posteriormente foi para o Rio de Janeiro.

⁴³⁸ ALMEIDA, op. cit. p. 153.

⁴³⁹ SILVA e ARANHA. Vol. IV, Tomo XIII, p.384, 385 e 386. ALMEIDA, op. cit. p. 152 a 156. Para maiores detalhes sobre José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho ver, entre outros: José Joaquim de Coutinho. *Ensaio económico sobre o comércio de Portugal e suas colónias, 1794*, Introdução e direcção de edição de Jorge Pedreira, Lisboa, Banco de Portugal, 1992. *Obras Económicas de J. J. da Cunha Azeredo Coutinho (1794-1804)*, São Paulo, 1966, pp.175-85. Manoel Cardoso, “Azevedo Coutinho and the Intellectual Ferment of His time”, Henry H. Keith, e S. F. Edwards (eds.), *Conflict and continuity in Brazilian society*, Columbia, Carolina do sul, 1969, pp. 72-103; E. Bradford Burns, “The Role of Azeredo Coutinho in the Enlightenment of Brazil” *Hispanic American Historical Review*, XLIV, maio, 1964, pp. 145-60. Para maiores detalhes sobre suas obras ver também. BLAKE, op. cit., Quarto volume, pp. 475 a 480.

⁴⁴⁰ O académico não possui processo nos arquivos da ACL, sendo seu nome apenas citado na planilha de eleição. Suas obras encontram-se publicadas nas *Memórias Económicas da Academia real de Sciencias de Lisboa, para adianamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal e suas conquistas*, tomo IV, pp. 83-93, Lisboa, Offic. da Academia real das sciencias, 1812.

⁴⁴¹ João Vinícius Salgado, Sebastião Gusmão, Jean Luc Kahn, Daniel Maitrot. “Brasileiros estudantes de Medicina em Montpellier no século XVIII”. Sociedade Brasileira da História da Medicina. Disponível em: <http://www.sbhm.org.br/index.asp?p=noticias&codigo=91>. Acesso em 25/11/2008.

Não foram encontradas as referências quanto ao dia de seu nascimento e a data de sua morte.

19) António Joaquim Medeiros.

Eleição em 09-05-1792 como sócio correspondente⁴⁴².

O académico tem o seu nome inscrito na planilha de eleição dos académicos da Academia de Ciências de Lisboa, assim como no relatório dos alunos formados na Universidade de Coimbra⁴⁴³. Neste mesmo relatório encontra-se o Rio de Janeiro como sua origem.

Não foi encontrado nenhuma outra referência sobre o mesmo.

20) Manuel Arruda da Câmara.

Eleição em 15-05-1793 como sócio correspondente⁴⁴⁴.

O académico nasceu na vila de Pombal, na Paraíba, então pertencente à Capitania de Pernambuco, em 1752. Era médico e botânico e ingressou inicialmente na congregação dos Carmelitas calçados no Convento de Carmo de Goiana, em Pernambuco, no ano de 1783 adoptando o nome de Frei Manuel do Coração de Jesus. Juntamente com seu irmão, Francisco Arruda Câmara, veio para Portugal e, na Universidade de Coimbra cursou as faculdades de Medicina e Filosofia sem com tudo concluir os estudos em razão das medidas rigorosas que o governo tomou contra muitos estudantes que

⁴⁴² Processo do respectivo académico na ACL. Consulta em Janeiro de 2009.

⁴⁴³ CHITTÓ, op. cit.

⁴⁴⁴ Processo do respectivo académico na ACL. Consulta em Janeiro de 2009.

começaram a mostrar-se tendenciosos às doutrinas da Revolução Francesa. Tal atitude resultou na prisão de alguns estudantes, e outros procuraram refugio na emigração, como o académico e seu irmão. Almeida nos relata que a perseguição aos estudantes fora desencadeada pelo intendente-geral da polícia, Diogo Pina Manique⁴⁴⁵.

Sendo assim, Manuel Arruda da Câmara e seu irmão matricularam-se na Universidade de Montpellier, na França, e ambos obtiveram o grau de doutor em Medicina no ano de 1791⁴⁴⁶. O académico se notabilizou por suas contribuições no campo da botânica e das ciências naturais e realizou trabalho de catalogação de diversas espécies no Novo Mundo⁴⁴⁷.

Conseguiu obter da Cúria Romana o breve da sua secularização e assim regressou ao Brasil onde exerceu clínica médica e desenvolveu por nomeação governamental diversas comissões científicas no Rio de Janeiro e em Pernambuco⁴⁴⁸. Manteve um constante empenhamento na defesa do desenvolvimento económico, social e político do Brasil, não deixando de expressar que na sua prosperidade “deve a gente de cor ter ingresso”⁴⁴⁹. Já em Pernambuco funda a primeira Loja Maçônica do Brasil no ano de 1802, com o nome de Areópago de Itambé, e na cidade de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, também no Nordeste brasileiro, existe um parque zoobotânico cujo

⁴⁴⁵ ALMEIDA, op. cit. p. 120. Para maiores detalhes sobre o intendente-geral Pina Manique ver o item 1.2, do capítulo 2 deste trabalho.

⁴⁴⁶ BLAKE op. cit. Sexto volume, p. 31. João Vinícius Salgado, Sebastião Gusmão, Jean Luc Kahn, Daniel Maitrot. “Brasileiros estudantes de Medicina em Montpellier no século XVIII”. Sociedade Brasileira da História da Medicina. Disponível em: <http://www.sbhbm.org.br/index.asp?p=noticias&codigo=91>. Acesso em 25/11/2008.

⁴⁴⁷ Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Arruda_C%C3%A2mara. Acesso em 25/11/2008.

⁴⁴⁸ SILVA e ARANHA. Vol. V, Tomo XVI, p.366. ALMEIDA, op. cit. p. 120. BLAKE op. cit. Sexto volume, p. 31

⁴⁴⁹ ALMEIDA, op. cit. p. 120.

o nome é em sua homenagem: Parque Arruda Câmara⁴⁵⁰. O acadêmico é o patrono da cadeira de número dois da Academia Paraibana de Letras⁴⁵¹.

Segundo Figueirôa, Paranhos da Silva e Pataca, Manuel de Arruda Câmara realizou expedições pelo Nordeste brasileiro. Entre março de 1794 e setembro de 1795, fez uma viagem mineralógica entre Pernambuco e Piauí, observando diversos minerais. Entre dezembro de 1797 e julho de 1799, Câmara esteve envolvido em outra expedição científica, entre a Paraíba e o Ceará. Também realizou viagens até o rio São Francisco. No conjunto dessas expedições, Manuel de Arruda Câmara fez levantamentos mineralógicos, botânicos e zoológicos que foram por ele próprio sistematizados⁴⁵².

Para Blake foi o acadêmico homenageado por Saint Hilaire, o qual criou o gênero *Arrudea* na família das guttíferas. Além de membro da Academia das Ciências de Lisboa era também membro da Academia das Ciências de Montpellier e da Sociedade de Agricultura de Paris⁴⁵³.

O acadêmico faleceu em Pernambuco no ano de 1810⁴⁵⁴.

⁴⁵⁰ Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Arruda_C%C3%A2mara. Acesso em 25/11/2008.

⁴⁵¹ Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Academia_Paraibana_de_Letras. Acesso em 25/11/2008. Disponível em http://www.aplpb.com.br/v2/a_historia.php. Acesso em 25/11/2008.

⁴⁵² Silvia F. de M. Figueirôa; Clarette Paranhos da Silva; Ermelinda Moutinho Pataca. "Aspectos mineralógicos das "Viagens Filosóficas" pelo território brasileiro na transição do século XVIII para o século XIX ". Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702004000300009&script=sci_arttext&tlng=pt#back2. Acesso em 25/01/2009.

⁴⁵³ BLAKE op. cit. Sexto volume, p. 32.

⁴⁵⁴ SILVA e ARANHA. Vol. V, Tomo XVI, p. 367. ALMEIDA, op. cit. p. 120. Para maiores detalhes do acadêmico ver também: Mello, José A. G. de. *Manuel Arruda da Câmara - obras reunidas. C. 1752-1811*. Recife, 1982, Secretaria de Educação e Cultura.

21) Manuel Luíz Alvares de Carvalho.

Eleição em 17/03/1794 como sócio efectivo na classe das ciências. Sócio veterano a 13 de Janeiro de 1798. Foi substituído no quadro de sócio efectivo pelo outro académico de origem brasileira Vicente Coelho Seabra da Silva Teles⁴⁵⁵.

O académico nasceu na Bahia em 1751, formou-se em Medicina na Universidade de Coimbra em 13 de julho de 1782 e foi médico da Real Camera, tendo acompanhado D. João VI ao Brasil em 1808⁴⁵⁶. Foi por ele encarregado da fundação das escolas de medicina do Brasil⁴⁵⁷.

Em 1812 foi nomeado cirurgião-mor honorário do Reino e diretor dos Estudos de Medicina e Cirurgia da Corte e Estado do Brasil, com honras de físico-mor do Reino. Foi autor do “Plano dos Estudos de Cirurgia”, aprovado pelo decreto de 1º/04/1813⁴⁵⁸, e que deu origem a uma reforma que inaugurou uma série de mudanças nas Academias Médico-Cirúrgica, do Rio de Janeiro e da Bahia. Em 13 de Dezembro de 1816 recebeu os títulos de criador e fundador da Academia Médico-Cirúrgica da Bahia e também foi professor substituto de cirurgia e obstetrícia (nomeação em 18/02/1817) e diretor (1813-1820) da Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro⁴⁵⁹.

O académico faleceu no Rio de Janeiro antes de 1825⁴⁶⁰

⁴⁵⁵ Processo do respectivo académico na ACL. Consulta em Janeiro de 2009.

⁴⁵⁶ BLAKE op. cit. Sexto volume, p. 149.

⁴⁵⁷ Maria Rachel Fróes da Fonseca. “Manoel Luís Alvares de Carvalho”. *Dicionário Histórico Bibliográfico das Ciências da Saúde no Brasil. (1832-1930) Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz*. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/P/verbetes/carvmanlui.htm#dados>. Acesso em 12/12/2008. SILVA e ARANHA. Vol. XVI, pp.251 e 252.

⁴⁵⁸ BLAKE op. cit. Sexto volume, p. 31

⁴⁵⁹ FONSECA, op. cit.

⁴⁶⁰ FONSECA, op. cit. BLAKE op. cit. Sexto volume, p. 31.

22) João Manso Pereira.

Eleição em 19/11/1794 como sócio correspondente.

O académico fez viagens exploratórias nas capitanias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo a mando de Dom Fernando José de Portugal com uma pensão de 400 mil-réis anuais⁴⁶¹. Foi também Professor Régio emérito de Gramatica Latina no Rio de Janeiro⁴⁶² e para Almeida, o académico foi o responsável por exames de História Natural no Rio de Janeiro⁴⁶³.

Ambos os autores que trataram de sua biografia não relatam a data de seu nascimento e morte. Para Alex Gonçalves Varella o académico foi o primeiro naturalista de origem brasileira contratado pela coroa. O mesmo autor relata ainda que João Manso estudou no Seminário da Lapa no Rio de Janeiro, “conhecendo o grego e o hebraico” e também a língua francesa, bastante utilizada em suas obras⁴⁶⁴. O académico recebia no Rio de Janeiro encomendas de livros enviados por outro académico de origem brasileira, como José Mariano da Conceição Veloso, e estas obras tratavam de diferentes assuntos⁴⁶⁵.

⁴⁶¹ Silvia F. de M. Figueirôa; Clarete Paranhos da Silva; Ermelinda Moutinho Pataca. “Aspectos mineralógicos das “Viagens Filosóficas” pelo território brasileiro na transição do século XVIII para o século XIX “. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702004000300009&script=sci_arttext&tlng=pt#back2. Acesso em 25/01/2009.

⁴⁶² SILVA e ARANHA. Vol. III, Tomo X, p.404. ALMEIDA, op. cit. p. 324

⁴⁶³ ALMEIDA, op. cit. p. 324.

⁴⁶⁴ Alex Gonçalves Varella. “As actividades científicas do “químico e metalurgista” João Manso Pereira na Capitania de São Paulo (1796-1803)”. Comunicação apresentada á 26ª Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica. Rio de Janeiro, Julho de 2006. Disponível em:
<http://sbph.org/reuniao/26/trabalhos/Alex%20Goncalves%20Varela.pdf>

⁴⁶⁵ Livros destinados aos Domínios Ultramarinos. Brasil 1769-1821 Cx. 153 Microfilme 1374. IANTT (Lisboa).

João Manso nunca esteve em Portugal, sendo assim um dos “homens de ciência” do Império Luso-Brasileiro que serviu a Coroa em pesquisas minerais na colônia⁴⁶⁶.

23) José da Costa e Azevedo.

Eleição em 26/11/1794.

O acadêmico nasceu no Rio de Janeiro em 16 de Setembro de 1763 onde fez seus estudos iniciais de Humanidades, tendo partido posteriormente para Portugal com destino à Universidade de Coimbra onde formou-se em Teologia.

Estudou no Colégio dos Nobres em Lisboa e na Universidade de Coimbra fez o curso de teologia, tendo também frequentado o de filosofia e de Ciências Naturais, segundo Blake⁴⁶⁷. Ingressou na Ordem de S. Francisco em Portugal, regressando posteriormente ao Brasil a chamado do bispo de Pernambuco, Azeredo Coutinho, também acadêmico. Em Pernambuco dirigiu o seminário de Olinda, seguindo posteriormente para o Rio de Janeiro a convite do conde de Linhares, tomando posse da cadeira de mineralogia da Academia Militar, da qual exerceu também as funções de director do gabinete mineralógico e físico. Foi o primeiro director do Museu Nacional criado por el-rei D. João VI, por decreto de 6 de Junho de 1818. Segundo seus biógrafos o acadêmico terá escrito diversos textos que permaneceram inéditos, pois não quisera imprimir os seus trabalhos⁴⁶⁸.

O acadêmico faleceu no Rio de Janeiro em 7 de Novembro de 1822.

⁴⁶⁶ Para maiores detalhes sobre as pesquisas científicas de João Manso Pereira ver também: Carlos A. L. Filgueiras. *João Manso Pereira, químico empírico do Brasil Colonial*. Química Nova. São Paulo, 1993.

⁴⁶⁷ BLAKE op. cit. Quarto volume, p. 393.

⁴⁶⁸ SILVA e ARANHA. Vol. XII, pp. 285 e 286. ALMEIDA, op. cit. p. 73. BLAKE op. cit. Quarto volume, p. 393.

24) José Bazilio da Gama.

Eleição em 11-02-1795 como sócio correspondente⁴⁶⁹.

O acadêmico era Cavaleiro da Ordem de S. Tiago, Escudeiro Fidalgo da Casa Real por Alvará de 6 de Agosto de 1787 e Oficial da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino por portaria do Marquês de Pombal de 25 de Junho de 1774⁴⁷⁰. Patrono da cadeira de número quatro da Academia Brasileira de Letras, o acadêmico nasceu em São José do Rio das Mortes, actual cidade de Tiradentes, em Minas Gerais, no ano de 1740. Ficou órfão e foi para o Rio de Janeiro onde entrou em 1757 para o Colégio da Companhia de Jesus. Dois anos depois, a ordem foi expulsa do Reino de Portugal e de seus domínios⁴⁷¹ e assim o poeta foi para Portugal e depois para Roma, onde foi professor de um seminário e admitido na Arcádia Romana no ano de 1763, tendo adoptado o nome de *Termino Sipilio*⁴⁷².

Retornou ao Brasil onde tivera uma curta permanência e, de volta à Lisboa chegou a ser preso sob acusação de jesuitismo e condenando ao degredo em Angola. No cárcere, escreveu um epitalâmio que dedicou a D. Maria Amália, filha do Marquês de Pombal, “onde era louvado o ministro de D. José e atacados os jesuítas. O período de clemência escrito em seus versos logrou ser atendido e ao perdão ser conferido”⁴⁷³. Juntou-se, portanto, a Pombal, e o mesmo fez publicar em 1769 o seu mais importante poema, *O Uruguay*, poema que tem como tema a luta dos portugueses e espanhóis

⁴⁶⁹ Processo do respectivo acadêmico na ACL. Consulta em Janeiro de 2009.

⁴⁷⁰ SILVA e ARANHA. Vol. IV, Tomo XII, p.268. BLAKE op. cit. Quarto volume, p. 331.

⁴⁷¹ Para maiores detalhes sobre a expulsão dos jesuítas ver item 1.0 deste trabalho.

⁴⁷² ALMEIDA, op. cit. p. 198. SILVA e ARANHA. Vol. IV, Tomo XII, p.268. BLAKE op. cit. Quarto volume, p. 331.

⁴⁷³ ALMEIDA, op. cit. p. 198. BLAKE op. cit. Quarto volume, p. 331.

contra tribos ameríndios que viviam sob a protecção dos jesuítas e que por influência dos mesmos se opuseram ao processo de delimitação territorial estabelecida pelo Tratado de Madrid. Na obra que o autor reitera as críticas aos jesuítas, contém um poema épico dedicado ao irmão do Marquês de Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, com as folhas preliminares contendo também um soneto do autor ao Conde de Oeiras.

A influencia de Pombal permitiu-lhe “obter um emprego como oficial de secretaria no Ministério do Reino e alcançar carta de fidalguia”⁴⁷⁴. Posteriormente, após a queda de Pombal e a subida ao trono de D. Maria I, o académico elogiou a Rainha em versos no momento da coroação e assim o apreço da mesma é demonstrado com sua ascensão a “Escudeiro Fidalgo da Casa Real, em 1787 e a condecoração com a Ordem de Santiago, outorgada em 1790”⁴⁷⁵.

Com a queda de Pombal que o estimava e a quem era grato passou a sofrer perseguições e intrigas o que o fez abandonar o posto e voltar ao Brasil. Já no Rio de Janeiro fundou com Silva Alvarenga, também académico de origem brasileira, uma sociedade literária, por nós referida quando da biografia deste último. A mesma sociedade passou posteriormente a ser perseguida pelo Marquez de Rezende, o que fez o académico fugir novamente; desta vez para Portugal⁴⁷⁶.

O académico faleceu em Lisboa, 31 de Julho de 1795 antes de ser empossado como sócio correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa.

⁴⁷⁴ ALMEIDA, op. cit. p.198 e 199. BLAKE op. cit. Quarto volume, p. 331.

⁴⁷⁵ ALMEIDA, op. cit. p. 198. SILVA e ARANHA. Vol. IV, Tomo XII, p.268.

⁴⁷⁶ BLAKE op. cit. Quarto volume, p. 331.

25) Francisco José de Lacerda e Almeida.

Sócio correspondente eleito em 02-12-1795. Tornou-se sócio efectivo de 1ª classe em 14-04-1831⁴⁷⁷.

Capitão-de-Fragata, Geógrafo, Doutor em Matemática e lente da Academia Real dos Guarda-Marinhas. O académico nasceu em São Paulo no ano de 1753 e após ter realizados estudos preparatórios nesta cidade partiu para Portugal com dezassete anos, matriculando-se na Universidade de Coimbra onde doutorou-se em Matemática em 1777. Foi posteriormente nomeado para integrar uma comissão de delimitação de fronteiras do Brasil com a Bolívia e a Venezuela, possessões espanholas na época.

Partiu para o Brasil em 1780 e no decurso dessa longa jornada subiu o rio Amazonas, internando-se nos sertões⁴⁷⁸. Após uma década de viagem e explorações retornou à Portugal em Maio de 1790⁴⁷⁹. Em Lisboa foi nomeado sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa e foi-lhe outorgada a cátedra da cadeira de Matemática na Academia Real da Marinha. Em 1797 foi designado governador subalterno dos Rios de Sena e a graduação de Capitão de Fragata⁴⁸⁰, tendo embarcado no mesmo ano para Moçambique. Em 1798 efectuou uma tentativa de travessia da costa oriental de África à contra-costa de Angola. Saiu de Tete em Junho de 1798 chegando a atingir a Corte de Muata Cazembe, na margem do lago Moero na África Central⁴⁸¹. Em seu diário de

⁴⁷⁷ Processo do respectivo académico na ACL. Consulta em Janeiro de 2009.

⁴⁷⁸ ALMEIDA, op. cit. pp. 48 e 49.

⁴⁷⁹ BLAKE, op. cit. Terceiro volume, p. 09.

⁴⁸⁰ Ibidem,

⁴⁸¹ ALMEIDA, op. cit. p. 49. PATACA, 2007, p. 388. . Tiago Bonato. “Estudos Metodológicos de Relatos Científicos e de viagem no Iluminismo Português: Dois Viajantes pelo Sertão Nordestino.” UFPR. Disponível em: http://people.ufpr.br/~vii_jornada/BONATO_Tiago.pdf. Acesso em 25/11/2008.

viagem verifica-se ter sido o primeiro cientista a fazer observações astronómicas na África Central, incluindo cuidadosas determinações de longitude pela ocultação dos satélites de Júpiter.

Como Governador dos Rios de Sena (Zambézia), enviava para o Reino informações precisas sobre as marés em Quelimane, com indicação do estabelecimento do porto e das alturas de água em preia-mares de sizígias.

O académico faleceu no Lago Moero, na África Central, em virtude de uma febre maligna, e assim o plano inicial da travessia da costa oriental para a costa ocidental de África não se concretizou, pois os restantes dos membros da expedição decidiram regressar ao ponto de partida⁴⁸².

Para Blake seu falecimento ocorreu por volta de 1802, já em seu processo na Academia de Ciências consta em manuscrito a data de falecimento no ano 1798⁴⁸³.

26) Gaspar da Madre de Deus.

Eleição em 17-02-1796 como sócio correspondente⁴⁸⁴.

Monge Beneditino, Abade do Mosteiro do Rio de Janeiro, Abade Provincial do Brasil e cronista-mor da sua congregação⁴⁸⁵.

⁴⁸² Ibidem, p. 49.

⁴⁸³ Para maiores detalhes sobre a vida e obra de Francisco José de Lacerda e Almeida ver também: Barão de Porto Seguro. “Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida”. *Revista Trimensal do IHGB*. Tomo XXXVI. Parte 1ª Rio de Janeiro, 1863. pp. 177-184. M. E. de Azevedo Marques. *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*. I. Rio de Janeiro, 1879, p. 160. José Jacinto Ribeiro. *Cronologia Paulista ou relação histórica dos fatos mais importantes ocorridos em São Paulo, desde a chegada de Martim Afonso de Souza a São Vicente até 1898*. I. São Paulo, 1899, pp. 116-117. Artur Motta. *História da Literatura Brasileira. Época de Transformação – Século XVIII*. São Paulo, 1930. pp. 392, 395.

⁴⁸⁴ Processo do respectivo académico na ACL. Consulta em Janeiro de 2009.

Nasceu em Santos, na província de São Paulo em 09 de Fevereiro de 1715, chamado no século Gaspar Teixeira de Azevedo⁴⁸⁶. Estudou em colégio dos jesuítas e aos dezassete anos ingressou na Ordem Beneditina no Convento da Bahia, onde recebeu o hábito em 1731. Doutor em Teologia foi professor e posteriormente serviu o cargo de provincial no Mosteiro de São Paulo em 1752, no do Rio de Janeiro em 1763, e no da Bahia em 1768⁴⁸⁷.

Suas obras dedicam especial atenção à história da sua província natal. O académico faleceu no Mosteiro de São Bento, em Santos a 28 de Janeiro de 1800⁴⁸⁸.

27) José Álvares Maciel.

No caso deste académico a sua eleição tem data não confirmada. Na planilha dos académicos consta a data de 09/05/1798, e em seu processo consta a nota que o nome foi mandado tirar da lista dos correspondentes na mesma sessão de 09/05/1798⁴⁸⁹.

O académico nasceu em Vila Rica, actual Ouro Preto, em Minas Gerais, no ano de 1761 e participou da Conjuração Mineira. Filho do capitão-mor de Vila Rica, aos vinte e um anos de idade seguiu para a Universidade de Coimbra onde bacharelou-se em 1785 com vinte e quatro anos de idade em Filosofia⁴⁹⁰. Para Almeida seu grau foi obtido no ano de 1784⁴⁹¹.

⁴⁸⁵ ALMEIDA, op. cit. pp. 265 e 266. SILVA e ARANHA. Vol. III, Tomo IX, p.131 e Vol. IX, Tomo III, p. 415.

⁴⁸⁶ BLAKE, op. cit. p. Terceiro Volume, p.173.

⁴⁸⁷ Ibidem.

⁴⁸⁸ ALMEIDA, op. cit. pp. 265 e 266.

⁴⁸⁹ Planilha de eleição dos académicos da ACL e processo de respectivo académico nos arquivos da ACL. Consulta em Janeiro de 2009.

⁴⁹⁰ VALADARES, 2004, op. cit. p. 377.

⁴⁹¹ ALMEIDA, op. cit. p. 265.

Foi designado por Domingos Vandelli para realizar pesquisas mineralógicas na Serra da Estrela, e o mesmo o cita como descobridor de uma rica mina de arsénico nesta mesma Serra. Ainda como estudante participou da construção em 1784, juntamente com o académico Vicente de Seabra Teles, do balão de ar quente apresentado à corte portuguesa. Concluído o curso, seguiu para a Inglaterra para estudar as indústrias de Birmingham, nomeadamente as siderurgias e as manufacturas têxteis, tendo entrado em contato não apenas com industriais e técnicos, mas também com as ideias do liberalismo e da maçonaria.

Entre Dezembro de 1787 e Março de 1788 encontrou-se, na Universidade de Coimbra com José Joaquim da Maia que já se havia avistado com Thomas Jefferson, embaixador dos Estados Unidos da América na França e dele obtivera uma promessa de apoio dos norte-americanos às aspirações de independência de Minas Gerais. Tão logo chegou ao Rio de Janeiro, em 1788, encontrou-se com Tiradentes e com o Visconde de Barbacena, que chegara ao Brasil para assumir o posto de Governador da Capitania de Minas Gerais. O académico na Capitania de Minas Gerais fez prospecções mineralógicas em Sabará, Caeté e nos arredores de Vila Rica, sobre o cobre, ferro e salitre e actuou como conselheiro do Governador Visconde de Barbacena, de quem era amigo. Passou a residir no Palácio dos Governadores a fim de proceder a busca de novas espécies minerais e vegetais e tornou-se o preceptor dos filhos do governador⁴⁹².

Para o académico no sertão mineiro havia muitos vegetais, mas nenhum minério, “e que este existia em abundância em Vila Rica e Sabará. Em novo encontro com Tiradentes, o alferes perguntou-lhe sobre a possibilidade de fazer pólvora na Capitania de Minas Gerais. O académico relatou que ferro poderia ser feito, mas pólvora não se

⁴⁹² VALADARES, p.378.

podia fabricar porque o salitre era caro “e o que se pensava ser salitre em Minas Gerais era catártico”⁴⁹³. Para a mesma autora a função de Alvares Maciel na Conjuração Mineira era produzir o máximo possível de pólvora com o salitre de que dispunham. Após denúncia de Joaquim Silvério dos Reis, foi detido pela Devassa, sendo remetido para interrogatório no Rio de Janeiro, onde ficou recolhido aos calabouços da Fortaleza de São Francisco Xavier da Ilha de Villegagnon. Julgado e condenado à morte, foi sua pena foi comutada em degredo perpétuo em Angola, para onde seguiu em 23 de maio de 1792. Chegou a Luanda em 20 de junho de 1792 e foi internado na enfermaria da Forte de São Francisco do Penedo com pneumonia e escorbuto. Recuperado, de lá seguiu viagem para a Fortaleza de Massangano, de onde foi solto.

Em África tornou-se representante comercial dos negociantes de Luanda na área de Calumbo e seu meio de subsistência passou a ser a venda de fazendas (tecidos) pelos sertões africanos para os negociantes desta praça. Em 1797 o novo Governador de Angola, D. Miguel Antônio de Melo atestou, em ofício ao Ministro do Ultramar em Lisboa, que Maciel ganhava a vida naquele lugar como vendedor de panos no sertão. Em 1799 recebeu do Governador uma licença para levar um carregamento à feira de Cassange e o encarregou da missão de verificar a existência de riquezas minerais pelos sertões de Angola.

Segundo Valadares, o conjurado mineiro foi encarregado por ordem de Sua Majestade, de construir na Província de Ilamba, alguns fornos, “*para aproveitar o ferro das Minas que nell há e ensinar aos povos que ahi habitão hum methodo mais fácil do que aquele que conhecem e practicão para igual fim*”⁴⁹⁴. Nesta Província de

⁴⁹³ Ibidem, p.378.

⁴⁹⁴ Carta do governador de Angola para o regente de Gollungo, *Apud Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, p. 47. Citado por VALADARES, 2004, p. 378.

Illamba, no lugar denominado Trombeta, jurisdição de Golungo, no sítio de Cathari, montou uma pequena siderurgia que produzia alguns ferros com improvisação e auxílio de cento e trinta quatro negros.

No ano de 1800 escreveu ao Governador um relatório sobre o seu trabalho e as dificuldades que enfrentava por não encontrar oficiais de mecânica, carpinteiros e ferreiros, solicitando que estes profissionais lhe fossem enviado do Brasil. O Governador tão logo recebeu a resposta da Corte, chamou Maciel e leu-lhe os elogios que o rei fazia ao seu desempenho e pediu a lista do que necessitava para desenvolver a siderurgia. O referido projecto não alcançou frutos e a montagem de uma fábrica de ferros não se concretizou, pois Maciel faleceu em Março de 1804, aos 44 anos de idade, antes que chegassem os recursos que pedira a Lisboa.

28) José Pinto de Azeredo.

Eleição em 09-05-1798

Cavaleiro da Ordem de Cristo, Doutor em Medicina e médico da câmara da Rainha D. Maria I. Físico-mór do Reino de Angola. O académico nasceu no Rio de Janeiro em 1763 estudou na Universidade de Coimbra, tendo viajado posteriormente para a Holanda onde obteve o grau de doutor em Medicina na Universidade de Leida em 1788. Em alvará datado de 1789 foi atribuído a responsabilidade de criar uma escola médica em Luanda, Angola, na qual proferiu a lição inaugural em 1791. Simultaneamente foi nomeado Físico-mor do Reino de Angola. O projecto de ensino de medicina em Angola não teve êxito, levando ao encerramento da escola⁴⁹⁵. Partiu posteriormente para o Rio de Janeiro onde permaneceu como médico da câmara da

⁴⁹⁵ ALMEIDA, op. cit. p. 72.

Rainha D. Maria I. Além de sócio da Academia Real de Ciências de Lisboa era também de outras importantes agremiações científicas⁴⁹⁶.

O acadêmico faleceu em Lisboa no ano de 1810.

29) Inácio Ferreira Câmara. Eleição em 09/05/1798.

O acadêmico nasceu em Mariana, Minas Gerais, e nas fontes pesquisadas não foi encontrado o ano de seu nascimento e de sua morte. Formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina de Montpellier no ano de 1785⁴⁹⁷.

Em 1781 a Academia publicou: *Breves instruções aos correspondentes da Academia das Ciências de Lisboa sobre as remessas dos produtos, e noticias pertencentes a Historia da Natureza, para formar um Museu Nacional*. O objectivo da publicação era suprir um museu nacional em processo de criação e para tanto deviam ser coletados objetos naturais e artificiais no reino de Portugal e em suas colônias, possibilitando o estudo das ciências naturais que levariam ao "adiantamento das Artes, Comércio, Manufaturas e todos os mais ramos da Economia"⁴⁹⁸. As *Breves instruções* chegaram à Bahia em 1782 e, baseando-se nelas, alguns naturalistas que se encontravam nesta capitania iniciaram o levantamento, a preparação e a remessa de produtos naturais

⁴⁹⁶ Ibidem, p. 72.

⁴⁹⁷ ALMEIDA, op. cit. p. 120. João Vinícius Salgado, Sebastião Gusmão, Jean Luc Kahn, Daniel Maitrot. "Brasileiros estudantes de Medicina em Montpellier no século XVIII". Sociedade Brasileira da História da Medicina. Disponível em: <http://www.sbhbm.org.br/index.asp?p=noticias&codigo=91>. Acesso em 27/12/2008.

⁴⁹⁸ Silvia F. de M. Figueirôa; Clarette Paranhos da Silva; Ermelinda Moutinho Pataca. "Aspectos mineralógicos das "Viagens Filosóficas" pelo território brasileiro na transição do século XVIII para o século XIX ". Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702004000300009&script=sci_arttext&tlng=pt#back2. Acesso em 25/01/2009.

para o Real Jardim Botânico de Ajuda. Inácio Ferreira da Câmara ficou então responsável por essa tarefa⁴⁹⁹.

30) Baltazar da Silva Lisboa.

Eleição em 22-05-1805 como sócio correspondente⁵⁰⁰.

Comendador da Ordem de Cristo no Brasil, do Conselho de Sua Majestade o Imperador D. Pedro I⁵⁰¹.

O acadêmico nasceu na Bahia a 6 de Janeiro de 1761 e após fazer sua instrução secundária partiu para Portugal no ano de 1775 com quatorze anos matriculando-se na Universidade de Coimbra onde obteve o grau de doutor em Direito Civil e Canônico no ano de 1783, “sendo logo incumbido de examinar as minas de chumbo da villa de Coja e as de carvão de Buarcos”⁵⁰². Era irmão mais novo de José da Silva Lisboa⁵⁰³.

De volta ao Brasil exerceu os cargos de juiz de fora do Rio de Janeiro, Conselheiro da Fazenda e ainda, pertenceu ao Conselho do Imperador D. Pedro I. Foi sócio da Academia Real de Ciências de Lisboa e do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, além de lente da Faculdade de Direito de São Paulo, em 1827, da qual pediu posteriormente exoneração. Posteriormente foi ainda Ouvidor da Comarca de Ilhéus, na Bahia, conservador das matas da mesma comarca e finalmente Desembargador da Relação da Corte⁵⁰⁴. Segundo Ermelinda Pataca⁵⁰⁵, na troca de Ministros da Marinha e

⁴⁹⁹ Ibidem.

⁵⁰⁰ Processo do respectivo acadêmico na ACL. Consulta em Janeiro de 2009.

⁵⁰¹ ALMEIDA, op. cit. p. 249. SILVA e ARANHA. Vol. I, Tomo VIII, p.327.

⁵⁰² BLAKE, op. cit. Primeiro volume, p. 376.

⁵⁰³ José da Silva Lisboa era um dos Conselheiro do Príncipe Regente D. João VI e é a ele que se deve a defesa dos princípios que conduziram à *Carta Régia do Príncipe Regente, D. João, escrita na Bahia a 28 de Janeiro de 1808, abrindo os portos do Brasil ao comércio estrangeiro*. In: ALMEIDA, op. cit. p. 254. BLAKE, op. cit. Primeiro volume, p. 376.

⁵⁰⁴ BLAKE, op. cit. Primeiro volume, p. 376.

Negócios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, transferiu-se do Rio de Janeiro para a Bahia, sentido inverso que fez seu colega e também académico Joaquim de Amorim e Castro, conforme relatado em sua biografia.

O académico faleceu no Rio de Janeiro em 14 de Agosto de 1840⁵⁰⁶.

31) Manuel Jacinto Nogueira da Gama.

Eleição em 22/05/1805 como sócio correspondente⁵⁰⁷.

Primeiro Marquez de Baependi, Gran-Cruz da Ordem Imperial da Rosa, Dignitário da do Cruzeiro, e Comendador de varias outras no Brasil, Marechal de Campo reformado; Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Fazenda; Presidente do Tesouro Público; Conselheiro de Estado; Deputado á Assembleia Constituinte; Senador do Império pela Província de Minas Gerais⁵⁰⁸. Oficial do Corpo de Engenheiros, foi professor da Academia Real de Marinha em Lisboa, de 1791 a 1801, ano que tomou posse como inspector-geral das Nitreiras e da Fábrica da Pólvora em Minas Gerais⁵⁰⁹. Primeiro Tenente da Marinha, Capitão Tenente e Capitão de Fragata, Cavaleiro da Ordem de São Bento de Aviz⁵¹⁰.

O académico nasceu em São João del-Rei, na Província de Minas Gerais em 8 de Setembro de 1765⁵¹¹. Para a Virgínia Valadares o académico nasceu em 1763 e era

⁵⁰⁵ PATACA, 2007, p. 388.

⁵⁰⁶ BLAKE, op. cit. Primeiro volume, p. 376.

⁵⁰⁷ Processo do respectivo académico na ACL. Consulta em Janeiro de 2009.

⁵⁰⁸ SILVA e ARANHA. Vol. VI, Tomo XVI, pp. 07 e 08.

⁵⁰⁹ ALMEIDA, op. cit. p. 203.

⁵¹⁰ VALADARES, op. cit. p. 372.

⁵¹¹ ALMEIDA, op. cit. p. 203. SILVA e ARANHA. Vol. VI, Tomo XVI, pp. 07 e 08. BLAKE, op. cit. Sexto volume, p. 103.

filho de família ilustre e antiga de Minas Gerais, tendo partido para Portugal com dezanove anos com destino à Universidade de Coimbra⁵¹². Segundo Silva e Aranha, o académico bacharelou-se em Matemática e Filosofia, mas segundo a autora citada o mesmo concluiu apenas o curso de Matemática, tendo frequentado o de Medicina por dois anos⁵¹³.

Na qualidade de Lente da Academia Real de Marinha exerceu o professorado de 16 de Novembro de 1791 até o ano de 1801, partindo para o Brasil em 1804. Em Minas Gerais foi nomeado deputado e escrivão da Junta da Fazenda de Minas Gerais, passando, em 1806 para o Real Erário. Em 1811 com a instalação no Brasil da Real Academia Militar, foi inspector e membro de Junta dirigente até 1821. Em 1822 foi reformado no posto de Marechal de Campo e assim inicia sua carreira política como deputado pela província do Rio de Janeiro. Em 1823 foi para o Ministério da Fazenda e presidência do Tesouro Nacional. Foi nomeado pelo imperador para redigir o ante projecto da Constituição Brasileira de 1824 e 1825 recebeu o título de Marquês de Baependi, voltando ao Ministério da Fazenda. Em 1827 foi escolhido senador do império pela Província de Minas Gerais.

O académico faleceu no Rio de Janeiro a 15 de Fevereiro de 1847⁵¹⁴.

⁵¹² VALADARES, op. cit. p. 372.

⁵¹³ SILVA e ARANHA. Vol. VI, Tomo XVI, pp. 07 e 08 e VALADARES, op. cit. p. 372, BLAKE, op. cit. Sexto volume, p. 103.

⁵¹⁴ ALMEIDA, op. cit. p. 203. SILVA e ARANHA. Vol. VI, Tomo XVI, pp. 07 e 08. VALADARES, op. cit. p. 372. BLAKE, op. cit. Sexto volume, p. 103.

32) Luís António de Oliveira Mendes.

Eleição em 05-06-1805 como sócio correspondente⁵¹⁵.

O académico nasceu na Bahia em 1750 e formou-se em Leis pela Universidade de Coimbra em 1777, tendo também frequentado “na qualidade de voluntário as aulas de Filosofia e Medicina”⁵¹⁶. Almeida nos relata que o académico nasceu no ano de 1748 e além de formar-se em Leis pela Universidade de Coimbra frequentou também aulas de Física e Química, “onde adquiriu conhecimentos indispensáveis que lhe permitiram vir a desenvolver estudos e a formular propostas sobre diversos inventos”⁵¹⁷. Blake também nos relata sobre sua frequência em aulas de História⁵¹⁸

Exerceu a magistratura e foi também advogado da Casa de Suplicação em Lisboa até que regressou ao Brasil⁵¹⁹. Para Almeida muitos de seus manuscritos resultantes de sua veia literária e pesquisa científica acabaram por se perder. Blake nos relata que o académico descobriu uma mina de ferro nas margens do Mondego à Portella e outra de oca nos contornos da villa de Góes⁵²⁰.

Para os autores pesquisados que trataram de suas obras e de sua biografia, é ignorada a data de seu falecimento.

⁵¹⁵ Processo do académico na ACL. Consulta em Janeiro de 2009. Neste processo encontra-se um manuscrito de autoria do académico no qual apresenta à Real Academia “*entre os seus programas anunciados para o ano de 1797, fizeste publicar o descobrimento, os modos, e os meios de aperfeiçoar entre nós a criação dois carneiros....*” Não se tem notícias da publicação deste manuscrito. Ainda no processo encontra-se ainda outro manuscrito de sua autoria no qual apresenta à Real Academia as “*Preliminares para os Estatutos da Nova Sociedade Bahiense dos Homens de Letras*”. Tais preliminares foram apresentadas à Academia de Ciências de Lisboa em 30/06/1810.

⁵¹⁶ SILVA e ARANHA. Vol. V, Tomo XIII, p.218.

⁵¹⁷ ALMEIDA, op. cit. p. 283.

⁵¹⁸ BLAKE, op. cit. Quinto volume, p. 354.

⁵¹⁹ SILVA e ARANHA. Vol. V, Tomo XIII, p.218. ALMEIDA, op. cit. p. 283.

⁵²⁰ BLAKE, op. cit. Quinto volume, p. 354.

33) José Egídio Alvares de Almeida.

Eleição em 07-07-1806 como sócio correspondente. Em carta datada de 17/07/1806 o acadêmico agradece sua nomeação para a Real Academia⁵²¹.

Barão de Santo Amaro (1818); Visconde de Santo Amaro (1824); Marquês de Santo Amaro (1826). O acadêmico nasceu em Santo Amaro da Purificação, na Bahia, no dia 1 de Setembro de 1767. Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, foi um político do Brasil Império. Ministro dos Negócios do Império do Brasil, sucedendo o também acadêmico José Bonifácio Andrada em 1822. Foi posteriormente sucedido também pelo mesmo José Bonifácio.

Participou como negociador do tratado pelo qual Portugal reconheceu a Independência do Brasil (1825) e também assinou o Tratado de Amizade, Navegação e Comércio⁵²². Foi o 1º presidente do Senado do Império do Brasil em 1826 e 1827, representando o Estado do Rio de Janeiro⁵²³. Foi o mestre de cerimônias da coroação do imperador D. Pedro I e presidente da sessão que inaugurou o Senado do Império do Brasil, em 24 de Abril de 1826⁵²⁴.

⁵²¹ Processo do respectivo acadêmico na ACL. Consulta em Janeiro de 2009.

⁵²²Disponível:

http://www.senado.gov.br/sf/SENADORES/presidentes/p_imp_jose_egidio_alvares.asp
Acesso em 02/12/2008.

⁵²³Disponível:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702004000300009&script=sci_arttext&tlng=pt#back2 : -
http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS13Indice_Onomastico_e_de_Assuntos.pdf
[http://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_presidentes_do_Senado_Federal_do_Brasil#Imp.C3.A9rio do Brasil - .281826 .E2.80.94 1889.29](http://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_presidentes_do_Senado_Federal_do_Brasil#Imp.C3.A9rio_do_Brasil_-_281826_.E2.80.94_1889.29).
Acesso em 01/12/2008.

⁵²⁴Disponível:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Eg%C3%ADdio_%C3%81lvares_de_Almeida
Acesso em 01/12/2008.

Em 1830 participou das negociações diplomáticas na sucessão do trono português, as quais culminaram, segundo proposta inglesa, no casamento simbólico, porém nunca efectuado, de D. Miguel e sua sobrinha D. Maria II, filha de D. Pedro I. Foi nomeado Embaixador em Paris e em Londres, e ocupou também vários cargos elevados na administração pública, entre eles o de Conselheiro do Erário Régio⁵²⁵.

O académico sempre manteve conexões com figuras importantes da Coroa portuguesa partindo juntamente com a Família Real para o Brasil em 1808. Para Maria Beatriz Nizza da Silva, com a transferência da corte para o Brasil e a necessidade de se nomear mais empregados públicos para substituir aqueles que haviam ficado em Portugal, algumas figuras adquiriram destaque na Corte do Rio de Janeiro, sendo este o caso de José Egídio Álvares de Almeida. O académico tornou-se oficial da Secretaria de Estado dos Negócios do Brasil, uma espécie de secretário particular do D. João VI⁵²⁶.

Sua nomeação como senador (cargo vitalício), já em 1826, ocorre como resultado dessa sua presença junto a Corte. Foi durante sua gestão à frente do Senado que a lei que ratificou a convenção com a Inglaterra para abolição do tráfico de negros foi aprovada⁵²⁷.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 12 de Agosto de 1832.

⁵²⁵ Ibidem.

⁵²⁶ Maria Beatriz Nizza da Silva. *D. João. Príncipe e Rei no Brasil*. Livros Horizonte, Lisboa, 2008. p.25.

⁵²⁷ http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Eg%C3%ADdio_%C3%81lvares_de_Almeida
Acesso em 01/12/2008.

34) Mateus Valente do Couto. Eleição em 07/01/1810.

Cavaleiro Fidalgo, Comendador da Ordem de São Bento de Avis; Conselheiro de Estado, Coronel do corpo de Engenheiros, Lente da Academia Real de Marinha de Lisboa e Director do Observatorio da mesma Academia, Censor régio da Mesa do Desembargo do Paço para a censura de livros, Socio efectivo e Director de Classe da Academia Real das Ciências de Lisboa, sócio agregado da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa, da Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica⁵²⁸.

O académico nasceu em Macapá, na embocadura do Amazonas, capital do actual estado brasileiro do Amapá, a 19 de Novembro de 1770, sendo filho de pais portugueses naturais de Mazagão. Formou-se em Medicina(1795) e também em Matemática (1796) pela Universidade de Coimbra⁵²⁹.

O académico faleceu em 3 de Dezembro de 1848

35) Vicente José Ferreira Cardoso da Costa.

Eleição como correspondente de 2ª classe em 1812⁵³⁰.

O académico nasceu na Bahia em 5 de Abril de 1765, e após a conclusão de seus estudos primários, veio continuar os secundários em Lisboa, nas aulas da Congregação do Oratório, e no ano de 1779 matriculou-se na Universidade de Coimbra onde obteve o grau de Doutor em Leis a 22 de Julho de 1785.

⁵²⁸ SILVA e ARANHA. Vol. VI, Tomo XVII, p.168. BLAKE, op. cit. sexto volume, p. 256.

⁵²⁹ Ibidem, Ibidem.

⁵³⁰ Processo do respectivo académico na ACL. Consulta em Janeiro de 2009.

Exerceu o magistério nos anos lectivo de 1788 e 1789, tendo posteriormente optado pela magistratura, e assim foi nomeado de Desembargador da Relação do Porto por decreto de 25 de Maio de 1799.

Em 1810 viu-se envolvido no processo denominado *Septembrisada*, e assim foi preso e deportado com outros para a ilha Terceira por ordem da Regência do reino, suspeito de afeição aos franceses, ou tido por *jacobino*. Conseguiu posteriormente a permissão de transferir-se da ilha Terceira para a de S. Miguel, onde possuía alguns bens⁵³¹.

Retornou a Lisboa duas vezes por motivos políticos, a primeira em 1822, e a segunda em 1826, até que radicou-se definitivamente nos Açores⁵³².

O académico faleceu nos Açores a 14 de Agosto de 1834⁵³³.

36) Francisco Elias Rodrigues da Silveira.

Eleição como correspondente em 30/09/1812, sócio livre em 26/09/1818 e sócio efectivo de 1ª Classe em 21/11/1821. Foi o último Secretário Perpétuo da Academia de Ciências de Lisboa⁵³⁴.

Primeiro Barão da Silveira, de Portugal, em 1855, Comendador da Ordem de Cristo e da de Carlos III de Espanha, Cavaleiro da Rosa do Brasil⁵³⁵.

O académico nasceu na Bahia em 20 de Julho de 1778⁵³⁶, havendo ingressado na Ordem dos Agostinhos descalçados adoptando o nome de frei Francisco de Santo

⁵³¹ BLAKE, op. cit. Sétimo volume, p.362.

⁵³² SILVA e ARANHA. Vol. VII, Tomo XX, pp.427 e 428. ALMEIDA, op. cit. p. 147.

⁵³³ BLAKE, op. cit. Sétimo volume, p.361.

⁵³⁴ Processo do respectivo académico na ACL. Consulta em Janeiro de 2009.

⁵³⁵ SILVA e ARANHA. Vol. II, Tomo IX, p. 371.

Elias. Com esta designação matriculou-se em Filosofia na Universidade de Coimbra no ano de 1795, abandonando posteriormente o hábito religioso e inscrevendo-se na Faculdade de Medicina em 1798, cujo curso veio a completar⁵³⁷. Ainda segundo Almeida, o académico foi um conceituado médico no Brasil.

O académico faleceu em 10 de Janeiro de 1864.⁵³⁸

37) Francisco Vilela Barbosa.

Eleição em 26-11-1818

Conselheiro de S. M. o Imperador do Brasil, Dignitário e Grão Cruz da Ordem do Cruzeiro, 1.º Visconde e 1.º Marquez de Paranaguá, Conselheiro de Estado e Senador do Império, Coronel do Imperial Corpo de Engenheiros, Ministro e Secretario de Estado, primeiramente na repartição dos Negócios do Império e Estrangeiros em 1823, e depois por quatro vezes na dos Negócios da Marinha, sendo a ultima já depois da maioridade de D. Pedro II. Sócio e vice-secretário da Academia Real de Ciências de Lisboa⁵³⁹.

O académico nasceu em 20 de Novembro de 1769 na cidade do Rio de Janeiro e era filho de um comerciante de Braga e de uma natural da cidade. Muito jovem ficou órfão de ambos e foi criado por uma tia, a qual lhe facultou o acesso aos estudos preparatórios e lhe proporcionou meios para partir para Portugal em 1787, então com

⁵³⁶ Ibidem.

⁵³⁷ ALMEIDA, op. cit. p. 418. SILVA e ARANHA. Vol. II, Tomo IX, p. 371. BLAKE, op. cit. 2º volume p. 438.

⁵³⁸ SILVA e ARANHA. Vol. IX, Tomo II, p. 286. BLAKE, op. cit. 2º volume p. 438.

⁵³⁹ SILVA e ARANHA. Vol. III, Tomo IX, p.81.

dezoito anos, com destino à Universidade de Coimbra ⁵⁴⁰. Na Universidade matriculou-se no curso de Direito, vindo posteriormente a abandoná-lo optando pelo de Matemática, cuja a licenciatura concluiu em 1796.

Posteriormente, já em Lisboa, entrou no serviço da Marinha com a graduação de segundo Tenente, passando depois para o posto de major no corpo de Engenharia do Exército no ano de 1801.⁵⁴¹ Foi também nomeado Lente substituto da Academia Real de Marinha e após alguns anos foi promovido a Lente proprietário, regendo a cadeira até a sua jubilação em 1822.⁵⁴²

Eleito deputado pelo Rio de Janeiro para as Corte Gerais e Constituintes da Nação Portuguesa, participou dos trabalhos até o seu término. Regressou ao Brasil em Junho de 1823 após apresentar a demissão do seu cargo no Exército português, envolvendo-se activamente na vida política do país. Foi um dos conselheiros de Estado nomeado pelo Imperador D. Pedro I para a elaboração da Constituição do Império, sendo a mesma homologada em 25 de Março de 1824. Foi também um dos três negociadores brasileiros a participar das reuniões realizadas com o objectivo de preparar o *Tratado de amizade e aliança entre El-Rei o Senhor D. João VI e D. Pedro I, Imperador do Brasil, feito por mediação de Sua Majestade Britânica, assinado no Rio de Janeiro a 29 de Agosto de 1825, e ratificado por parte de Portugal e 15 de Novembro e pela do Brasil em 30 de Agosto de dito mesmo ano*, em que Portugal “reconhece o Brasil na categoria de Império independente e separado dos Reinos de Portugal e Algarves”⁵⁴³.

⁵⁴⁰ ALMEIDA, op. cit. p. 82. SILVA e ARANHA. Vol. III, Tomo IX, p.81. BLAKE, op. cit. Terceiro volume, p.134.

⁵⁴¹ Ibidem, Ibidem.

⁵⁴² SILVA e ARANHA. Vol. III, Tomo IX, p.81.

⁵⁴³ ALMEIDA, op. cit. p. 82.

Desempenhou cargos políticos de Secretário de Estado, ministro e senador, e sua acção em prol do Império brasileiro mereceu a atribuição dos títulos nobiliárquicos de Visconde e de Marquês de Paranaguá⁵⁴⁴.

O académico faleceu no Rio de Janeiro em 11 de Setembro de 1846.

38) José Lino Coutinho. Eleição em 12-06-1822.

Cavalleiro da Ordem de Cristo, bacharel formado em medicina pela Universidade de Coimbra, lente de Patologia Externa da Faculdade de Medicina desta Universidade, Deputado à Cortes Constituintes em 1821 pela província da Bahia e depois à Camaras do Rio de Janeiro⁵⁴⁵.

O académico nasceu na Bahia em 31 de Março de 1784 e Silva e Aranha ainda nos relata que o académico foi um dos sete deputados brasileiros à côrtes de Lisboa em 1822 “que saíram clandestinamente no vapor inglez *Malborugh*, fundeado no Tejo em outubro deste ano, e se dirigiram a Inglaterra. Em Falmouth publicaram um manifesto em que explicaram a razão da sua fuga do Reino, para não tomarem parte nos trabalhos das côrtes constituintes”⁵⁴⁶.

José Lino Coutinho fez também parte do primeiro ministério brasileiro formado em 1831 e deixou o seu nome vinculado a algumas providencias de valor. Foi o responsável pela fundação de escolas em S. Salvador de Campos, S. João da Barra e

⁵⁴⁴ Ibidem, op. cit. p. 82.

⁵⁴⁵ SILVA e ARANHA. Vol. IV, Tomo XIII, p.422. “José Lino Coutinho (1784-1836)” . Projecto Temático Fundação do Estado e da Nação: Brasil, 1780-1850. IEB/USP. Disponível em. <http://www.estadonacional.usp.br/cortes/downloads/deputados/Jos%C3%A9LinoCoutinho.pdf>. Acesso em 24/01/2009

⁵⁴⁶ SILVA e ARANHA. Vol. XIII, Tomo IV, p. 59.

Aldeia da Pedra, da Província do Espírito Santo, e também reorganizou as escolas de medicina do Império e a de bellas artes, no Rio de Janeiro⁵⁴⁷.

O académico faleceu na Bahia a 21 de julho de 1836.

⁵⁴⁷ Ibidem.

Capítulo 05

Publicações na Academia Real de Ciências de Lisboa.

*Oh! País sem igual, país mimoso!
Se habitassem em ti sabedoria,
Justiça, altivo brio, que enobrecem
Dos homens a existência (...)*⁵⁴⁸

O quadro de intelectuais com raízes no Brasil na Academia de Ciências de Lisboa era diverso e abrangia diferentes áreas, assim como suas obras. Torna-se importante enfatizar que existiram académicos que não apresentaram obras à Academia, outros que apresentaram tiveram apenas algumas de suas obras publicadas.

As publicações na época não eram somente realizadas pela Academia de Ciências mas também pela Impressão Régia, pela Officina da Casa Literária do Arco do Cego, Officina de Simão Thadeo Ferreira, de João Procópio Correa da Silva, de Ignácio Nogueira Xisto, de Joseph da Silva Nazareth, pela Typografia Lacerdina, pela Typografia Rolandiana, pela Typografia Austral no Rio de Janeiro, assim como na Typografia Imperial e Nacional do Rio de Janeiro, entre outras⁵⁴⁹.

Esses “homens de ciência” tinham como uma de suas principais metas as pesquisas sobre a natureza colonial; fonte de riqueza que ajudaria a fomentar a economia da nação portuguesa. Assim sendo, muitos deles estavam em sintonia com a nova política para a administração de todo o Império Colonial Português; política também projectada por D. Rodrigo de Souza Coutinho quando assumiu a Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos (1796-1803), e que teve como base a

⁵⁴⁸ BONIFÁCIO, José. Idem.

⁵⁴⁹ ALMEIDA, op. cit.

Memória sobre o Melhoramento dos Domínios de Sua Majestade na América, provavelmente escrita entre 1797 e 1798 ⁵⁵⁰.

Ao lançarem-se sobre as pesquisas das potencialidades do Reino também encontravam sintonia nas ideias dos economistas portugueses de finais do século XVIII, os quais culpavam o atraso económico português relativamente às nações prósperas do norte da Europa, à deficiente exploração das riquezas que os imenso territórios lusos encerravam⁵⁵¹.

Para Maria de Fátima Nunes os homens do século XVIII ao procurarem observar e estudar a natureza davam sinais de um cosmopolitismo da época, de uma forma de vida e de um universo cultural onde actores sociais procuravam-se inserir nas páginas ilustradas que a nova imprensa literária e científica divulgava⁵⁵².

Sendo assim, passa-se a apresentar as obras publicadas pela Academia de Ciências de Lisboa dos académicos de origem brasileira.

⁵⁵⁰ VARELLA, op. cit. 2006, p. 1.

⁵⁵¹ Francisco António Lourenço Vaz. “O Grande Livro da Natureza nos textos e viagens filosóficas de José António de Sá”. In: Maria de Fátima Nunes, Norberto Cunha. (coord.) *Imagens da Ciência em Portugal Séc. XVIII-XX*. Caleidoscópio, 2005. p. 3.

⁵⁵² Maria de Fátima Nunes, “Memória da (Boa) Natureza. Ensaio para um trajecto de ideias”. Idem. p.46.

1) Joaquim de Amorim Castro.

- *Memória sobre o malvaíско do districto da Villa da Cachoeira no Brasil*⁵⁵³.

O académico ressalta a utilidade ao comércio nacional a descoberta de uma planta “que fornece em grande abundância um linho finíssimo, bem semelhante ao linho canamo”. Planta com o nome de Malvaíско é “a mesma que Linneo numera na classe de *Monadelphía Polyandria* “. Passa a seguir a uma descrição pormenorizada da planta, a sua grande abundância em todos os terrenos. Ressalta que a falta de cultura do linho canamo em Portugal “tem feito com que este género seja importado dos diferentes portos estrangeiros para suprir ao consumo da nação.” Ressalta ainda que as sementes enviadas por Sua Majestade as diferentes províncias do Brasil e, em especial, no termo da Vila da Cachoeira, foram infrutíferas e frustadas. Lembra ainda o autor que a relatada planta poderia suprir a necessidade do linho cânhamo, “que sendo própria do país fica sendo a mais apta para dela se tirar linho.”

- *Memoria sobre a cochonilha do Brasil*⁵⁵⁴.

O académico relata que na classificação de Linneo, a planta da cochonilha é designada *Cactus Tunei*. “Nos contornos de Jacuípe, Termo da Villa da Cachoeira, a mesma é conhecida como Palmatória”. Passa a seguir à descrição da planta e dos insectos que produzem a cor. Relata também a sua presença no México, tendo sido analisada pelos espanhóis em 1590 e 1601. Ressalta a abundância desta planta no sertão

⁵⁵³ *Memórias Económicas da Academia Real de Sciencias de Lisboa*, tomo III, pp. 391-399, Lisboa, Offic. da Academia Real das Sciencias, 1791.

⁵⁵⁴ *Memórias Económicas da Academia Real de Sciencias de Lisboa, para adiantamento da agricultura, das artes e da industria em Portugal e suas conquistas*, tomo II, pp. 135-143, Lisboa, Offic. da Academia Real das Sciencias, 1790.

“na distância de 20, 25, 30 léguas da Villa da Cachoeira, facilitando este ramo de comércio”.

2) João da Silva Feijó.

- *Memória sobre a Fabrica Real de Anil da Ilha de Santo Antão*⁵⁵⁵.

O académico apresenta a Fábrica Real de Anil da Ilha de Santo Antão, pertencente à Fazenda Real e estabelecida a muitos anos por ordem dos antigos Marquizes de Gouveia, “no tempo que foram donatários daquela ilha”. Ressalta a forma imperfeita dos tanques, o seu número e a maneira de se trabalhar o anil. Apresenta a seguir os inconvenientes do trabalho que se realiza e aponta os meios de remediar para se obter o anil em maior quantidade e de melhor qualidade. A memória é dividida em dois artigos, sendo que o primeiro é dividido em quatro sessões. Na primeira descreve a construção dos tanques, na segunda o método de fabricação do anil, na terceira os erros que dele procedem, e na quarta demonstra, por experiência, a verdade de suas reflexões. O segundo artigo, que por sua vez também é dividido em duas sessões, indica na primeira o verdadeiro método de cultivar a planta de anil e a maneira de o extrair com vantagens, e na segunda um cálculo que deva ter sua economia.

⁵⁵⁵ *Memórias Económicas da Academia Real de Sciencias de Lisboa, para adiantamento da agricultura, das artes e da industria em Portugal e suas conquistas*, tomo I, pp. 407-421, Lisboa, Officina da Academia Real das Sciencias, 1789.

- *Memória sobre a urzella de Cabo-Verde*⁵⁵⁶.

Trata-se da memória sobre uma erva “fruticosa que vulgarmente e mercantilmente se chama Urzella, a qual se dissolvida em água quente dá na tinturaria grande número de cores”. O académico descreve os locais onde a erva cresce, seu preparo, as cores que ela produz, sua presença no comércio geral da Europa e sua exportação para diversos países. No artigo XIII da memória faz uma referência ao conhecimento que os jesuítas tinham da mesma e o interesse dos espanhóis e ingleses para com a erva de Cabo Verde, o que levou este género se tornar privativo da coroa, mandando o Rei D. João V proibir, sob graves penas, toda a sua saída. No artigo XVII relata ainda as origens primarias que levaram à decadência mercantil da urzela: a falta de economia agronómica e os vícios da administração.

- *Ensaio Económico sobre as Ilhas de Cabo Verde em 1797*⁵⁵⁷.

Obra do académico dividida em quatro artigos. No primeiro artigo trata da população de Cabo Verde; descobrimento, povoação, religião, língua. No segundo artigo aborda a cultura, qualidade dos terrenos, os generos para o plantio, a prática da queima das matas e o posterior semeio. No terceiro trata das manufacturas e das artes; “todos são ao mesmo tempo capaterios, alfaiates, carpinteiros, pedreiros”, e no quarto e último artigo sobre o comércio daqueles insulares; comércio de escravos trazidos pelos

⁵⁵⁶ *Memórias Económicas da Academia Real de Sciencias de Lisboa*, tomo V, pp. 145-154, Lisboa, Offic. da Academia Real das Sciencias, 1815.

⁵⁵⁷ *Memórias Económicas da Academia Real de Sciencias de Lisboa*, tomo V, pp. 172-193, Lisboa, Offic. da Academia Real das Sciencias, 1815.

franceses do Senegal, de Gore e de Brenim, exportação do algodão, das peles de cabra, o gado, o milho, o feijão, o sal e a ursella.

3) **Francisco de Melo Franco:** Eleição em: 26-07-1787.

- *Tractado da Educação Fysica dos Meninos, para uso da Nação Portuguesa publicado por ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Por Francisco de Mello Franco, Medico em Lisboa, correspondente do numero da mesma sociedade*⁵⁵⁸.

Obra dividida em doze capítulos que tratam do nascimento de uma criança, seu vestir, nutrição, sono, exercício, aperfeiçoamento dos sentidos e inoculação de bexigas.

- “Do que houve digno de observação no mez de outubro, dada à Instituição Vaccinica pelo Director do dito mez”⁵⁵⁹.

Relatório de observação do mês de Outubro de 1812 feito pelo académico quando ocupava o cargo de Director de Vacinação da Instituição Vaccínica.

- *Elementos de Hygiene: ou Dictames Theorecticos, e Practicos para conservar a saúde, e prolongar a vida*⁵⁶⁰.

Obra composta de introdução e secções divididas em capítulos onde trata-se da saúde em geral, das diferenças do sexo, dos hábitos, temperamentos, dos alimentos e

⁵⁵⁸ Officina da Academia Real das Sciencias, 1790.

⁵⁵⁹ *Collecção de opúsculos sobre a vaccina feitos pelos sócios da Academia Real das Sciencias, que compõem a instituição vaccinica: e publicados de ordem da mesma Academia*, Lisboa, nº IV, pp. 73-75, Typografia da Academia Real das Sciencias, 1812.

⁵⁶⁰ Publicados por ordem da Academia Real de Sciencias de Lisboa pelo seu sócio Francisco de Mello e Franco, Lisboa, Typographia da Academia, 1814, 1819, 1823.

sua preparação, do exercício, repouso e sono, das secreções e excreções, da influência do físico sobre a moral e da moral sobre o físico. Encerra a obra fazendo um reflexão.

- *Discurso recitado em sessão publica da Academia Real das Sciencias, em 24 de Junho de 1816, sendo Vice-secretario*⁵⁶¹.

Discurso proferido no dia de São João, no qual homenageia o Príncipe Regente e sua Soberana mãe. Após uma inicial consideração acerca do homem e a ciência, passa o vice-secretário a apresentar os actuais trabalhos oferecidos à Academia e seus autores.

- *Ensaio sobre as febres, com observações analyticas á cerca da topographia, clima e demais particularidades que influem no carácter das febres do Rio de Janeiro*⁵⁶².

Obra composta de uma prefacção, de um ensaio da febre em geral e de oito capítulos divididos em Ordem primeira e Ordem segunda.

4) Manuel Ferreira da Câmara Bettencourt e Sá.

- *Ensaio de descrição física, e economica da Comarca dos Ilheos na América*⁵⁶³.

Memória premiada na Assembléia de 13 de Maio de 1789. O académico relata que a “comarca de Ilhéos situada no governo da Bahia oferece um campo vastíssimo para observações relativas à agricultura, comércio e navegação e as vantagens que pode produzir ao Estado”. Divide sua obra em três partes sendo que na primeira parte dá

⁵⁶¹ *Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. 1ª série, tomo V, parte 1ª., Officina da emia Real das Sciencias, 1817, p. I a XXIX.

⁵⁶² Typografia da Academia Real das Sciencias, 1829.

⁵⁶³ *Memórias Económicas da Academia Real de Sciencias de Lisboa, para adiantamento da agricultura, das artes e da industria em Portugal e suas conquistas*, tomo I, pp. 304-350, Lisboa, Offic. da Academia Real das Sciencias, 1789.

algumas ideias da estrutura física da comarca, na segunda aborda o estado actual da agricultura e do comércio, e na terceira e última parte “as vantagens que promete, dos melhoramentos de que é capaz e dos meios que se devem empregar para conseguí-los”, apontando os géneros que produz e os que pode produzir.

*- Observações feitas por ordem da Real Academia de Lisboa acerca do carvão de pedra que se encontra na freguesia da Carvoeira*⁵⁶⁴.

Nesta obra o académico relata a descoberta em 1783 feita por “Fortunato José Barreto, Prior da Freguesia da Carvoeira, légua e meia distante da Villa de Torres Vedras”, de uma camada de “carvão de pedra pyritofo”. Relata ainda que o Prior extraiu grande porção e trouxe para Lisboa alguns pedaços, “cujo exame cometteo a diferentes pessoas, e entre elas a Simão Pires Sardinha, por via do qual veio à Academia ter hum pedaço deste carvão”. O académico informa que seis anos após, em Setembro de 1789, confiou a Academia a ele o exame desta possível mina, gerando assim esta memória.

5) Vicente Coelho de Seabra Silva e Telles.

*- Memoria sobre a cultura do rícino em Portugal e manufactura do seu óleo*⁵⁶⁵.

O académico procura nesta obra encontrar uma solução para suprir a falta de azeite de oliveira causada devido a ferrugem que acomete as plantações de oliveira. Propõe analisar o cultivo de uma planta da Capitania de Minas Gerais em Portugal, “que dá mais fruto do que qualquer oliveira”. Sendo assim divide sua memória em três

⁵⁶⁴ *Memórias Económicas da Academia Real de Sciencias de Lisboa, para adiantamento da agricultura, das artes e da industria em Portugal e suas conquistas*, tomo II, pp. 285-294, Lisboa, Offic. da Academia Real das Sciencias, 1790.

⁵⁶⁵ *Memórias Económicas da Academia Real de Sciencias de Lisboa*, Tomo III, pp. 329-343, Lisboa, Offic. da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1791.

partes, sendo que na primeira aborda a cultura da planta, na segunda o método de colher o seu fruto e dele extrair a semente, e na terceira a manufactura do azeite e seu uso.

- *Memória em que se dá notícia das diversas espécies de Abelhas que dão Mel, próprias do Brasil e desconhecidas na Europa*⁵⁶⁶.

O académico informa sobre algumas espécies de “abelhas mellíferas”, próprias do Brasil, principalmente da Capitania de Minas Gerais, que não foram descritas pelos naturalistas da Europa.

6) José Bonifácio de Andrada e Silva.

- *Memoria sobre a pesca das baleias, e extracção do seu azeite; com algumas reflexões a respeito de nossas pescarias*⁵⁶⁷.

Memória composta de uma introdução na qual o académico enfatiza a importância sobre este ramo de indústria para as nações marítimas da Europa. Divide a obra em duas secções, sendo que na primeira escreve sobre os erros desta pesca e danos resultantes, e na segunda sobre os erros no fabrico do azeite.

-*Discurso contendo a História da Academia Real de Sciencias de Lisboa desde 25 de Junho de 1812 até 24 de Junho de 1813*⁵⁶⁸.

⁵⁶⁶ *História e Memórias da Academia Real de Sciencias de Lisboa*, Tomo II, pp. 99-104, Lisboa, Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1799.

⁵⁶⁷ *Memórias Económicas da Academia Real de Sciencias de Lisboa, para adiantamento da agricultura, das artes e da industria em Portugal e suas conquistas*, tomo II, pp. 388-412, Lisboa, Offic. da Academia Real das Sciencias, 1790.

José Bonifácio ressalta em sua apresentação a “intrusão pérfida do inimigo em nossos lares, e das continuas invasões, com que batia quase ás portas desta capital”, em uma referência as invasões francesas. Enfatiza que mesmo diante de tal acontecimento político a Academia Real de Ciências continuava seus trabalhos. Divide o pronunciamento em três partes sendo que na primeira refere-se a história dos trabalhos e transacções académicas. Na segunda parte dá conta das memórias e obras lidas ou apresentadas, e na terceira e última parte menciona os sócios que a academia chamou para ajudarem em seus trabalhos e tarefas.

- *Experiências químicas sobre a quina do Rio de Janeiro, comparada com outras*⁵⁶⁹.

Estudo comparativo realizado pelo académico. “Pela Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra e da Marinha, foi cometida ao exame da Academia Real das Ciências de Lisboa a análise de uma porção de casca amargosa, com o nome de quina, que do Rio de Janeiro havia sido mandada ao físico-mor do exército, para que achando-se que continha os princípios e virtudes das quinas officinais, se fizesse uso dela, principalmente nos hospitais militares”. Conclui o autor que: “sendo esta quina do Rio de Janeiro mais rica em princípios do que outras quinas officinais, se podem esperar dela melhores resultados”.

⁵⁶⁸ *História e Memórias da Academia Real de Sciencias de Lisboa*. 1ª série Tomo III, parte 2ª Lisboa. Typografia da academia, 1814.

⁵⁶⁹ Idem.

- *Memoria sobre a necessidade e utilidades do plantio de novos bosques em Portugal, particularmente de pinhaes nos areaes de beira-mar; seu methodo de sementeira, costeamento e administração*⁵⁷⁰.

O académico nesta memória trata sobre o panorama florestal de Portugal. É um fervoroso apelo para se por fim “ao grandíssimo destroço que tem sofrido e vão sofrendo as matas”, e assim recomenda o plantio dos bosques visando restaurar o património tão gravemente dilapidado. O que se destaca na obra é a preocupação em substituir os preceitos empíricos que se baseava a silvicultura da época por normas científicas, apoiada em diversos ramos da ciência e baseadas na investigação e na experiência.

- *Memoria sobre a nova mina de ouro da outra banda do Tejo chamada Príncipe Regente*⁵⁷¹.

Na introdução da obra faz-se um relato do descobrimento da nova mina de ouro. A seguir relata-se as pesquisas preliminares e, posteriormente, o estado actual da sua lavra e aproveitamento.

⁵⁷⁰ Catálogo do manuscrito da série azul, nº 1776, p.484. Impressa pela Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1815.

⁵⁷¹ *Memórias da Academia Real de Sciencias de Lisboa*. 1ª série, tomo V, parte 1ª., Lisboa, Offic. da Academia Real das Sciencias, 1817.

- *Memoria sobre as pesquisas e lavra dos veios de chumbo de Chacim, Souto, Ventozello e Villar de Rei, na provincia de Traz-os-montes*⁵⁷².

Afirma o académico ser seu dever de bom vassalo e cidadão “concorrer para o aumento da indústria e riqueza do Estado e da Nação”. Sendo assim, passou a pesquisar a veia de chumbo perto de Villa de Chacim, pesquisa esta iniciada em Março de 1816 e finalizada em 09 de Setembro do mesmo ano.

-*Discurso historico, recitado na sessão publica de 24 de Junho de 1815*⁵⁷³.

Discurso dividido em duas partes sendo que na primeira trata-se da história da decadência das letras no Império Romano, “desde o brilhante século de Augusto” até o Renascimento no século XVI. Na segunda parte da conta das memórias apresentadas e lidas no ano.

- *Discurso historico, recitado na sessão publica de 24 de Junho de 1818*⁵⁷⁴.

Discurso no qual o orador aborda os esforços da Instituição Vaccínica, criada por académicos, e o esforço da mesma para se manter. A seguir, como de costume, refere-se por ordem cronológica às memórias e obras apresentadas no ano académico.

⁵⁷² Idem.

⁵⁷³ *Memórias da Academia Real de Sciencias de Lisboa*. 1ª série, tomo VI, parte 2ª., Lisboa, Offic. da Academia Real das Sciencias, 1819.

⁵⁷⁴ *Memórias da Academia Real de Sciencias de Lisboa*. 1ª série, tomo VI, parte 1ª., Lisboa, Offic. da Academia Real das Sciencias, 1819.

- *Discurso histórico recitado na sessão publica de 24 de Junho de 1819*⁵⁷⁵.

Discurso no qual o académico refere-se aos ilustres académicos como “a derradeira vez de ser o historiador de vossas tarefas literárias, e patrióticas; pois é forçoso deixar o antigo, que me adotou por filho, para ir habitar o novo Portugal, onde nasci”. A seguir segue os mesmos procedimentos de discursos anteriores. O académico retornava ao Brasil após 36 anos e afirmava que a “fundação da Monarchia Brasileira fará uma época na História futura do Universo”.

- *Elogio Académico da Sra. D. Maria I*⁵⁷⁶.

Elogio académico citado por José Bonifácio de Andrade e Silva em sessão pública da Academia de Ciências de Lisboa aos 20 de Março de 1817, por ocasião do “aniversário de morte e de saudade (...) da mui poderosa Rainha de Portugal a Sra D. Maria I de immortal memoria”.

7) António Pires da Silva Pontes Leme.

- *Memórias sobre a utilidade pública de tirar ouro das minas e os motivos dos poucos interesses dos particulares que mineram actualmente no Brasil*⁵⁷⁷.

⁵⁷⁵ *Memórias da Academia Real de Sciencias de Lisboa*. 1ª série, tomo VI, parte 2ª., Lisboa, Offic. da Academia Real das Sciencias, 1820.

⁵⁷⁶ *Memórias de Classe das Ciências da Academia de Ciências de Lisboa*. vol 8, pp. 218-241. ACL, 1964. Originalmente impresso na Typografia Imparcial de Francisco de Paula Brito, RJ, 1839.

⁵⁷⁷ Academia das Ciências de Lisboa, série Azul. Mss. 373-A. *Memórias Económicas Inéditas (1780-1808)*. Publicações do II Centenário da ACL, Lisboa MCMLXXXVII. Memória XX, p. 319.

Memória escrita entre os anos de 1800 e 1805 na qual o académico propõe alternativas para a extração e purificação do ouro, demonstrando preocupação com a pouca produtividade das minas. Seguida à obra encontra-se a “Censura à Memória de António Pires da Silva Pontes Leme”, de 1813 feita pelo Visconde da Lapa, também sócio da Academia.

8) José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho. Eleição em 18-04-1792.

- *Memória sobre o preço assucar*⁵⁷⁸.

O académico aborda a questão do elevado preço do açúcar em toda a Europa resultado da “desgraçada Revolução das Colónias Francesas, nossas maiores rivais neste género da agricultura, e pelas grandes inundações que tem havido nas colónias espanholas e inglesas pelos furacões de ventos muito fortes”. A seguir interroga o académico: “Portugal como uma das primeiras nações comerciantes deste género deve ou não taxar o açúcar?” Ressalta ao final que “a ocasião agora nos desafia; ela é ligeira, e volúvel, se se não lança mão dela, foge, vò, e desaparece”.

*Ensaio económico sobre o comércio de Portugal e suas colónias offerecido ao sereníssimo Príncipe do Brasil, Nosso Senhor e publicado de ordem da Academia Real das Sciencias*⁵⁷⁹.

Faremos a análise da segunda edição de 1816, corrigida e acrescentada pelo autor, desta vez em homenagem ao Príncipe da Beira, o senhor D. Pedro.

⁵⁷⁸ *Memórias Económicas da Academia Real de Sciencias de Lisboa, para adiantamento da agricultura, das artes e da industria em Portugal e suas conquistas*, tomo III, pp. 381-391, Lisboa, Offic. da Academia Real das Sciencias, 1791.

⁵⁷⁹ Officina da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1794.

- *Ensaio económico sobre o comércio de Portugal e suas colónias offerecido ao sereníssimo Príncipe da Beira, o senhor D. Pedro e publicado de ordem da Academia Real das Sciencias*⁵⁸⁰.

Originalmente escrito em 1794, corrigido e acrescentado na segunda edição de 1816, o Bispo e académico refere-se no prefácio da obra a uma seita “princiada a cerca de um século” com a “mania de civilizar a África, reformar a Europa, corrigir a Ásia, e regenerar a América”. Enfatiza o ateísmo pregado pela seita e ao mesmo tempo defende a religião de Jesus Cristo. “A religião foi atacada, o trono caiu por terra, A França precipitou-se na anarquia” (...) “eles são animais quadrimanos, que só tem força para destruir, mas não para construir”. Seita que: “a mais de trinta anos principiou a espelhar a semente das revoluções, para separar as colónias das suas metrópoles, principalmente as de Portugal e Espanha, as mais ricas do mundo (...) separação que eles chamam emancipação necessária para o bem da humanidade”. Em uma referência a sua religiosidade conclui: “mas quando já tudo parecia desesperado, e sem algum socorro humano, o céu em um instante aparece alegre e risonho, o vento do mar saltou para a terra, o mar sossegou a sua fúria, as naus soltando as velas salvarão do perigo VOSSA ALTEZA, aos seus Augustos Pais, e a toda a Família Real, para a felicidade dos fiéis portugueses (...) e as colónias com os braços abertos receberão com jubilo o sei soberano. Eis-me aqui como Deus, quando quer salvar os seus escolhidos, zomba dos mais combinados planos da filosofia dos homens”. O académico continua em sua interpretação sobre a fuga da Família Real: “prodígios que eu vi com os olhos me fazem crer que Deus salvou VOSSA ALTEZA para cousas grandes, que Portugal será governado pela justiça e pela virtude, e que a minha pátria vai gozar das prerrogativas

⁵⁸⁰ Officina da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1816, 1828.

de primerio Império do Novo-Mundo”. Por fim esclarece o Bispo que “este ensaio que tenho a honra de oferecer a VOSSA ALTEZA já foi dedicado ao Augusto Pai de VOSSA ALTEZA no ano de 1794: contudo, com os extraordinários acontecimentos, que todos estão vendo com pasmo e admiração, mudar a face do mundo político, foi também necessário mudar eu a face do meu ensaio”.

A obra é dividida em três partes. Na primeira parte trata “Dos interesses que Portugal pode tirar das suas colónias do Brasil e é dividida em nove capítulos. Na segunda “Sobre os interesses que Portugal pode tirar de suas colónias nas três partes do mundo e é dividida em três capítulos. Na terceira e última parte “Sobre os interesses de Portugal para com outras nações”.

*Discurso sobre o estado actual das Minas do Brasil*⁵⁸¹.

No prefácio o académico procura explicar ao seu leitor o seu interesse por assuntos económicos: “ (...) antes de ser bispo, já era, como ainda sou, um cidadão ligado nos interesses do Estado; e que os objectos de que eu trato não ofedem a religião, nem ao meu estado”. (...) No primeiro capítulo “mostra-se que as minas de ouro são prejudiciais a Portugal”. No segundo aborda a necessidade de se estabelecer escolas de mineralogia nas praças principais das Capitanias do Brasil, “especialmente nas de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Cuiabá e Mato Grosso”. No terceiro capítulo aponta os meios para se facilitarem “as descobertas de história natural e dos ricos tesouros das colónias de Portugal”. No quarto e último capítulo aponta “os meios de se aproveitar as produções, e a agricultura do continente das minas que aliás é já perdido para o ouro”.

⁵⁸¹ A obra foi impressa no mesmo volume da 1ª edição do *Ensaio económico sobre o comércio de Portugal e suas colónias*, Lisboa,, 1794.

9) Manuel Joaquim de Sousa Ferraz e Mendonça.

- *Observação anatómica de um feto humano, que em consequência de um parto laborioso passou à bexiga urinaria*⁵⁸².

O médico acadêmico faz um relato da abertura de um cadáver de uma mulher de vinte e cinco anos que foi por ele acompanhada durante a enfermidade até ao óbito, resultado de um aborto incompleto.

- *Singular observação, que confirmam a sympathia do estômago com a cabeça*⁵⁸³.

O médico acadêmico enfatiza nesta obra a construção do corpo humano pelo “Autor da Natureza” de modo tão sábio e artificioso que “duas parte são mutuamente dependentes uma da outra e sendo uma delas ofendida dão prontamente indícios claros do seu ressentimento: o estômago e a cabeça”. Relata assim o acadêmico sua experiência ao acompanhar clinicamente uma mulher de quarenta e dois anos “supostamente enfeitiçada por outras que se diziam amigas”. Afirma ainda que “no Brasil os negros enfeitiçam, servindo-se de meios semelhantes, e de alguns venenos, que unicamente atacam os nervos”. Portanto, o médico acadêmico demonstra a sua teoria de que um bolo de cabelo causou uma irritação no estômago o qual também levou por sua vez à “pertubação da ordem dos espíritos, dando lugar aos desarranjos das funções da alma”.

⁵⁸² *Memórias da Academia Real de Sciencias de Lisboa*. 1ª série, tomo II, Lisboa, Offic. da Academia Real das Sciencias, 1799.

⁵⁸³ Idem.

- *Observação de uma thysica tuberculosa, e uma concreção calcária*⁵⁸⁴.

O médico académico novamente relata a abertura de um cadáver de outra mulher, esta agora com 27 anos, que por ele foi acompanhada clinicamente durante a sua enfermidade até ao óbito.

10) Manuel Arruda da Câmara.

- *Memória sobre as plantas que se póde fazer a barrilha entre nós*⁵⁸⁵.

Obra na qual o autor trata da extração da soda nativa ou *alkali mineral*. Enfatiza amemória a melhor qualidade da soda de Alicante, a qual cresce em Espanha, sendo a verdadeira barrilha, “cultivada tão proveitosamente pelos espanhóis”. Ressalta ainda que muitas nações da Europa invejam esta cultura “exclusiva até hoje à Espanha, e tem feito esforços para se apropriarem dela; porém os seus climas não são próprios”. Para o académico, somente Portugal poderia rivalizar com a Espanha neste ramo de comércio, “porque o clima e o terreno são próprios para a cultura desta planta, que cresce naturalmente em muitos lugares do Reino como nos sapaes do Algarve e nos monchões d’Alverca”.

⁵⁸⁴ Idem.

⁵⁸⁵ *Memórias Económicas da Academia Real de Sciencias de Lisboa, para adiantamento da agricultura, das artes e da industria em Portugal e suas conquistas*, tomo IV, pp. 83-93, Lisboa, Offic. da Academia Real das Sciencias, 1812.

11) Gaspar da Madre de Deus.

- *Memorias para a historia da Capitania de S. Vicente, hoje chamada de S. Paulo, do Estado do Brasil*⁵⁸⁶.

Obra composta por dois livros sobre a Capitania de São Vicente, “ muito famigerada em outro tempo, e agora tão desconhecida, que nem o nome primitivo conserva para a memoria de sua antiga existência”. Para Gaspar Madre de Deus a Capitania foi a maior entre as dez grandes províncias em que El Rei D. João III dividiu a Nova Lusitânia, “e também a primeira que se povoou”. No primeiro livro trata-se da fundação da Capitania de São Vicente por Martim Afonso de Souza, seu primeiro donatário; da fundação da Vila do porto de Santos; da fundação da cidade de São Paulo e da fundação da Vila de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaem. No segundo livro é abordado a fundação da Capitania de Santo Amaro, “seus limitados progressos enquanto foi governada por Pedro Lopes de Souza e descendentes deste donatário. Contendas, que houve sobre os seus limites, até que pagou à coroa”.

12) Baltazar da Silva Lisboa.

- *Memoria Topographica e económica da comarca de Ilhéos*⁵⁸⁷.

Memória descritiva dividida em oito capítulos. No primeiro capítulo trata-se “Da Capitania de São Jorge dos Ilhéos, sua doação, e impossibilidade que encontraram os primeiros colonos em a povoar e engrandecê-la. No segundo aborda a vila e distrito de

⁵⁸⁶ Catálogo do manuscrito da série azul, nº 1751, p. 478. Impresso também pela Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1797.

⁵⁸⁷ Catálogo do manuscrito da série azul, nº 1784, p.472. *História e Memórias da Academia Real de Sciencias de Lisboa*. 1ª série, tomo IX, pp. 87-264, Lisboa, Offic. da Academia Real das Sciencias, 1825.

São Jorge de Ilhéos. No terceiro a vila de São José da Barra do Rio de Contas. No quarto a Vila de Maraú. No quinto a Vila de Barcelos. No sexto a Vila de Camamú. No sétimo a Vila de Boipeba. No oitavo e último capítulo descreve a Vila de Cairú. Segue-se aos capítulos oito notas.

13) Luís António de Oliveira Mendes.

- *“Discurso academico ao programma: «Determinar em todos os seus symptomas as doenças agudas e chronicas, que mais frequentemente accommettem os pretos recém-chegados da Africa, examinando as causas da sua mortandade depois da sua chegada ao Brasil. Se talvez a mudança de clima, se a vida mais laboriosa, ou se alguns outros motivos concorrem para tanto estrago: e, finalmente, indicar os métodos mais apropriados para evitá-lo, tudo isto deduzido da experiência mais sizuda e fiel”*⁵⁸⁸.

Obra premiada na sessão pública de 12 de Maio de 1793 na qual o académico trata na primeira parte sobre a natureza e a qualidade do ar que os “pretos” respiram em África, da salubridade das águas, da temperatura, da liberdade do seu viver, dos seus costumes e, finalmente, do vestuário. Na segunda parte trata dos modos, das causas e princípios “porque são desapossados da sua apreciável liberdade”. Na terceira parte aborda a “lastimosa situação dos pretos escravos”, sua captura, transporte e venda. Na quarta parte discute as doenças agudas que padecem e as que são adquiridas “nas mudanças e variações dos seus alongados transportes”. Na quinta parte trata das doenças crónicas e conclui o académico que: “os pretos” que da África são transportados para o Brasil “escapando e resistindo aos seus contratempos, indemnências e infortúnios, podem ser chamados de homens de pedra e de ferro”. Conclui ainda que:

⁵⁸⁸ *Memórias Económicas da Academia Real de Sciencias de Lisboa, para adiantamento da agricultura, das artes e da industria em Portugal e suas conquistas*, tomo IV, pp. 1-64, Lisboa, Offic. da Academia Real das Sciencias, 1812.

“o causador de sua grande mortandade e estrago é o tirano dos seus mesmos senhores, que fazem insurgir e nascer a maior parte de suas moléstias, as quais cada vez mais vão crescendo e levam os pretos à sepultura”. Na sexta parte desenvolve sobre “os meios de se curarem umas e outras moléstias”. Por fim, afirma sobre a necessidade da escravatura e aconselha que “da África por hora venha a menor porção dela, que se puder vir e que para o futuro se levantem a mão aos céus, louvando a Onnipotência de Deus, que um destino feliz fez desterrar e desaparecer para sempre a escravidão dos pretos a todos odiosa”. Propõe ainda o académico uma “Lei Municipal”; a qual se divide em diferentes capítulos, “propondo a liberdade após dez anos de escravidão (...) passa-se a ganhar pelas suas obras e para a sua liberdade”. O autor aconselha que esta remuneração paga aos negros seja controlada pelo seu senhor, “como um cofre”, para que em um outro momento “se somasse e se saldasse com o preço da sua liberdade” .

14) Mateus Valente do Couto⁵⁸⁹

- *Tractado de Trigonometria rectilinea e spherica*⁵⁹⁰.

- *Principios de Optica, applicados á construcção dos instrumentos astronomicos, para uso dos alumnos que frequentam o Observatorio da Marinha*⁵⁹¹.

- *Astronomia spherica e nautica*⁵⁹².

⁵⁸⁹ As obras de Mateus Valente do Couto são específicas no campo científico da matemática, não sendo interpretadas neste trabalho.

⁵⁹⁰ Segunda edição publicada de ordem da Academia Real das Sciencias, 1819.- Terceira edição, ibi, 1825.

⁵⁹¹ Publicado de ordem da Academia Real das Sciencias. Lisboa, Typ. da mesma Academia, 1836.

⁵⁹² Publicada de ordem da Academia Real das Sciencias. Lisboa, Typ. da Academia, 1839.

- *Instrucções e regras practicas derivadas da theoria da construcção naval, relativas á construcção, carregação e manobra do navio*⁵⁹³.

- *Segunda parte do calculo das notações*⁵⁹⁴.

- *Memoria em que se pretende dar a solução de um programma de analyse para 1811*⁵⁹⁵.

Obra premiada na Assembleia Pública de 24 de Junho de 1812.

- *Breve ensaio sobre a deducção philosophica das operações algebricas*⁵⁹⁶.

- *Memoria em que se pretende dar a solução do programma de astronomia proposto pela Academia Real de Ciências em 24 de Junho de 1820*⁵⁹⁷.

O académico apresenta o programa intitulado: « *Mostrar, tanto pelo calculo como pela observação, a influencia do erro que pode resultar nos angulos horarios do sol e da lua, de se não attender á figura da terra.* »

- *Resposta ou parecer sobre a arqueação dos navios*⁵⁹⁸.

- *Memoria sobre os principios em que se deve fundar qualquer methodo de calcular a longitude geographica de um logar*⁵⁹⁹.

⁵⁹³ *História e Memórias da Academia Real de Sciencias de Lisboa*. 1ª série, tomo III, parte 2ª. pp. 9 a 47.

⁵⁹⁴ Idem. pp.48 a 64.

⁵⁹⁵ Idem. pp.119 a 148.

⁵⁹⁶ Idem. pp. 149 a 178.

⁵⁹⁷ *História e Memórias da Academia Real de Sciencias de Lisboa*. Tomo VIII, parte 1ª. pp. 213 a 222.

⁵⁹⁸ *História e Memórias da Academia Real de Sciencias de Lisboa*. Tomo I, parte 2ª, 1848, pag. 1 a 13.

⁵⁹⁹ *História e Memórias da Academia Real de Sciencias de Lisboa*. Tomo II, parte 1.ª, 2ª série, Lisboa, Offic. da Academia Real das Sciencias, 1848, pp. 301 a 316.

15) Vicente José Ferreira Cardoso da Costa.

- *“Da influencia do conhecimento das nossas leis antigas em os estudos do jurista portuguez”*⁶⁰⁰.

O académico refere-se às leis antigas; anteriores ao Código Filipino. Obra dividida em duas partes onde ressalta-se que os estudos das leis antigas interessa “por um modo o historiador, por outro ao político e por outro ao jurista”. O autor tem como objectivo demonstrar que: “o jurista pode tirar de um tal estudo para a sua profissão”. Na primeira parte interroga: “Será o estudo das leis anteriores às Ordenações Filipinas só um estudo de ornato para o jurista, ou ser-lhe-á de alguma maneira necessário? Na segunda parte levanta outra questão: “Sendo o estudo das nossas leis antigas de algum modo necessário ao jurista português, qual é o uso e qual o abuso que ele pode fazer dele?”

16) Francisco Elias Rodrigues da Silveira.

- *Conta dos trabalhos vaccinicos, lida em sessão publica da Academia Real das Sciencias em 24 de Junho de 1814*⁶⁰¹.

O académico expõe de que maneira tem-se propagado a vacina por todo o Reino. Na introdução refere a “tão importante descoberta do imortal Jenner”, e aborda a sua expansão por toda a Europa, “até mesmo na Turquia” e o “tão saudável benefício”. A seguir relata o surgimento no “seio da Academia” da Instituição Vaccínica e ressalta as

⁶⁰⁰ *Memórias de Litteratura Portuguesa*, tomo VI, pp. 101-126, Lisboa, Officina da Academia Real das sciencias, 1796.

⁶⁰¹ *História e Memórias da Academia Real de Sciencias de Lisboa*. Tomo IV, 1.^a série, parte 1.^a, Lisboa, Offic. da Academia Real das Sciencias, 1815, pp. XXX a XLVI.

“fadigas” de seus membros que não tem sido limitadas unicamente a vacinar, mas também a fazer observações sagazes, reflexões muito sensatas, hipóteses combinadas e escritos remetidos à instituição”. A seguir cita alguns dos membros da mesma Instituição e a contribuição de seus trabalhos.

- *Da Dedaleira, e das suas propriedades medicas. Memoria apresentada á Academia Real das Sciencias*⁶⁰².

Procura por meio das observações de outros determinar as propriedades médicas “desta planta extraordinária e talvez única nos seus efeitos, estabelecendo regras fundadas na prática e boa observação”. A seguir trata da história da aplicação da planta, da espécie que se usa, tempo de colheita, qualidades físicas, análise química, modo de aplicar e doses. Ainda a seguir apresenta as opiniões de Darwin e Beddoes sobre a ação e efeitos da Dedaleira juntamente com a opinião do autor sobre a “sua aplicação nas inflamações activas e crónicas, nas tísicas, nas tosses e catarros agudos e crónicos, nas hemorragias, nos abscessos, na diabetes, nas palpitações”. Por fim relata as circunstâncias que não se deve usar e sobre o seu abuso.

⁶⁰² *História e Memórias da Academia Real de Sciencias de Lisboa*. Tomo IV, 1.^a série, parte 1^a, Lisboa, Offic. da Academia Real das Sciencias, 1815, pp. 1 a 40.

- *Do Empirismo na Medicina*⁶⁰³.

Reflexões do académico sobre a medicina, sobre a especulação, sobre a prática, a observação, sobre “as leis conhecidas dos movimentos da maquina animal”. Para o autor a certeza da medicina está ligada à reunião mais ou menos completa de ideias adquiridas ao leito dos doentes e nunca poderá ser objecto de um mero empirismo; “por quanto o empírico nem mal conhece aquela reunião de ideias que formam a razão do médico, antes de por em execução o seu plano de cura”. Conclui a obra afirmando: “que só é verdadeiramente médico o que sabe fazer perturbar a vida do seu doente, ainda quando não consiga livrá-lo de todos os padecimentos”, em uma comparação com o empirismo.

-*Discurso historico ácerca dos trabalhos da Instituição vaccínica, lido na sessão publica de 24 de Junho de 1821*⁶⁰⁴.

Discurso histórico sobre o ano em que a Instituição Vacínica dá conta de seus trabalhos vaccínicos. Relata que no ano de 1817 o número de vacinados chegou a 19.993, mas “com mágoa” anuncia que “neste ultimo ano vaccinico o numero de vacinados pela instituição em todo o Reino apenas monta a 3.215”. Conclui afirmando que “apesar de tantos esforços e tão repetidos desejos e desvelos, é preciso confessar que a Instituição vaccínica vai desaparecer de todo diante dos vossos olhos; (...) e tem chegado a seu último termo, e sem remédio”. Enfatiza que “não penseis que isto

⁶⁰³ *História e Memórias da Academia Real de Sciencias de Lisboa*. Tomo VII, 1.ª série, parte 1ª, Lisboa, Offic. da Academia Real das Sciencias, 1821, pp. 280 a 316.

⁶⁰⁴ *História e Memórias da Academia Real de Sciencias de Lisboa*. Tomo VIII, 1.ª série, Lisboa, Offic. da Academia Real das Sciencias, 1823, pp. XIX a XXXIV.

aconteça porque os membros da instituição e da Academia tenham afrouxados um pouco aquele espírito bem fazejo, (...) porém a Academia tem os seus recursos estagnados e os membros da instituição já não podem sós sustentar a sua conservação”.

17) Francisco Vilela Barbosa⁶⁰⁵

- *Elementos de Geometria*⁶⁰⁶.

- *Breve Tratado de Geometria Spherica: Em additamento aos seus Elementos de Geometria*⁶⁰⁷.

- *A Primavera: cantata por Francisco Villela Barbosa*⁶⁰⁸.

Poema que em parte é reproduzido na epígrafe deste trabalho.

- *Discurso Histórico de 24 de Junho de 1821*⁶⁰⁹.

Em substituição ao secretário Sebastião Francisco de Mendo Trigo, o vice-secretário Francisco Villela Barbosa faz reflexões sobre o ano académico que nesta data se finaliza e apresentação dos trabalhos oferecidos e apresentados à Academia.

- *Discurso recitado no Paço de Queluz perante El Rei Senhor D. João VI, em 9 de Julho de 1821, por ocasião de seu feliz regresso ao Reino de Portugal, pelo vice-secretário Francisco Vilela Barbosa.*⁶¹⁰

⁶⁰⁵ As obras do académico no campo científico da Matemática e não serão interpretadas neste trabalho.

⁶⁰⁶ Offic. da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1816 e 1819.

⁶⁰⁷ Typografia da Academia Real das Sciencias, 1817.

⁶⁰⁸ Typografia da Academia Real das Sciencias, 1819. *História e Memórias da Academia Real de Sciencias de Lisboa*. Tomo VI, 1.^a série, parte I, Lisboa, Typografia da Academia Real das Sciencias, 1821. pp. 20 a 32.

⁶⁰⁹ *História e Memórias da Academia Real de Sciencias de Lisboa*, 1.^a série, Tomo VIII, parte 1.^a, pp. I a XVIII. Typografia da Academia Real das Sciencias, 1823.

Discurso do vice-secretário da Academia de Ciências de Lisboa a saudar o Rei em seu regresso à Portugal.

-Discurso no Paço de Queluz perante o Sereníssimo Senhor Infante D. Miguel, Presidente da Academia, em 17 de Julho de 1821, por ocasião de sua chegada ao Reino de Portugal⁶¹¹.

O vice-secretário exalta “a honra, que de tão longe se dignou de fazer-lhe, aceitando o título de seu presidente”.

⁶¹⁰ Idem, 1ª série, Tomo VIII, parte 1ª, pp. XXXV e XXXVI.

⁶¹¹ Idem, pp. XXXVII e XXXVIII.

Conclusão

O nosso trabalho teve entre outros o objectivo de proceder a uma investigação na Academia de Ciências de Lisboa, em seus arquivos e processos, os académicos de origem brasileira que fizeram parte desta instituição entre 1779 e 1822. Na interpretação das suas memórias e livros impressos pela Academia buscou-se identificar se tais obras foram desenvolvidas em benefício do fortalecimento do Império Português ou de um movimento libertador da colónia brasileira. Ainda dentro deste contexto procurou-se fazer uma breve apresentação do movimento iluminista que se espalhava pela Europa; da Ilustração e da censura em Portugal. A pesquisa não tem a pretensão de esgotar o assunto, sendo apenas as considerações finais de um trabalho desenvolvido para a dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

As Luzes promoviam uma rediscussão do passado e de elementos do antigo regime: absolutismo, colonialismo, monopólio comercial e escravidão, como anteriormente dito. Uma observação importante que também nos cabe reafirmar é a de que Ilustração e Religião não foram campos excludentes, e sendo assim, conviveram em Portugal. O triunfo das novas descobertas não implicaram a irreligiosidade, mas sim uma nova compreensão do ser humano, da natureza e do sobrenatural. É claro que ocorreram conflitos no campo das ideias, mas que tão e somente resultaram em uma adaptabilidade das mesmas, remetida a uma praticidade. Ocorreu uma busca de novos conhecimentos, novas alternativas para a o Império, sempre dentro de um efeito pragmático. A visão da natureza à luz de pressupostos racionais não veio anular uma prevalência de valores culturais ligados à reflexão, por vezes intensa, sobre Deus e o

universo, sobre criador e criatura. As ideias iluministas que em alguns países da Europa levaram a uma ruptura por vezes brutal em concepções anteriores em nível mais profundo dos valores sociais e morais, em Portugal nos parece que prevaleceram sob um certa continuidade de valores.

Ao identificarmos os académicos brasileiros e o conjunto geral de suas obras, destacamos aqueles que contribuíram para as novas descobertas no campo da mineração: Serafim Francisco de Macedo, João da Silva Feijó⁶¹², Alexandre Rodrigues Ferreira, José de Sá Bettencourt Accioli, Manuel Ferreira da Câmara Bettencourt e Sá, Vicente Coelho de Seabra Silva e Telles, José Bonifácio Andrada, José Mariano da Conceição Veloso, António Pires da Silva Pontes Leme⁶¹³, José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho, Manuel Arruda da Câmara, João Manso Pereira, José da Costa e Azevedo, Francisco José de Lacerda e Almeida e José Álvares Maciel,.

Concluimos, portanto, que uma parte significativa dos académicos estudados estava envolvida em pesquisas no campo da mineração. O interesse pela mineração⁶¹⁴ foi um grande esforço para restabelecer o sector económico, e assim também a coroa passou a enfrentar o desafio de implementar uma política de estabelecimento e divulgação de informações sobre a natureza de suas colónias, visando incrementar o controle do Estado. Ao legitimar as práticas científicas passava a fortalecer o seu espaço de afirmação de poder e, neste contexto, colocava-se frente aos possíveis riscos diante da concorrência das grandes potências coloniais europeias.

No campo da medicina a Academia foi palco de brasileiros em sua maioria egressos do curso de Medicina da Universidade de Coimbra. Foram eles: Francisco de

⁶¹² No caso de Feijó, o académico além de sua contribuição para a exploração científica no Brasil, também esteve à frente de explorações em Cabo Verde.

⁶¹³ Associamos a sua expedição demarcadora com explorações no campo da mineração.

⁶¹⁴ A mineração não estava restrita apenas a novas descobertas de minas de ouro, mas também de ferro, salitre e outros minerais. A emergência dos conhecimentos em siderurgia levaram a novas expectativas económicas.

Melo Franco, Vicente Coelho de Seabra da Silva Telles, Manuel Luíz Alvares de Carvalho, José Pinto de Azeredo⁶¹⁵, Mateus Valente do Couto, Francisco Elias da Silveira e José Lino Coutinho. Foram ainda médicos académicos oriundos de outras universidades, José Correia Picanço (Universidade de Montpellier/França), Manuel Joaquim de Sousa Ferraz e Mendonça (Universidade de Montpellier/França)⁶¹⁶, Manuel Arruda da Câmara (Universidade de Montpellier/França) e Inácio Ferreira Câmara (Universidade de Montpellier/França). Concluímos, portanto, que 11 dos 38 académicos eram bacharéis em medicina. Observamos também que os seguintes médicos acompanharam D. João VI ao Brasil. Foram eles: José Correia Picanço e Manuel Luíz Alvares de Carvalho. Outros médicos também foram responsáveis pela implantação e divulgação dos estudos médicos no Brasil, como José Lino Coutinho no Espírito Santo e José Correia Picanço na Bahia. Ainda na área médica destacamos aqueles que foram médicos da Câmara Real: José Correia Picanço, Francisco de Melo Franco, Manuel Luiz Alvares de Carvalho e José Pinto de Azevedo.

No campo eclesiástico os académicos se destacaram por desenvolverem actividades na Botânica como o José Mariano da Conceição Veloso e Joaquim Veloso de Miranda, na educação como José da Costa e Azevedo, na educação e censura José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho⁶¹⁷.

Alguns se destacaram no campo literário como Manuel Inácio da Silva Alvarenga, académico considerado como um dos mais fecundos poetas da plêiade mineira, e José Bazílio da Gama.

⁶¹⁵ No caso de José Pinto de Azeredo, o académico estudou na Universidade de Coimbra, tendo viajado posteriormente para a Holanda onde obteve o grau de doutor em Medicina na Universidade de Leida em 1788.

⁶¹⁶ No caso de Manuel Joaquim de Sousa Ferraz e Mendonça, o académico licenciou-se em Filosofia em Coimbra e em Medicina em Montpellier.

⁶¹⁷ Além das actividades em seminários no Brasil, o académico assumiu as funções de Inquisidor-Geral do reino por nomeação de D. João VI.

Nas ciências exactas destacamos os académicos António Pires da Silva Pontes Leme, nomeado como matemático da Terceira Partida de Demarcação de limites do Brasil, assim como Francisco José de Lacerda e Almeida, nomeado para integrar uma comissão de delimitação de fronteiras do Brasil com a Bolívia e a Venezuela. Ainda ressaltam-se os nomes de Manuel Jacinto Nogueira da Gama, Lente da Academia Real de Marinha e político, Mateus Valente do Couto, Lente da Academia Real de Marinha de Lisboa, director do observatório da mesma Academia e censor régio da Mesa do Desembargo do Paço para a censura de livros, e por fim, Francisco Vilela Barbosa, lente da Academia Real de Marinha até a sua jubilação e posteriormente político participante da elaboração da constituição do Império do Brasil.

Na área do Direito Civil destaca-se José Egídio Alvares de Almeida, Ministro dos Negócios do Império do Brasil, Manuel Ferreira da Câmara Bettencourt e Sá, Deputado à Assembleia Constituinte do Brasil e por fim o grande estadista José Bonifácio Andrada e Silva, patriarca da independência do Brasil, personalidade de extrema importância na História de Portugal e do Brasil, secretário da Academia, naturalista e poeta.

Concluimos também que as memórias foram abrangentes em diversas áreas visto que as fronteiras entre diferentes domínios científicos eram difusas no século XVIII. As ciências, portanto, não apresentavam linhas de demarcação como as sugeridas pelas modernas disciplinas científicas. Assim, encontramos homens de ciência formados em Direito Civil e Canónico responsáveis por explorações em minas, como Baltazar da Silva Lisboa; outros como Luiz António de Oliveira Mendes, que formado em Leis foi o responsável pela descobertas de minas de ferro. Ainda encontramos religiosos que se entregaram à botânica, como Joaquim Veloso de Miranda e José Mariano da Conceição Veloso; à mineração como José da Costa Azevedo e à política e

economia como José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho. Médicos que também se dedicaram à matemática com Mateus Valente do Couto.

Portanto, censurado nas ideias, ansioso pelo movimento iluminista e seguindo na fé, Portugal teve a sua Ilustração adaptativa e a sua Academia de Ciências. A fundação da Academia Real de Ciências de Lisboa propunha promover estudos, difundir conhecimentos. Neste sentido era totalmente condizente com as Luzes. Na concepção pragmática que se difundia entre os pensadores portugueses buscava-se desenvolver trabalhos que visavam um melhor aproveitamento do vasto património da coroa e assim, procurar solidificar o Império Luso Brasileiro. A Coroa portuguesa e seus ministros procuravam adaptar-se ao contexto da época promovendo e desenvolvendo reformas inspiradas no movimento das luzes e, contraditoriamente mantinham o antigo regime.

É de importância ressaltar a presença do Estado, consciente da necessidade de promover mudanças em um contexto internacional em transformação, consciente da necessidade de um esforço de renovação do conhecimento. Sendo assim, também de forma pragmática agia este Estado ao servir-se da ciência para legitimar a sua intervenção e presença junto dos povos. Era preciso inovar, conhecer e solidificar presença em toda a vasta extensão de seu império. Portanto, ao patrocinar e incentivar o desenvolvimento das ciências em seu seio, ações conduzidas por ilustrados simpatizantes da coroa, procurava também a sobrevivência das suas estruturas e dos valores fundamentais do antigo regime: a monarquia e o império. O resultado de todo esse esforço tinha como beneficiário principal o próprio Estado português e cada um dos ilustrados entre si. Dentre outras ações inseridas nesta política pragmática, a própria fundação da Academia Real de Ciências de Lisboa era uma tentativa de produzir um conhecimento crítico, pragmático, empenhado no melhoramento do Estado e da

Sociedade, assim como foi a busca de professores do estrangeiros, a criação do Colégio dos Nobres e a reforma da Universidade de Coimbra.

Por outro lado, não só visando a difusão da ciência e dos novos conhecimentos, o Estado vivia uma emergente crise em alguns sectores de exploração no ultramar. Na tentativa de buscar novos horizontes e novas alternativas para a sua economia, o Estado agia no ensino, no patrocínio de explorações científicas, investigações em torno da História Natural, seja no Reino ou além mar. Os resultados dessas expedições científicas exploratórias inseriram, sem dúvida alguma, Portugal e suas possessões no contexto científico da época. A coroa mobilizou os novos naturalistas oriundos dos bancos de Coimbra, académicos em grande parte promotores da Academia de Ciências de Lisboa, tornando-os assim típicos representantes do iluminismo praticado em Portugal. Esses novos esforços, principalmente nos setores agrícolas e minerador, buscavam novas possibilidades de desenvolvimento e progresso para o Império, visando a metrópole. No caso específico do Brasil, Portugal vivia o declínio da mineração concentrada no ouro e nos diamantes e os novos esforços procuravam alterar este quadro, buscar alternativas em um projecto português de reformas fundamentadas pela ciência.

Nas obras dos autores de origem brasileira impressas pela Academia Real de Ciências e por nós avaliadas, predominou o carácter pragmático e mecanicista. É de importância afirmar que houve um enriquecimento memorável dos conhecimentos, das possibilidades, juntamente com uma tecnicidade em diferentes campos: na mineração, no comércio, na medicina, botânica, topografia, educação, e por fim, um desenvolvimento poético e afectivo. Não foi por nós identificado na interpretação destas obras qualquer movimento que colocasse em causa a moral, a política e a religião; pelo

contrário, quando tais temas eram abordados se apresentavam em perfeita concordância com os valores disseminados pela Coroa. As obras destes autores tiveram um perfil adaptativo para com as luzes, em uma mistura de Natureza, Deus, o Homem, a Política e suas ideias.

O Iluminismo então adaptado por esses acadêmicos não se afastou por completo da fé. A fé não constituiu necessariamente um obstáculo às novas experiências e as novas descobertas; pelo contrário, a fé foi adaptada ao momento, era ela, por fim, um atributo divino que impulsionava o pragmatismo iluminista português. Assim acreditaram e produziram em benefício da Coroa. Não houve uma crítica destrutiva da tradicionalidade do pensamento religioso e de seus dogmas, assim como não observamos manifestações contrárias ao Antigo Regime e ao colonialismo.

Em alguns casos encontramos afirmações distantes das ideias das Luzes, como a do médico acadêmico Manuel Joaquim de Sousa Ferraz, ao afirmar que “no Brasil os negros enfeitiçam, servindo-se de meios semelhantes, e de alguns venenos, que unicamente atacam os nervos”, em uma enfática manifestação nada condizente com as luzes.

Nas palavras de José Bonifácio em 1816 podemos verificar sua inteira fidelidade à Coroa quando afirma o acadêmico ser seu dever de bom vassalo e cidadão “concorrer para o aumento da indústria e riqueza do Estado e da Nação”.

Nas obras de cunho económico de José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho verifica-se seu total apreço ao colonialismo e monopólio. Em uma interpretação totalmente fundamentada na religião católica o mesmo acadêmico busca explicar a partida da Família Real para o Brasil, ao afirmar que: “quando já tudo parecia

desesperado, e sem algum socorro humano, o céu em um instante aparece alegre e risonho, o vento do mar saltou para a terra, o mar sossegou a sua fúria, as naus soltando as velas salvarão do perigo VOSSA ALTEZA, aos seus Augustos Pais, e a toda a Família Real, para a felicidade dos fiéis portugueses (...) e as colónias com os braços abertos receberão com júbilo o sei soberano. Eis-me aqui como Deus, quando quer salvar os seus escolhidos, zomba dos mais combinados planos da filosofia dos homens”. Verifica-se também nas obras deste Bispo, publicadas pela Academia Real de Ciências de Lisboa, a referência aos novos filósofos do século XVIII como “filósofos da moda que se crêm feitos para civilizar a África, reformar a Europa, corrigir a Ásia, e regenerar a América”, em uma afirmação depreciativa do movimento das luzes. Também em defesa do colonialismo encontramos em suas palavras a descrição de uma seita que: “a mais de trinta anos principiou a espelhar a semente das revoluções, para separar as colónias das suas metrópoles, principalmente as de Portugal e Espanha, as mais ricas do mundo”; em uma referência ao movimento revolucionário que se espalhava pela Europa.

Na obra de outro académico, Luís António de Oliveira Mendes, observa-se a sua preocupação para com os negros de África, suas moléstias, sua captura e transporte, enfim; com a escravidão praticada. Nesta mesma obra, em outra parte o autor declara sua conivência com a necessidade da escravatura em uma tentativa amenizadora de tão hediondo facto, e ainda aconselha que “da África por hora venha a menor porção dela, que se puder vir e que para o futuro se levantem a mão aos céus, louvando a Onipotência de Deus, que um destino feliz fez desterrar e desaparecer para sempre a escravidão dos pretos a todos odiosa”. Vê-se assim que o académico em um alívio de consciência deixa para o futuro e “para os céus” o destino dos negros africanos.

Em sua maioria se dedicaram às ciências naturais e especularam sobre as aplicações práticas da flora tropical, como observado nas obras de Joaquim de Amorim, João da Silva Feijó, Vicente Coelho de Seabra Silva e Telles, José Bonifácio Andrada e Silva, António Pires da Silva Pontes Leme e Manuel Arruda da Câmara.

Alguns académicos médicos tiveram papel de destaque no ambiente Setecentista vivido em Portugal. Francisco de Melo Franco com duas obras de considerável importância para a época e publicadas pela Academia; *Tractado da Educação Física dos Meninos* e *Elementos da Higiene*, que vieram ao encontro das necessidades da população.

Outros como Manuel Ferreira da Câmara Bettencourt e Sá, Gaspar da Madre de Deus e Baltasar da Silva Lisboa, produziram memórias descritivas da América Portuguesa, levando assim informações para os académicos e para a metrópole das potencialidades dos lugares descritos.

A Academia de Ciências de Lisboa foi palco de “iluminados brasileiros”, os quais adaptaram suas ideias e seus conhecimentos em benefício da coroa. Em nossa interpretação fizeram uma releitura, uma reinterpretação do discurso ilustrado em função das condições existentes em Portugal. Associado a isso, deve-se considerar as determinações de natureza histórica: a expansão marítima portuguesa e a exploração das colónias. Participaram activamente na “rede de informação” que veio a permitir ao Estado Português Setecentista um melhor conhecimento e abrangência de seus domínios e potencialidades, tanto na Europa, como em África e sobretudo na América Portuguesa.

No cenário das luzes, esses actores comungaram suas convicções em diferentes campos de domínio do conhecimento científico, dentro de um projecto de sustentação e

manutenção do poder do Império Luso-Brasileiro. Sendo assim, entre os homens de ciência de origem brasileira uma variedade de informações pode ser verificada sempre próximos da idéia de manutenção e promoção de um Império Português, mas distante de um movimento libertador em ebulição.

Fontes e Bibliografia

Fontes

1) Manuscritos

1.1) Academia de Ciências de Lisboa – ACL

Apontamentos para a História da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1779-1806. Ms 780.

Catálogo das memórias apresentadas à Academia Real de Ciências de Lisboa, 1780-1815. Ms 770.

Colecção de Memórias Físicas e Económicas oferecidas a Academia Real das Ciências de Lisboa que não poderão entrar nas colecções impressas, tomo I. 31 de Julho de 1782. Ms 373. Série Azul.

“Experiências feitas com hum termonmetro n’humas viagens para o Brasil.” *Colleção de Memórias Físicas e Económicas offerecidas a Academia Real das Sciencias de Lisboa que não poderão entrar nas colleções impressas*, tomo I. 31 de Julho de 1782. Academia de Ciências de Lisboa. Ms 373. Série Azul.

Livro do Assento dos Sócios que assistem a cada Assembleia – 10 de Julho de 1788 a 10 de Janeiro de 1798. Manuscritos Azuis, nº 780, fl. 36.

Memórias sobre a utilidade pública de tirar ouro das minas e os motivos dos poucos interesses dos particulares que mineram actualmente no Brasil. António Pires da Silva Pontes Leme. Ms. 373-A. Série Azul.

Memória sobre os homens selvagens da América meridional que serve de introdução às viagens de (...), António Pires da Silva Pontes Leme, primeiro tenente do Mar da Armada Real, doutor e astrónomo, e correspondente da real academia de Lisboa”, Ms Azul, 17, fols. 372-376v.

Memória sobre as Minas de Oiro lida na Academia de Lx^a e composta por Jozé Joaquim de Azeredo Coutinho, hoje bispo eleito de Pernambuco. Ms. 849. Série Vermelha.

Memória sobre a plantação dos algodões, sua exportação e decadência da lavoura da mandioca no termo da vila de Camamu". José de Sá Betencourt,. Ms Azul, 1485.

Memória sobre a causa das frequentes inchações das pernas entre os habitantes do Rio de Janeiro, onde se apontam ao mesmo tempo os meios de as prevenir e curar",Antônio Joaquim de Medeiros. Ms Azul, 377, fols. 194-208.

Memória sobre o método que se deve observar na extracção da tinta do pau brasil, em visível benefício das fábricas do Reino, a qual foi lida na sessão pública de 4 de Julho de 1805" por Luís António Mendes. Ms Azul, 377, fols 104-112.

Memória sobre o modo de se conhecer quando os paus do Brasil que hão de servir para a mastreação das naus e dos navios se acham perfeitos no seu interior para serem cortados", por Luís António Mendes Ms. Azul, 375.

Viagens Filosóficas ou Dissertações sobre as importantes regras que o filósofo naturalista nas suas peregrinações deve principalmente observar por D. V.,1779. Série vermelha, Ms. 405.

O Reino da Estupidêz. Poema heróicomico em quatro cantos. Coimbra, 1784. Manuscrito Cota 16-1-11/23.

1.2) Arquivo Nacional do Rio de Janeiro –ANRJ

Ofícios e correspondências para os Vice.Reis e Governadores das Capitanias do Brasil (1796-1803). Vice-Reinado, Caixa 744, pacote 1, 24 de Julho de 1797.

1.3) Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo –IANTT

Intendência Geral de Polícia, Livro 4 , 14 de Setembro de 1793, p. 64.

_____, 17 de Dezembro de 1794, p. 231 a 236.

Livros destinados aos Domínios Ultramarinos. Brasil, 1769-1821. Cx. 151, 153- (microfilme 1374), e caixa 163.

1.4) Arquivo Histórico Ultramarino – AHU

Arquivo Histórico Ultramarino, MAMG. Caixa 125, doc. 7.

Arquivo Histórico Ultramarino, MAMG. Caixa 140, doc. 49

Arquivo Histórico Ultramarino, MAMG. Caixa 123, doc. 89.

Arquivo Histórico Ultramarino *Conselho Ultramarino*, Brasil - Espírito-Santo, Caixa 6, doc. Nº 474.

2) Impressos

Catálogo de Manuscritos Série Vermelha, vol. I, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1978; II, 1986.

Catálogo das Publicações da Academia das Ciências de Lisboa, (1779-1886), Lisboa, Tipografia da Academia, 1886.

Colecção Sistemática das leis e estatutos, por que se tem governado a Academia das Ciências de Lisboa, desde o seu estabelecimento até o presente, Lisboa, tipografia da Academia, 1822.

Memórias Económicas da Academia de Ciências de Lisboa (1789-1815), Lisboa, Banco de Portugal, 1990.

Memórias Económicas da Academia Real de Sciencias de Lisboa, para adiantamento da agricultura, das artes e da industria em Portugal e suas conquistas, tomo I. Lisboa, Officina da Academia Real das Sciencias, 1789.

Memórias Económicas da Academia Real de Sciencias de Lisboa, para adiantamento da agricultura, das artes e da industria em Portugal e suas conquistas, tomo II. Lisboa, Officina da Academia Real das Sciencias, 1790.

Memórias Económicas da Academia Real de Sciencias de Lisboa, para adiantamento da agricultura, das artes e da industria em Portugal e suas conquistas, tomo III, Lisboa, Officina da Academia Real das Sciencias, 1791.

Memórias Económicas da Academia Real de Sciencias de Lisboa, para adiantamento da agricultura, das artes e da industria em Portugal e suas conquistas, tomo V, Lisboa, Officina da Academia Real das Sciencias, 1815.

Memórias da Academia Real de Sciencias de Lisboa. 1ª série, tomo II, Lisboa, Officina da Academia Real das Sciencias, 1799.

Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa. 1ª série, tomo V, parte 1ª., Lisboa, Officina da Academia Real das Sciencias, 1817.

Memórias da Academia Real de Sciencias de Lisboa. 1ª série, tomo V, parte 2ª., Lisboa, Officina da Academia Real das Sciencias, 1818.

Memórias da Academia Real de Sciencias de Lisboa. 1ª série, tomo VI, parte 1ª., Lisboa, Officina da Academia Real das Sciencias, 1819.

Memórias da Academia Real de Sciencias de Lisboa. 1ª série, tomo VI, parte 2ª., Lisboa, Officina da Academia Real das Sciencias, 1820.

“Memórias sobre a utilidade pública de tirar ouro das minas e os motivos dos poucos interesses dos particulares que mineram actualmente no Brasil.” *Memórias Económicas Inéditas (1780-1808)*. Publicações do II Centenário da ACL, Lisboa MCMLXXXVII. Memória XX, p. 319.

Memórias de agricultura premiadas pela Academia Real das Ciências de Lisboa em 1787/1788 e em 1790, Lisboa, Oficina da Academia, 1788-91, Tomos I e II.

Plano de estatutos em que convieram os primeiros sócios da Real Academia das Ciências, com beneplácito de Sua Majestade Lisboa, Régia Oficina Tipográfica, 1780.

Programas da Academia de Ciências de Lisboa, Lisboa, Tipografia da Academia, 1781-1857.

Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815) / coord. José Luís Cardoso. Lisboa, Banco de Portugal, 1990

FRANCO, Francisco de Melo. *Tractado da Educação Fysica dos Meninos, para uso da Nação Portuguesa publicado por ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Por Francisco de Mello Franco, Medico em Lisboa, correspondente do numero da mesma sociedade*. Officina da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1790.

“Do que houve digno de observação no mez de outubro, dada à Instituição Vaccinica pelo Director do dito mez”. *Collecção de opúsculos sobre a vaccina feitos pelos sócios da Academia Real das Sciencias, que compõem a instituição vaccinica: e publicados de ordem da mesma Academia*, Typografia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1812.

Elementos de Hygiene: ou Dictames Theorecticos, e Practicos para conservar a saúde, e prolongar a vida. Typografia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1814, 1ª edição e 1823, 3ª edição.

Ensaio sobre as febres, com observações analyticas á cerca da topographia, clima e demais particularidades que influem no carácter das febres do Rio de Janeiro. Typografia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1829.

3) Sites web pesquisados

http://classiques.uqac.ca/classiques/hazard_paul/crise_conscience_europe/hazard_crise.

http://www.netsaber.com.br/biografias/ver_biografia

<http://www.e-escola.pt/site/personalidade>

<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br>

http://www.companhia-jesus.pt/intro/hist_port.htm

[http://www.infopedia.pt/\\$real-mesa-censoria](http://www.infopedia.pt/$real-mesa-censoria)

<http://www.casapia.pt/Default.aspx?tabid=34>

<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/jose-bonifacio/ode-aos-baianos.php>

<http://www.ige.unicamp.br/simposioensino/artigos/039.pdf>

<http://www.instituto-camoes.pt/cvc/ciência>

<http://www.cedope.ufpr.br>.

http://www.acad-ciencias.pt/PDF/Catalogo_MV_I.pdf.

<http://www.acad-ciencias.pt/PDF/catalogoma.pdf>.

http://www.triplov.com/hist_ciencia_vandelli.

<http://books.google.pt>

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010459702004000300009&script=sci_arttext&tlng=pt#back2.

<http://www.cedope.ufpr.br>

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/viewFile/1357/1062>.

<http://www.sbhbm.org.br/index.asp?p=noticias&codigo=91>

http://pt.wikipedia.org/wiki/Arruda_C%C3%A2mara

<http://medbiography.blogspot.com>

http://pt.wikipedia.org/wiki/Academia_Paraibana_de_Letras
http://www.aplpb.com.br/v2/a_historia.php
http://people.ufpr.br/~vii_jornada/BONATO_Tiago.pdf
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010459702004000300009&script=sci_arttext&lng=pt#back2
http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS13Indice_Onomastico_e_de_Assuntos.pdf
[http://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_presidentes_do_Senado_Federal_do_Brasil#Imp.C3.A9rio do Brasil - .281826 .E2.80.94 1889.29](http://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_presidentes_do_Senado_Federal_do_Brasil#Imp.C3.A9rio_do_Brasil_-_281826_E2.80.94_1889.29)
[http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Eg%C3%ADdio_%C3%81lvares de Almeida](http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Eg%C3%ADdio_%C3%81lvares_de_Almeida)
<http://www.estadonacional.usp.br/cortes/downloads/deputados/Jos%C3%A9LinoCoutinho.pdf>
<http://sbph.org/reuniao/26/trabalhos/Alex%20Goncalves%20Varela.pdf>

1) Obras de Referência:

ALMEIDA, Palmira Morais Rocha de. *Dicionário de Autores no Brasil Colonial*. Lisboa, Edições Colibri, 2003.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Quarto volume, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1898.

BRINCHES, Victor. *Dicionário Bibliográfico Luso-Brasileiro*. Editora Fundo de Cultura Brasil/Portugal. Lisboa, 1965.

Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa. Academia das Ciências de Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian. Editora VERBO, 2001. p. 813.

Dicionário Bibliográfico Português. Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil. Continuados e ampliados por P. V. Brito Aranha.

Revistas por Gomes de Brito e Álvaro Neves, Lisboa, Imprensa Nacional, 1858-1923. Duplisoft, Lda. Obra digitalizada.

Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico, Volume II. Edição em papel. 1904-1915 João Romano Torres – Editor. Edição electrónica © 2000-2003 Manuel Amaral.

Dicionário da História de Portugal, dir. Joel Serrão, reimpressão em 6 vols., Porto, Figueirinhas, 1981.

Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico. Portugal. Volume VI. <http://www.arqnet.pt/dicionario>

Dicionário Histórico Bibliográfico das Ciências da Saúde no Brasil.(1832-1930) Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>

Dicionário Escolar Afro-Brasileiro. Selo Negro Edições. Disponível em : <http://books.google.pt>

Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil, coord. Maria Beatriz Nizza da Silva Verbo, Lisboa, 1994.

Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura. Edição século XXI. Editorial VERBO. Lisboa, 1998.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Volume XVII. Editorial Enciclopédia, Limitada. Rio de Janeiro, Lisboa.

2) Geral

ALMAÇA, Carlos /DOMINGUES, Ângela/ FARIA, Miguel. *Viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira*, Ciclo de Conferências. Lisboa, Academia da Marinha, 1992.

ALEXANDRE, V. *Os sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto. Afrontamento, 1993.

ALVES, Dário Moreira de Castro. “Brasil – Portugal, 1500 - 2000”. *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*, nº 06, p. 09. Lisboa. Abril-Out 2000.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Uma colónia entre dois Impérios: A Abertura dos Portos Brasileiros 1800-1808*. Cátedra Jaime Cortesão. Bauru, EDUSC. 2008.

CARDOSO, José Luís. *Contribuições para a História do Pensamento Económico em Portugal*. Lisboa. Publicações Dom Quixote. 1988.

_____, *O Pensamento Económico em Portugal nos finais do século XVIII. 1780-1808*. Lisboa. Editorial Estampa. 1989.

_____, *A Economia Política e os dilemas do Império Luso-Brasileiro (1790-1822)*/ (coord.). Lisboa. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 2001.

_____, *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)* / (coord.) Lisboa, Banco de Portugal, 1990.

CASTRO, Zília Osório de. “Poder régio e direitos da sociedade no reinado de D. Maria I”. *Ler História*, Lisboa, (23): 11-22, 1992.

CORRÊA, Fernando Calapaz. *O Ameríndio visto por um português do século XVIII: Pontes Leme*. Academia Portuguesa de História e Comissão Portuguesa de História Militar. Separata de Preito de Reconhecimento. Colectânea de Estudos em homenagem ao senhor Coronel Carlos da Costa Gomes Bessa, Lisboa, MMII.

DIAS, Maria Odila Leite Silva. “Aspectos da Ilustração no Brasil”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, (278):105-170, Rio de Janeiro, jan./mar. 1968.

FALCON, Francisco José Calazans. *Iluminismo*. São Paulo, Editora Ática, 1986
_____, *A época pombalina (Política econômica e monarquia ilustrada)*. São Paulo, Ática, 1993.

FUNCHAL, Marquez do. *O Conde de Linhares Dom Rodrigo Domingos António de Souza Coutinho*. Lisboa, Typographia Bayard, 1908.

FURTADO, Junia Ferreira. *O Livro da capa verde: O Regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da Real Extração*. São Paulo, ANNABLUME, 1996.

_____, “O retorno como missão: o mulato brasileiro Cipriano Pires Sardinha e sua viagem de conversão ao Daomé (1796-1797)”. Original dactilografado do colóquio proferido na Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, Dezembro de 2008.

GARCIA, João Carlos. *A Nova Lusitânia: Imagens Cartográficas do Brasil nas Coleções da Biblioteca Nacional (1700-1822)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. “*Poder, justiça e soberania no império colonial português, 1750-1822*”. Lisboa. Leituras: Revista da Biblioteca Nacional, S.3, nº 6, Abril – Out. 2000.

GONÇALVES, Nuno da Silva. “A Companhia de Jesus em Portugal”. Disponível em:
http://www.companhia-jesus.pt/intro/hist_port.htm

HAZARD, Paul. *O pensamento europeu no século XVIII*. Lisboa. Editorial Presença, 1989.

_____, *La Crise de la Conscience Européenne. 1680-1715*. Disponível em:
http://classiques.uqac.ca/classiques/hazard_paul/crise_conscience_europe/hazard_crise.pdf

LISBOA, João Luís. *Ciência e política*, Lisboa, INIC, 1991.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império – Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798 – 1822*. Rio de Janeiro, Sette Letras, , 1994.

MACEDO, Jorge Borges. *A História diplomática portuguesa: constantes e linhas de força – estudos de geopolítica*. Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, 1987.

_____, “Formas e premissas do pensamento Luso-Brasileiro do séc. XVIII”. Braga, Actas do I Congresso Luso-Brasileiro de Filosofia. *Revista Portuguesa de Filosofia*. Tomo XXXVIII-II.

MATOS, Manuel Cadafaz de. *No segundo centenário da Viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira por terras do Brasil*, Lisboa, Távola Redonda, 1993.

_____, *Memória da Amazônia, Alexandre Rodrigues Ferreira e a Viagem filosófica pelas Capitanias de Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*, Porto, Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra, 1991.

MAXWELL, Kenneth. “A geração de 1790 e a ideia do Império Luso-brasileiro”. *Chocolate, Piratas e Malandros*. São Paulo, Editora Paz e Terra S.A., 1999.

MOTA, Carlos Guilherme. *Atitudes de inovação no Brasil, 1789-1801*. Lisboa, Livros Horizonte. 1972.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo; COSTA, Fernando Dores. *D. João Carlos de Bragança. 2º Duque de Lafões. Uma vida singular no Século das Luzes*. Lisboa, Edições INAPA, 2006.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P., Tânia Maria T. Bessone da C. Ferreira O Medo dos ‘abomináveis princípios franceses’: a censura dos livros nos inícios do século XIX no Brasil. Rio de Janeiro, Acervo, 1989. Disponível em:
<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/media/omedo.pdf>

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777 – 1808)*. São Paulo, 4ª edição, Editora Hucitec. 1986.

OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. *Breve História de Portugal*. Lisboa, Editorial Presença, 6ª Edição, Abril, 2006.

PEREIRA, José Esteves. *A Ilustração em Portugal*. Lisboa, C.H.C. da U.N.L., 1987.

PEREIRA, Miriam Halpern. “A crise do Estado de antigo regime: alguns problemas conceptuais e de cronologia”. Lisboa, *Ler história*, 1983.

PRESTES, Maria Elice Brzezinski. *A Investigação da Natureza no Brasil Colónia*. Annablume, São Paulo, FAPESP.

<http://books.google.pt>

RAMOS, Luís A. de Oliveira. *Sob o signo das Luzes*. Lisboa, Temas Portugueses. Casa da Moeda - Imprensa Nacional, 1988.

RODRIGUES, Graça Almeida. *Breve História da censura literária em Portugal*. Lisboa, Ministério da Educação e Ciência. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980.

ROUANET, Sérgio Paulo. “Portugal e Brasil entre a Ilustração e o Iluminismo”. *O Iluminismo Luso-Brasileiro*. Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa – Academia Brasileira de Letras. Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 2007.

SANTOS, Nívia Pombo Cirne dos. “Portugal e as ideias políticas”. *Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira*.

<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br:80/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=244&sid=38&tpl=printerview>

SCHWARCZ, Lília Moritz. *A longa Viagem da Biblioteca dos Reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SERRÃO, Joel e A. H. de Oliveira Marques. *Nova História da Expansão Portuguesa. O Império Luso-Brasileiro 1750-1822*. Vol. VIII. Lisboa, Editorial Estampa. 1986.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*, vol. VI: *O despotismo iluminado (1750-1807)*, Lisboa, Verbo, 1982.

SILVA, Andrée Mansuy Diniz. *Portrait d'un homme d'Etat: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares 1755-1812*. Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2006.

SIMÕES, Ana; DIOGO, Maria Paula; CARNEIRO, Ana. (Coord.) *Investigações Botânicas. José Correia da Serra*. Porto, Porto Editora, Portugal, 2003.
_____. *Cidadão do Mundo. Uma biografia científica do Abade Correia da Serra*. Porto, Porto Editora, Portugal, 2006.

TEAGUE, Michael. *Abade Correia da Serra. Documentos do seu Arquivo (1751-1795)*. Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 1997.

TEIXEIRA, António Braz. "Iluminismo Luso-Brasileiro?" *O Iluminismo Luso-Brasileiro*. Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa – Academia Brasileira de Letras. Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 2007.

VALADARES, Virgínia Maria Trindade. *A Sombra do Poder: Martinho de Melo e Castro e a administração da Capitania de Minas Gerais, (1770-1795)*. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. *Elites Mineiras Setecentistas. Conjugação de dois mundos*. Lisboa, Edições Colibri, Instituto de Cultura Ibero-Atlântica. Maio de 2004.

VARELA, Alex Gonçalves. "Actividades científicas no Império português: um estudo da obra do metalurgista de profissão Manuel Ferreira da Câmara - 1783-1820". *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro. 2008, vol.15, no.4, ISSN 0104-5970
<http://www.scielo.br>

_____. “As actividades científicas do “químico e metalurgista” João Manso Pereira na Capitania de São Paulo (1796-1803)”. Rio de Janeiro, Julho de 2006.
<http://sbph.org/reuniao/26/trabalhos/Alex%20Goncalves%20Varela.pdf>

VILLALTA, L. C. 1789-1808: *O Império luso-brasileiro e os brasis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____, *Reformismo Ilustrado, censura e praticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa*. São Paulo, Tese de doutoramento. Departamento de História, FFLCH-USP, 1999.

WEHLING, Arno e WEHLING Maria José C. M. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro. 3ª Edição, Editora Nova Fronteira, 1999.

4) Ciência e Instituições Científicas no Século XVIII.

ABREU, Jean Luiz Neves. “A educação física e moral dos corpos: Francisco de Melo Franco e a medicina luso-brasileira em fins do século XVIII”. *Estudos Ibero-Americano. PUCRS*, v. XXXIII, n. 2, 2006.
<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/viewFile/1357/1062>.

AGUDO, Dias F. R. “Contribuição da Academia das Ciências de Lisboa para o desenvolvimento da Ciência”. *História e desenvolvimento da Ciência em Portugal: I Colóquio – até ao século XX*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1985.

AMZALAK, Moses Bensabat. *A economia política em Portugal. O fisiocratismo: as Memórias Económicas da Academia e os seus colaboradores*. Lisboa, Of. Gráf. do Museu Comercial. 1922.

_____, *Do estudo e da evolução das doutrinas económicas em Portugal*. Lisboa, Livraria Moraes, 1928.

_____, *Os estudos económicos na Academia das Ciências de Lisboa*. Discurso proferido na sessão comemorativa do terceiro jubileu da Academia em 11 Dez. 1929. Lisboa : Academia das Ciências de Lisboa, 1929.

ARAÚJO, Ana Cristina. *A Cultura das Luzes em Portugal. Temas e Problemas*. Lisboa, Livros Horizonte. 2003.

AYRES, Christovam. *Para a história da Academia das Ciências de Lisboa*. Coimbra. Imprensa da Universidade, 1927.

BAIÃO, António. *A infância da Academia (1788-1794)*. Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1934.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. “Presença do Brasil no Arquivo da Academia das Ciências de Lisboa: catálogo selectivo da Série Azul de manuscritos”. São Paulo, *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. 33: 165-189, 1992.

BONATO, Tiago. “Estudos Metodológicos de Relatos Científicos e de viagem no Iluminismo Português: Dois Viajantes pelo Sertão Nordestino.” Universidade Federal do Paraná.

http://people.ufpr.br/~vii_jornada/BONATO_Tiago.pdf.

CALAFATE, Pedro. *O Conceito de natureza no discurso iluminista no século XVIII em Portugal*. Lisboa, F.L.U.L. dissertação de doutoramento, 1991.

_____, *A Ideia de Natureza no Século XVIII em Portugal. (1740-1800)*. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda. Estudos Gerais. Série Universitária. Julho de 1994.

CARVALHO, Rómulo de. *A Actividade Pedagógica da Academia das Ciências de Lisboa nos séculos XVIII e XIX*. Lisboa, Publicações do II Centenário da Academia de Ciências de Lisboa. 1981.

_____, *Actividades científicas em Portugal no século XVIII* (coord.). Évora, Secretariado Editorial da Universidade de Évora. 1996.

CARDOSO, Walter. “Estudantes da Universidade de Coimbra nascidos no Brasil (1701-1822): Procedências e graus obtidos”. Coimbra, *Universidades, História, Memória, Perspectivas*. Actas do Congresso História da Universidade. 7º Centenário. 1991.

CASTELO-BRANCO, Fernando. “Significado cultural das academias de Lisboa no século XVIII”, *Portugaliae Historica*, Vol. I, Lisboa, 1973.

CASTRO, Armando. *O pensamento económico no Portugal moderno (de fins do séc. XVIII a começos do séc.XX)*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1980.

CAVALCANTE, Berenice. “Os letrados da sociedade colonial: as academias e a cultura do iluminismo no final do século XVIII.” Rio de Janeiro, *Acervo*, vol. 8 Jan/dez, 1995.
<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/media/osletrados.pdf>

CUNHA, Noberto Ferreira da. *Elites e Académicos na cultura portuguesa setecentista*. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2001.

DOMINGUES, Ângela. *Viagens de exploração geográfica na Amazónia em finais do século XVIII: política, ciências e aventura*, Lisboa (Funchal), Centro de Estudos de História do Atlântico, 1991.

_____, “Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império Português em finais de Setecentos”. Lisboa, *Ler História*, Nº 39(2000).

_____, “As Sociedades e as Culturas Indígenas face à Expansão Territorial Luso-brasileira na Segunda Metade do Século XVIII.” *Nas vésperas do Mundo Moderno.: Brasil*. Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses. Exposição Universal de Sevilha, 1992.

_____, “Um novo conceito de Ciência ao serviço da ‘Razão de Estado’: a viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira ao Nordeste Brasileiro.” *Anais da Academia da Marinha*, Lisboa, 1992; *Anais Hidrográficos*. VII Reunião Internacional de Hist. Náutica e da Hidrografia, Tomo XLIX (suplemento) 1992.

DOMINGUES, Francisco Contente. “A Fundação da Academia Real de Ciências de Lisboa”. *Ilustração e Catolicismo. Teodoro de Almeida*. Lisboa, Coleção Colibri História, Edições Colibri, Faculdade de Letras de Lisboa. 1994.

FERREIRA, Magnus Ferreira e CRUZ, Ana. “As viagens filosóficas” *A Ilustração em Portugal e no Brasil*. <http://www.cedope.ufpr.br>.

FERRÃO, António. *A Academia de Ciências de Lisboa e o movimento filosófico, científico e literário da segunda metade do século XVIII. A fundação desse instituto e a primeira fase da sua existência*. Coimbra, Imprensa da Universidade. 1923

_____, *Os Estudos de História Diplomática em Portugal e as Publicações da Academia das Ciências*. Lisboa, 1928

_____, *Os estudos históricos na Academia das Ciências*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931.

FIGUEIRÔA, Silvia F. de M.; SILVA, Clarete Paranhos da; PATACA, Ermelinda Moutinho. “Aspectos mineralógicos das “Viagens Filosóficas” pelo território brasileiro na transição do século XVIII para o século XIX “. Rio de Janeiro, *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, vol.11, 2004. ISSN 0104-5970.

GAUER, Ruth Maria Chittó. *A Influência da Universidade de Coimbra na Formação da Nacionalidade Brasileira*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1995, Tese de Doutoramento em História.

GOMES, Joaquim Ferreira. “Luís António Verney e as reformas pombalinas do ensino”. *Verney e o Iluminismo em Portugal*. Braga, Centro de Estudos Humanísticos Universidade do Minho, 1995.

GUEDES, Max Justo. “A cartografia da delimitação das fronteiras do Brasil no século XVIII”, *Cartografia e diplomacia no Brasil do século XVIII*. Lisboa: CNCDP, 1997.

HANKINS, Thomas L. *Ciência e Iluminismo*. Porto, Porto Editora, Portugal, 2002.

IRIA; Alberto. “A Fundação da Academia das Ciências de Lisboa”. *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal: I Colóquio – até ao século XX*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1985.

KRAGH, Helge. *Introdução à Historiografia da ciência*. Porto, Porto Editora, Portugal, 2001

NUNES, Maria de Fátima Nunes, “Memória da (Boa) Natureza. Ensaio para um trajecto de ideias”. In: NUNES, Maria de Fátima, CUNHA, Norberto. (coord.) *Imagens da Ciência em Portugal Séc. XVIII-XX*. Caleidoscópio, Casal de Cambra, Setembro de 2005.

PACHECO, Maria Cândida. “Filosofia e ciência no pensamento português dos séculos XVII e XVIII”. *Revista Portuguesa de Filosofia*, vol. 38, nº 4, 1982.

PATACA, Ermelinda M. *Terra, Água e Ar nas Viagens Científicas Portuguesas. (1755-1808)*. Tese de Doutoramento. Campinas, UNICAMP, 2006.

_____, “Viagens Científicas no Império Português (1755/1808)”.

I Simpósio de Pesquisa em Ensino e História de Ciência da Terra e III Simpósio Nacional sobre Ensino de Geologia no Brasil. Campinas, UNICAMP. 2007.

<http://www.ige.unicamp.br/simposioensino/artigos/039.pdf>.

REIS, Fernando. “Ciência em Portugal. Personagens e Episódios”.

<http://www.instituto-camoes.pt>.

SALGADO, João Vinícius, GUSMÃO Sebastião, KAHN Jean Luc, MAITROT Daniel. “Brasileiros estudantes de Medicina em Montpellier no século XVIII”. Sociedade Brasileira da História da Medicina.

<http://www.sbhbm.org.br/index.asp?p=noticias&codigo=91>

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Nova História da Expansão Portuguesa. O Império Luso-Brasileiro. (1750-1822)*. Direcção: Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Coord. do Vol. VIII. 1ª Edição. Lisboa, Editorial Estampa. 1986.

_____, *O Pensamento científico no Brasil na segunda metade do século XVIII*. Sep. de Ciências e Cultura, vol 40, nº 9, s/l, 1988.

_____, *A Cultura Luso-Brasileira. Da reforma da Universidade à independência do Brasil*. Lisboa, Editorial Estampa, Lda., 1999. (1)

_____, *História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Lisboa, Edições Colibri. Grupo de trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações do Descobrimentos Portugueses. 1999. (2)

_____, *D. João: Príncipe e Rei no Brasil*. Lisboa, Livros Horizonte, 2008.

VAZ, Francisco António Lourenço. “O Grande Livro da Natureza nos textos e viagens filosóficas de José António de Sá”. In: Maria de Fátima Nunes, Norberto Cunha. (coord.) *Imagens da Ciência em Portugal Séc. XVIII-XX*. Caleidoscópio, Casal de Cambra, Setembro de 2005.

VELLOSO, Júlio Caio. “Manuscritos da Academia das Ciências de Lisboa relativos ao Brasil”. Lisboa, Revista ICALP (Instituto de Cultura e Língua Portuguesa), Março/1990, nº 19.

ANEXO 1

OBRAS DOS INTELLECTUAIS DE ORIGEM BRASILEIRA NA ACADEMIA REAL DE CIÊNCIAS DE LISBOA 1779-1822

1) José Correia Picanço.

*“Ensaio sobre o perigo das sepulturas nas cidades e nos seus contornos”*⁶¹⁸.

2) Manuel Inácio da Silva Alvarenga.

O desertor das letras

“Ode á mocidade portugueza, por ocasião da reforma da Universidade em 1772” .

-Heoïda Theseo a Ariadna,

-Ao Sempre Augusto e Fidelissimo Rey de Portugal Dom José I, no dia da collocação da sua real estatua equestre: Epistola.

-No dia da Inauguração da estatua equestre D'ElRey N. Senhor D. José I. Soneto,

-No dia da Collocação da Estatua Equestre de ElRey Nosso Senhor. Ode,

-O templo de Neptuno, por Alcindo Palmireno, arcade ultramarino.

-Apotheose poética,

-A Gruta Americana por Alcino Palmireno árcade ultramarino a Terminando Sipilio árcade romano,

-O Canto dos Pastores. Egloga offerecida a

-(...)poetica ao ill.mo e ex.mo sr. Luis de Vascondellos e Sousa, vice-rei e capitão general do Brasil. Canção.

-Ás Artes Poema que a Sociedade Literária do Rio de Janeiro, recitou no dia dos annos de Sua Majestade Fidelíssima.

-“O Recolhimento do Parto”

⁶¹⁸ Segundo Palmira Morais Rocha de Almeida essa obra trata-se de uma tradução do francês com dedicatória ao Príncipe Regente. In: ALMEIDA, op. cit. p. 328. Para Silva e Aranha este *Ensaio* é uma tradução da obra que com o mesmo título publicára alguns annos antes em Paris Vicq d’Azir, por ele vertida da italiana de Scipião Piatolli. In: SILVA e ARANHA, op. cit. p. 298.

- *Glaura; poemas eróticos*
- “*Ode a Affonso de Albuquerque*”
- *Canção aos annos da fidelissima rainha a senhora D. Maria I, em 1797.*
- *Ás Artes: poema que a Sociedade Litteraria do Rio de Janeiro consagrou aos annos de S. M. F. a senhora D. Maria I.*
- *Odes de anachreonte,*
- *Obras poéticas,*
- *Obras Completas,*
- *Satyra aos vícios,*
- *Ao governador das Minas Gerais,*
- *Epístola.*

3) Joaquim Veloso de Miranda.

- *These ex universa philosophia.*
- *Memorias de viagens,*
- *Botanica Brasileira*⁶¹⁹.

4) Simão Pires Sardinha.

- *Experiências feitas com hum termonmetro n'huma viagem para o Brasil*⁶²⁰.

5) Joaquim de Amorim Castro.

- *Historia Natural do Brazil, segundo systema de Linneu, com descrições de alguns animaes, e observações sobre a cochonilla, tabaco, salsa, e a nova imprensa cylindrica para a factura do tabaco em folha, com estampas exactas e fieis,...,*
- *Relação das madeiras descriptas que se comprehendem no termo da villa da Cachoeira. Com amostras e estampas exactas das mesmas*⁶²¹.

⁶¹⁹ Ibidem.

⁶²⁰ Colleção de memórias físicas e económicas offereciadas a Academia Real das Sciencias de Lisboa que não poderão entrar nas collecções impressas, tomo I. 31 de Julho de 1782. Academia de Ciências de Lisboa. Ms 373. Série Azul.

*-Memória sobre as espécies de Tabaco que se cultivam no Brasil, com as observações sobre a sua Cultura, Comércio, Artes, com a Descrição Botânica das novas espécies, estampas iluminadas e mapa da Vila de Cachoeira*⁶²².

-Memória sobre o malvaísco do districto da villa da Cachoeira no Brasil,

-Memoria sobre a cochonilha do Brasil.

6) João da Silva Feijó

- Ensaio Económico sobre as Ilhas de Cabo Verde em 1797,

- Ensaio Político sobre as ilhas de Cabo Verde,

- Memória sobre a urzella de Cabo-Verde,

- Memória sobre a Fabrica Real de Anil da Ilha de Santo Antão,

- Memória sobre a última erupção vulcânica da ilha do Fogo,

*- Carta topographica do Ceará á Mina de Salpreta, descoberta no sitio da Patajuba, na distancia de 55 léguas da villa da Fortaleza,*⁶²³.

*-Planta demonstrativa da Capitania do Ceará para servir de plano á sua carta topographica,*⁶²⁴.

*-Carta demonstrativa da Capitania do Ceará para servir á sua historia geral,*⁶²⁵.

-Memoria Económica sobre a raça do gado lanígero na Capitania do Ceará, com mos meios de organizar os seus rebanhos por princípios rurais, aperfeiçoar a espécie actual das suas ovelhas, e conduzir-se no tratamento d'ellas e das suas lãs em utilidade geral do commercio do Brasil, e prosperidade da mesma capitania.

-Memória sobre a Capitania do Ceará.

-Preambulo ao ensaio philosophico e politico sobre a capitania do Ceará para servir á sua historia geral, pelo sargento mór e naturalista João da Silva Feijó, encarregado das investigações philosophicas da mesma capitania.

⁶²¹ Estas duas obras se encontram na biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, no Rio de Janeiro. In: Ibidem, p. 132.

⁶²² Esta terceira obra se encontra na George Arents Collection da New York Public Library. In: Ibidem, p. 132.

⁶²³ Manuscrito existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. In: ALMEIDA, op. cit., p.177.

⁶²⁴ Manuscrito existente no Arquivo Militar do Rio de Janeiro. In: Ibidem, p. 177.

⁶²⁵ Manuscrito existente no Arquivo Militar do Rio de Janeiro. In: Ibidem, p. 177.

7) António Ferreira de Andrade.

-Magni Regis Magna Statua in Magno Foro Posita.

*-De equestri Josephi I. Statua lusitanorum sententia Epigramma. – In effigiem excellentissimi marchionis Pomballi ex aere fusam*⁶²⁶.

8) Francisco de Melo Franco.

*-O Reino da Estupidez, Poema.*⁶²⁷

-Tractado da Educação Fysica dos Meninos, para uso da Nação Portuguesa publicado por ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa.

*-Medicina Teológica, ou Supplica Humilde, Feita a todos os Senhores Confessores, e Directores, sobre o modo de proceder com seus Penitentes na emenda dos peccados, principalmente da Lascívia, Cólera, e Bebedice.*⁶²⁸

-Epicédio à morte de José Francisco Leal, Lente de Medicina na Universidade de Coimbra”.

-Relatório sobre a vacinação de cinquenta e três pessoas.

-Elementos de Hygiene: ou Dictames Theoreticos, e Practicos para conservar a saúde, e prolongar a vida.

-Discurso recitado em sessão publica da Academia Real das Sciencias, sendo Vice-secretario.

⁶²⁶ ALMEIDA, op. cit., p.63.

⁶²⁷ Manuscritos da Série Azul. Impresso pela Academia de Ciências de Lisboa. 599/13, p. 200. Disponível em: <http://www.acad-ciencias.pt/PDF/catalogoma.pdf>. Acesso em 07/12/2008. O livro é uma sátira poética à Universidade de Coimbra dos inícios da Viradeira, restituída aos reaccionários de outrora. Circulou em manuscritos em 1785, quando o académico havia saído da prisão. Em sua composição ou circulação teria havido, nas palavras de Villalta, a colaboração de outro académico José Bonifácio Andrada e Silva. In : VILLATA, 1999, p. 168. Para Almeida, este poema satírico em quatro cantos apareceu sob o pseudónimo de *Fabício Cláudio Lucrécio*, constituindo uma crítica aos mestres do ensino universitário pós-pombalino. In: ALMEIDA, op. cit. p. 191. http://www.acad-ciencias.pt/PDF/Catalogo_MV_I.pdf. Série Vermelha, p. 103.

⁶²⁸ É de interesse o episódio da publicação de seu livro *Medicina Teológica*, no qual a autoria ficou oculta até 1862, quando se revelou ser de sua autoria. Impresso em 1794 com a aprovação da Real Mesa da Comissão Geral para a Censura de Livros, foi motivo de ira do Intendente Geral da Polícia com o tribunal. VILLATA, 1999, p. 166. Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo – IANTT – Intendência Geral de Polícia, Livro 4, p.235-235v.

*-Ensaio sobre as febres, com observações analyticas á cerca da topographia, clima e demais particularidades que influem no carácter das febres do Rio de Janeiro*⁶²⁹.

-Noutes sem somno.

9) Alexandre Rodrigues Ferreira.

-Descrição da gruta do Inferno morro da Nova Coimbra sobre o Paraguay.

-"Noticia sobre a voluntária redução da paz e amizade da feroz nação dos gentios Muras nos annos de 1785 e 1786"

-Memórias sobre: os instrumentos que usa o gentio para tomar tabaco Paricá; a louça que fazem as índias do Grão-Pará; as cuias que fazem as índias de Monte Alegre e Santarém, as salvas de palhinha pintada que fazem as índias da vila de Santarém; as máscaras e farsas que fazem para os seus bailes os gentios Iurupixunas: e as malocas dos gentios Curutús..

-Viagem á gruta das Onças.

-Propriedade e posse das terras do Cabo do Norte pela Coroa de Portugal.

-Memoria sobre o Oyapok.

-Viagem filosófica pelas Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá: Memórias, Zoologia e Botânica.

-Oração latina por ocasião dos annos do Sereníssimo Senhor D. José, Príncipe do Brasil.

-Memórias sobre as matas de Portugal,

-Abuso da Conchiologia em Lisboa,

-Memória ou parecer sobre a plantação dos Olivais nas terras que na villa de Coruche tinha Joaquim Rodrigues Botelho.

-Memória histórica da ilha de Joannes ou Marajó.

-Prospecto da cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará.

-Miscellania histórica para servir de explicação ao prospecto da cidade do Pará.

⁶²⁹ Quando já estava a residir no Rio de Janeiro o académico escreveu a obra para ser apresentada à Academia de Ciências de Lisboa, enviando a mesma ao secretário da instituição Sr. Conde de Palmela. In: VALADARES, 2004. p.370.

-Noticia da fundação do Convento de Nossa Senhora das Mercês da cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará, extrahida do archivo do dito convento.

-Miscellania de observações philosophicas no Estado do Pará em 1784.

-Memorias de alguns sucessos do Pará.

-Estado presente da agricultura do Pará em 1784.

Instrucções do methodo (...)se devem conduzir no modo de fazer as sementeiras.

-Memoria sobre os engenhos de branquear o arroz no Estado do Pará.

-Memoria sobre a lavoura do Macapá.

- Lembranças da fazenda de gado vaccum, que se acham estabelecidas nas costas do Amazonas.

-Reflexões abreviadas dos principaes motivos que obstaram ao amior e desejado progresso da lavoura e commercio do Estado do Grão-Pará.

-Breves instrucções sobre o methodo de recolher e transportar algumas producções, que se acham no sertão e costas do mar.

-Diário de viagem feita no rio Dimiti no anno de 1785.

-Memória sobre a marinha interior do Estado do grão-Pará.

-Extracto do diário de viagem philosophica pelo Estado do Grão-Pará em 1787.

-Grão-Pará. Confluentes do amazonas pela sua margem boreal, cortando da foz do Araguay para cima.

-Diario da viagem philosophica pela Capitania de São José do Rio Negro, com informações do estado presente dos estabelecimentos portuguezes na sobredita capitania.

-Participação geral do Rio Negro e seu território, extracto do diário da viagem philosophica pela dita capitania de 1775 a 1786.

-Diario do Rio Branco.

-Tratado histórico do Rio Branco.

-Relação circinstaciada do Rio Madeira e seu território desde a sua foz até à sua primeira cachoeira chamada de Santo António.

-Supplemento ao diário do Rio madeira.

-Rio Guaporé.

-Descripção de vários rios(Beny, Mamoré, Itunamas e Baure).

-Roteiro das viagens da cidade do Pará até às ultimas colónias dos domínios portuguezes em os rios Amazonas e Negro.

-Prospecto philosophico e politico da serra de S. Vicente...

- Roteiro da viagem de mato grosso.
- Supplemto à memoria dos rios de Mato Grosso.
- Catalogo da verdadeira posição dos logares abaixo declarados pertencentes às capitais do Pará e Mato grosso.
- Relação de animais silvestres que habitam as matas de todo o sertão do grão Pará-
- Relação de todos os pássaros e bichos de Estado do Grão-Pará....
- Memorias sobre as tartarugas.
- Memorias sobre os jacarés do Estado do Grão- Pará.
- Memorias sobre o uso que dão ao peixe-boi.....
- Memoria sobre o peixe pirarucú.
- Descrição do peixe arananã.
- Memoria sobre o alicorne do mar.
- Memorias sobre as salinas do cunha....
- Observações geraes e particulares sobre a classe das mães, observadas nos territórios dos rios Amazonas, Negro e Madeira.
- Diários sobre as observações feitas nas plantas que se recolheram nos rios Branco e Madeira.
- Memorias sobre as palmeiras.
- Relação das amostras de algumas qualidades de madeiras das margens do rio Negro.
- Relação dos nomes das madeiras próprias para as construções das embarcações moveis e outros destinos, que se tem descoberto no Estado do Pará.
- Relação das Madeiras do Estado do Pará, de que foram amostras à Secretaria de Estado da Marinha.
- Memoria sobre as casacas de paus que se applicam para curtir couros.
- Memoria sobre o lenho de quassia, extrahida das dissertações de Linnêo.
- Memoria sobre uma porção de cabo formada de casca do guambecima.
- Descrição sobre a cultura do canhamo, sua collheita, maceração na agua até se pôr no estado a ser gramado, ripado e asseado.
- Observações sobre a cultra e fabrico de urucú.
- Memoria sobre o anil do Pará e Rio Negro.
- Instrucções para extrair o anil.

-Collecção das experiências de tinturaria, que se fizeram na viagem da expedição philosophica pelo rio Negro com doze amostras de tinta em lã.

-Noticias dos mais terríveis contágios de bexiga, que tem havido no Estado do Pará do anno de 1720 em diante.

-Enfermidades endémicas da capitania de Mato grosso.

-Virtudes, preparação e uso da raiz de caninana nas enfermidades venéreas, tanto recentes, como chonicas.

-Supplemento sobre a guerra ordenada contra as nações de índios que infestam as capitancias de Piauhys.

-Mapa de todos os moradores, brancos, índios e pretos escravos, existentes na villa capital de Barcellos em 31 de Outubro de 1786.

-População do povo de Albuquerque aos 17 de Abril de 1791.

-Propriedades e posses das terras cedidas aos francezes na margem boreal do rio Amazonas.

-Directorio que Sua Majestade manda observar no seu Real Jardim Botânico.

-Inventario geral e particular de todos os productos naturaes e artificiaes, livros, instrumentos, utensílios e moveis pertencentes ao Real Gabinete de História Natural, Jardim Botânico e suas casas annexas, como são: gabinete da bibliotheca, casa de desenho, dita do laboratório, ditas das preparações e armazém de reserva, etc⁶³⁰.

10) José de Sá Bettencourt Accioli.

-Memória Mineralógica do Terreno Mineiro da Comarca de Sabará.

-Memoria sobre a plantação dos algodões e sua exportação, sobre a decadencia da lavoura de mandioca, no termo da villa de Camanui, comarca dos Ilhéus, governo da Bahia, apresentada e offerecida a sua Alteza Real o Principe do Brazil Nosso Senhor.

-Officios dirigidos ao governador da Bahia, no anno de 1797 a 1806, dando conta das suas commissões, diligencia do salitre e entrada para Montes Altos.

-Memoria sobre a viagem do terreno nitrozo (dos Montes Altos da Bahia)

⁶³⁰ Ibidem, pp.180, 181, 182 e 183. A autora afirma ainda que suas memorias ficaram na quase totalidade inéditas, encontrando-se grande número delas na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil.

11) Manuel Ferreira da Câmara Bettencour e Sá.

- Ensaio de descrição física, e economica da Comarca dos Ilheos na América.*
- Observações feitas por ordem da Real Academia de Lisboa acerca do carvão de pedra que se encontra na freguesia da Carvoeira.*
- Dissertação sobre as plantas do Brasil que podem dar linho.*
- Memoria de Observações Physico-Economicas acerca da extração do oiro das Minas do Brasil*⁶³¹.
- Memoria mineralógica do terreno mineiro da comarca do Sabará*⁶³²
- Tratado de Mineralogia do Brasil.*
- Projecto de Constituição para o Império do Brasil.*

12) Vicente Coelho de Seabra Silva e Telles.

- Dissertação sobre a Fermentação em Geral, e suas espécies Offerecida Ao Senhor Jozé de Vasconcellos Parada e Soiza,*
- Memória sobre a Cultura do Rícino ou Mamona*
- Memória sobre o Método de Curar a Ferrugem das Oliveiras*
- Memória sobre a Cultura das Vinhas e Manufactura do Vinho*⁶³³.
- Memória em que se dá notícia das diversas espécies de Abelhas que dão Mel, próprias do Brasil e desconhecidas na Europa*
- Memória sobre a Cultura do Arroz em Portugal e suas Conquistas*
- Memória sobre os Prejuízos causados pelas Sepulturas dos Cadáveres nos Templos e o método de os prevenir.*
- Memoria sobre a cultura do rícino ou mamona em Portugal e manufactura do seu óleo.*

⁶³¹ Manuscrito existente na British Museum, em Londres. In: ALMEIDA, op. cit. p. 359.

⁶³² Manuscrito existente no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, no Rio de Janeiro. In: ALMEIDA, op. cit. p. 359.

⁶³³ Memórias de Agricultura, premiada pela Academia Real de Ciências de Lisboa. In: ALMEIDA, op. cit. p. 434.

- História e Cura das Enfermidades mais usuaes do Boi, e do Cavalo.*
- Elementos de Chimica, offerecidos á Sociedade Litteraria do Rio de Janeiro para uso do seu curso de chimica*⁶³⁴.
- Dissertação sobre o calor: offerecida ao Sr. José Bonifacio de Andrada e Silva*
- Dissertação sobre a fermentação em geral e seus especies.*
- Nomenclatura chimica portugueza, franceza e latina; a que se ajunta o systema de caracteres chimicos adaptados a esta Nomenclatura por Waffenfratz e Adet .*

13) José Bonifácio de Andrada e Silva.

- Canção fúnebre á Morte de S. A. R. O Senhor Dom José, Príncipe do Brasil.*
- Ecloga na Morte do Serenissimo Senhor D. Joseph Príncipe do Brasil*⁶³⁵.
- Memoria sobre a pesca das baleas, e extracção do seu azeite.*
- Mémoire sur les diamants du Brésil*⁶³⁶.
- Viagem geognostica aos Montes Euganeos no território de Pádua.*
- Viagem Mineralógica pela província da Extremadura até Coimbra.*
- Instrucções práticas e económicas para os mestres e feitores das minas de ouro de desmonte e lavagem no Brasil.*
- Memória sobre a minerografia da serra que decorre do Monte de Santa Justa até Santa Comba.*
- Memória sobre os veios e jazigos metalíferos de Trás-os-Montes.*
- Instrucções dadas pelo lente de metallurgia da Faculdade de Philosophia da Universidade de Coimbra.*
- Compendio de montanhística, geometria subterrânea e docimasia metallurgica.*
- Memória sobre o fluido eléctrico.*
- Memórias sobre as minas de carvão-de-pedra em Portugal.*

⁶³⁴ Primeira obra de química em língua portuguesa editada em Coimbra em 1788, na Real Oficina da Universidade. Ibidem, p. 368.

⁶³⁵ Os poemas fazem parte da *Collecção Funebre das obras impressas por ocasião da morte do Serenissimo Senhor D. Joseph Príncipe do Brasil*. A identificação do escritor através de iniciais pode levantar algumas questões de autoria, que não são dissipadas pela análise do manuscrito existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. In: ALMEIDA, op. cit. p.408.

⁶³⁶ Tese apresentada, em 1790, à Sociedade de História Natural de Paris. In: ALMEIDA, op. cit. p.409.

-Há terrenos que pelo arado não dão fruto, mas sendo cavados com o picão sustentam mais do que se fossem férteis.

-Experiências químicas sobre a quina do Rio de Janeiro, comparada com outras.

-Memoria sobre a necessidade e utilidades do plantio de novos bosques em Portugal, particularmente de pinhaes nos areas de beira-mar; seu methodo de sementeira, costeamento e administração⁶³⁷.

-Discurso histórico, recitado como Secretario da Academia Real das Sciencias de Lisboa na sessão de 24 de Junho de 1813.

-Discurso histórico, recitado na Academia Real das Sciencias na sessão de 24 de Junho de 1815.

-Memoria sobre a nova mina de ouro da outra banda do Tejo chamada Príncipe Regente.

-Memoria sobre as pesquisas e lavra dos veios de chumbo de Chacim, Souto, Ventozello e Villar de Rei, na provincia de Traz-os-montes.

-Elogio Academico da senhora D. Maria I, recitado em sessão publica da Acad. Real das Sciencias de Lisboa a 20 de Março de 1817.

-Memoria sobre as pesquisas e lavra dos veios de chumbo de Chacim, Souto, Ventozello e Villar de Rey, na Província de Traz-os-Montes.

-Memória mineralogica sobre o distrito metalífero entre os rios Alva e Zêzere.

-História da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o ano de 1818

-Discurso historico recitado na sessão publica de 24 de Junho de 1818.

-Discurso histórico recitado na sessão publica de 24 de Junho de 1819.

-Lembranças e apontamentos do governo provisório da Província de São Paulo para seus deputados; mandadas publicar por ordem de sua Alteza Real, o Príncipe Regente do Brasil; as instancias dos mesmos senhores deputados.

-Carta do governo provisório da Província de São Paulo a Sua Alteza Real o Príncipe Regente, de 20 de Agosto de 1821, em resposta à carta regia que o mesmo príncipe lhe mandará expedir em 30 de Julho do mesmo ano.

-Estatutos para a Sociedade Económica da província de São Paulo.

-Manifesto do Príncipe Regente do Brasil aos Governos e Nações Amigas,

⁶³⁷ Catálogo do manuscrito da série azul, nº 1776, p.484. Impresso pela Academia de Ciências de Lisboa. Disponível em: <http://www.acad-ciencias.pt/PDF/catalogoma.pdf>. Acesso em 07/12/2008.

-Manifesto de S: A: Real O Príncipe Regente Constitucional e Defensor perpetuo do Reino do Brasil aos povos deste Reino.

-Representação que, à Augusta presença de Sua Alteza Real o Príncipe Regente do Brasil, levarão o Governo, o Senado da Câmara, e Clero de S. Paulo;.....

-Edital de 12 de Dezembro de 1822.

-Discurso que dirigiu a Sua Alteza Real, em nome do governo da Parahyba do Norte.

-Discurso que recitou perante Sua Majestade Imperial, por ocasião da sua aclamação, em nome dos povos da Parahyba do Norte,...

-Projecto de Constituição para o Império do Brasil⁶³⁸.

-Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil.

-Memória econômica e metalúrgica, sobre a fábrica de ferro em Sorocaba, São Paulo/ Brasil.

-Representação á Assembléa geral constituinte e legislativa do Imperio do Brasil sobre a escravatura.

-O Poeta Desterrado. Ode escrita em Bordeaux em 1825, por Américo Elysio.

-Poesias avulsas de Americo Elysio.

-Ode aos Gregos por um brasileiro.

-A Primavera: Idyllio traduzido do grego em portuguez.

-Sonetos

-A criação da mulher. (poema)

-A Poesia e Á amizade.

-Ser e não ser. (Soneto)

-Réfutatiion dès calomnies relatives aux affaires du Brésil insérées par un Sieur De Loy dans L'Indépendant de Lyon, par messieurs José-Bonifacio d'Andrada, Ex-Ministre del'Intereur et dès Affaires Étrangères, Ex-premier Gentilhomme de l'Empereur, Ex-Commandant dela garde Civique et Ex-Député à Assemblée Constituante du Brésil....

-Viagem mineralógica na província de S. Paulo.

-Protesto á Nação Brasileira, e ao Mundo Inteiro, pelo cidadão José Bonifácio d'Andrada e Silva, Deputado pela Bahia.

⁶³⁸ A elaboração deste projecto coube a uma comissão, da qual fazia parte o académico José Bonifácio, mostrando o documento diversas anotações de sua autoria. In: ALMEIDA, op. cit. p. 411.

-Manifesto do G.:O.:B.: a todos os GG.:OO.:,GG.:LL.:,LL.:RR.: e MM.: De todo o mundo.

-Cantigas Bacchicas.

-Necessidade de uma academia agrícola no Brazil.

-Manifesto do Grande Oriente do Brasil.

-Ensaio de história contemporânea.

-Jornal de viagens.

-Memoria sobre o trabalho e manipulação das minas de ouro em geral.

-Testamento metalúrgico e Tratado de Mineralogia ⁶³⁹.

14) José Mariano da Conceição Veloso.

-Alographia vegetal da potassa, mineral ou soda e de seus nitratos, segundo as melhores memorias estrangeiras que se tem excripto a este assumpto. Debaixo dos auspícios e de ordem de Sua Alteza Real o Príncipe do Brazil Nosso Senhor.

-Palladio Portuguez: ou Clarim de Pallas que annuncia periodicamente os novos descobrimentos e melhoramentos n'Agricultura, Artes, Manufacturas, Commercio, etc.

-Floræ Fluminensis, seu descriptionum plantarum proefectura fluminensi sponte nascentium liber primus ad systema sexuale concinnatus Augustissime Dominoe Nostroe per manus Illmi. Ac Exmi. Aloysi Vasconcellos & Sousa, Brasilie pro-regis quarti &c. &c, &c.

-Alographia dos alkalis fixos vegetal ou potassa, mineral ou soda, e dos seus nitratos, segundo as melhores memorias estrangeiras, etc.,

-O Fazendeiro do Brasil, melhorado na economia rural dos generos já cultivados, e de outros que se podem introduzir: e nas fabricas que lhe são proprias, segundo o melhor que se tem excripto a este assumpto, colligido de memorias estrangeiras

-Aviario brasilico, ou galeria ornithologica das aves indigenas do Brasil, disposto e descripto segundo o systema de Carlos Linneo, copiado do natural e dos melhores auctores, precedido de diversas dissertações analogas ao seu melhor conhecimento, acompanhadas de outras extranhas ao mesmo continente.

⁶³⁹ Para maiores detalhes sobre as obras do académico ver também: BLAKE, op. cit. Quarto volume, pp. 346 a 350.

-Instrucções para se transportarem por mar as arvores, plantas vivas, sementes, e outras curiosidades naturaes.

-Relação das moedas dos paizes estrangeiros, com o valor de cada uma, reduzida ao dinheiro portuguez, para uso dos commerciantes.

-Mappa botanico para uso do ill.mo e ex.mo sr. Luiz Vasconcellos e Sousa, vice-rei do estado do Brazil.

-Descrição e classificação de varias plantas do Brazil.

Segue-se a apresentação de algumas publicações coligidas, traduzidas e publicadas pelo Frei José Mariano Veloso:

-Memoria sobre a cultura e preparação do girofeiro aromatico, vulgo cravo da India, nas ilhas de Bourbon e Cayena, etc. Traslada em vulgar por Fr. José Marianno.

-Memoria sobre a cultura do loureiro cinomomo, vulgo caneleira de Ceilão, que acompanhou a remessa das plantas da mesma, feita de Goa para o Brasil. Publicada por Fr. José Marianno.

-Memorias e extractos sobre a pipereira negra (Piper nigrum L.) que produz o fructo conhecido vulgarmente pelo nome de pimenta da India. Publicadas por Fr. José Marianno.

-Memoria sobre os queijos de Roquefort, por Mr. Chaptal. Traduzida por Fr. José Marianno.

-Collecção de memorias inglezas sobre a cultura e commercio do linho canamo, tiradas de differentes auctores, que devem entrar no tomo v do Fazendeiro do Brasil: traduzidas e publicadas por Fr. José Marianno.

-Quinographia portugueza, ou collecção de varias memorias sobre vinte e duas especies de quinas, tendentes ao seu descobrimento nos vastos dominios do Brasil, copiada de varios auctores modernos.

-Helminthologia portugueza, em que se descrevem alguns generos das duas primeiras ordens, intestinaes e molluscos, da classe sexta do reino animal, vermes: por Jacques Barbut. Traduzida por Fr. José Marianno.

-Discurso practico ácerca da cultura, preparação e maceração do canamo, lido e approvado pela Real Sociedade Agraria de Turim, traduzido do italiano por Fr. José Marianno.

-Memoria sobre a cultura da urumbeba, e sobre a criação da cochonilha, extrahida de Mr. Bertholet, etc., e copiada do 5.º tomo dos Annaes de Chimica, por Fr. José Marianno.

-Descripção sobre a cultura do Canamo, ou canave, Sua colheita, maceração n'agua, até se pôr no estado por ser gramado, ripado, e assedado. Traduzida, e impressa por ordem de Sua Magestade.

-Sciencia das sombras relativas ao desenho: obra necessaria a todos os que querem desenhar architectura civil e militar, ou que se destinam á pintura, etc. etc. Por Mr. Dupain, traduzida por Fr. José Marianno.

-Tentamen dispositionis methodicæ fungorum in classes, ordines, genera et familias. Cum supplementum adjecto auctore C. H. Persoon. Curante Fr. Josepho Marianno.

-Jacobi Dickson fasciculos Plantarum Cryptogamicarum Britanniae Lusitanorum Botanicorum,

-Memoria sobre a moagem dos grãos, e sobre outros objectos relativos, por Mr. Muret: traduzida por Fr. José Marianno.

-Naturalista instruido nos diversos methodos antigos e modernos de ajuntar, preparar e conservar os productos dos tres reinos da natureza, colhido de differentes auctores, por Fr. José Marianno.

-Tractado sobre a cultura, uso e utilidade das batatas, ou papas solanum tuberosun, por D. Henrique Doyle, traduzido do hespanhol por Fr. José Marianno.

-Extracto sobre os engenhos de assucar do Brasil, e sobre o methodo já então praticado na factura d'este sal essencial; tirado da obra Riqueza e opulencia do Brasil, por Fr. José Marianno.

-Tractado da agua, relativamente á economia rustica, ou irrigação dos prados, por Mr. Bertrand, traduzido por Fr. José Marianno.

-Memoria sobre a cultura e productos da cana de assucar offerecida a S. Alteza Real O Principe Regente Nosso Senhor. Pela Mesa de Inspeção do Rio de Janeiro. Apresentada por José Caetano Gomes, e de ordem do mesmo senhor publicada por Fr. Jozé Mariano Velloso.

-Raphaelis Thori de Paeto seu Tabaco carminum libri duo, in paetisugorum gratiam, aequae ac praecipue colentium soteropolitanis brasiliae in arvis, denuo typis commissi curante Fr. Josepho Mariano Velloso.

-Regimento do Provimento da Saude, para o Porto de Belém reimpresso por ordem de S. Alteza Real O Príncipe Regente Nosso Senhor.

-Tratado Historico, E Fuzico das Abelhas, composto, por Francisco de Faria e aragão presbytero secular, publicado debaixo dos auspícios, e ordem de S. Alteza Real, O Principe Regente nosso senhor. Por Fr. Jozé Mariano Velloso.

-Relação das Moedas Dos Paizes estrangeiros, Com o valor de cada huma, reduzido ao dinheiro Portuguez para uso dos commerciantes, publicada, debaixo dos auspícios, e ordem de S. Alteza Real O Principe Regente nosso senhor, por Fr. José Mariano Velloso.

-Compendio de Agricultura resumido de varias memorias, e cartas offerecidas Á Sociedade de Bath. Traduzidas do inglez debaixo dos auspícios, e ordem de Sua Alteza O Principe Regente N. S. por Ignacio Paulino de Moraes.

-Memoria sobre a qualidade e sobre o emprego dos adubos, ou estrumes: por Mr. Massac; traduzida por Fr. José Marianno.

-Ensaio sobre o modo de melhorar as terras, por Mr. Patullo, traduzido por Fr. José Marianno.

-Collecção de memorias sobre a quassia amarga, e simaruba: traduzidas por Fr. José Marianno.

-Compendio sobre a cana do assucar, e sobre os meios de lhe se extrahir o sal essencial por J. A. Dutrone: traduzido por Fr. José Marianno.

-Memoria sobre as molestias dos Agricultores, compostas pelo D. G. Falkoner formado em medicina, e membro da sociedade real de Londres, etc. etc. [sic] Traduzido do Ingles por Ordem Superior.

-Principios da arte da Gravura, transladados do Grande Livro dos Pintores de Geraldo Lairesse Livro Decimoterceiro para servirem de appendice aos principios do desenho do mesmo author, em beneficio dos gravadores do Arco do Cego.

-A Arte da Pintura de C. A. do Fresnoy, traduzida do francez em portuguez, e exposta aos candidatos, e animadores desta bella arte. Debaixo dos auspícios, e ordem de Sua Alteza Real o Principe Regente N. S. Por Jeronymo de Barros Ferreira professor de desenho, e pintura historica nesta corte.

-Descrição do Branqueamento dos Tecidos, e fiados de linho, e algodão, pelo acido muriatico oxigeneado, e de outras suas propriedades, relativas as artes, por Berthollet: Traduzida do francez em lingua portugueza Por ordem superior.

-O Grande livro dos Pintores, ou arte de pintura, considerada em todas as suas partes, e demonstrada por principios, com reflexões sobre as obras d'alguns bons mestres, e sobre as faltas que nelles se encontrão. Por Gerald Lairese, com hum appendice no principio sobre os principios do desenho. Traducção do Francez. De Ordem e debaixo dos auspicios de Sua Alteza Real o Principe Regente N. Senhor.

-Principios da arte da Gravura, trasladados do Grande Livro dos Pintores de Gerardo Lairese, livro Decimoterceiro para servirem de appendice aos principios do desenho do mesmo author, em beneficio dos gravadores do Arco do Cego, de ordem e debaixo dos auspicios de Sua Alteza Real O Principe Regente N. Senhor.

-Principios do Desenho tirados do Grande Livro dos Pintores, ou da Arte da Pintura, de Gerardo Lairese, traduzido do francez para beneficio dos gravadores do Arco do Cego, de ordem e debaixo dos auspicios de Sua Alteza Real O Principe Regente N. Senhor.

-O meio de se fazer pintor em três horas, e de executar com o pincel as obras dos maiores mestres, sem se ter aprendido o desenho, Traduzido do francez.

-Descriptio et adumbratio plantarum e classe cryptogamica Linnæi quæ Lichenes dicuntur. A D. Georg. Franc. Hoffmann P. P. E. Soc. Physiog. Lund. Memb. Lusitanorum Botanicorum in usum, celsissimi ac potentissimi Lusitaniæ Principis Regentes D. N. et jussu et auspiciis denuo typis mandata, curante Fr. Josepho Marianno Velloso.

-Mineiro do Brasil, melhorado pelo conhecimento da mineralogia, e metalurgia e das sciencias auxiliaadoras: por Mr. de Genssane: traduzido por Fr. José Marianno da Conceição Velloso.

-Mineiro nivelador, ou hydrometra, copiado do novo tractado de nivelamento de Mr. le Febure, por Fr. José Marianno.

-Instrucções para o transpporte por mar de arvores, plantas vivas, sementes, e de outras diversas curiosidades naturaes.

-Diccionario portuguez e brasileiro, obra necessaria aos ministros do altar, que emprehenderem a conversão de tantos milhares de almas que ainda se acham dispersas pelos vastos sertões do Brazil, sem o lume da fé e baptismo. Aos que parocheam missões antigas, pelo embaraço em que n'ellas se falla a lingua portugueza, para melhor poder conhecer o estado

*interior das suas consciencias. A todos os que se empregarem no estudo da historia natural, e geographia d'aquelle paiz; pois conserva (sic) constantemente os seus nomes originarios e primitivos: por ***.*

-Diccionario da lingua geral dos indios do Brazil, reimpresso e augmentado com diversos vocabularios, e offerecido a sua magestade imperial.

-Aviário Brasilico, ou Galleria Ornithologica das aves indígenas do Brasil, disposto e descripto segundo o systema de Carlos Linne, copiado do natural, e dos melhores authores, precedido de diversas dissertações análogas ao seu melhor conhecimento, acompanhado de outras estranhas do mesmo continente, tudo debaixo da protecção, e ordem de S. A. R. O Príncipe do Brasil Nosso supremo Imperante.

-Arte de grammatica da lingua do Brazil.

-Descripção de varios peixes do Brazil.

-Catechismo de doutrina christã nas linguas portuguezas e brasileira.

15) António Pires da Silva Pontes Leme.

-Memórias sobre a utilidade pública de tirar ouro das minas e os motivos dos poucos interesses dos particulares que mineram actualmente no Brasil”⁶⁴⁰.

-Carta limítrofe do Paiz de Mato Grosso e Cuyabá. Desde a foz do Rio Mamoré athe o Lago Xarayes e seus adjacentes.

O académico é também o tradutor do livro intitulado: *Construcção, e Analyse de proposições Geométricas e experiências practicas, que servem de fundamento á Architetura Naval* ⁶⁴¹.

-Memória sobre a casca de Cunga-assá, de 1800.

⁶⁴⁰ Academia das Ciências de Lisboa, série Azul. Mss. 373-A.

⁶⁴¹ “*Impressa por ordem de Sua Majestade e traduzida do inglez por A. P. da Silva Pontes, Cavalleiro Professo na Ordem de S. Bento de Aviz, Capitão de Fragata da Real Armada, e Governador da Capitania do Espírito Santo*”, em Lisboa, Na off. Patriarcal de João Procopio Correa da Silva, anno de 1798. Trata-se de uma tradução para a língua portuguesa de uma memória apresentada à londrina Royal Society a 18 de Fevereiro de 1796 pelo sócio George Atwood. Esta tradução destinou-se ao ensino dos alunos do curso de engenharia da construção naval e tinha como finalidade substituir o manual anteriormente adoptado. In: CORRÊA., op. cit. p. 18. ALMEIDA, op. cit. p.241.

16) José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho.

-Memória sobre o preço assucar.

- Ensaio económico sobre o comércio de Portugal e suas colónias offerecido ao sereníssimo príncipe do Brazil Nosso Senhor e publicado de ordem da Academia Real das Sciencias.

-Carta pastoral em que o Excellentissimo e Reverendíssimo Bispo de Pernambuco saúda aos seus diocezanos.

-Estatutos do seminário Episcopal da N. Senhora da Grasa da cidade de Olinda de Pernambuco ordenados por D. José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho, XII Bispo de Pernambuco do Conselho de S. majestade Fidelíssima, fundador do mesmo seminário.

-Estatutos do Recolhimento de N. Senhora da Gloria do lugar da Boa-Vista de Pernambuco ordenados por D. José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho, XII Bispo de Pernambuco do Conselho de S. majestade Fidelíssima.

-Analyse sur la justice du Commerce du Rachat dès Esclaves de la Cote D'Afrique. Par Joseph-Joachim da Cunha de Azeredo Coutinho.

-Analyse sobre a justiça do commercio do Resgate de Escravos da Costa da Africa, novamente revista e acrescentada por seu author D. José Joaquim da cunha de Azeredo Coutinho.

- Discurso sobre o estado actual das minas do Brasil, dividido em quatro capítulos: no primeiro mostra-se que as minas de ouro são prejudiciais a Portugal: no segundo a necessidade que ha de se estabelecerem aulas de mineralogia nas praças principaes das capitánias do Brasil: no terceiro aponta-se o meio de se facilitarem as descobertas de historia natural, e dos thesouros das colonias de Portugal: no quarto apontam-se os meios de se aproveitarem as producções e a agricultura do continente das Minas, que aliás é já perdido para o ouro.

- Allegação jurídica na qual se mostra que são do padroado da Coroa, e não da Ordem Militar de Christo, as Igrejas, Dignidades e Benefícios dos Bispados do Cabo de Bojador para o sul, em que se comprehendem os Bispados de Cabo Verde, S. Thomé, Angola, Brazil, Índia até a China.

-De feza de D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, Bispo de Elvas, em outro tempo de Pernambuco, Eleito de Bragança e Miranda, Governador Interino da Capitania de Pernambuco, Presidente da Junta de Fazenda, Director Geral dos Estudos, do Conselho de S. Majestade, &c., &c.

- Informação dada ao Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, por D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho Bispo de Elvas,

em outro tempo de Pernambuco, Eleito de Bragança e Miranda, Governador Interino da Capitania de Pernambuco, Presidente da Junta de Fazenda, Director Geral dos Estudos, do Conselho de S. Majestade, &c., &c.

- Respostas dadas ás propostas feitas por alguns parochos da diocese de Pernambuco.

- Exhortações pastoraes do Exc.mo Bispo d'Elvas aos seus diocesanos.

-Cartas que o Exc.mo Bispo d'Elvas D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, escreveu aos Exc.mo Generais Inglezes que mais concorrerão para a restauração de Portugal.

-Collecção de alguns Manuscritos do Exc.mo Bispo d'Elvas D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, depois Inquisidor Geral dos quaes posto que se tenham publicado alguns no periodico «Investigador portuguez» nos numeros de Fevereiro de 1812, e Setembro de 1815

- Copia da analyse da bulla do Sanctissimo Padre Julio III, que constitue o padrão dos Reis de Portugal, a respeito da união, e incorporção dos mestrados das ordens militares com os reinos de Portugal.

- Memoria lida na Academia Real das Sciencias, em que se refutam as assersões de Mr. Thomás no seu Elogio ao almirante Du Guay-Trouin, e de outros escriptores francezes que louvam a prudencia do mesmo almirante na tomada da praça do Rio de Janeiro etc.

- Obras Económicas.

17) Manuel Joaquim de Sousa Ferraz e Mendonça.

-Singular observação, que confirmam a sympathia do estômago com a cabeça.

-Observação de uma thysica tuberculosa, e uma concreção calcária⁶⁴².

-Observação anatómica de um feto humano, que em consequência de um parto laborioso passou à bexiga urinaria⁶⁴³.

-Memória sobre a Botânica e as vantagens que della resultam sobre a praxe medica⁶⁴⁴.

⁶⁴² VALADARES, 2004, pp. 364, 365 e 366. ALMEIDA, op. cit. p. 179.

⁶⁴³ ALMEIDA, op. cit. p. 179.

O académico traduziu para o português:

*-Methodo actual de inocular bexigas, com experiências que provam a utilidade da sua applicação ao tratamento das bexigas naturaes.....pelo auctor thomaz Dimsdale. Ornado de algumas notas por vários auctores*⁶⁴⁵.

Publicou no ano de 1795:

*“Memórias de alguns produtos espontâneos e não espontâneos da Província do Grão-Pará, que fazem o seu comércio de exportação”*⁶⁴⁶.

18) Manuel Arruda da Câmara.

-Disquisitiones quoedam physiologico-chemicoe, de influentia oxigeni in economia animal, precipué in calore hominum. Quas In Augustissimo Ludovicoe Medico Monspensulano proponebat Auctor Emmanuel Arruda, Pernambucanus apud Brasilienses, Liberalium Artium Magister, & jamdudum Medicinæ alumnus. Pró Baccalaureatus gradu consequendo, Monspelii.

-Aviso aos lavradores, sobre a inutilidade Da supposta fermentação de qualquer qualidade de grão, ou pevides, para augmento da colheita, segundo hum anuncio, que se fez ao publico.

*-Memoria sobre a cultura dos algodoeiros e sobre o methodo de o escolher, e ensacar, etc em que se propoem alguns planos novos. Para o seu melhoramento, offerecida A. S. A. Real, o Príncipe Regente Nosso Senhor*⁶⁴⁷.

⁶⁴⁴ Colecção de Memórias Físicas e Económicas oferecidas à Academia de Ciências de Lisboa que não puderam entrar nas Coleções impressas. Catálogo do manuscrito da série azul, nº 375, p.131. Impresso pela Academia de Ciências de Lisboa. Disponível em: <http://www.acad-ciencias.pt/PDF/catalogoma.pdf>. Acesso em 07/12/2008.

⁶⁴⁵ ALMEIDA, op. cit. p. 179.

⁶⁴⁶ Carlos da Silva Araújo, “Médicos Brasileiros Graduados em Montpellier e os movimentos políticos da Independência Nacional”, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, v. VIII, 1961, p. 125. Citado por VALADARES, 2004, op. cit. p.364.

-Discurso sobre a utilidade da instituição de jardins nas principaes províncias do Brazil, offerecido ao Príncipe Regente Nosso Senhor.

-Dissertação sobre as plantas do Brazil, Que podem dar linhos próprios para muitos usos da Sociedade, e supria a falta do Canhamo, indagadas de ordem do Príncipe Regente Nosso Senhor.

-Memoria sobre o algodão de Pernambuco.

-Memória sobre as plantas que se podem fazer a barrilha.

-Memórias

-Flora Pernambucana

-Insectologia ou colecção de desenhos de insectos.

-Tratado de agricultua.

-Tratado sobre a lógica.

-Tradução da Obra de Lavoisier.⁶⁴⁸

O académico ainda coordenou e redigiu em grande parte o:

-Diccionario de Botânica Brasileira ou Compêndio dos Vegetaes do Brasil, tanto indígenas como acclimados revistoa por uma Comissão da Sociedade Velloziana, e aprovada pela Faculdade de Medicina da Corte. Contendo: uma descripção scientifica de cada família a que pertencem, e outra vulgar ao alcance de qualquer intelligencia, seu emprego e diferentes denominações nas diversas províncias do Império, as

⁶⁴⁷ Manuscritos da série azul da Academia de Ciências de Lisboa, nº 246, p. 82. Impresso pela Academia de Ciências de Lisboa. Disponível em : <http://www.acad-ciencias.pt/PDF/catalogoma.pdf>. Acesso em 07/12/2008. Obra impressa na Oficina da Casa Literária do Arco de Cego por ordem do Frei José Mariano da Conceição Veloso, no ano de 1799. ALMEIDA, op. cit. p.121. Para maiores detalhes sobre mais publicações do académico Frei José Mariano da Conceição Veloso, ver item 4.1 deste capítulo.

⁶⁴⁸ SILVA e ARANHA. Vol. V, Tomo XVI, p.366 e 367. ALMEIDA, op. cit. p. 120 e 121. Para maiores detalhes sobre as obras do académico ver também: BLAKE op. cit. Sexto volume, p. 32.

*propriedades medicas e venenosas, sua utilidade nas artes, industrias, economia domestica e na veterinária.*⁶⁴⁹

O académico enviou para a Academia das Ciências de Lisboa as “Memórias sobre a cultura dos algodoeiros” que segundo o parecer de José Martins da Cunha, “deve ser impressa por que nela mostra o autor os conhecimentos de ciências naturais em diferentes temas...”⁶⁵⁰. Não encontramos informações sobre a impressão desta obra.

19) Manuel Luiz Alvares de Carvalho.

-Plano dos estudos de cirurgia. Offerecido por Manoel Luiz Alvares de Carvalho, Medico Honorario da Real Camara, & C.; junto com o mesmo Plano que sirva de Estatutos ao Curso de Cirurgia no Hospital da Santa Caza da Mizericordia desta Corte.

- Plano de organização, de uma escola medico-cirurgica,

-Biblioteca escolhida e rasoada da materia medica ou repertorio dogmatico dos melhores remedios que a experiencia clinica tem confirmado

-Summa da excellente obra medica intitulada Medicinae praxae systema.

- Instrucções provisórias que pela carta regia de 28 de janeiro de 1817 devem reger a cadeira de chimica da cidade da Bahia.

- Plano ou regulamenlo interino para os exercicios da academia medico-cirurgica do Rio de Janeiro.

- Regulamento interino para a fisicatura-mór do imperio do Brazil.

-Carta de lei... mandando executar o decreto da assembléa geral legislativa... dando nova organização ás actuaes academias medico-cirurgicas das cidades do Rio de Janeiro e da Bahia.

-Plano de organização das escolas de medicina do Rio de Janeiro e Bahia para ser apresentado á camara dos srs. deputados pela sociedade de medicina do Rio de

⁶⁴⁹ ALMEIDA, op. cit. p. 121.

⁶⁵⁰ Processo do respectivo académico na ACL. Manuscrito que se encontra arquivado no processo. Consulta em Janeiro de 2009.

Janeiro, em satisfação ao convite que lhe foi feito pela mesma camara a 7 de outubro de 1830.

-Plano da reorganisação do curso de pharmacia das escolas de medicina do Rio de Janeiro e Bahia, e creação de escolas provinciaes de pharmacia em diversas provincias do imperio, apresentado pela secção de pharmacia á academia imperial de medicina.

-Estatutos da escola de medicina do Rio de Janeiro

-Regulamento das faculdades de medicina⁶⁵¹.

20) João Manso Pereira.

-Memoria sobre a reforma dos alambiques, ou de um proprio para a distillação das aguas-ardentes.

- Memoria sobre o methodo economico de transportar para Portugal a agua-ardente do Brasil, com grande proveito dos fabricantes e commerciantes.

- Memoria sobre uma nova construcção de alambique, para se fazer toda a sorte de distillações com maior economia e proveito. Traduzida do francez, e accrescentada com notas⁶⁵².

Silva e Aranha ainda nos relata que além destas três produções o académico escrevera também a Fr. José Marianno Velloso e que este imprimira em Lisboa em 1800 as seguintes obras:

- Considerações sobre as cinzas do cambará, do imbó.

- Cópia de uma carta sobre a nitreira artificial estabelecida na vila de Santos da capitania de S. Paulo⁶⁵³.

⁶⁵¹ SILVA e ARANHA. Vol. XVI, pp.251 e 252. FONSECA, op. cit. Para maiores detalhes sobre o académico ver: SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. *História Geral da Medicina Brasileira*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1991. v. 2.

⁶⁵² SILVA e ARANHA. Vol. III, Tomo X, p.404. ALMEIDA, op. cit. p. 324.

⁶⁵³ SILVA e ARANHA. Vol. X, Tomo III, p. 300.

21) José da Costa Azevedo.

-Memoria philosophica e pathologica sobre o clima do Rio de Janeiro, na qual não só se esquadrinham as causas das moléstias, principalmente das erysipelas e das hydrocelles, que não são ahi endémicas, mas também se appontam os meios para o seu melhoramento, fazendo-se ao mesmo tempo a justa apologia ás boas qualidades naturaes deste paiz para ser a Côrte e metropole do Brazil.

-Dissertação sobre a salubridade dos ares de Olinda.

-Elementos de mineralogia, segundo o methodo de Werner

-Reflexões sobre os systemas de fortificação abaluartada e tenalhal.

-Refutação á analyse das instrucções para a nomeação dos deputados da assembléa geral constituinte e legislativa do reino do Brazil, extrahida de um folheto inedito, intitulado «Reflexões de um caboclo em cortes.

22) José Basílio da Gama.

-Brasiliensis Aurifodine Poemate Didascálico Ab Aurifodinensibus Musis depromptoe, silve De Auro, ejusque extractione in Brailiá Poética Descriptio A Josepho Basílio Gama elucubrata additis Et Compendiaria appendice, solutâ oratione. Et curiosu quoestione de Auri genesi.⁶⁵⁴

-Prazeres Lusitanos Ao feliz Nascimento do Sereníssimo Príncipe da Beira nosso Senhor, no qual a Lusitania monárquica cheya de júbilos se compromete as mayores venturas, na prodigiosa segurança do Régio trono. Romance Heróico.

-Epithalamio da excellentissima senhora D. Maria Amália.

⁶⁵⁴ Segundo Almeida, este poema, cujo o tema é o ciclo do ouro na capitania de Minas Gerais, terá sido escrito para ser apresentado na admissão do poeta na Arcádia Romana. In: ALMEIDA, op. cit. p.198.

-*O Uruguay*⁶⁵⁵

- *A Declamação trágica. Poema dedicado às Bellas Artes.*

-*Soneto, de Termino Sipilo Pastor Árcade. & de Junho de 1775*⁶⁵⁶

-*Soneto no dia feliz da Inauguração do Colosso Real.*

-*Os Campos Elyseos Oitavas de Termino Sipilo Pastor da Arcádia aos illustrissimos, e excellentissimos Condes da Rendinha, 24 de Setembro de 1776*

-*Soneto ao Marquez de Pombal.*

-*Soneto extemporâneo feito na real varanda no feliz instante, em que o povo aclamava a Rainha nossa clementíssima Senhora*

-*Soneto à Rainha D. Maria I*

-*Lenitivo da saudade na sensível morte do Sereníssimo Senhor D. Joseph, Príncipe do Brasil. Pio, Religioso, Liberalíssimo, Por Hum anónimo.*

-*Quitubia. Faccia ppompa d'Eroi l'Africa ancora*

-*Ode a D. José I.*

-*Á não Serpente.*

*Ode a Vasco da Gama*⁶⁵⁷.

⁶⁵⁵ O poema épico Uruguai trata da expedição mista de portugueses e espanhóis contra as missões jesuíticas do Rio Grande, para executar as cláusulas do Tratado de Madri, em 1756. Tinha também o intuito de descrever o conflito entre o ordenamento racional da Europa e o primitivismo do índio. Basílio mostra simpatia pelo índio vencido enquanto transfere o ataque aos jesuítas. Desenvolve o poema em dois planos complementares: o dos versos e o das notas, que nele são parte integrante e explicativa da composição. As notas em prosa, paralelas aos versos, chamam a si a tarefa proposta de combater os jesuítas e exaltar Pombal.

⁶⁵⁶ Poema composto quando da inauguração da estátua esquestre de D. José. In: ALMEIDA, op. cit. p. 200.

⁶⁵⁷ Para maiores detalhes sobre as obras impressas do académico ver: ALMEIDA, op. cit. pp. 198 a 202. BLAKE op. cit. Quarto volume, pp. 331 a 334.

23) Francisco José de Lacerda e Almeida.

-Diário da viagem pelas Capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso, Cuyabá e S. Paulo nos annos de 1780 a 1790.

*-Memória acerca dos rios Baures, Branco, da Conceição, de S. Joaquim, Stonomas e Mapuxo, e das três missões da Magdalena, da Conceição e de S. Joaquim*⁶⁵⁸.

-Diario da viagem de Moçambique para os rios de Senna.

*-Diario da Viagem desde Villa Bella até Santos, com uma parte do curso do Paraguay, levantada em 1786*⁶⁵⁹.

-Mappa de Guaporé desde Villa Bella até sua affluencia no Mamoré.

*-Informações sobre as latitudes geographicas da foz do rio Madeira á foz de Guaporé ou Ithenes e sobre o Madeira*⁶⁶⁰.

*-Observações astronómicas e physicas, feitas na capital de Villa Bella, no palácio da residência dos Senhores e governadores generaes, desde 15 de Fevereiro até 7 de Agosto de 1787*⁶⁶¹.

*-Diario da diligencia do reconhecimento do rio Paraguay desde o logar do Marco na bocca do Jaurú até para baixo do presídio de Nova Coimbra, e das serras que se encontram no mesmo Paraguay e igualmente a configuração do rio Cuyabá até à villa deste nome, e de lá por S. Pedro d'El Rei*⁶⁶².

⁶⁵⁸ Manuscrito 998 da Série Azul. Catálogo do manuscrito da série azul, nº 707, p. 232. Impresso pela Academia de Ciências de Lisboa. Disponível em: <http://www.acad-ciencias.pt/PDF/catalogoma.pdf>. Acesso em 07/12/2008.

⁶⁵⁹ Manuscrito existente na Academia de Ciências de Lisboa, sala Brasil, 132 e 240. Catálogo do manuscrito da série azul, nº 998, pp. 299 e 300. Impresso pela Academia de Ciências de Lisboa. Disponível em: <http://www.acad-ciencias.pt/PDF/catalogoma.pdf>. Acesso em 07/12/2008.

⁶⁶⁰ Manuscrito existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. In: ALMEIDA op. cit. p. 49.

⁶⁶¹ Manuscrito existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. In Ibidem.

⁶⁶² Manuscrito existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. In: Ibidem, p. 49.

-Diario resumido sobre a configuração do rio Paraguay desde o Marco e foz do rio Jaurú até abaixo do presidio de Nova Coimbra⁶⁶³.

-Diario da demarcação dos domínios portugueses na América do Sul⁶⁶⁴.

24) Gaspar Madre de Deus.

-Memorias para a historia da Capitania de S. Vicente, hoje chamada de S. Paulo, do Estado do Brasil.⁶⁶⁵

-Noticia dos annos em que se descobriu o Brasil, e das entradas das religiões, e suas fundações...,

-Memorias de Frei Gaspar da Madre de Deus.

-Historia das minas da Província de São Paulo, e da expulsão dos jesuítas.

-Catálogo dos Capitães Mores, Generais e Vice-reis que governaram a Capitania do Rio de Janeiro.

-Oração fúnebre nas exéquias que pelo sereníssimo Senhor D. José I, Rei Fidelíssimo de Portugal, mandou celebrar a Câmara da Villa do porto de Santos em 14 de Julho de 1777.

- Oração fúnebre por ocasião de dar-se á sepultura o corpo do governador, capitão-general, Gomes Freire de Andrade.

- Oração fúnebre nas exéquias à memoria do bispo de Areopoli D. João de Seixas.

-Oração panegyrica do nascimento do Infante D. José, Príncipe da Beira.

-Sermão nas festas do casamento da Senhora Princeza, mãe do Príncipe da Beira

-Relação do Mosteiro de Nossa Senhora de Monserrate do Rio de Janeiro.

⁶⁶³ Manuscrito existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. In: Ibidem, p.49.

⁶⁶⁴ Manuscrito existente no Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro. In: Ibidem, p. 49.

⁶⁶⁵ Catálogo do manuscrito da série azul, nº 1751, p. 478. Impresso pela Academia de Ciências de Lisboa. Disponível em: <http://www.acad-ciencias.pt/PDF/catalogoma.pdf>. Acesso em 07/12/2008.

25) José Alvares Maciel.

-*Cartas*⁶⁶⁶.

26) José Pinto de Azeredo.

-*Dissertatio medica inauguralis de Podagra. (...)Eruditorum examini Josephus Pinto ab Azeredo. Brasiliensis. Soc. Reg. Med. Editn. Soc. Phyl. Amer. Edin, Soc. & Proeses Annuus. Ad Diem XI. Junii 1788*

-*Ensaio sobre algumas enfermidades de Angola, dedicados ao Sereníssimo Senhor D. João Príncipe do Brazil.*

-*Ensaio chymico da athmosfera do Rio de Janeiro.*

-*Memória acerca das Propriedades químicas e Médicas das substancias Litontrípicas.*

27) Inácio Ferreira Câmara.

-*Tentamen, medicum de mercurii abuse, et de plantarum in curandis morbis venereis, Túm simplicibus, túm complicatis proeferentia.....*⁶⁶⁷

⁶⁶⁶ ALMEIDA, op. cit. p. 265. Para maiores informações sobre Alvares Maciel ver: Lacyr Schettino. “Alvares Maciel e sua participação na Inconfidência Mineira”. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. XXI, 1991, p. 292. Maria Estela Guedes – “José Álvares Maciel, romântico e naturalista”. In: Diana Soto Arango, Miguel Ángel Puig-Samper y M^a Dolores González Ripoll (Editores): “Científicos Criollos e Ilustración”. Ediciones Doce Calles, Madrid, 1999. GUEDES, Maria Estela (1997) - José Álvares Maciel. O Escritor, Revista da Associação Portuguesa de Escritores, 10, Dezembro de 1997: 129-139. Francisco António Lopes. *José Álvares Maciel, no degredo em Angola*. Editora Serviço e Documentação M.E.C. Rio de Janeiro, 1958.

⁶⁶⁷ ALMEIDA, op. cit. p. 120.

28) Baltasar da Silva Lisboa.

-Discurso histórico, político, e económico dos progressos e estado actual da Filozofia Natural Portuguesa, acompanhado de algumas reflexoens sobre o estado do Brazil. Offerecido A Sua Alteza Real O Sereníssimo Príncipe Nosso Senhor pelo seu muito humilde vassalo Balthezar da Silva Lisboa.

-Riqueza do Brazil em madeira de construção e carpintaria. Offerecido a Sua Majestade Imperial.

-Memoria Topographica e económica da comarca de Ilhéos⁶⁶⁸.

-Oração recitada na aula do curso jurídico no Convento de S. Francisco da Imperial cidade S. Paulo por ocasião do anniversario de nascimento de Sua Magestade Imperial o Senhor D. Pedro I.

-Falla do Conselheiro Baltasar da Silva Lisboa Lente da Segunda Cadeira do 2º Anno do Curso jurídico da Cidade de São Paulo, na abertura da sua aula em 3 de Março de 1829.

-Annais do Rio de Janeiro, contendo a descoberta e conquista deste paiz, a fundação da cidade com a historia civil e eclesiástica, até a chegada d'El-Rey Dom João VI; além de notícias topographicas, zoológicas, e botânicas.

-Representações ao Príncipe Regente D. João, aconselhando a escolha da Bahia para a capital do Brasil, 1808.

-Apontamentos para a historia ecclesiástica do rio de Janeiro desde a fundação da cidade até o presente, 1840⁶⁶⁹.

-Collecção chronologica e analytica em que se comprehendem recapituladas todas as providencias administrativas, politicas e economicas, que se expediram ao vice-rei, capitão-general do Estado do Brasil por especial mandado do Príncipe Regente, Nosso senhor, desde 14 de Setembro de 1796 até 20 de Maio de 1800.

-Memoria sobre a província da bahia, sua descoberta, povoação primaria e seo governo desde o senhor governador geral Thomé de Souza⁶⁷⁰

⁶⁶⁸ Catálogo do manuscrito da série azul, nº 1784, p.472. Impresso pela Academia de Ciências de Lisboa. Disponível em: <http://www.acad-ciencias.pt/PDF/catalogoma.pdf>. Acesso em 07/12/2008.

⁶⁶⁹ Manuscrito existente no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, no Rio de Janeiro. In: ALMEIDA, op. cit. p. 250.

⁶⁷⁰ Manuscrito existente no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, no Rio de Janeiro. In: Ibidem, p.250.

*-Observações sobre a lei da regencia permanente*⁶⁷¹.

*-Physica dos bosques de Ilhéos*⁶⁷²

29) Manuel Jacinto Nogueira da Gama.

-Memoria sobre o loureiro cinnamomo, vulgo canelleira de Ceilão.

-Theoria das funcções analyticas, que contém os principios do calculo differencial, por Mr. Lagrange. Lisboa 1798. 4.º.

- Reflexões sobre a metaphysica do calculo infinitesimal por Carnot traduzidas do france

- Ensaio sobre a theoria das torrentes e rios, que contém os meios mais simples de obstar aos seus estragos, de estreitar o seu leito, e facilitar a sua navegação....

- Memoria sobre a absoluta necessidade que ha de nitreiras nacionaes para a independencia e defesa dos estados: com a descripção da origem, estado e vantagens da real nitreira artificial de Braço de Prata.

- Cultura da Granza, ou ruiva dos tintureiros.

-Reflecções sobre a necessidade; e meios de se pagar a Dívida Publica.

-Continuação das meditações do cidadão constitucional à bem de sua pátria, servindo de additamento às reflexões já publicadas sobre a necessidade, e meios de se pagar a divida publica.

Exposição sobre o estado da Fazenda publica.

30) Luís António de Oliveira Mendes.

- Memoria analytico-demonstrativa da machina de dilatação e de contracção, para soccorro nos incendios.

- Tentativas ou ensaios, em que tem entrado o auctor da machina de dilatação, e de contracção, e da Memoria analytica demonstrativa d'ella.

⁶⁷¹Manuscrito existente no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, no Rio de Janeiro. In: Ibidem, p. 250.

⁶⁷² Manuscrito existente no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, no Rio de Janeiro. In: Ibidem, p. 250.

- *Discurso academico ao programma: «Determinar em todos os seus symptomas as doenças agudas e chronicas, que mais frequentemente accommettem os pretos recém-chegados da Africa, examinando as causas da sua mortandade depois da sua chegada ao Brasil, etc.».*

- *Discurso sobre a verdade ultrajada e triumphante.*

- *Imperio da razão: dirigido a formar o homem util a si e á patria; o que em si comprehende os principios de uma boa e perfeita educação etc.*

- *Anotações sobre o augmento da agricultura de Portugal.*

- *O verdadeiro e perfeito heroismo do homem.*

- *A philaucia, ou demonstração dos erros e defeitos que são provenientes do amor proprio.*

- *Memoria sobre a criação dos carneiros em Portugal, para que d'elles se possa extrahir lã tão fina, e de fio tão comprido como a d'Hespanha e Berberia*⁶⁷³.

- *Memoria sobre o modo e o systema que se deve observar para se aperfeiçoarem as differentes especies de pinheiros em Portugal, de maneira que a sua madeira seja propria e applicavel para todos os usos etc. Ao que se ajunta a extracção do alcatrão, etc.*

- *Discurso preliminar historico á descripção economica da comarca da cidade da Bahia, em que se entra no parallelo do commercio e da navegação antiga e moderna etc.*

- *Descripção economica da comarca da cidade da Bahia, a qual se termina com a taboa calculada das diversas especies dos seus habitantes. Parte primeira das seis, em que ella se divide.*

- *Descripção da capitania de Moçambique, suas povoações e producções.*

- *A tragi-comedia de Berenice, drama epico.*

- *Diccionario da lingua africana, com restricção ao reino Dahome, por ser o mais conhecido, e com quem mais se commercêa, além do de Angola.*

- *Elogio historico do senhor rei D. Diniz.*

- *Oração latina, recitada em sessão, quando foi nomeado Socio correspondente da Academia.*

- *Oração latina, recitada em sessão da Academia, pelo falecimento do seu presidente e fundador o Duque de Lafões.*

⁶⁷³ Obra premiada pela Academia Real de Ciências de Lisboa. In: SILVA e ARANHA. Vol. V, Tomo XIII, p.219.

- *Dodoneo sacro, em canto epico, e em rythma solta, feito ao magnifico e sumptuoso templo de Mafra, etc.* ⁶⁷⁴

-*Memoria sobre os costumes dos povos africanos*⁶⁷⁵.

- *Poema sobre o heroismo de Celico: cantos primeiro e segundo, com um discurso preliminar e introductivo.*

-*Memoria sobre o systema que se deve observar para a perfeita extracção da tinta do pau-brasil etc*⁶⁷⁶.

-*Memoria nautico-maritima sobre o modo com que se devem construir e carregar os navios, para que sejam mais veleiros*⁶⁷⁷.

-*Memória sobre o modo de se conhecer quando os paus do Brasil que hão de servir para a maestreacção das naus e dos navios se acham perfeitos no seu interior para serem cortados.*

- *Systema que se deve observar nos dominios ultramarinos, para se conhecer nos sertões e nos matos, que os paus de sufficiente grandeza e grossura, antes de serem cortados, se acham maduros e perfeitos para serem empregados na mastreação dos navios, etc.*

-*Memoria sobre a melhoria dos carros.*

-*Arbitrios sobre a extincção do papel-moeda, em 1799.*

- *Discurso preliminar e introductivo ás Novellas pindaricas.*

-*Novellas pindaricas, ou drama epico, obra muito interessante, e que bem póde passar por umas abbreviadas Institutas das Bellas-letras.*

-*Novena de Nossa Senhora do Valle, com a historia da sua milagrosa imagem, tanto em Aragão, como em Portugal etc.*

-*Preliminares de uns novos Estatutos para a fundação e estabelecimento da Sociedade Vespucina de homens de letras, que se deseja estabelecer na cidade da Bahia.*

-*Prelecções historicas mythologicas, introductivas á Poesia, segundo a ordem alphabetica.*

⁶⁷⁴ Cópia existente na biblioteca do Convento de Mafra. In: Ibidem, p. 219 e 220.

⁶⁷⁵ Recitada no plenário da Academia Real de Ciências de Lisboa. In: Ibidem, p. 220.

⁶⁷⁶ Recitada no plenário da Academia Real de Ciências de Lisboa. In: Ibidem, p. 22

⁶⁷⁷ Recitada no plenário da Academia Real de Ciências de Lisboa. In: Ibidem, p. 220.

31) Mateus Valente do Couto.

- *Tractado de Trigonometria rectilinea e spherica.*
- *Principios de Optica, applicados á construcção dos instrumentos astronomicos, para uso dos alumnos que frequentam o Observatorio da Marinha.*
- *Astronomia spherica e nautica.*
- *Breve exposição do systema metrico decimal.*
- *Instrucções e regras practicas derivadas da theoria da construcção naval, relativas á construcção, carregação e manobra do navio.*
- *Segunda parte do calculo das notações.*
- *Memoria em que se pretende dar a solução de um programma de analyse para 1812.*
- *Breve ensaio sobre a deducção philosophica das operações algebricas.*
- *Memoria em que se pretende dar a solução do programma de astronomia proposto em 1820: « Mostrar, tanto pelo calculo como pela observação, a influencia do erro que pode resultar nos angulos horarios do sol e da lua, de se não attender á figura da terra. »*
- *Resposta ou parecer sobre a arqueação dos navios.*
- *Memoria sobre os principios em que se deve fundar qualquer methodo de calcular a longitude geographica de um logar.*

32) Vicente José Ferreira Cardoso da Costa.

- *Elementa Juris Emphyteuticii.*
- *Analyse das theses de Direito emphyteutico, que se defenderam na Universidade de Coimbra.*
- *Compilação systematica das leis extravagantes de Portugal. Offerecida ao ser.m^o sr. D. João, principe do Brasil.*
- *Oração dirigida ao muito alto e muito poderoso sr. D. João, principe regente de Portugal, offerecendo-lhe a medalha que a cidade do Porto mandou cunhar para memoria do dia em que o mesmo sr. se dignou de começar a reger estes reinos no seu real nome.*

-Memoria sobre a avaliação dos bens de prazo. Offerecida a S. A. R. o Principe Regente.

-Epistola a Manuel Maria de Barbosa du Bocage

-Observações do dr. Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, sobre um artigo da «Gazeta de Lisboa» de 29 de Outubro de 1810.

-Explicação imparcial das Observações do dr. Vicente José etc., sobre um artigo da «Gazeta de Lisboa»

-Notas criticas do dr. Vicente José Ferreira Cardoso da Costa a uma Carta, attribuida a s. ex.^a o sr. general Stockler para o ill.m^o e ex.m^o sr. Conde dos Arcos, datada de 2 de Janeiro de 1821; as quaes fazem duvidar o dito dr. que seja de s. ex.^a similhante escripto.

- Carta ao Redactor do «Astro da Lusitânia.

- Que é o Codigo civil? Ao ill.m^o sr. José Joaquim Rodrigues de Bastos, dignissimo deputado ás Côrtes extraordinarias e constituintes da Nação portugueza, offerece o dr. Vicente José.

-Explicação da arvore que representa o prospecto do Codigo Civil portuguez, offerecido ao Soberano Congresso Nacional pela mão do seu ill.m^o deputado José Joaquim Rodrigues de Bastos.

-Os bons desejos de um portuguez, ou a sua receita para se animar a circulação paralyzada, acudindo-se aos males do papel-moeda, e á miseria publica.

- Elogio a Sua Magestade o sr. D. João VI, feito em 1811, por motivo da omissão da palavra «Inconfidencia» no decreto dirigido á Meza do Desembargo do Paço, em 22 de Outubro de 1810.

- Opinião do dr. Vicente José etc. sobre a deliberação da Sociedade Patriótica, de que tem a honra de ser socio, para ser distribuida na sessão de 12 de Fevereiro.

- Memoria juridica sobre a applicação do disposto na Ordenação liv. 2.^o tit. 35 § 19, aos bens vagos, quando Sua Magestade d'elles faz mercê antes de serem na corôa incorporados, real ou verbalmente.

-Notas ao acordão proferido no Juizo das Capellas da corôa, na Casa da Supplicação de Lisboa aos 29 de Abril de 1820, na causa intentada pelos srs. Procuradores regios contra o coronel Nicolau Maria Raposo, da ilha de S. Miguel.

- Sensibilidade nacional.

-O Velho Liberal

- A sem razão do coronel Nicolau Maria Raposo de Amaral, da ilha de S. Miguel, nas demandas que sustenta com o desembargador Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, por ocasião da compra dos bens que lhe fez por escriptura de 18 de Dezembro de 1809.

- Allegação do desembargador Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, contra o coronel Nicolau Maria Raposo do Amaral, sobre bemfeitorias.

-Allegação do desembargador Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, contra o coronel Nicolau Maria Raposo do Amaral, sobre a causa de evicção.

-Da influencia do conhecimento das nossas leis antigas em os estudos do jurista portuguez.

-Cartas relativas ao facto de haver sido pelo conde de Funchal, embaixador em Londres, interceptada e remetida para a côrte do Rio de Janeiro uma correspondencia do mesmo.

-Reflexões sobre a sentença proferida contra o Marquez de Loulé, e Conde de S. Miguel.

-Considerações politicas sobre a revolução portugueza de 1808.

-Correspondencia relativa aos successos occorridos em Portugal e no Brasil, de 1822 a 1823.

-A origem dos Açores: poema lyrico.

-Sentença dada em uma causa celebre, sendo juiz de fóra do cível na cidade do Porto, em 5 de Dezembro de 1796.

-Carta em que sustenta a parte juridica da mesma sentença; figurando ser-lhe escripta por um antigo condiscipulo na Universidade.

-Voto crime, dado em uma causa celebre, sendo desembargador da Relação do Porto, aos 23 de Julho de 1801.

-Observações sobre a intelligencia das Ordenações.

-Problema: Insubsistencia das potencial estabelecidas pelo commercio.

- Da Ochlocracia.

- Economia politica relativa a Portugal nas actuaes circumstancias.

-Copia de duas cartas escriptas ao secretario da Regencia, João Antonio Salter de Mendonça, achando-se detido no forte de Sancto Antonio em 1810.

- Memoria sobre o curso do papel-moeda, e meios de concorrer para a sua facilitação e melhoramento.

- *Projecto de uma lei para se dar nova fôrma á legislação extravagante de Portugal.*

- *Projecto de um alvará para a circulação do commercio dos cereaes, seguido de considerações economicas sobre o mesmo commercio.*

- *Memoria sobre a paz com a Porta-Ottomana.*

- *Collecção de poesias lyricas*⁶⁷⁸.

33) Francisco Elias Rodrigues da Silveira.

- *Conta dos trabalhos da Instituição vaccinica, lida em sessão publica da Academia Real das Sciencias em 14 de Junho de 1814.*

- *Da Dedaleira, e das suas propriedades medicas. Memoria apresentada á Academia Real das Sciencias.*

- *Do Empirismo na Medicina.*

- *Discurso historico ácerca dos trabalhos da Instituição vaccinica, lido na sessão publica de 24 de Junho de 1821.*

Para Silva e Aranha, existem também alguns artigos no *Jornal de Coimbra*, assinados com as iniciais do seu nome.

34) Francisco Vilela Barbosa.

- *Poemas de Francisco Villela Barbosa, natural do Rio de Janeiro, e estudante de mathemática na Universidade de Coimbra*⁶⁷⁹.

- *Tintinaida, quintilhas de Vilela Barbosa, bacharel formado em matemática, capitão do Real Corpe d'Engenheiros e Lente substituto na Academia Real das Sciencias.*

- *Elementos de Geometria.*

- *Breve tratado de Geometria Spherica*

⁶⁷⁸ SILVA e ARANHA. Vol. VII, Tomo XX, pp.428 a 432. ALMEIDA, op. cit. pp. 148 a 150.

⁶⁷⁹ A Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros mandou suprimir diversas páginas deste poema. Segundo Almeida, existe na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro um exemplar integral. In: ALMEIDA, op. cit. p. 83.

-A Primavera: cantata por Francisco Villela Barbosa,

-Discurso recitado no Paço de Queluz perante o El Rei D. João VI e o Sereníssimo Senhor Infante D. Miguel, em 17 de Julho de 1821, por ocasião da sua chegada ao Reino de Portugal pelo vice-secretario Francisco Villela Barbosa.

- Discurso Histórico recitado na sessão publica da Academia Real de Sciencias de Lisboa no dia 24 de Junho de 1821 pelo vice-secretario Francisco Villela Barbosa.

-A Saudade. Pela sentida morte do Senhor D. Pedro Primeiro, Ex-Imperador do Brazil.

-Ode ao Visconde de Cairú.

-Lyras, A Primavera, A Rosa, O Beijo Cançoneta, Retrato Cançoneta ,A tarde. Cantata, A Rosa Lira, e outros poemas.⁶⁸⁰

35) José Lino Coutinho.

- Sustentação das accusações, que na sua respectiva camara fez o deputado José Lino Coutinho ao marquez de Baependy.

- Cholera-morbus. Collecção dos factos principaes na historia da cholera epidemica, abraçando o relatorio do collegio dos medicos de Philadelphia, e uma historia completa das causas, das apparencias morbidas depois da morte, etc., pelos drs. Bell e Condie. Traduzida e acrescentada por J. Lino Coutinho... e por George E. Fairbanks, doutor em medicina pela universidade de Edimburgo e socio da sociedade de medicina da mesma cidade.

- Observações sobre as affecções catarrosas, por Cabanis, traduzidas do francez.

- Topographia medica da Bahia.

- Cartas sobre a educação de Cora, seguidas de um cathecismo moral, politico e religioso.

-Memórias sobre as aguas naturais da Bahia.

-Memória sobre a doutrina de Broussais.

-Projecto reformando as escolas de medicina⁶⁸¹.

⁶⁸⁰ Ibidem, pp. 83 e 84.

⁶⁸¹ SILVA e ARANHA. Vol. XIII, Tomo IV, p. 59.

APÊNDICE I



